

# Anuário Brasileiro da Educação Básica

2012



# Anuário Brasileiro da Educação Básica

2012





# SUMÁRIO

■ Apresentação .....	4	■ Educação Superior .....	33
■ Guia de Consulta .....	5	■ Alunos .....	34
■ <b>A Educação Brasileira em 2011</b> .....	<b>7</b>	▶ Escolarização 34	
■ Desafios 2012 .....	11	▶ As séries iniciais do Ensino Fundamental e o direito de aprender 35	
■ Em foco .....	12	▶ Fluxo 36	
■ <b>Os números da Educação Brasileira</b> .....	<b>19</b>	▶ Desafios dos anos finais do Ensino Fundamental 37	
■ <b>Dados gerais</b> .....	<b>20</b>	■ <b>Avaliação e qualidade</b> .....	<b>40</b>
▶ População 20		▶ Enem: além da avaliação 41	
▶ Mudança de perfil 21		▶ Importância da Prova ABC 41	
▶ Hora de ir para a escola 21		◆ DE OLHO NA QUALIDADE 42	
▶ Alfabetização 22		◆ PISA — PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES 44	
▶ Analfabetismo e alfabetismo funcional 23		■ <b>Ensino Médio</b> .....	<b>46</b>
▶ Atendimento 24		▶ Desafios do Ensino Médio Brasileiro 47	
▶ Educação Básica obrigatória e gratuita 24		■ <b>Educação Profissional</b> .....	<b>48</b>
▶ Escolaridade 25		▶ Em franco crescimento 51	
▶ Educação Especial 26		■ <b>EJA – Educação de Jovens e Adultos</b> ..	<b>52</b>
■ <b>Escolas</b> .....	<b>28</b>	▶ Educação de Jovens e Adultos 54	
▶ Unidades 28		■ <b>Educação no Campo</b> .....	<b>55</b>
▶ Infraestrutura 29		■ <b>Educação Indígena</b> .....	<b>56</b>
▶ Matrículas 30		▶ Educação Indígena: direito à Educação própria 57	
▶ O desafio da qualidade na Educação Infantil 31			

■ Educação em áreas de quilombos .. 58

▶ Educação em áreas de quilombos 59

■ Professores ..... 60

▶ Formação 62

▶ Licenciatura 62

■ **Números por Estado** ..... 65

■ Acre ..... 66

■ Alagoas ..... 68

■ Amapá ..... 70

■ Amazonas ..... 72

■ Bahia ..... 74

■ Ceará ..... 76

■ Espírito Santo ..... 78

■ Goiás ..... 80

■ Maranhão ..... 82

■ Mato Grosso ..... 84

■ Mato Grosso do Sul ..... 86

■ Minas Gerais ..... 88

■ Pará ..... 90

■ Paraíba ..... 92

■ Paraná ..... 94

■ Pernambuco ..... 96

■ Piauí ..... 98

■ Rio de Janeiro ..... 100

■ Rio Grande do Norte ..... 102

■ Rio Grande do Sul ..... 104

■ Rondônia ..... 106

■ Roraima ..... 108

■ Santa Catarina ..... 110

■ São Paulo ..... 112

■ Sergipe ..... 114

■ Tocantins ..... 116

■ Distrito Federal ..... 118

■ **Legislação, Estrutura e Financiamento** ..... 121

■ A Legislação ..... 122

◆ LINHA DO TEMPO 122

◆ O CAMINHO DE UM PROJETO 128

■ Estrutura ..... 130

▶ Arranjos de Desenvolvimento da Educação: um caminho 131

◆ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC 132

■ Financiamento ..... 134

▶ Comparação internacional 136

◆ FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA 138

■ **Glossário** ..... 141



# APRESENTAÇÃO

**É** com um misto de expectativa e satisfação que lançamos este primeiro *Anuário Brasileiro da Educação Básica*.

O Anuário apresenta um cenário em que Educação de qualidade ainda está muito longe de ser, efetivamente, um direito garantido a todos. Daí vem a expectativa. Diante dos enormes desafios que temos, este Anuário foi pensado e produzido para ser uma ferramenta útil para todos os que querem entender melhor a situação da Educação brasileira e, assim, contribuir para os debates sobre a melhoria da qualidade do ensino.

A satisfação vem do resultado obtido, um panorama amplo, com os dados oficiais mais recentes disponíveis, organizados de forma clara.

Esta publicação é fruto da parceria da Editora Moderna, reconhecida por seus mais de 40 anos de compromisso com o trabalho das escolas e dos professores, com o movimento Todos Pela Educação, que congrega sociedade civil organizada, educadores e gestores públicos em torno do direito de todas as crianças e jovens à Educação Básica de qualidade. Entre as muitas características que unem a Moderna e o Todos Pela Educação, uma em especial influenciou esta publicação: o foco no aluno. Essa é a preocupação primordial da atuação da Moderna e o princípio norteador das 5 Metas do Todos Pela Educação.

Desejamos uma boa leitura e que este Anuário passe a fazer parte de seu dia a dia.

## EXPEDIENTE

**Organização:** Priscila Cruz e Luciano Monteiro

**Pesquisa e Edição de texto:** Fernando Leal e Paulo de Camargo

**Consultoria e Estatística:** Ernesto Martins Faria e Renato Júdice de Andrade

**Coordenação de design e projetos visuais:** Sandra Botelho de Carvalho Homma

**Projeto gráfico e Capa:** Marta Cerqueira Leite

**Coordenação de produção gráfica:** André Monteiro, Maria de Lourdes Rodrigues

**Edição de arte:** APIS design integrado

**Editoração eletrônica:** APIS design integrado

**Edição de infográfias:** William Hiroshi Taciro (coordenação), Fernanda Fencz, Paula Paschoalick

**Ilustrações:** Mario Kanno

**Cartografia:** Anderson de Andrade Pimentel

**Coordenação de revisão:** Elaine C. del Nero

**Revisão:** Nair Kayo, Denise de Almeida, Paula Bosi, Todos Pela Educação

**Pesquisa iconográfica:** Luciano Baneza Gabarron, Evelyn Torrecilla, Maria Magalhães

As imagens identificadas com a sigla CID foram fornecidas pelo Centro de Informação e Documentação da Editora Moderna.

**Coordenação de bureau:** Américo Jesus

**Tratamento de imagens:** Fábio N. Precendo, Bureau São Paulo

**Pré-impressão:** Alexandre Petreca, Everton L. de Oliveira Silva, Helio P. de Souza Filho,

Marcio H. Kamoto

**Coordenação de produção industrial:** Wilson Aparecido Troque

**Impressão e acabamento:**

**EDITORA MODERNA LTDA.**

Rua Padre Adelino, 758 - Belenzinho

São Paulo - SP - Brasil - CEP 03303-904

Vendas e Atendimento: Tel. (0\_\_11) 2602-5510

Fax (0\_\_11) 2790-1501

www.moderna.com.br

2012

Impresso no Brasil

## Guia de Consulta

O *Anuário Brasileiro da Educação Básica* está organizado de forma a facilitar a consulta e a compreensão das informações aqui reunidas. Está dividido em cinco blocos. O primeiro traz uma análise do ano que passou e dos desafios à frente. Em seguida, são apresentados os principais números da Educação brasileira. O terceiro bloco é dedicado aos 26 estados e ao Distrito Federal. Na sequência, noções sobre legislação, estrutura e financiamento dos sistemas de ensino e, por fim, o Glossário.

Gráficos e tabelas mostram de forma clara o que há de mais relevante nos dados oficiais, de fontes como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Especialistas de diversas origens e linhas de pensamento comentam o quadro e os desafios das etapas de ensino, de Infantil ao Médio, da Educação Profissional à Indígena.

Na seção “Em Foco”, um problema específico da Educação brasileira é tratado com mais detalhe. Nesta edição, o tema abordado é o das desigualdades.

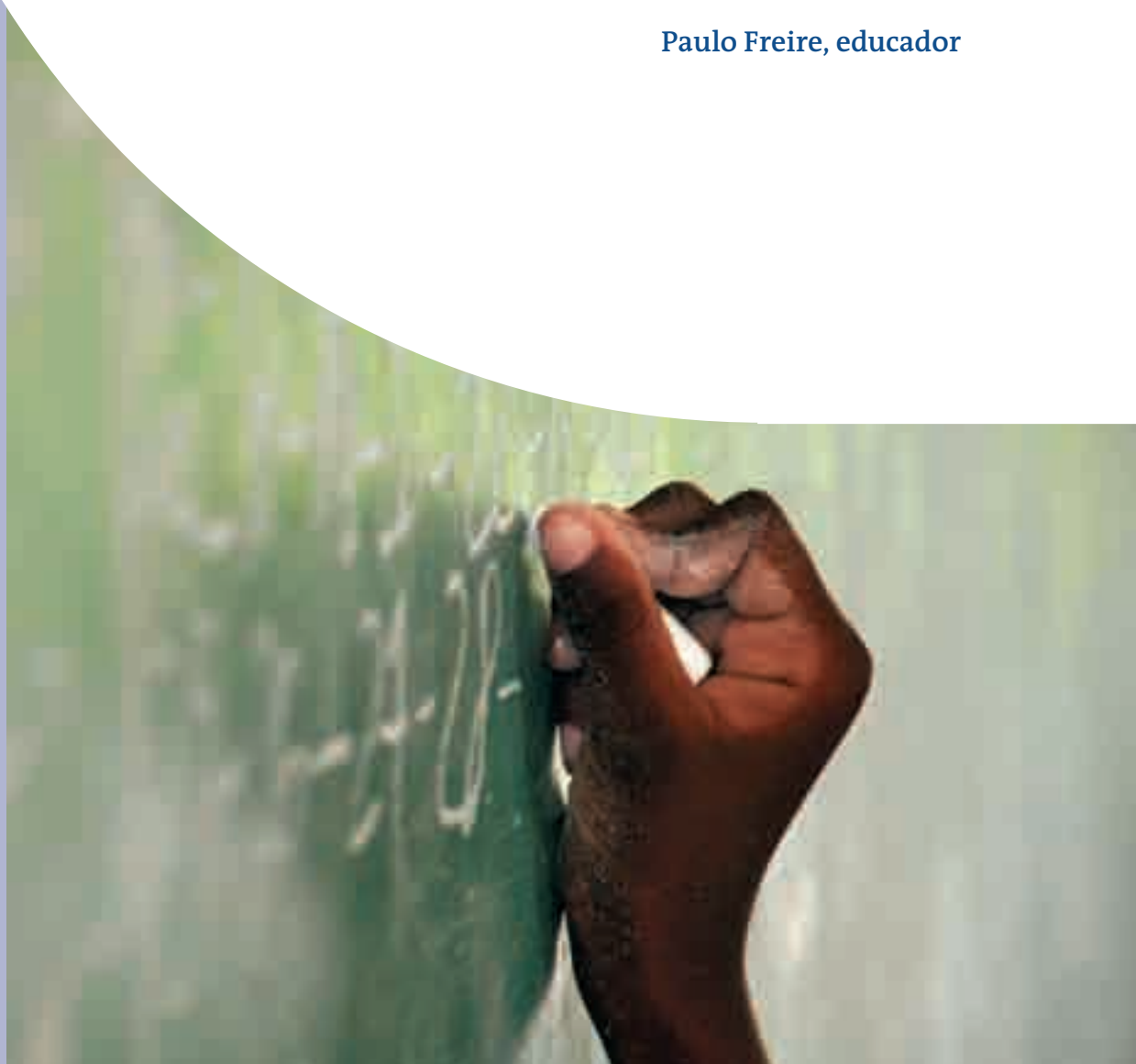
Conceitos, definições, programas governamentais e outros verbetes que ajudam na compreensão dos dados apresentados no Anuário estão reunidos no Glossário.

Os 26 estados e o Distrito Federal estão retratados neste bloco. Cada um com um raio X de sua rede de ensino, com destaque para as informações de desempenho dos alunos.

Em todos os estados e no Distrito Federal são reunidos os mesmos tipos de dados, de forma a permitir a comparação. Além disso, nas informações de desempenho, comparam-se os resultados do estado com o de sua região e do país.

*“Aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição de casa dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito.”*

Paulo Freire, educador





# A EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM 2011

**A**cesso, fluxo, aprendizagem, formação de professores... por qualquer ponto de vista, a construção de um sistema educacional democrático, justo, equitativo apresenta-se como uma tarefa gigantesca.





Aula na Unidade Municipal de Educação Infantil Mangueiras, em Belo Horizonte (MG)

***Diante da complexidade da realidade da Educação brasileira, qualquer análise sobre os números da Educação Básica representa necessariamente um recorte, um conjunto de escolhas.***

Cada etapa específica da Educação tem um conjunto de questões que se referem às múltiplas dimensões que afetam a oferta de serviços educacionais de qualidade – um direito fundamental de todas as nossas crianças e adolescentes.

Acesso, fluxo, aprendizagem, formação de professores (inicial e continuada), carreira docente, projeto pedagógico, avaliações, definição das expectativas de aprendizagem, financiamento, ordenamento legal... Com tantos temas, a construção de um sistema educacional democrático, justo, equitativo apresenta-se como uma tarefa gigantesca para toda a sociedade, por várias gerações.

Talvez este seja, portanto, o ponto de partida para a análise das informações aqui reunidas: o quadro de desigualdades educacionais pede que a sociedade como um todo tome consciência do tamanho desse desafio e indica que as políticas públicas devem necessariamente estar imbuídas de um sentido de urgência.

Sob qualquer ponto de vista, seja o da conjuntura global, na qual o conhecimento se tornou o principal ativo, seja pela diminuição das diferenças sociais que se colocam no caminho de um desenvolvimento justo, a melhoria da Educação requer decisão, persistência e coragem do país.

É verdade que existem muitos avanços, e as séries históricas mostram que estamos caminhando na construção de um sistema mais justo e de melhor qualidade. Como apontam as estatísticas oficiais, as médias estão melhorando na maior parte dos indicadores, seja nos que se referem ao atendimento, como nos de fluxo e rendimento escolar.

Mas o Brasil é uma nação em que as médias dizem pouco, pois não são capazes de traduzir o real sentido das diferenças, que ainda são profundas e persistentes.

Diante de um país de grandes dimensões e desigualdades ainda muito acentuadas, as frações estatísticas são representativas e merecem a atenção dos governos. Quando dizemos que o atendimento está em processo de universalização, na Educação Básica, precisamos lembrar que o Censo Escolar de 2010 indicou a existência de 3,8 milhões de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos fora da escola, o equivalente à população do Uruguai.

A desigualdade que existe entre regiões, contextos sociais, raça ou cor, renda torna necessária uma análise mais focada na realidade dos grupos social e economicamente mais vulneráveis, inclusive com políticas específicas.

Do ponto de vista da aprendizagem, a Avaliação Brasileira do Ciclo de Alfabetização (Prova ABC) – divulgada em 2011 – mostrou que 51 em cada 100 crianças da rede pública não aprenderam o adequado em relação à leitura para o 3º ano do Ensino Fundamental, no Brasil.

**3,8 milhões**  
de crianças de  
4 a 17 anos ainda  
estão fora da escola



No decorrer da Educação Básica, cai a porcentagem de crianças que aprendem o que é esperado em cada série. Isso ocorre, em parte, porque o aprendizado nas primeiras séries é estruturante e tem impacto ao longo da escolaridade. Além disso, verifica-se que um terço dos alunos que deveriam estar no Ensino Médio permanecem no Fundamental.

Existe, hoje, um razoável consenso sobre os caminhos que devem ser tomados para a melhoria da qualidade da Educação. Um deles, sem dúvida, é a valorização do professor. Nesse sentido, a aprovação do Piso Nacional do Magistério é uma contribuição importante. A dificuldade em sua implementação em muitos lugares, porém, aponta para a necessidade de outras medidas que assegurem o cumprimento da legislação pelos estados e municípios.

É, portanto, um tempo de urgências, que demanda mobilização social e respostas no Executivo, no Legislativo e no Sistema de Justiça à altura do desafio.

Em 2011, a construção democrática de um Plano Nacional de Educação (PNE) projetou novamente a expectativa de mudança. Embora ainda não tenha sido votado até a publicação desta primeira edição do *Anuário Brasileiro da Educação Básica*, ele terá obrigatoriamente que tomar um de dois caminhos da história: o das letras mortas, ou o do compromisso nacional, refletido em ações bem implementadas, por uma Educação de qualidade para todos.

Brasil é um país em que as médias dizem pouco e não traduzem a real dimensão dos desafios a serem superados

**1/3**

**dos alunos  
que deveriam estar  
no Ensino Médio  
estão no Ensino  
Fundamental**

## Desafios 2012



Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, durante seu discurso de posse, no Palácio do Planalto, no início de 2012

Embora os desafios principais da Educação brasileira se mantenham, algumas questões se projetam mais fortemente no contexto brasileiro para 2012.

Entre elas, está a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), que traz metas e estratégias muito importantes, como a do financiamento educacional.

Existe um consenso de que ainda há uma grande defasagem no investimento por aluno na escola pública, quando comparado a indicadores internacionais, como o dos países da OCDE.

Há a necessidade de ampliarmos o investimento em Educação para darmos conta da plena implementação do PNE. Trata-se de um desafio principalmente da União, o maior ente arrecadador de impostos, que tem o dever constitucional de suplementar os recursos dos estados e municípios.

A troca de comando no Ministério da Educação (MEC) representa, em si, uma nova expectativa de quais serão as orientações das políticas federais, as prioridades e as propostas para a Educação Básica. A alfabetização até os 8 anos como um direito das crianças surge como uma das principais direções apontadas.

No plano dos municípios, chega como uma novidade importante a norma do Conselho Nacional de Educação referente aos Arranjos de Desenvolvimento da Educação, homologada pelo Ministério da Educação em fins de 2011, que confere contornos mais concretos ao regime de colaboração e permite tratar de dificuldades conhecidas do processo de municipalização, como a falta de estrutura e de recursos técnicos e estruturais, principalmente das pequenas cidades.

# 51,4%

*das crianças das escolas públicas, que concluíram a 2ª série (3º ano) do Ensino Fundamental não obtiveram os conhecimentos esperados para essa etapa, na avaliação de leitura, na Prova ABC*

## EM FOCO

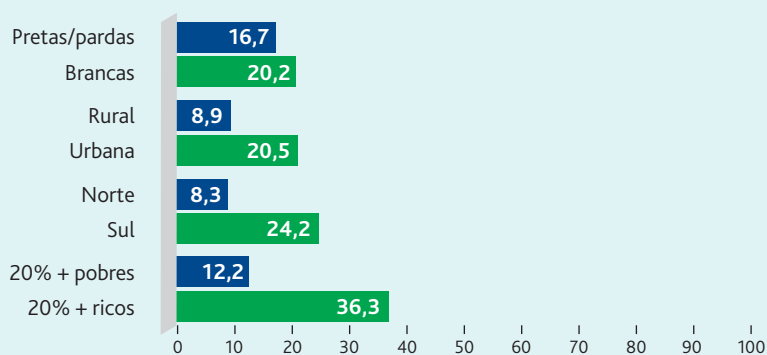
As marcas da desigualdade no sistema educacional brasileiro podem ser vistas desde os primeiros anos da criança. O atendimento das crianças de 0 a 3 anos, nas creches, e de 4 e 5 anos, na pré-escola, mostra que a oferta de ensino não se dá com equidade no país.

## IGUAIS, MAS DIFERENTES, DESDE A EDUCAÇÃO INFANTIL

## Variação da taxa de frequência à escola, segundo diversos critérios

## Taxa de frequência à creche - 2009 (%)

Crianças de 0 a 3 anos



Fonte: Pnad (IBGE), 2009.

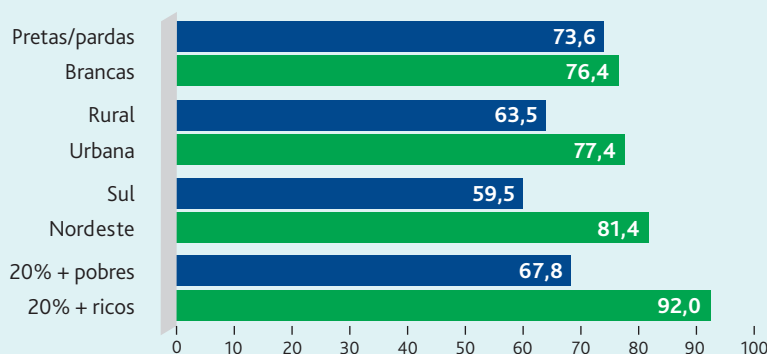


12,2%

das crianças de 0 a 3 anos mais pobres estão em creches

## Taxa de frequência à pré-escola - 2009 (%)

Crianças de 4 e 5 anos



Fonte: Pnad (IBGE), 2009.



1,15

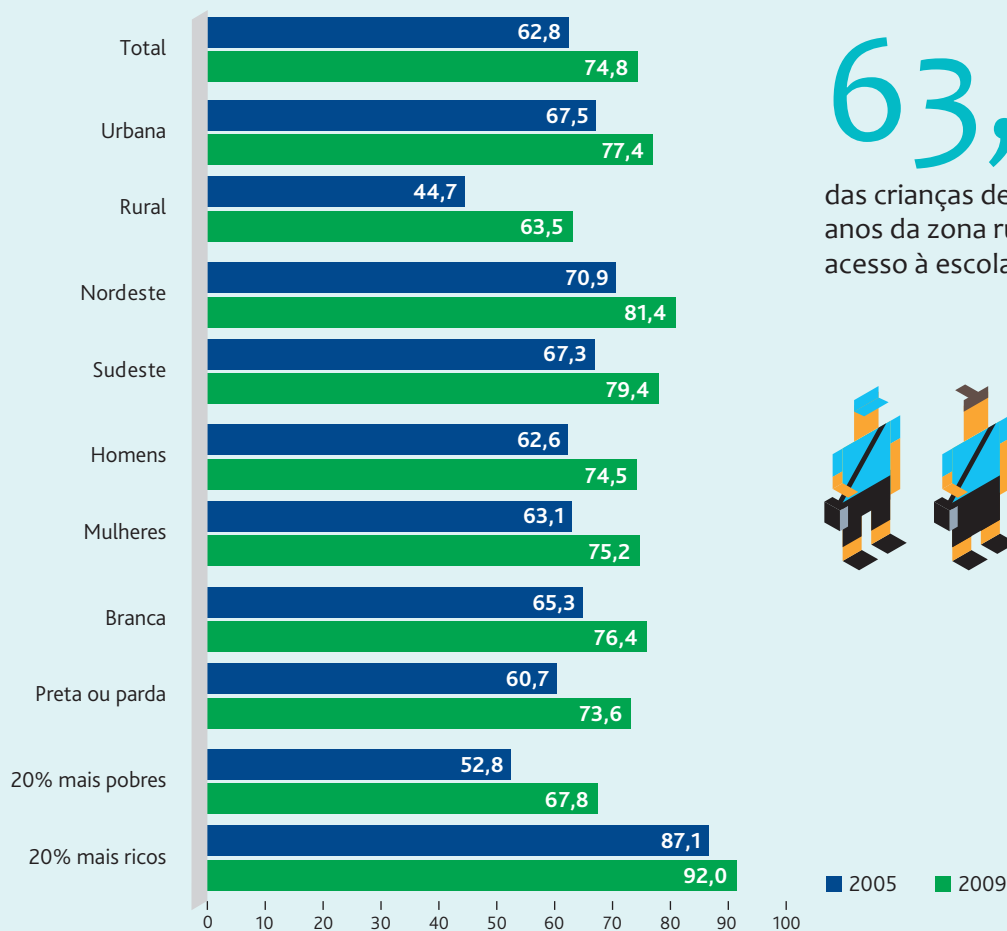
milhão de crianças de 4 e 5 anos ainda estão fora da escola

Desigualdade. Talvez nenhuma outra palavra reflita com tanta precisão a característica, infelizmente, mais marcante da Educação Básica brasileira.

São diferenças que se acumulam e se superpõem, produzindo um funil que expulsa do sistema milhões de crianças e jovens, privando-os do pleno direito de aprender.

Em um país enorme, as disparidades são igualmente grandes. Os números revelam a convivência de muitos brasis, tamanhas as distâncias que separam os indicadores – quer se analise pelos critérios da renda familiar, cor, raça ou regiões.

Taxa bruta de frequência à escola das crianças de 4 e 5 anos de idade, por situação de domicílio, sexo, cor e quintis de renda familiar *per capita* - Brasil - 2005 e 2009 (%)



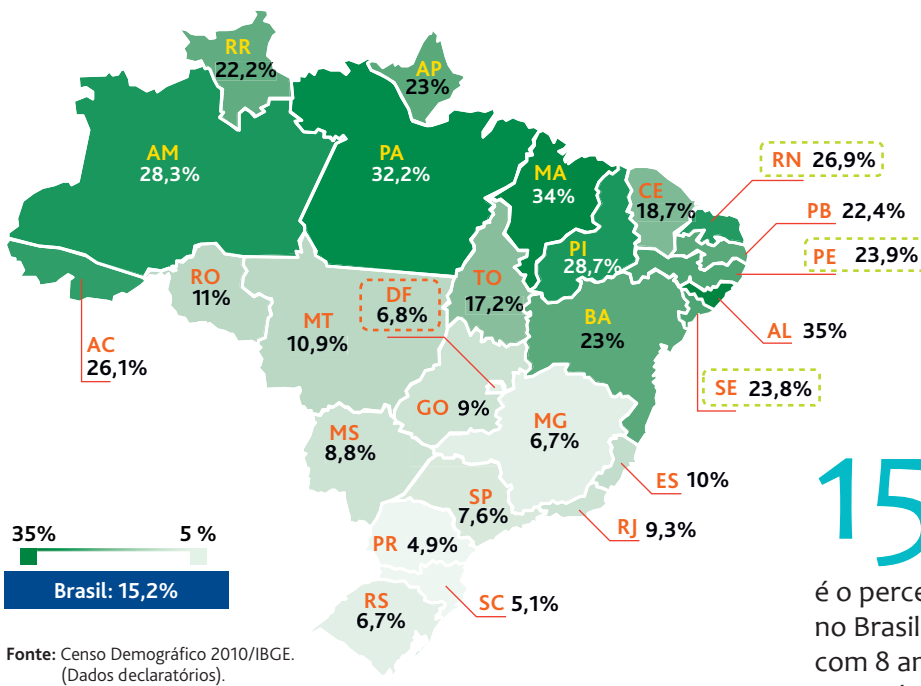
Fonte: Pnad (IBGE), 2009.

Conforme tabulação do relatório *As desigualdades na Escolarização no Brasil - Relatório de observação número 4*. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, 2ª edição.

O Ensino Fundamental concentra alguns dos principais desafios da Educação brasileira para os próximos anos. A redução das desigualdades sociais passa pela alfabetização de todas as crianças até os 8 anos, bem como pela formação de uma base sólida de aprendizagem em Matemática e Ciências, entre outras áreas.

## ENSINO FUNDAMENTAL

Taxa de crianças não alfabetizadas com 8 anos de idade

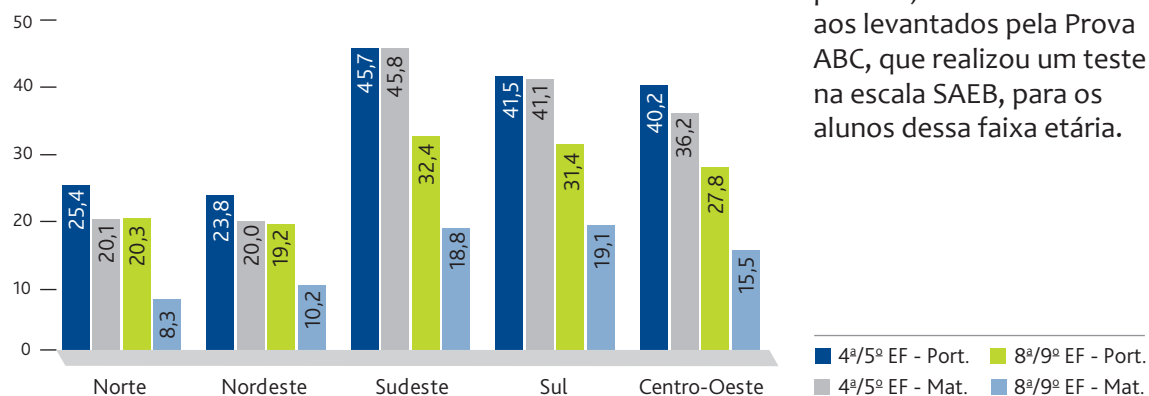


# 15,2%

é o percentual de crianças no Brasil não alfabetizadas com 8 anos de idade, segundo o IBGE. Esses dados são declaratórios e, por isso, muito inferiores aos levantados pela Prova ABC, que realizou um teste na escala SAEB, para os alunos dessa faixa etária.

Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE. (Dados declaratórios).

Percentual de crianças que atingiram o nível adequado\* em Matemática e Português na escala Saeb em 2009 - Ensino Fundamental



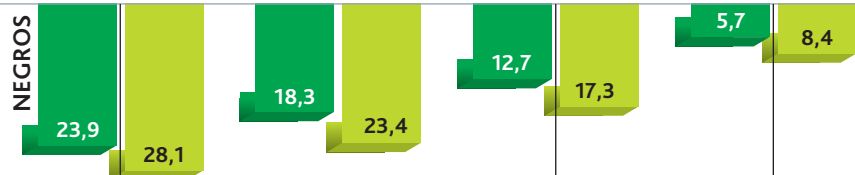
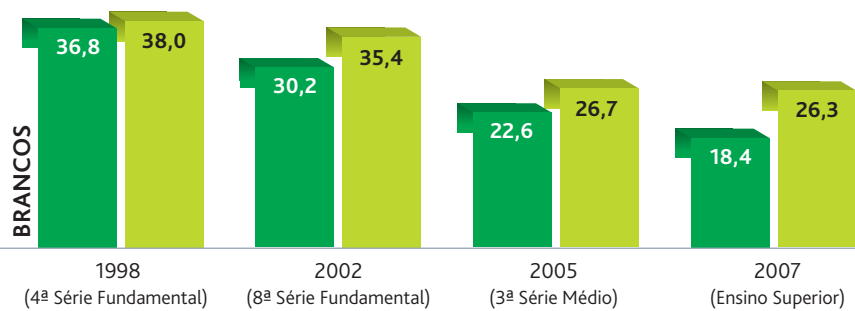
\*O conceito de nível adequado foi proposto pelo movimento Todos Pela Educação, veja págs. 42 e 43. Mais informações em [www.todospelaeducacao.org.br](http://www.todospelaeducacao.org.br)

## Erros que se repetem

Quem nasceu entre 1987 e 1988 deveria ter feito a 4ª série em 1998, a 8ª série em 2002 e assim por diante. Acompanhando a trajetória dessa geração de estudantes por uma década, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) mostrou como as desigualdades entre brancos e negros se acumulam ao longo da trajetória educacional. O estudo foi realizado antes da implantação do Ensino Fundamental de 9 anos. Por isso, utiliza-se a nomenclatura “séries”.

Porcentagem da geração nascida em 1987-1988 que frequentava determinada série/nível de ensino nos anos assinalados

■ Homens  
■ Mulheres



**1998**  
Aos 10 e 11 anos, apenas um terço dessa geração estava na 4ª série. 12% das crianças negras ainda estavam na 1ª série, assim como 4% das brancas.

**2005**  
Além dos repetentes e dos que abandonaram a escola regular, há os estudantes que, aos 17-18 anos, estão no Ensino Superior – cerca de 7% dos brancos e 1,7% dos negros.

**2007**  
Quase todas as mulheres brancas que concluíram o Ensino Médio sem nenhuma repetência estavam em um curso superior dois anos depois, mas pouco menos da metade dos estudantes negros pôde realizar esta passagem.

Fonte: Ipea.





## ENSINO MÉDIO

As diferenças se estendem em todas as etapas escolares e vão se acumulando até desembocarem no Ensino Médio, que apresenta altas taxas de evasão e repetência, com baixos índices de aprendizagem.

Concluída a Educação Básica, menos de 30% dos estudantes dominam o conteúdo esperado em Língua Portuguesa. Em Matemática, esse percentual é de apenas 11%.

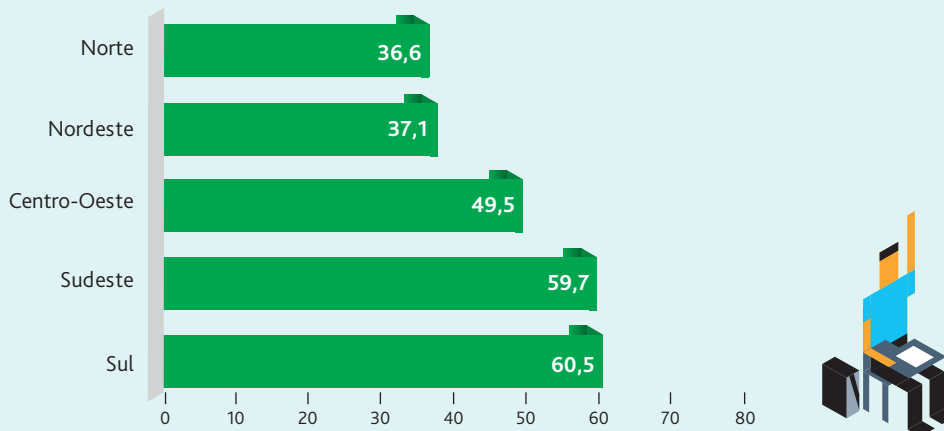
Desestimulados com a falta de perspectiva pós-Médio, acumulando lacunas de aprendizagem que dificultam o aproveitamento escolar, saturados por um currículo inchado e pouco ligado às suas problemáticas reais, parte dos jovens deixa a escola precocemente.

É um quadro que se mostra muito grave em todo o país, e ainda pior no Norte e no Nordeste brasileiro. Mais uma vez, também as desigualdades dos contextos socioeconômicos regionais influenciam os resultados negativos.

Colégio Estadual de Ensino Médio Barão do Rio Branco, na capital do Acre

## Conclusão do Ensino Médio aos 19 anos

### Percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio (%)



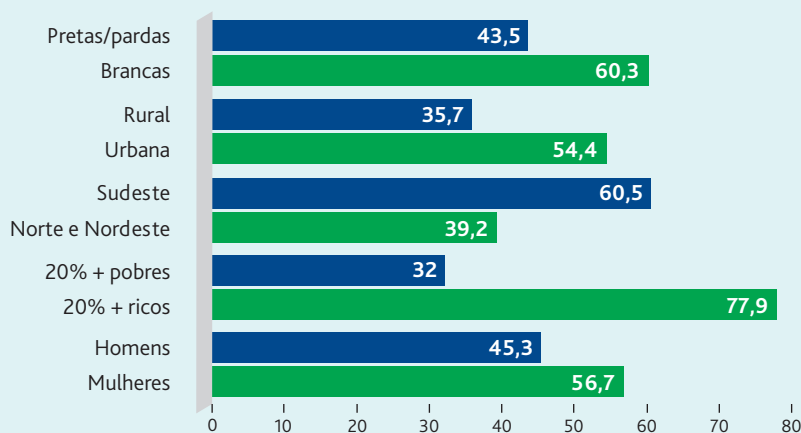
Fonte: Pnad (IBGE), 2009.

# 50,2%

dos jovens de 19 anos concluíram o Ensino Médio, em 2009, índice que cai para 36,6% quando se consideram apenas os Estados da região Norte.

## Jovens de 15 a 17 anos no Ensino Médio

### Proporção de jovens de 15 a 17 anos cursando o Ensino Médio (%)




Fonte: Pnad (IBGE), 2009.

Conforme tabulação do relatório *As desigualdades na Escolarização no Brasil - Relatório de observação número 4*. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, 2ª edição.

# 3,3 MILHÕES

ingressaram no Ensino Médio em 2008, mas apenas 1,8 milhão de alunos concluíram esta etapa em 2010



*“Não é a terra que constitui a riqueza das nações, e ninguém se convence de que a Educação não tem preço.”*

Rui Barbosa, jurista e político



# OS NÚMEROS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

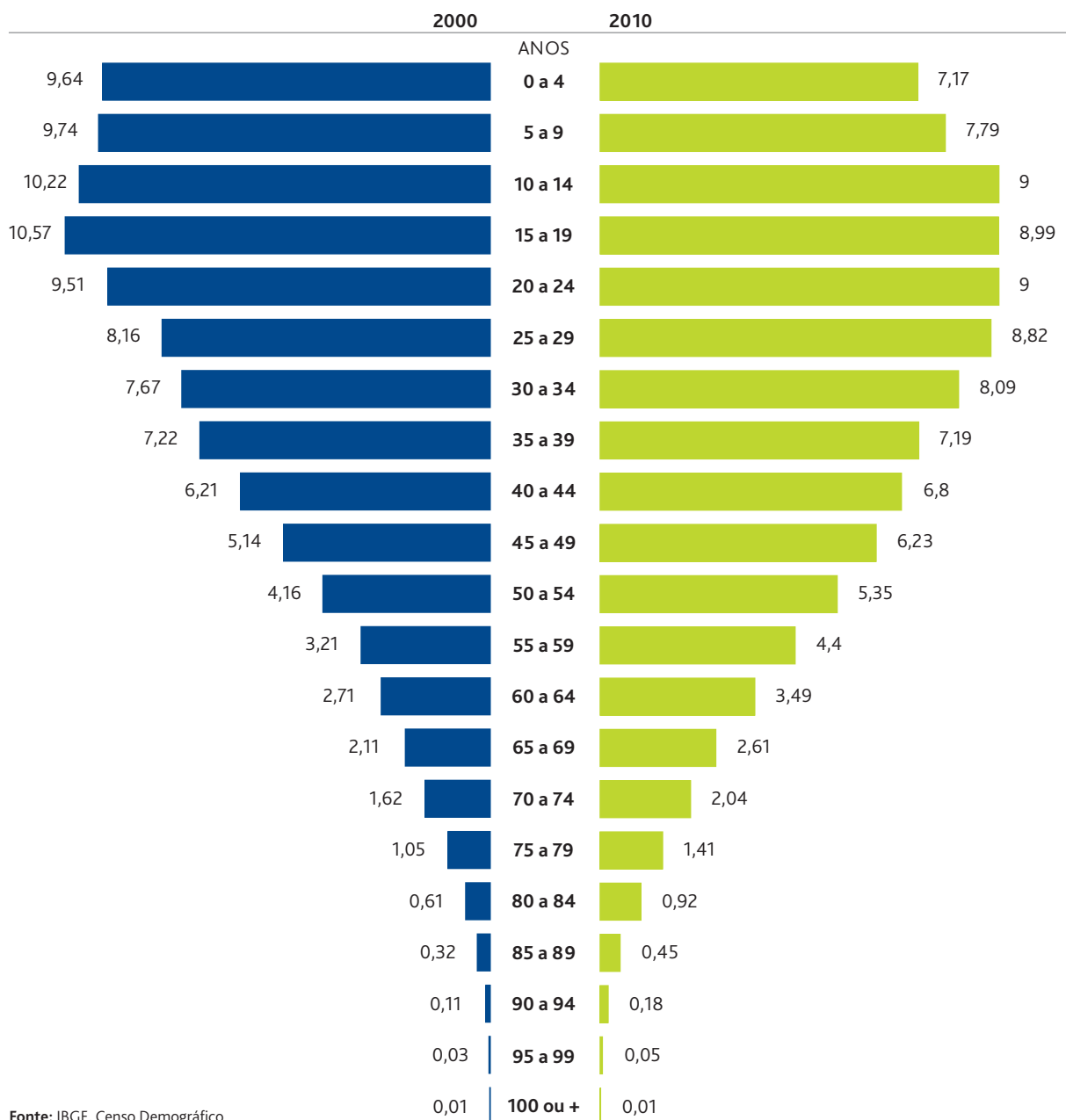
**D**esde meados da década de 1990, o Brasil produz mais e melhores números sobre os sistemas de ensino públicos e privados. Por meio desses dados, é possível retratar a situação da Educação no país e, dessa forma, agir adequadamente para a melhoria da qualidade oferecida aos alunos brasileiros.

## Dados gerais

Países com população mais jovem enfrentam maior demanda por Educação Básica, ou seja, precisam oferecer mais vagas proporcionalmente em creches e escolas. A população brasileira está envelhecendo, e isso tem impacto sobre as matrículas no Ensino Fundamental, por exemplo.

### População

População por faixa etária (percentual)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

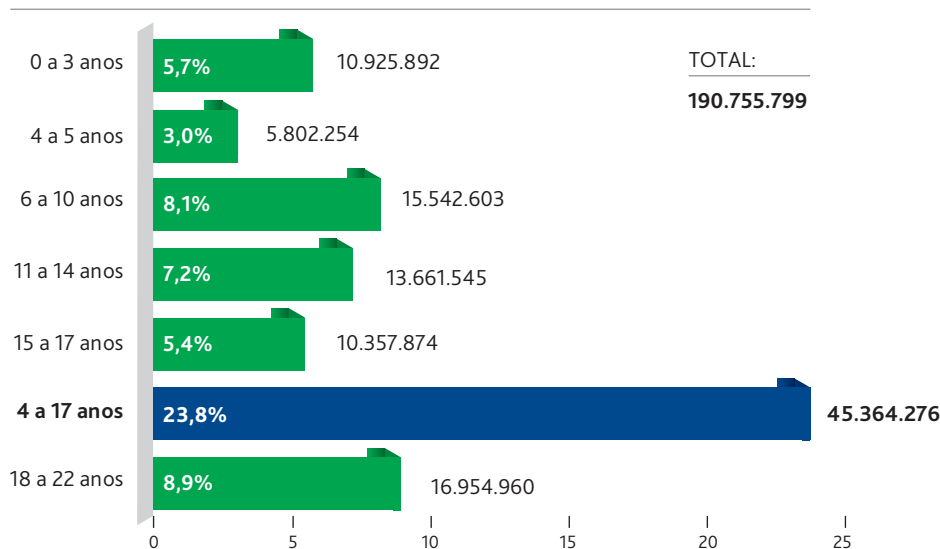
## Mudança de perfil

Em 2040, a população deve chegar a 219 milhões, e, em 2050, esse número cairá e devemos ser 215 milhões de brasileiros. O processo de envelhecimento veio com a queda na taxa de fecundidade (1,94 filho por mulher hoje), que ganhou força a partir da década de 1980. Assim, em 30 anos, a população deve parar de crescer, segundo o IBGE.

**30 anos**  
é o prazo para que  
a população  
pare de crescer

### População em idade escolar

População residente, segundo os grupos de idade  
Brasil - 2010 - Total em %



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

## Hora de ir para a escola

O Brasil tem uma população escolar expressiva de mais de 45 milhões de crianças e jovens entre 4 e 17 anos. Vale observar também que o total significativo de jovens entre 18 e 22 anos gera demanda por vagas nas instituições de Ensino Superior.

### O que é o bônus demográfico

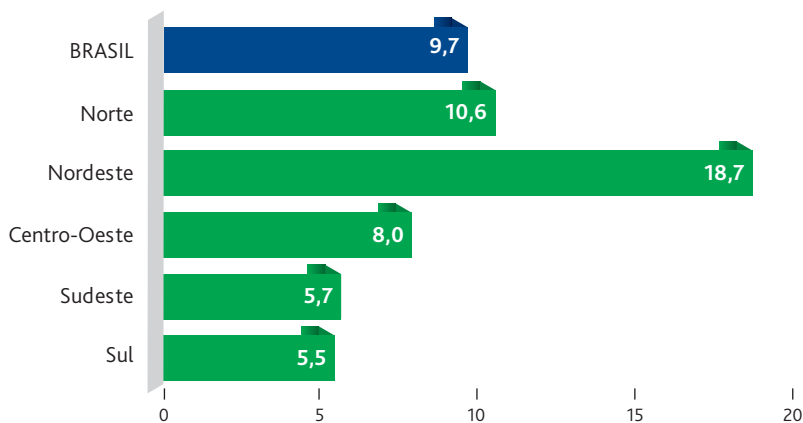
Um país vive uma situação de bônus demográfico quando a População Economicamente Ativa (PEA) supera com boa margem a de dependentes. O aproveitamento dessa janela demográfica pode gerar crescimento econômico, caso a PEA esteja preparada em termos educacionais e de qualificação profissional para atuar no mercado de trabalho atual.

Fonte: IBGE 2008 – Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade – 1980 – 2050 – Revisão 2008.

## Alfabetização

### Taxa de analfabetismo

Pessoas com 15 anos ou mais de idade - 2009 (%)



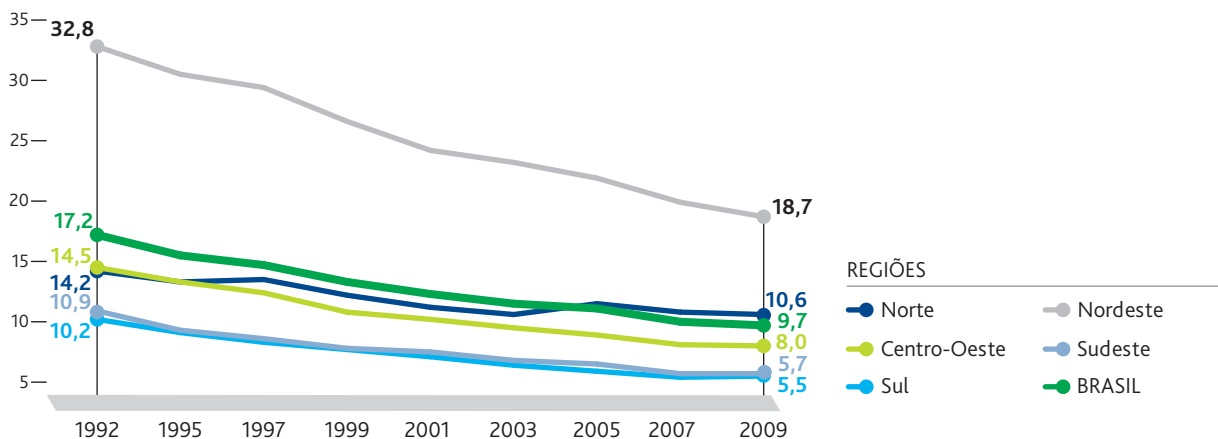
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) / IBGE (Dados declaratórios).

Embora a taxa de analfabetismo do país tenha caído de 10% para 9,7% das pessoas com 15 anos ou mais de idade, entre 2008 e 2009 (a quinta queda consecutiva na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad), esse percentual ainda representa 14,1 milhões de pessoas.

**14,1 milhões**  
é o total de analfabetos  
no país

### Taxa de analfabetismo - Evolução Histórica

Pessoas com 15 anos ou mais de idade (%)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) / IBGE (Dados declaratórios).

### O analfabetismo na Pnad

Para entender o que significam os números de analfabetismo na Pnad, é importante conhecer como essa pergunta aparece no questionário da pesquisa. Para os moradores de um domicílio, pergunta-se se sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples, além de outros itens relativos à Educação. Ou seja, a alfabetização é entendida em um sentido restrito e é declaratória: o entrevistado fala de si próprio e das demais pessoas que ocupam a casa.

## Analfabetismo funcional

### Nível de Alfabetização, segundo a faixa etária (%) - 2009

	15 - 24 anos	25 - 34 anos	35 - 49 anos	50 - 64 anos
Analfabeto	2	3	7	20
Rudimentar	13	15	25	32
Básico	52	50	45	18
Pleno	33	32	23	10
<b>Analfabetos Funcionais*</b>	<b>15</b>	<b>18</b>	<b>31</b>	<b>52</b>
<b>Alfabetizados Funcionalmente**</b>	<b>85</b>	<b>82</b>	<b>69</b>	<b>48</b>

Fonte: Instituto Paulo Montenegro.

### Nível de Alfabetismo, segundo a escolaridade População de 15 a 64 anos (%) - 2009

	Nenhuma	1ª à 4ª série	5ª à 8ª série	Ensino Médio	Ensino Superior
Analfabeto	66	10	0	0	0
Rudimentar	29	44	24	6	1
Básico	4	41	61	56	31
Pleno	1	6	15	38	68
<b>Analfabetos Funcionais*</b>	<b>95</b>	<b>54</b>	<b>24</b>	<b>6</b>	<b>1</b>
<b>Alfabetizados Funcionalmente**</b>	<b>5</b>	<b>46</b>	<b>76</b>	<b>94</b>	<b>99</b>

Fonte: Instituto Paulo Montenegro.

\* São considerados analfabetos funcionais aqueles classificados nos níveis analfabeto e rudimentar.

\*\* São considerados alfabetizados funcionalmente aqueles classificados nos níveis básico e pleno.

Segundo os dados do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), quase um terço da população entre 35 e 49 anos é de analfabetos funcionais. Na faixa etária imediatamente anterior, entre 25 e 34 anos, que teve mais acesso à Educação, esse percentual é menor: 18%. No entanto, entre os 82% alfabetizados funcionalmente, 50% estão no nível básico.

## Analfabetismo e alfabetismo funcional

O Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (Inaf) é produzido pelo Instituto Paulo Montenegro, ligado ao Ibope, a partir de um teste aplicado na amostra pesquisada. Seu objetivo é medir as habilidades e práticas de leitura, escrita e matemática dos brasileiros entre 15 e 64 anos de idade.

São consideradas analfabetas funcionais as pessoas analfabetas e aquelas que, mesmo sabendo ler e escrever frases simples, não possuem as habilidades necessárias para satisfazer às demandas do seu dia a dia e se desenvolver pessoal e profissionalmente. Isso inclui, por exemplo, entender um bilhete ou uma notícia de jornal. Veja mais informações sobre a metodologia no *site* [www.ipm.org.br](http://www.ipm.org.br).

*Dos adultos com idade  
entre 35 e 49 anos*

**31%**

*são considerados  
analfabetos funcionais*



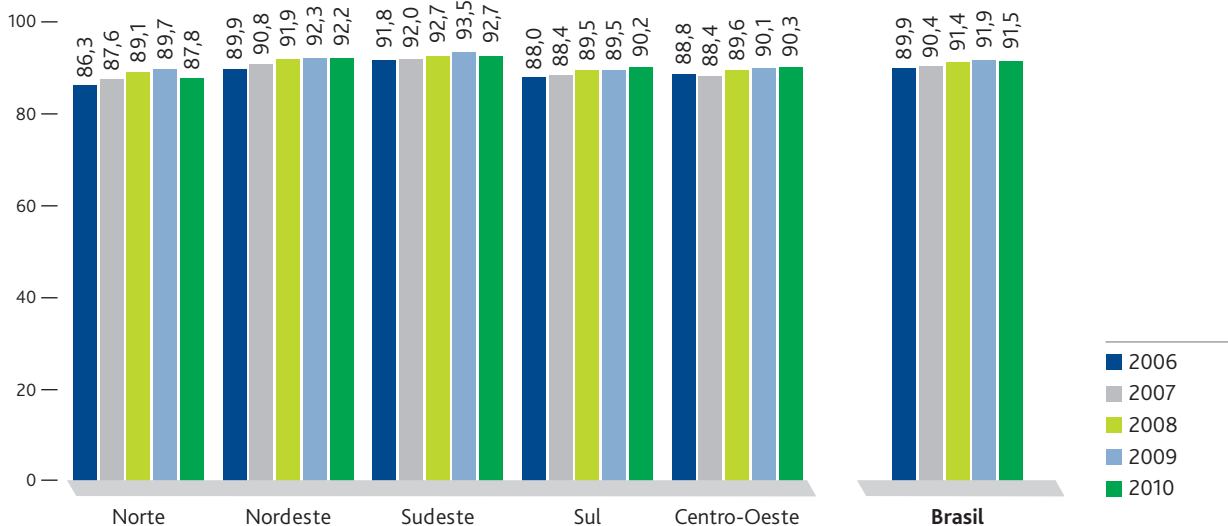
## Atendimento

Os dados mais recentes mostram que 3,8 milhões de crianças e jovens entre 4 e 17 anos ainda estão fora da escola, o que representa 8,5% da população nessa faixa etária. A maior defasagem se concentra na pré-escola, que atende as crianças de 4 e 5 anos: 19,9% dessa população ainda não está matriculada no sistema de ensino. Também é elevado o percentual de jovens entre 15 e 17 anos fora da escola: 16,7%.

# 8,5%

das crianças e jovens de 4 a 17 anos estão fora da escola

### Atendimento de 4 a 17 anos, por região



Fonte: Dados de 2006-2009, Pnad/IBGE. Dados de 2010, resultados preliminares da amostra do Censo Demográfico 2010 - IBGE.

Nota: Pnad e Censo Demográfico possuem metodologias distintas.

## Educação Básica obrigatória e gratuita

Até pouco tempo, o Brasil utilizava principalmente a taxa de atendimento de 7 a 14 anos, que equivalia ao Ensino Fundamental de oito anos. O elevado percentual de crianças e jovens nessa faixa etária na escola imprimiu a ideia de que o país teria universalizado o Ensino Fundamental.

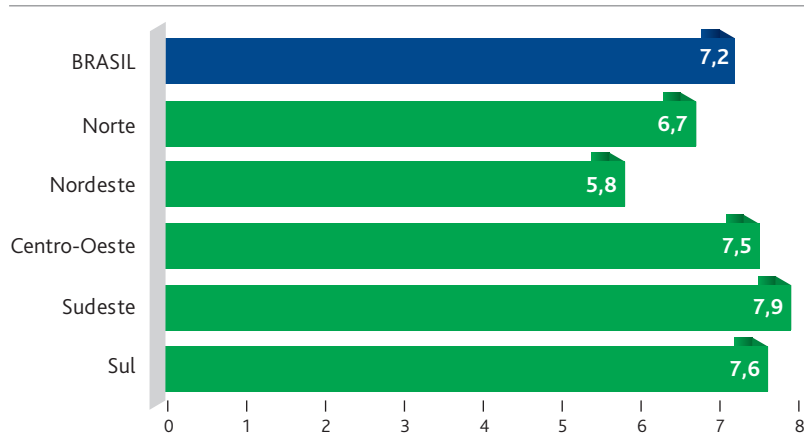
De lá para cá, porém, ocorreram duas mudanças importantes: o Ensino Fundamental passou a ter nove anos (vai dos 6 aos 14 anos) e a Pré-Escola e o Ensino Médio tornaram-se obrigatórios. O texto constitucional aprovado em 2009 instituiu a obrigatoriedade da Educação Básica gratuita para todos com idade de 4 a 17 anos, com implementação pelas

redes prevista até 2016. Assim, faz sentido considerar essa faixa etária na hora de avaliar a taxa de atendimento na Educação brasileira.

## Escolaridade

### Escolaridade média em anos de estudo

Pessoas com 25 anos ou mais - 2009 (%)



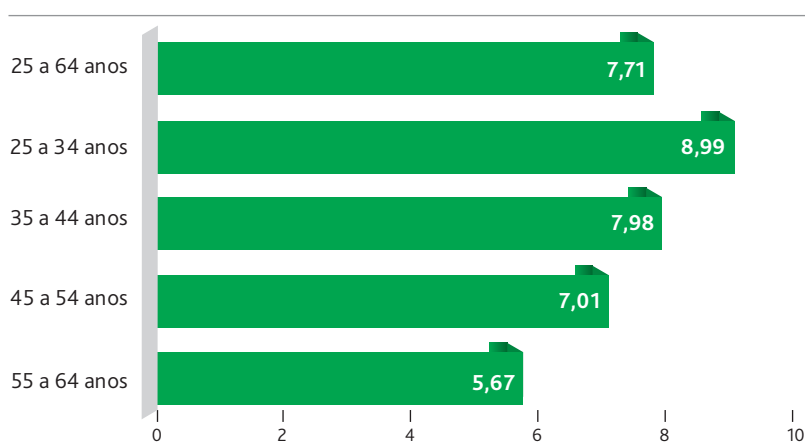
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

A maioria da população ocupada do país possui 11 ou mais anos de estudo, o que significa ter completado a Educação Básica (no Ensino Fundamental de oito anos).

**60,7%**  
têm ao menos  
11 anos de estudo

### Escolaridade média em anos de estudo

Faixa etária - 2009 (%)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

## Educação Especial

“A capacidade demonstrada pelo país de melhorar seus indicadores educacionais nos permite afirmar que é possível sim universalizar o direito de aprender para todas e cada uma das crianças e adolescentes no Brasil”. A constatação é da representação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil. O órgão da ONU estima que, das 700 mil crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos fora da escola, um terço possui alguma deficiência.

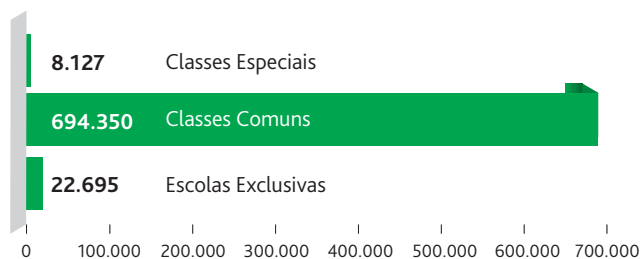
# 378<sup>MIL</sup>

*é a meta de matrículas do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência*

O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência — o Viver sem Limite, lançado pela presidente Dilma Rousseff em novembro de 2011, tem como um de seus objetivos matricular 378 mil crianças e adolescentes portadores de deficiência na escola.

### Professores na Educação Especial - Brasil - 2010

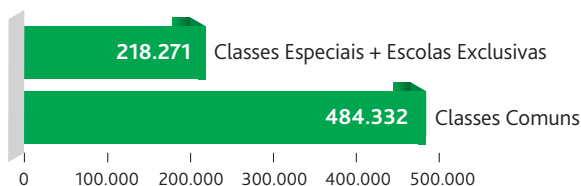
#### Tipos de Atendimento



Fonte: MEC/Inep/Deed.

Nota: Os professores podem atuar em mais de uma Unidade Federativa (UF) e em mais de um tipo de atendimento.

### Educação Especial - Matrículas - Brasil - 2010



Fonte: MEC/Inep/Deed.

As estatísticas mostram que 77% dos alunos brasileiros com algum tipo de deficiência estão matriculados na rede pública. Minas Gerais é o estado em que as redes pública e privada estão mais próximas no que diz respeito ao percentual de alunos nessa modalidade de ensino: são 56% na rede pública e 44% na privada. Em Roraima, a situação é bem diferente: cerca de 99% desses estudantes são atendidos pela rede pública de ensino.

# 77%

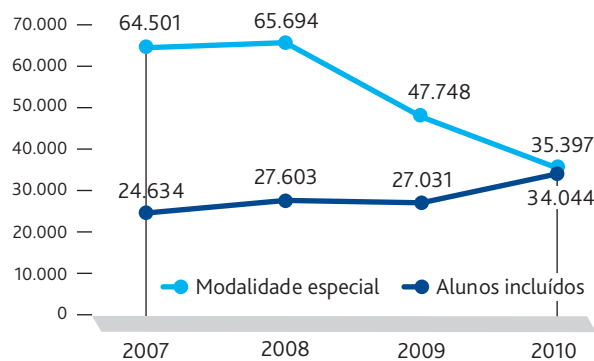
*estão matriculados na rede pública*

### O que diz a lei

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional define como educação especial a modalidade oferecida aos alunos com necessidades educacionais especiais e estabelece que isso deve ocorrer “preferencialmente na rede regular de ensino”. Também determina que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para esses alunos e que o atendimento será feito em classes, escolas ou serviços especializados quando não for possível a integração nas classes comuns.

**Número de matrículas de Educação Especial na Educação Infantil**

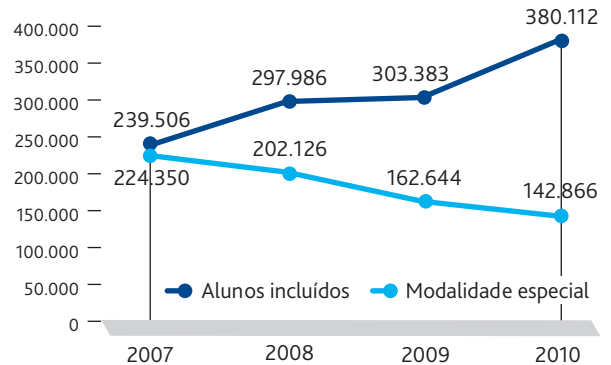
Brasil - 2007-2010



Fonte: MEC/Inep/Deed.

**Número de matrículas de Educação Especial no Ensino Fundamental**

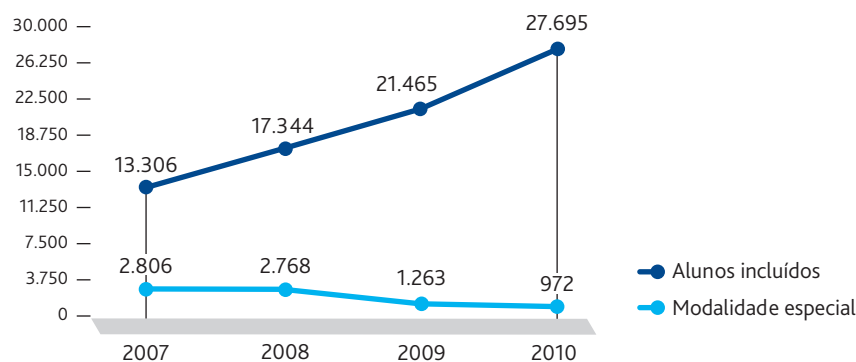
Brasil - 2007-2010



Fonte: MEC/Inep/Deed.

**Número de matrículas de Educação Especial no Ensino Médio**

Brasil - 2007-2010



Fonte: MEC/Inep/Deed.

**EDUCAÇÃO ESPECIAL**

No Brasil, a legislação garante o acesso de todos à Educação, estabelecendo que o atendimento especializado deve acontecer preferencialmente na escola regular. Se no plano legal a inclusão encontra respaldo, este ainda é um tema que tem desafiado a Educação, pois se relaciona à capacidade dos sistemas de ensino, das escolas e dos professores de trabalhar com a diversidade, o que requer estrutura física e humana, mas também novas posturas e práticas pedagógicas. Para Rodrigo Mendes, especialista em inclusão, a presença de estudantes com deficiência na sala de aula regular traz à tona uma série de insuficiências e anacronismos do modelo de ensino pautado pela homogeneidade. “Como resultado, os educadores precisam criar projetos pedagógicos mais criativos e contemporâneos, beneficiando a todos os alunos”, diz.

**“No Brasil, a legislação garante o acesso de todos à Educação, estabelecendo que o atendimento especializado deve acontecer preferencialmente na escola regular.”**

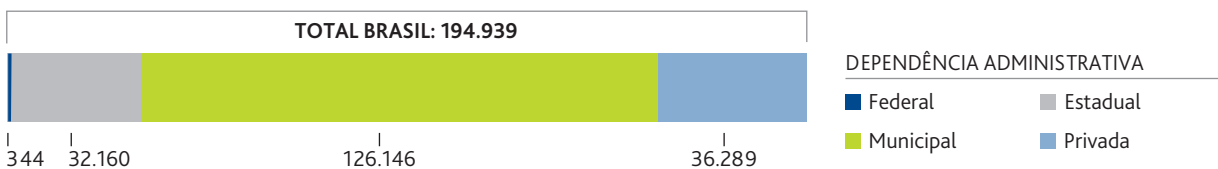
## Escolas

O Brasil contava em 2010 com quase 195 mil escolas, segundo os dados disponibilizados pelo Ministério da Educação. As unidades de ensino municipais predominam no Ensino Fundamental, enquanto a maioria dos estabelecimentos que oferecem Ensino Médio é estadual.

### Unidades

#### Educação Básica

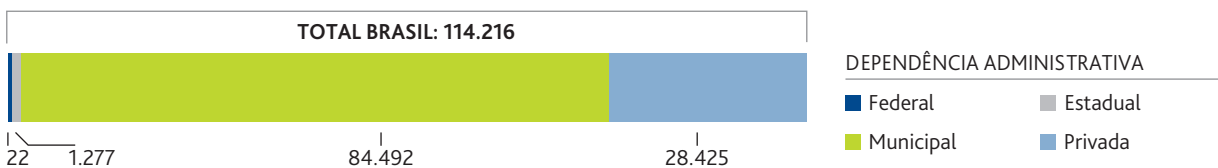
Número de Estabelecimentos de Educação Básica por Dependência Administrativa - 2010



Fonte: Censo da Educação Básica 2010.

#### Educação Infantil

Número de Estabelecimentos de Educação Infantil por Dependência Administrativa - 2010



Fonte: Censo da Educação Básica 2010.

#### Ensino Fundamental

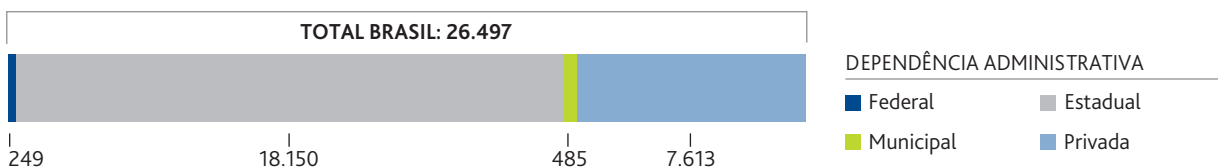
Número de Estabelecimentos de Ensino Fundamental por Dependência Administrativa - 2010



Fonte: Censo da Educação Básica 2010.

#### Ensino Médio

Número de Estabelecimentos de Ensino Médio por Dependência Administrativa - 2010



Fonte: Censo da Educação Básica 2010.

Nota: O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa/modalidade de ensino.

## Infraestrutura

Número de Escolas, Matrículas e Percentual de Matrículas e Escolas Atendidas segundo a Infraestrutura das Escolas - Ensino Fundamental Regular Brasil - 2010

Infraestrutura	ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR							
	Anos Iniciais				Anos Finais			
	Escolas	Matrículas	% Escolas Atendidas	% Matrículas Atendidas	Escolas	Matrículas	% Escolas Atendidas	% Matrículas Atendidas
Quadra de Esporte	36.557	8.461.854	27,1	50,5	34.597	10.160.311	55,3	71,3
Biblioteca	42.029	8.385.213	31,2	50,0	36.417	9.198.575	58,2	64,6
Laboratório de Ciências	10.585	2.237.862	7,9	13,4	14.781	4.638.376	23,6	32,6
Laboratório de Informática	44.766	10.127.515	33,2	60,4	41.981	11.831.835	67,1	83,0
Acesso à Internet	53.881	11.999.091	40,0	71,6	43.459	12.236.951	69,5	85,9
Dependências e vias adequadas	16.829	3.947.111	12,5	23,6	14.542	4.208.004	23,2	29,5

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Número de Escolas, Matrículas e Percentual de Matrículas e Escolas Atendidas segundo a Infraestrutura das Escolas - Ensino Médio Regular Brasil - 2010

Infraestrutura	ENSINO MÉDIO REGULAR			
	Escolas	Matrículas	% Escolas Atendidas	% Matrículas Atendidas
Quadra de Esporte	19.618	6.677.681	74,0	79,9
Biblioteca	19.175	6.121.164	72,4	73,2
Laboratório de Ciências	12.785	4.726.535	48,3	56,6
Laboratório de Informática	23.153	7.810.299	87,4	93,5
Acesso à Internet	24.452	7.926.871	92,3	94,8
Dependências e vias adequadas	8.067	2.851.427	30,4	34,1

Fonte: MEC/Inep/Deed.

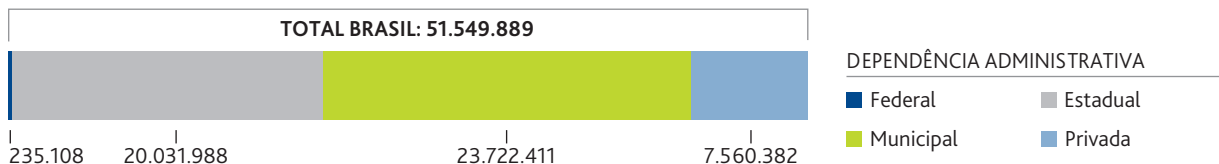
Estimativa do Ministério da Educação indica que 22% das escolas públicas brasileiras ofereciam educação integral no final de 2011. O período integral é uma proposta de ensino em que o aluno permanece na escola durante dois turnos (no mínimo 7 horas por dia), cumprindo atividades curriculares, esportivas e lúdicas.

**22%**  
das escolas com  
Educação Integral

## Matrículas

### Educação Básica

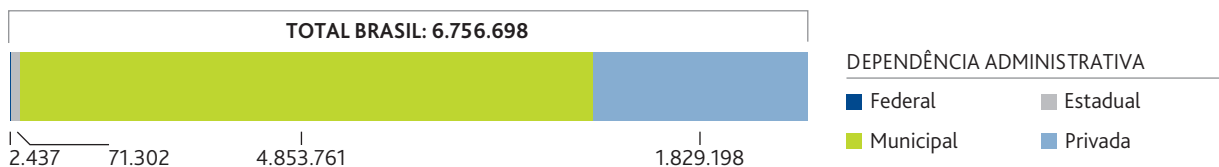
Número de Matrículas na Educação Básica por Dependência Administrativa - 2010



Fonte: Censo da Educação Básica 2010.

### Educação Infantil

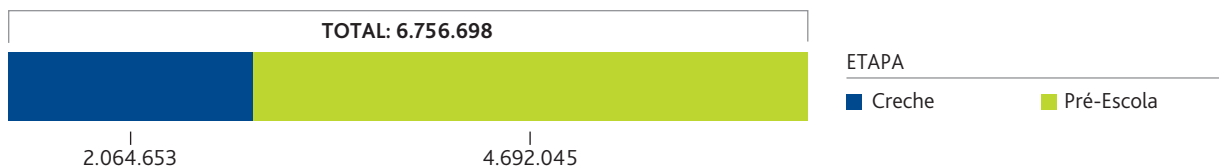
Número de Matrículas na Educação Infantil por Dependência Administrativa - 2010



Fonte: Censo da Educação Básica 2010.

### Educação Infantil

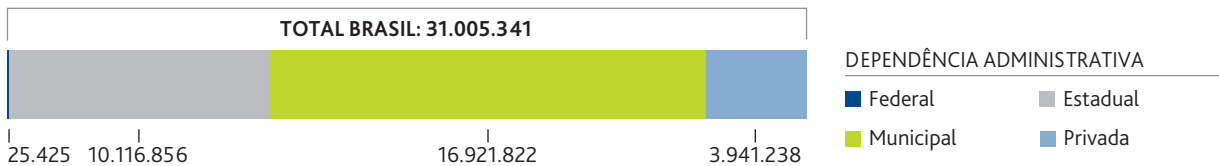
Número de Matrículas na Educação Infantil por etapa de ensino - 2010



Fonte: Censo da Educação Básica 2010.

### Ensino Fundamental

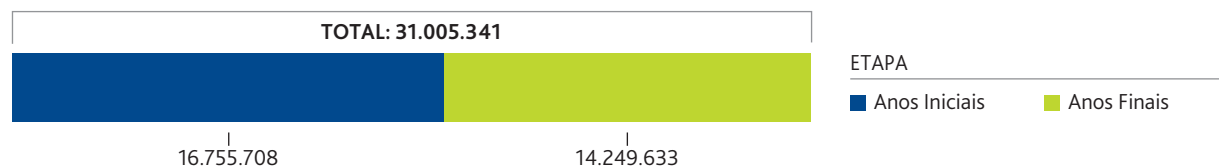
Número de Matrículas no Ensino Fundamental por Dependência Administrativa - 2010



Fonte: Censo da Educação Básica 2010.

### Ensino Fundamental

Número de Matrículas no Ensino Fundamental por etapa de ensino - 2010



Fonte: Censo da Educação Básica 2010.

## O DESAFIO DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Hoje, 24 anos depois da Constituinte e 16 anos depois da LDB, é possível constatar que já superamos muitos desafios na primeira etapa da Educação Básica. O primeiro era tornar realidade a inclusão da Educação da criança pequena no sistema educacional. Essa inclusão, ainda incompleta, processou-se em diversos sentidos: acolhendo a creche; recrutando professores formados – e não mais leigos; garantindo fontes de financiamento; elaborando diretrizes curriculares e indicadores de qualidade; incluindo a Educação Infantil nos programas de merenda, transporte e material pedagógico; ampliando matrículas.

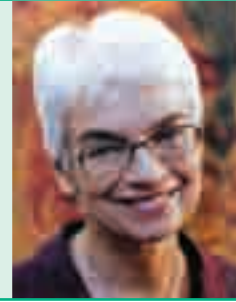
A legislação delegou aos municípios a principal responsabilidade pela Educação Infantil: são eles que respondem por quase 70% das matrículas e pela fiscalização das instituições privadas. Essa atribuição representa um dos maiores desafios para a equidade da oferta e para a qualidade desse atendimento, pois é notória a diversidade e a desigualdade que existe entre os municípios brasileiros.

O Censo Escolar registra mais de 20 tipos de estabelecimentos que incluem a Educação Infantil: somente Creche, somente Pré, Creche e Pré, Ensino Fundamental e Pré etc. Esse dado é importante para se levar em conta na implantação da obrigatoriedade da Educação a partir dos 4 anos, pois essas crianças podem estar matriculadas em unidades com as mais diversas configurações.

Também é característica desse atendimento a heterogeneidade de condições de funcionamento dos estabelecimentos: as crianças são atendidas em período parcial ou integral; em instituições municipais, conveniadas ou particulares; a qualidade da infraestrutura, da alimentação, dos cuidados de saúde é muito diversa, assim como as condições de trabalho, remuneração e formação continuada dos profissionais. Os diretores são escolhidos por indicação política com maior frequência do que no Ensino Fundamental e os convênios com entidades são muitas vezes objeto de clientelismo.

Outra questão que desafia os sistemas é a antecipação da idade de ingresso no Ensino Fundamental: ainda hoje turmas de 1º ano não se encontram nas escolas de Ensino Fundamental, mas, nominalmente, em pré-escolas; crianças cada vez mais novas são empurradas para a 1ª série que consta como o 2º ano de escolas de Ensino Fundamental, as quais não se prepararam para receber alunos mais novos, com currículos que não foram adaptados e professores que não receberam formação para essas mudanças.

Tudo isso aponta para o maior desafio que resta: ganhar qualidade nas práticas cotidianas com crianças pequenas em creches e pré-escolas – o que supõe, principalmente, focalizar a formação dos profissionais e o currículo.



**Maria Malta Campos**

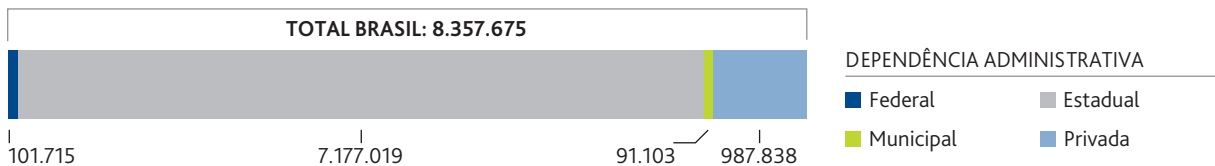
Pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e presidente da diretoria colegiada da ONG Ação Educativa.

***“A legislação delegou aos municípios a principal responsabilidade pela Educação Infantil: são eles que respondem por quase 70% das matrículas e pela fiscalização das instituições privadas. Essa atribuição representa um dos maiores desafios para a equidade da oferta e para a qualidade desse atendimento.”***



### Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado

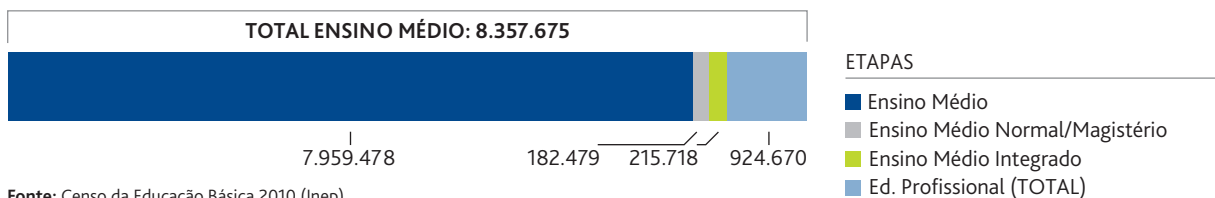
Número de Matrículas no Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado por Dependência Administrativa - 2010



Fonte: Censo da Educação Básica 2010 (Inep).

### Ensino Médio

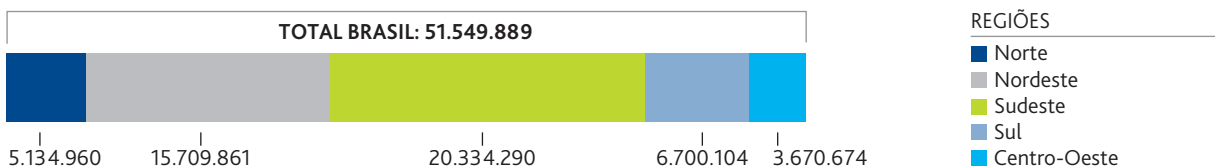
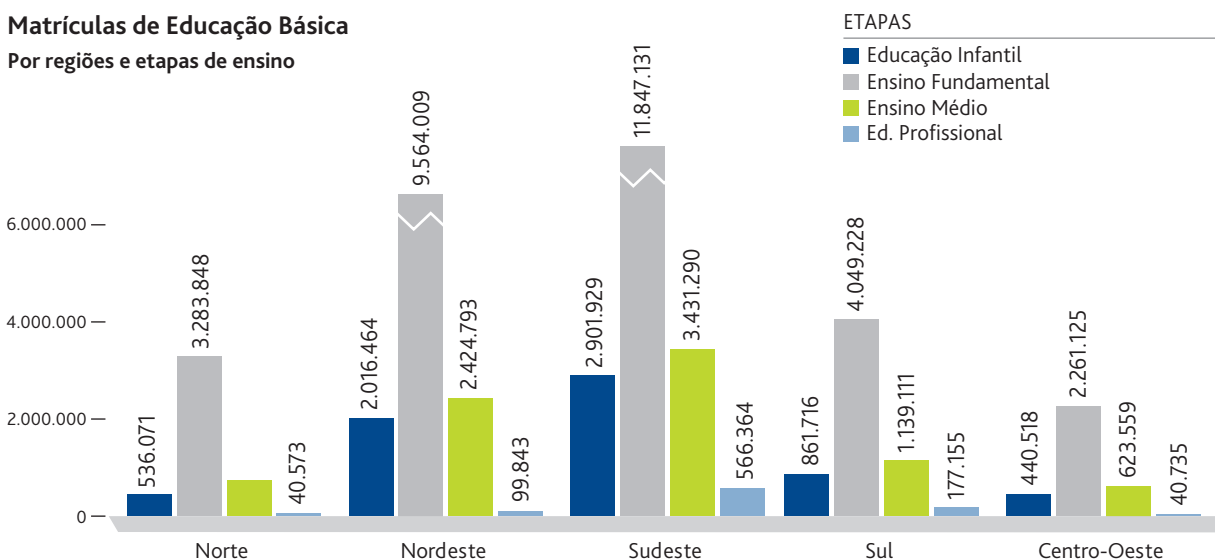
Número de Matrículas no Ensino Médio por etapa de ensino - 2010



Fonte: Censo da Educação Básica 2010 (Inep).

### Matrículas de Educação Básica

Por regiões e etapas de ensino



Fonte: Censo da Educação Básica 2010 (Inep)

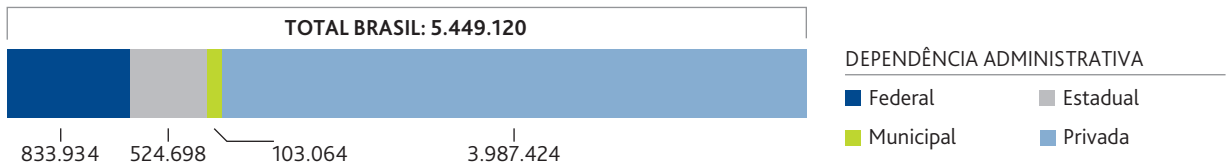
Do total de matrículas na Educação Básica, pouco mais de 39% se concentram na região Sudeste. Em seguida, aparece o Nordeste, com cerca de 30%. A região Norte responde por 10% das matrículas.

**39%**  
das matrículas no Sudeste

## Educação Superior

O Ensino Superior é a última etapa da Educação. O número de jovens que conseguem chegar a esse ponto de sua formação e daqueles que concluem seu curso de graduação são indicadores importantes das oportunidades educacionais oferecidas à população de um país.

### Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais (2010)



Fonte: Censo da Educação Superior 2010 (Inep).

### Matrículas em Cursos de Graduação a Distância (2010)

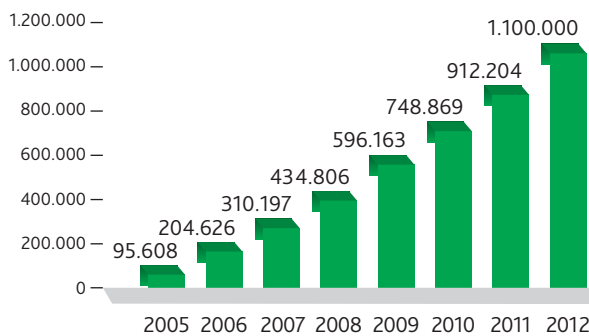


Fonte: Censo da Educação Superior 2010 (Inep).

As matrículas no Ensino Superior no Brasil cresceram 110% entre 2001 e 2010, segundo os dados do Censo da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC). Dessa forma, o total de alunos matriculados chegou a 6,4 milhões de pessoas. As vagas ainda se concentram nas instituições privadas: 74,2% do total.

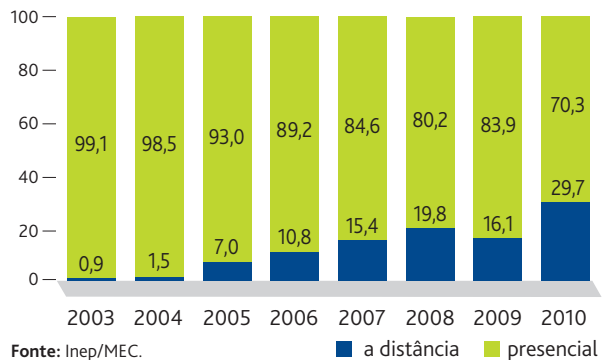
**110%**  
de crescimento nas matrículas

### Bolsas Prouni - Quantidade Acumulada



Fonte: Sesu/MEC.

### Ingressantes em cursos de graduação (%)



Fonte: Inep/MEC.

No Brasil, 12% dos adultos entre 35 e 44 anos completaram o Ensino Superior segundo dados da publicação “Education at a Glance 2010”, da OCDE. No Chile, esse percentual é de 24%, e nos Estados Unidos chega a 43%.

**12%**  
têm Ensino Superior

## Alunos

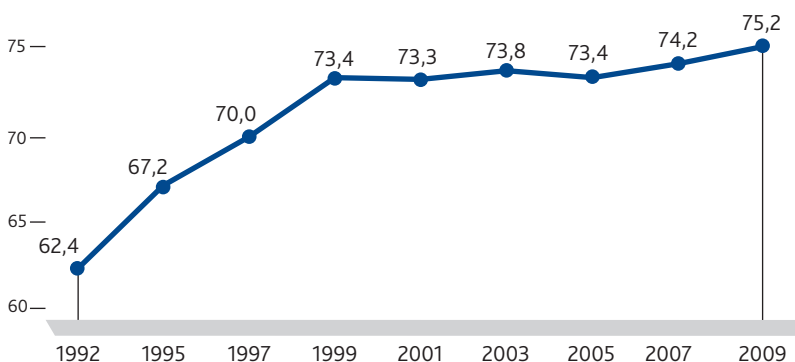
O aluno é a razão de ser da Educação. Deve estar no centro das análises, debates e políticas públicas de ensino. O país conta com dados importantes sobre o aluno, que permitem saber qual o percentual que está matriculado no nível de ensino adequado, quantos são aprovados, reprovados ou abandonam a escola todos os anos, e qual a parcela que está atrasada na trajetória escolar.

### Escolarização

A taxa bruta de matrícula considera todas as pessoas que frequentam um determinado nível de ensino sobre a população total na faixa etária adequada a este nível e pode superar os 100%. Portanto, capta os alunos atrasados que, por exemplo, deveriam estar no Ensino Médio mas estão no Fundamental. Já a taxa de matrícula líquida no Ensino Fundamental, por exemplo, considera as pessoas de 6 a 14 anos frequentando essa etapa de ensino sobre a população de 6 a 14 anos (*veja também o Glossário*). Ou seja, quanto mais a escolarização líquida se aproximar de 100%, melhor. Nas regiões Norte e Nordeste esse indicador ainda está abaixo de 40%, segundo dados de 2009.

#### Taxa de escolarização líquida

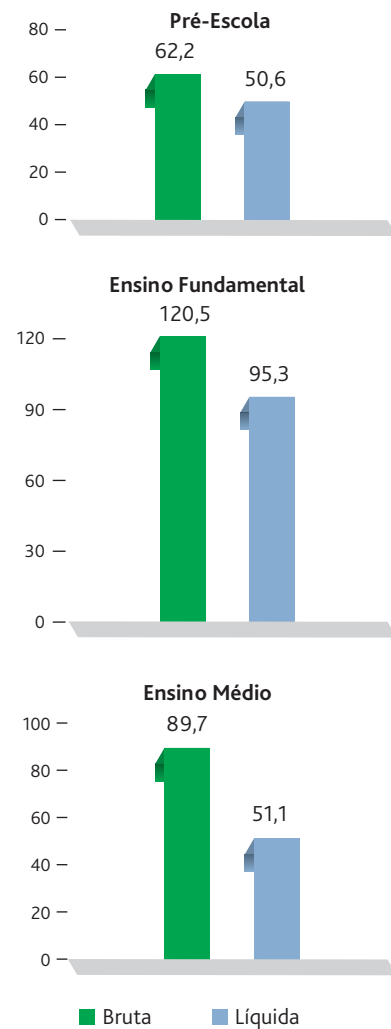
População de 7 a 22 anos - Brasil (percentual)



Fonte: Pnad (IBGE).

Os números acima, de matrícula líquida total, consideram as pessoas de 7 a 22 anos frequentando o Ensino Fundamental, Médio ou Superior sobre a população de 7 a 22 anos. Embora esteja crescendo, esse indicador ainda está aquém do desejável.

#### Taxa de Escolarização Brasil - 2009 (%)



Fonte: Pnad (IBGE).

## AS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E O DIREITO DE APRENDER

Na estrutura da Educação Básica, os anos iniciais do Ensino Fundamental se constituem na pedra angular. Especialmente durante os três primeiros anos, que correspondem ao ciclo de alfabetização, o Ensino Fundamental adquire uma função estruturante em relação à toda escolaridade posterior.

Para que esta pedra angular seja de fato sólida e possa alicerçar a construção, é preciso que ela tenha efetiva qualidade – e aí temos um problema que precisamos resolver como nação.

Os indicadores, como os dados do IBGE e a Prova ABC, mostram que o resultado pedagógico do ciclo de alfabetização é generalizadamente precário. Os alunos ainda não atingem a proficiência esperada para esta etapa da escolaridade.

Precisamos ter todas as crianças, sem exceção, alfabetizadas até os 8 anos de idade, e o primeiro passo para isso é enunciar, com todas as letras, o direito de aprendizagem. Isso significa assumir que toda criança, em qualquer parte do país, tem como direito assegurado desenvolver a base de conhecimentos adequada para sua faixa etária.

Temos de garantir que os sistemas de ensino, bem como as escolas e professores, passem a elaborar seus projetos políticos pedagógicos a partir dos direitos de aprendizagem das crianças. Não se trata de adotar políticas prescritivas, já que as respostas educativas a esse princípio serão encontradas por cada um, em seus contextos e respeitando a diversidade. Mas deve prevalecer a noção de direito à aprendizagem.

A elevação da qualidade na escola também passa pelas condições em que o magistério é exercido. Todo programa de melhoria de qualidade na Educação depende visceralmente da qualificação dos professores – e, em primeiro lugar, dos alfabetizadores.

Não teremos o tempo histórico para formar novos quadros de professores. Só avançaremos se tratarmos com respeito e diligência os atuais professores.

Isso passa por iniciativas como o piso salarial, pela valorização do alfabetizador e por melhorias das condições gerais, como os materiais pedagógicos, o uso das tecnologias, e, sem dúvida, pelo fortalecimento dos programas de formação continuada, que devem ser cada vez mais intensivos e completos.

Por fim, precisamos mudar fora da escola também. É urgente uma intensa mobilização nacional para que as famílias se envolvam. Os pais devem perceber que as crianças têm também resultados a alcançar e não podem admitir a falta sem justificativa. Hoje temos um absentismo industrial no país.

A sociedade como um todo precisa estar consciente de que não basta ir à escola e encontrar vagas. As crianças estão lá para alcançar objetivos de aprendizagem, entre eles, o da plena alfabetização.



**Cesar Callegari**

Secretário de Educação  
Básica do MEC.

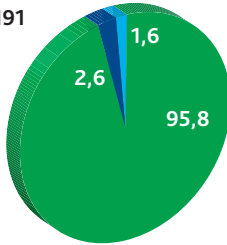
***“Precisamos ter todas as crianças, sem exceção, alfabetizadas até os 8 anos de idade, e o primeiro passo para isso é enunciar, com todas as letras, o direito de aprendizagem.”***

## Fluxo

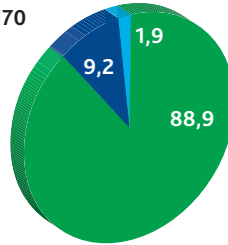
### Número de Matrículas e Taxa de Rendimento por série - 2010 (Brasil)

■ Aprovação ■ Reprovação ■ Abandono

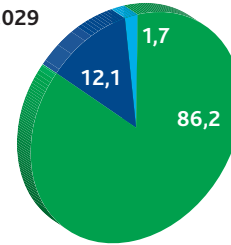
1º EF  
2.883.191



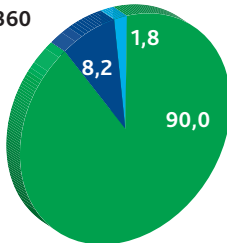
2º EF  
3.216.170



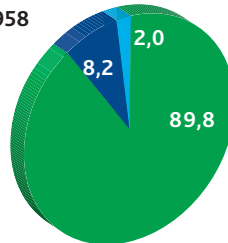
3º EF  
3.589.029



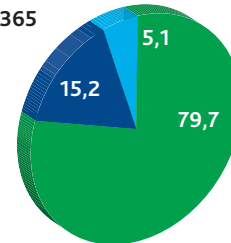
4º EF  
3.489.360



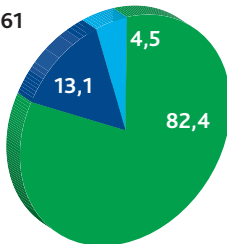
5º EF  
3.577.958



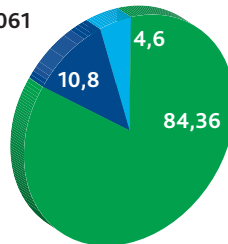
6º EF  
4.150.365



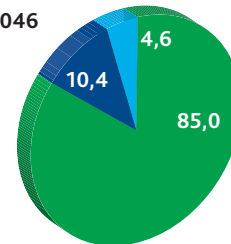
7º EF  
3.675.161



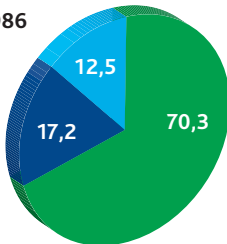
8º EF  
3.333.061



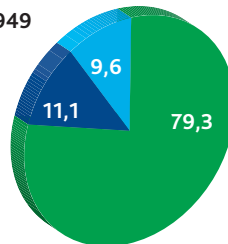
9º EF  
3.091.046



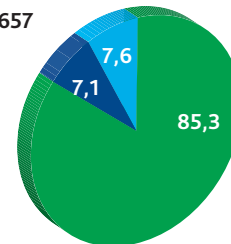
1º EM  
3.471.986



2º EM  
2.578.949



3º EM  
2.197.657



Fonte: MEC/ Inep/ Deed.

Observe os gráficos acima. Representam as taxas de aprovação, reprovação e abandono no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Veja que a taxa de aprovação, que deveria ser o mais próxima possível dos 100%, vai caindo, enquanto aumentam os percentuais dos alunos reprovados ou que abandonam a escola, com impacto direto sobre as matrículas (sobre abandono e evasão, veja o *Glossário*).

**17,2%**  
dos alunos do 1º ano  
do Ensino Médio  
foram reprovados  
em 2010

## DESAFIOS DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Fundamental, assim denominado pela Lei nº 9.394, de 1996, foi, em grande medida, concebido em 1971, mediante a Lei nº 5.692 e com a denominação de 1º Grau, como uma etapa obrigatória da escolarização que articulava o antigo ensino primário, de quatro séries, com o ciclo ginasial, também de quatro séries, do ensino secundário, rompendo com a barreira do exame de admissão, considerado um obstáculo para a democratização da escola. Sua perspectiva era a da construção de um tipo de escolarização de base, alargando os horizontes da “escola de primeiras letras” em contato com conhecimentos mais aprofundados e sem perder de vista as necessidades de atendimento a amplos contingentes.

Contudo, estamos ainda diante de muitos desafios no sentido de sua plena democratização e até mesmo da construção de uma identidade para a etapa como um todo. Um deles reside no processo de formação de seus professores, ancorada numa concepção de ensino quase que exclusivamente associada à repartição do conhecimento escolar em oito disciplinas acadêmicas.

Potencialmente em conexão com esse perfil do professorado, chama a atenção as taxas de rendimento do conjunto de suas séries, pois, embora a taxa de abandono tenha caído de 14%, em 1999, para 5%, em 2010, o patamar de aprovação oscilou, neste período, de 77% para 81%, com a conseqüente elevação da reprovação de 9% para 14%, dando a entender que os alunos ficam na escola sem a contrapartida da aprendizagem.

Isso se reflete nos patamares de desempenho de seus concluintes, expressos nos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), com pequena elevação das proficiências a partir de 2005. Esse quadro, combinado com as taxas de aprovação, influenciaram no crescimento modesto do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

A concentração das matrículas nas redes públicas transforma o enfrentamento das tarefas para a melhoria da qualidade dos anos finais do Ensino Fundamental numa tarefa concernente ao chamado regime de colaboração entre os entes federados, haja vista que assistimos de 1999 até hoje a uma redução da participação das redes estaduais.

Não bastando dificuldades na garantia de edificações e outros insumos, isso, adicionalmente, coloca o problema de organização dos mecanismos de seleção e de carreiras para os professores, para se evitar a precarização dos vínculos empregatícios.

Assim, os quase 14 milhões de alunos matriculados nos anos finais exigem um pronto equacionamento pelo direito que têm a uma escolarização de qualidade.



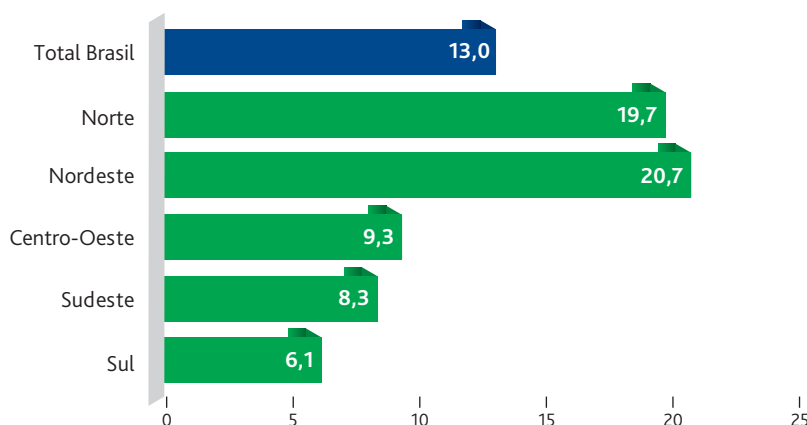
### Ocimar Munhoz Alavarse

Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor da Faculdade de Educação da USP.

**“A concentração das matrículas nas redes públicas transforma o enfrentamento das tarefas para a melhoria da qualidade dos anos finais do Ensino Fundamental numa tarefa concernente ao chamado regime de colaboração entre os entes federados.”**

### Distorção Idade-Série - 2010

Porcentagem de crianças entre 10 e 14 anos de idade que possuem mais de 2 anos de atraso escolar, por região

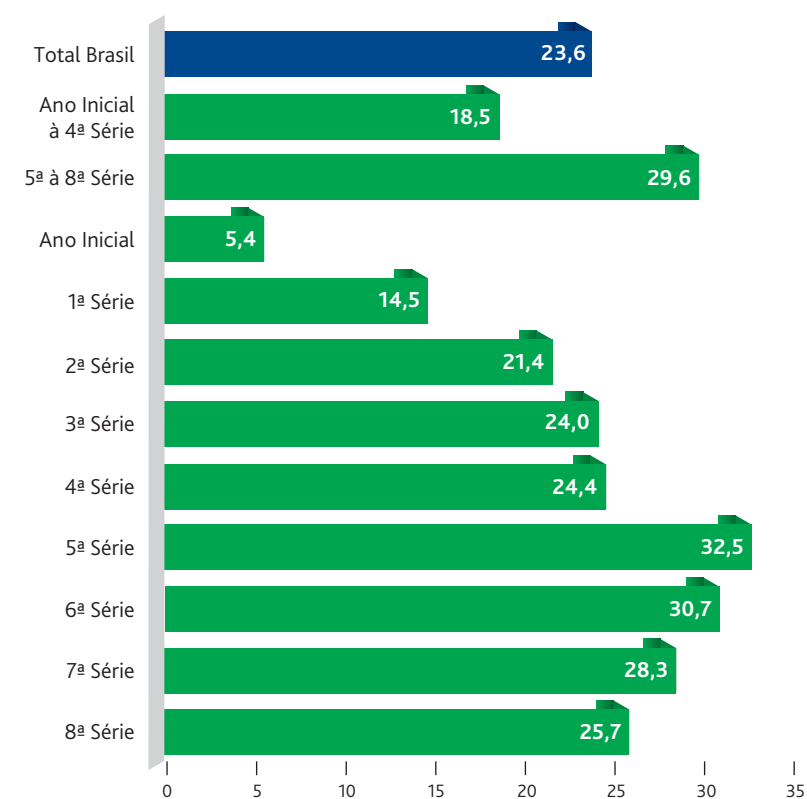


Fonte: MEC/Inep/Deed.

**63,4%**  
 é o percentual  
 de jovens de 16 anos  
 que concluíram o  
 Ensino Fundamental,  
 em 2009

### Distorção Idade-Série - Ensino Fundamental - 2010

Taxa de Distorção Idade-Série, por série (%)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

**50,2%**  
 é o percentual  
 de jovens de 19 anos  
 que concluíram  
 o Ensino Médio,  
 em 2009

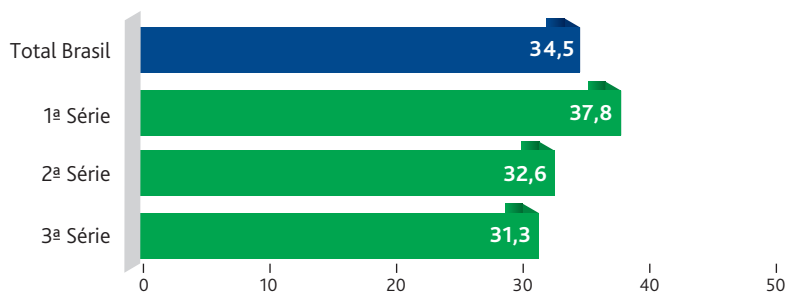
Ingresso tardio, repetência e abandono são causas fundamentais do atraso escolar, um problema da Educação brasileira com consequências sobre gerações de estudantes. Como se observa nos gráficos desta página e na seguinte, o país apresenta taxas muito elevadas de distorção idade-série.



Alunos caminham por rua do Centro histórico de Ouro Preto (MG)

### Distorção Idade-Série - Ensino Médio - 2010

Taxa de Distorção Idade-Série, por Série (%)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

### O Impacto do Atraso

O professor Tufi Machado Soares, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), afirma no estudo "Correção do atraso escolar é fundamental", presente no relatório *De Olho nas Metas 2011*, que a taxa de conclusão do Ensino Fundamental, com até um ano de atraso, deve ser de 76,9%, em 2022. Já a do Ensino Médio, também prevendo um ano de atraso para os alunos, tende a ser de 65,1% no mesmo ano. Esses percentuais apontados estão bastante aquém da Meta 4 do Todos Pela Educação, que estabelece que, até 2022, 95% ou mais dos jovens brasileiros de 16 anos tenham completado o Ensino Fundamental, e 90% ou mais dos de 19 anos tenham completado o Ensino Médio.



## Avaliação e qualidade

Cada vez mais, o brasileiro se habitua a acompanhar os resultados das avaliações educacionais, como a Prova Brasil e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Isso sem contar a ampla divulgação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que oferece à população uma síntese do desempenho das escolas públicas de Ensino Fundamental, redes estaduais, municipais e do Brasil e regiões.

### Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

Brasil e Regiões — 2009

	Ensino Fundamental - anos iniciais	Ensino Fundamental - anos finais	Ensino Médio
<b>BRASIL</b>	<b>4,6</b>	<b>4,0</b>	<b>3,6</b>
Norte	3,8	3,6	3,3
Nordeste	3,8	3,4	3,3
Sudeste	5,3	4,3	3,8
Sul	5,1	4,3	4,1
Centro-Oeste	4,9	4,1	3,5

Fonte: MEC/Inep.

### O que é o Ideb

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um indicador da qualidade da Educação desenvolvido pelo Ministério da Educação. Seus valores variam de 0 a 10. O objetivo do MEC é que o Brasil alcance o Ideb 6, no Ensino Fundamental I, até 2021.

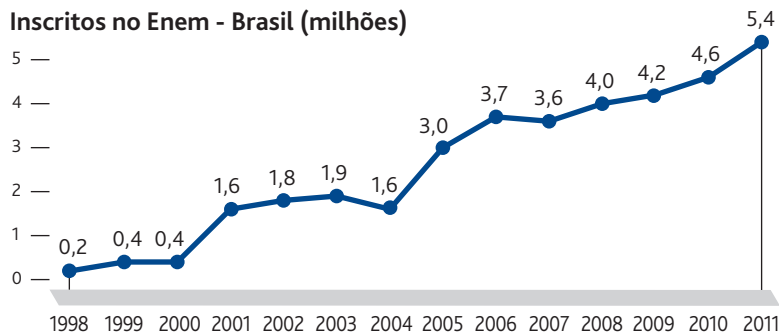
O indicador é calculado com base no desempenho do estudante nas avaliações realizadas pelo país e nas taxas de aprovação. Assim, segundo a própria definição do Inep, “para que o Ideb de uma escola ou rede cresça é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula”.

O Ideb pode ser calculado por escola, para as escolas públicas de Ensino Fundamental. Também existe o índice para todas as redes de Ensino Fundamental e Médio, federais, estaduais e municipais, públicas e privadas.

## Enem: além da avaliação

Em 2011, cerca de 5,4 milhões de jovens se inscreveram para fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O exame sempre atraiu grande número de estudantes. Primeiro, por conta da utilização das notas pelo Programa Universidade para Todos (Prouni). E, mais recentemente, quando o Enem passou a constituir a base do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que seleciona os mais bem classificados para vagas em universidades públicas.

Inscritos no Enem - Brasil (milhões)

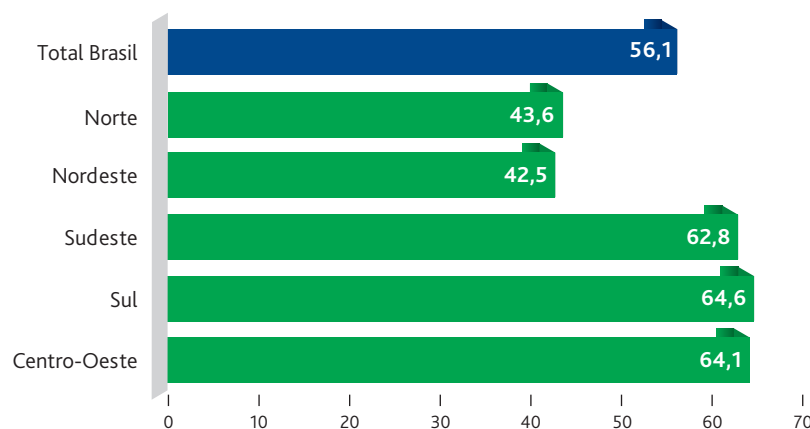


Fonte: MEC/Inep.

## Importância da Prova ABC

Em 2011, pela primeira vez, a Prova ABC (Avaliação Brasileira do Ciclo de Alfabetização), avaliou a qualidade da alfabetização das crianças que concluíram o 3º ano (2ª série). A avaliação foi feita a partir de uma parceria do Todos Pela Educação com o Instituto Paulo Montenegro/Ibope, a Fundação Cesgranrio e o Inep. As provas foram aplicadas no primeiro semestre de 2011 a cerca de 6 mil alunos de escolas municipais, estaduais e particulares de todas as capitais do país.

Percentual de alunos que aprenderam o esperado para o 3º ano em Leitura



Fonte: Prova ABC.

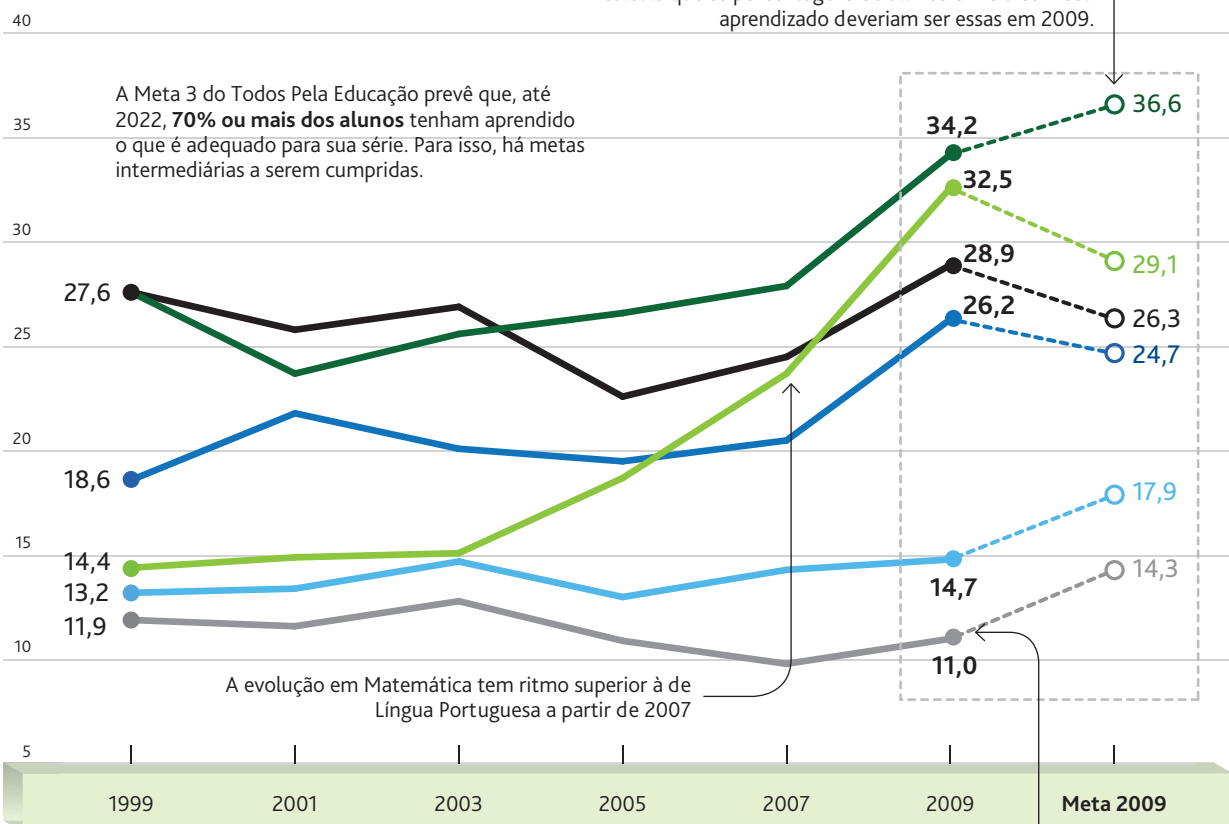
## DE OLHO NA QUALIDADE

Se os avanços da Educação brasileira no campo do atendimento foram grandes nos últimos anos, há muito o que fazer quando se trata de qualidade. Para acompanhar a aprendizagem dos alunos, são realizadas avaliações educacionais em larga escala, como a Prova Brasil. A partir delas é possível estabelecer metas de longo prazo e perseguir resultados mais expressivos.

### Evolução de desempenho

Alunos brasileiros com nível de proficiência esperado ou acima, por disciplina e série, em %

Para que a Educação do Brasil atinja o patamar dos países desenvolvidos até 2022, o Todos Pela Educação calcula que as porcentagens de alunos em dia com seu aprendizado deveriam ser essas em 2009.



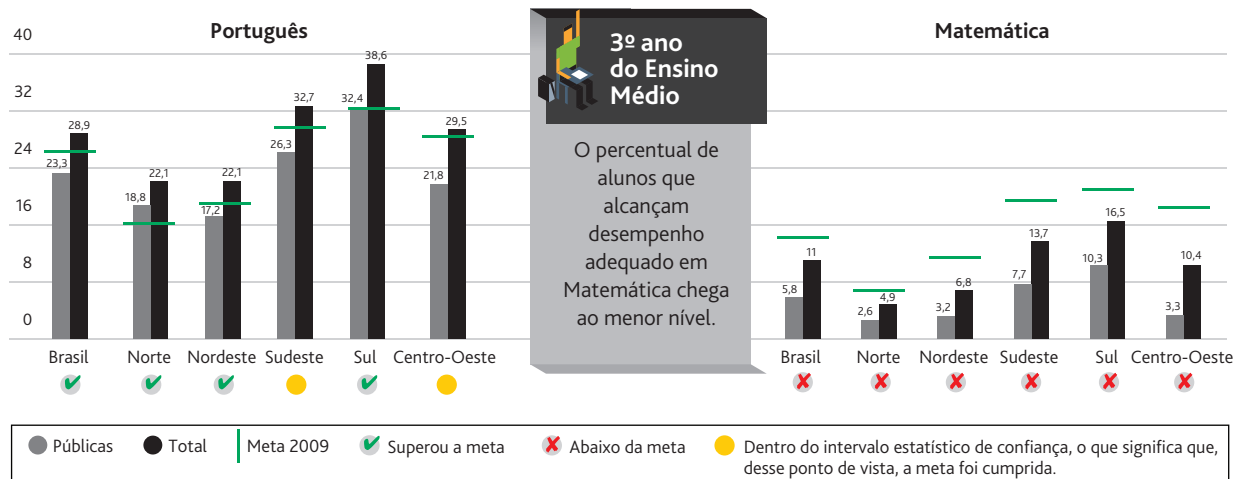
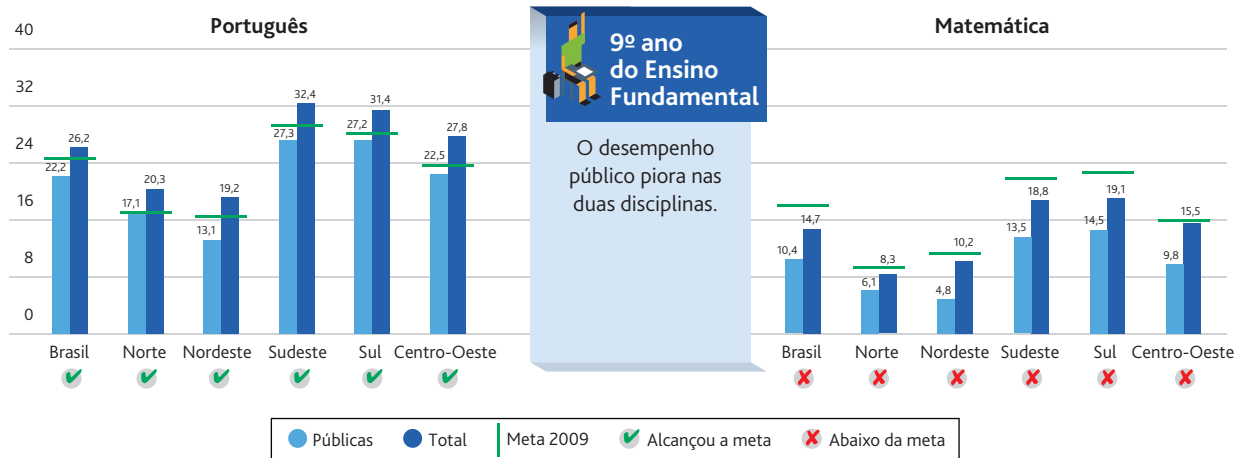
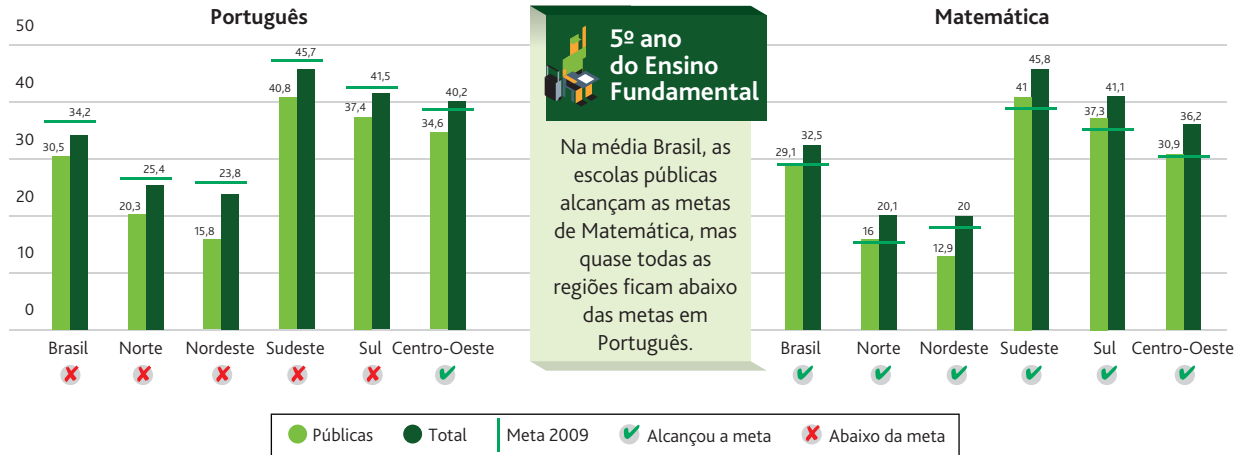
5º ano (Fundamental)  
● Língua Portuguesa  
● Matemática

9º ano (Fundamental)  
● Língua Portuguesa  
● Matemática

3ª série (Médio)  
● Língua Portuguesa  
● Matemática

### Avaliação por ciclos de ensino

A Prova Brasil é aplicada a todos os alunos de 5º e 9º anos da rede pública, em um processo no qual se retira uma amostra para o Saeb. Além disso, o Saeb avalia de maneira amostral a rede particular no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, e a pública, no Ensino Médio.



# PISA - PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES



### A pesquisa

Promovido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE), o PISA é uma pesquisa trienal aplicada a estudantes de 15 anos.



### O que é avaliado

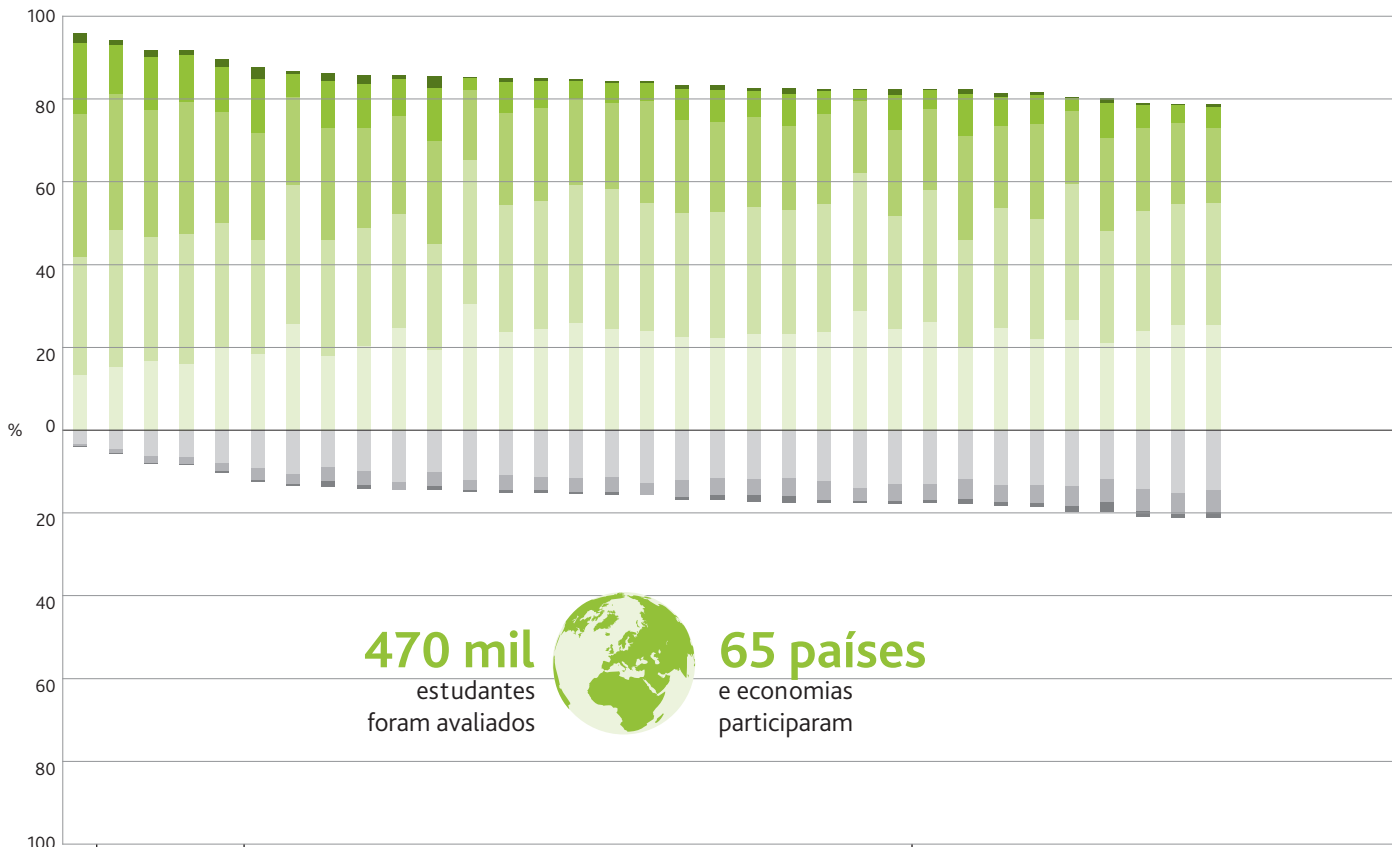
As habilidades de Leitura, Matemática e Ciências, para que cada país avalie suas políticas educacionais e compare-as internacionalmente.



### Focos

Cada edição foca uma área. O PISA 2000 mirou a proficiência em Leitura. A Matemática foi o foco principal em 2003 e as Ciências em 2006. Em 2009 esse ciclo recomeçou com a Leitura.

PISA 2009 - Classificação dos estudantes em níveis de leitura, segundo a proficiência em leitura, em %



**470 mil**  
estudantes  
foram avaliados



**65 países**  
e economias  
participaram

**Xangai**  
A valorização dos professores, por meio dos salários, mas também do respeito da sociedade e dos estudantes, é um aspecto comum aos países de mais alto desempenho (Finlândia e Coreia do Sul), assim como na província chinesa de Xangai, que lidera o *ranking* do PISA.

**Canadá**  
O Canadá é apontado como exemplo no que diz respeito a um dos principais fatores de sucesso no exame: reduzir o impacto da desigualdade, apostando que todas as crianças podem aprender, independentemente do contexto social.

**Estados Unidos**  
A Suíça e os Estados Unidos, que investem anualmente cerca de US\$ 15 mil por aluno, tiveram resultados similares a de países que gastam um terço deste valor, como a Hungria (cerca de US\$ 5 mil por aluno).

Fonte: OCDE.

### Entenda os níveis de leitura

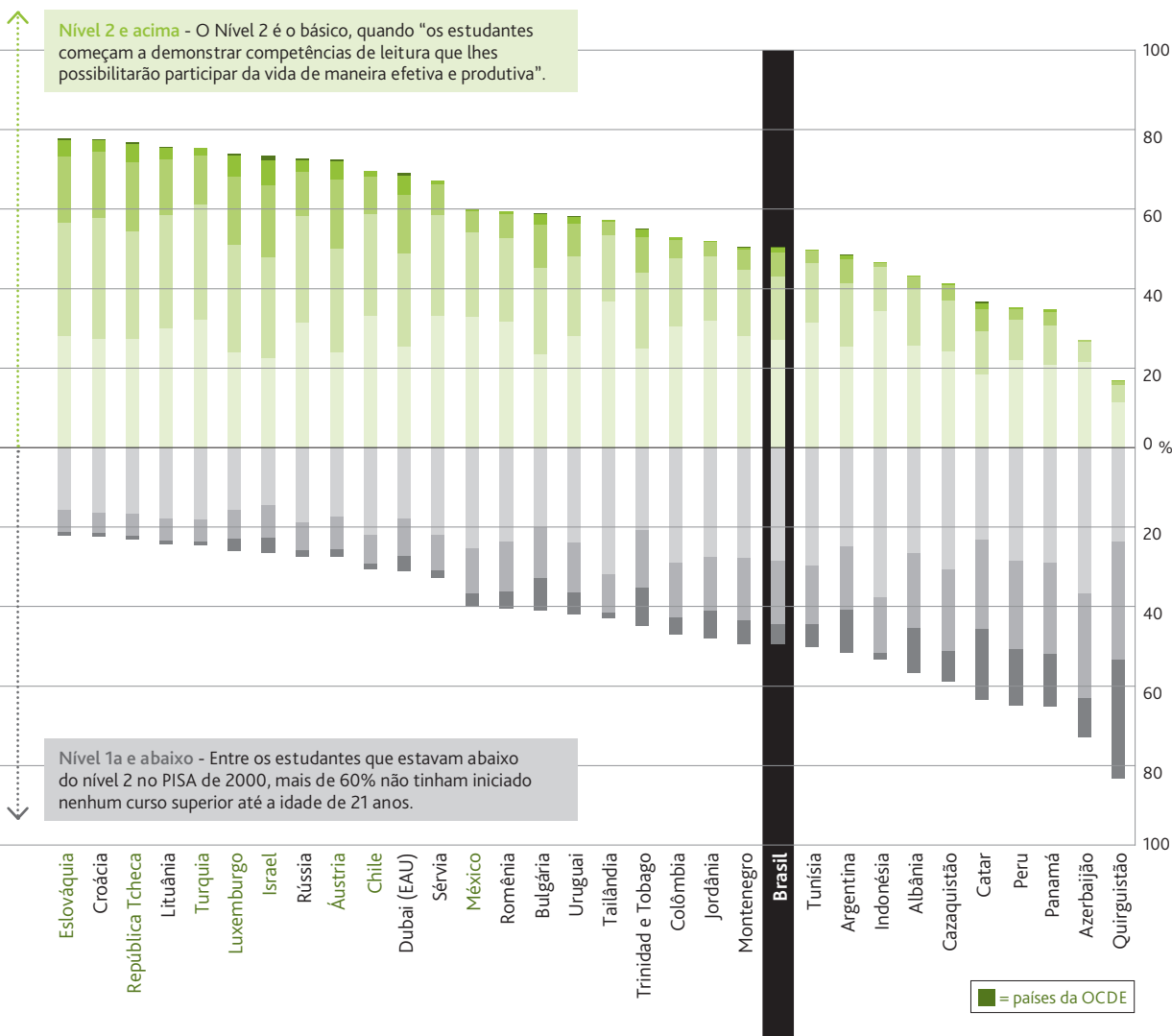
O Pisa resume o que os estudantes conseguem fazer em leitura em uma escala com sete níveis.



Só conseguem achar uma informação em um texto curto se for simples e evidente.



Leitores que lidam habilmente com informações novas, complexas e contraditórias em formatos ecléticos são menos de 1% dos estudantes da OCDE.



### Brasil no PISA 2009

Com 401 pontos na média geral, o Brasil está atrás de outros países latino-americanos, como México, Uruguai e Chile. Em leitura, os estudantes brasileiros alcançaram 412 pontos, ante 396 pontos em 2000.



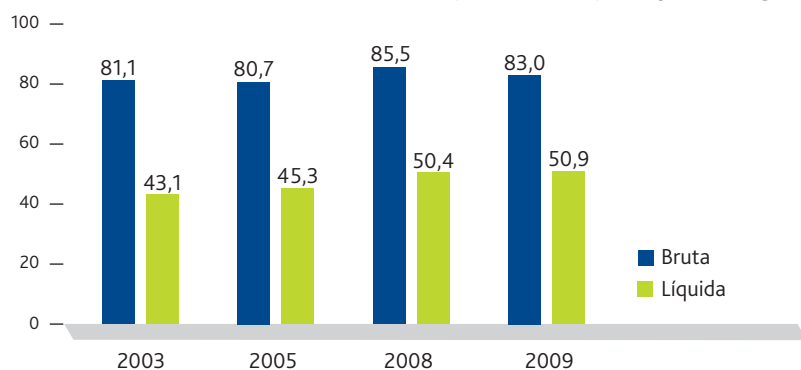
### Evolução do Brasil

Apesar do resultado ainda insatisfatório, o Brasil é um dos países que mais evoluiu, com um aumento médio de 33 pontos (em Leitura, Ciências e Matemática), entre 2000 e 2009, inferior apenas ao do Chile (37 pontos) e de Luxemburgo (38 pontos).

## Ensino Médio

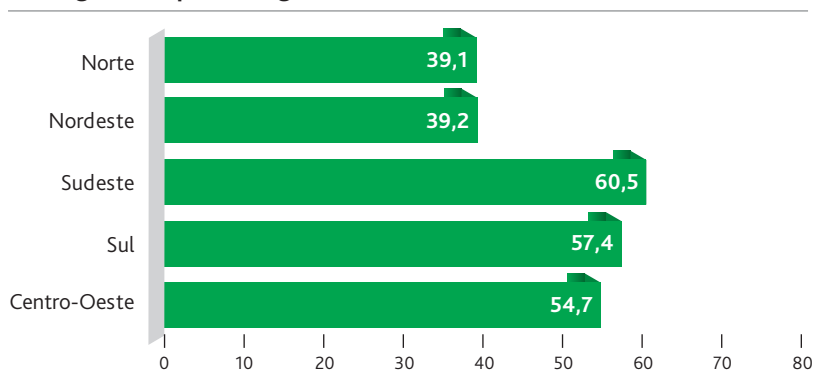
Dados da edição de 2009 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE revelam um quadro nada animador do Ensino Médio no país: cerca de um terço (31,9%) dos estudantes que deviam estar no Ensino Médio não conseguiu concluir a etapa anterior, o Ensino Fundamental. Pouco mais da metade (50,9%) dos jovens de 15 a 17 anos está na etapa de ensino apropriada para sua faixa etária.

### Taxa de Escolarização do Ensino Médio (15 a 17 anos), em porcentagem



Fonte: Pnad/IBGE.

### Por região, em porcentagem



Fonte: Pnad 2009 - tabulação lets.

### Onde estão os jovens de 15 a 17 anos

Etapa de ensino	Número de alunos de 15 a 17 anos	%
Ensino Fundamental	3.315.658	31,9%
Ensino Médio	5.295.192	50,9%
Alfabetização de jovens e adultos	21.883	0,2%
Educação de jovens e adultos - Fundamental	124.216	1,2%
Educação de jovens e adultos - Médio	23.137	0,2%
Ensino Superior	62.361	0,5%
Pré-vestibular	17.127	0,2%
Não estudam	1.539.811	14,8%

Fonte: Pnad/IBGE.

## DESAFIOS DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO

Em um país que se alinha às principais economias emergentes do mundo, os problemas sociais só se explicam pelos ainda altos níveis de desigualdade. Nenhum outro fator influencia tanto essa questão quanto a escolaridade. Ela guarda relação direta com as condições de emprego e renda, o que por sua vez implica oportunidades educacionais de mais baixa qualidade para as novas gerações, alimentando um processo de reprodução da pobreza e da desigualdade.

Nenhum país tem possibilidades de competição no mundo globalizado sem que sua escolaridade média seja no mínimo de 11 anos. Infelizmente, nossa média nacional ainda é de apenas 7,2 anos de estudo e, mesmo entre jovens de 20 a 24 anos, ela alcança somente 9,6 anos. Ou seja, nossa juventude vem conseguindo apenas terminar o Ensino Fundamental.

Os resultados da Pnad de 2009 mostram que o problema está longe de ser equacionado. Dos 3,3 milhões que ingressaram em 2008 no 1º ano do Ensino Médio, apenas 1,8 milhão de alunos concluíram o 3º ano em 2010. Podemos identificar causas internas e externas para esta sangria.

Nosso Ensino Médio tem um currículo enciclopédico (13 componentes curriculares obrigatórios e mais 7 temas transversais), sem nenhuma flexibilidade e divorciado do mundo do trabalho.

Praticamente não existem alternativas de trabalho e renda associadas à escola, como projetos de monitoria (trabalho na escola), estágios remunerados ou programas ligados à Lei de Aprendizagem, que possibilitem o estabelecimento de nexos entre educação e trabalho e promovam a permanência na escola.

Felizmente podemos observar que nos últimos anos a preocupação com o Ensino Médio começa a entrar na agenda pública. Como exemplos temos a Emenda Constitucional nº 59/2009, que amplia a obrigatoriedade de escolarização entre 4 e 17 anos de idade, e a recente Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação de 30/01/2012, que estabelece as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM).

As novas diretrizes não enfrentam o problema do excesso de componentes curriculares obrigatórios, mas propõem alternativas de flexibilização, mediante a oferta de diferentes formas de organização curricular no âmbito da escola. Outro avanço das diretrizes foi a proposta de um exame universal e obrigatório ao final do Ensino Médio, hoje inexistente.

Há muitos desafios a serem superados, mas conhecer a realidade que se quer transformar é o primeiro passo para que seja possível adequar o atendimento, planejar e estruturar estratégias de contenção do abandono, avaliar e promover melhorias significativas e eficazes.



**Wanda Engel**

Superintendente executiva  
do Instituto Unibanco.

***“Os resultados da Pnad de 2009 mostram que o problema está longe de ser equacionado. Dos 3,3 milhões que ingressaram em 2008 no 1º ano do Ensino Médio, apenas 1,8 milhão concluíram o 3º ano em 2010.”***



## Educação Profissional

A procura pela Educação Profissional — que inclui o Ensino Técnico, de nível médio, e a Educação Tecnológica, de nível superior — vem aumentando ano a ano e as três esferas de governo tentam acompanhar essa tendência com a ampliação do número de vagas. A proporção de matrículas no Ensino Técnico em relação ao total do Ensino Médio se aproxima dos 15%, mas ainda está distante dos 30% verificados nos países de longa tradição em oferecer esse tipo de formação aos jovens.

Os gráficos mostram a concentração da oferta de Educação Profissional na região Sudeste, seguida, com certa distância, pela região Sul. Destaca-se também o peso da rede privada de escolas técnicas. Para complementar, vale ressaltar que 48% dos alunos da Educação Profissional estudam em escolas particulares, enquanto as redes estaduais respondem por 35% das matrículas, a rede federal por 14,5% e as redes municipais por 2,5%.

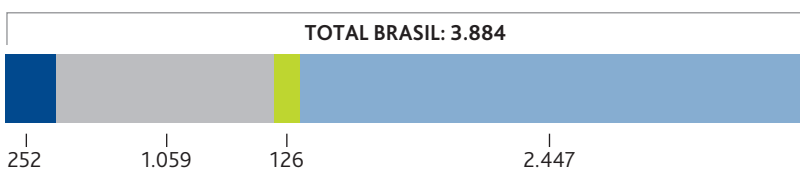
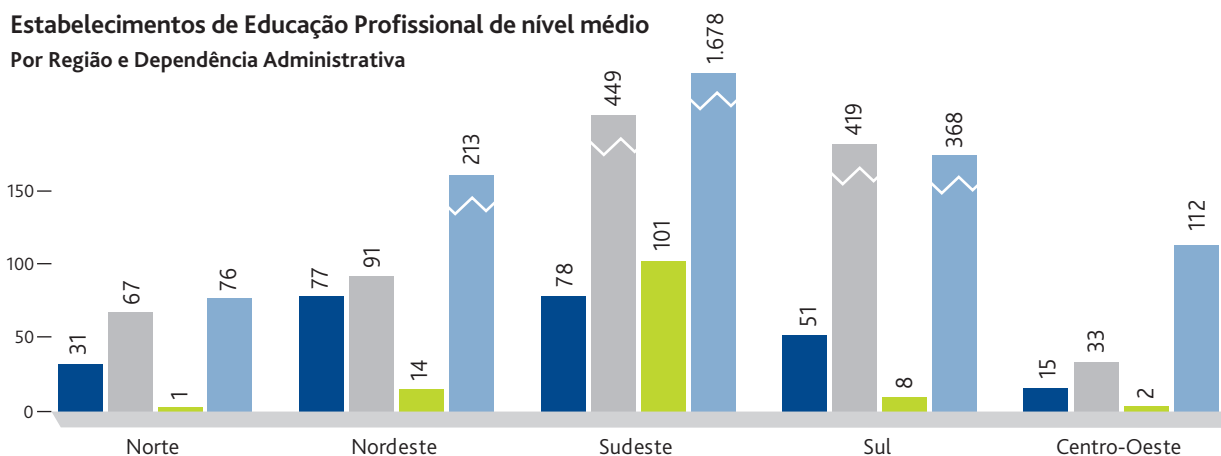
Para alcançar a meta do governo federal de 8 milhões de vagas no âmbito do Pronatec, os investimentos federais devem somar R\$ 24 bilhões até 2014, o que inclui apoio financeiro às redes estaduais e municipais e facilitação das formas de acesso à rede privada. A rede federal profissional e tecnológica deve ser ampliada para 562 unidades, presentes em 512 municípios de todo o país.

*Meta até 2014*

**8 milhões de vagas com o Pronatec**

### Estabelecimentos de Educação Profissional de nível médio

Por Região e Dependência Administrativa



Dependência Administrativa

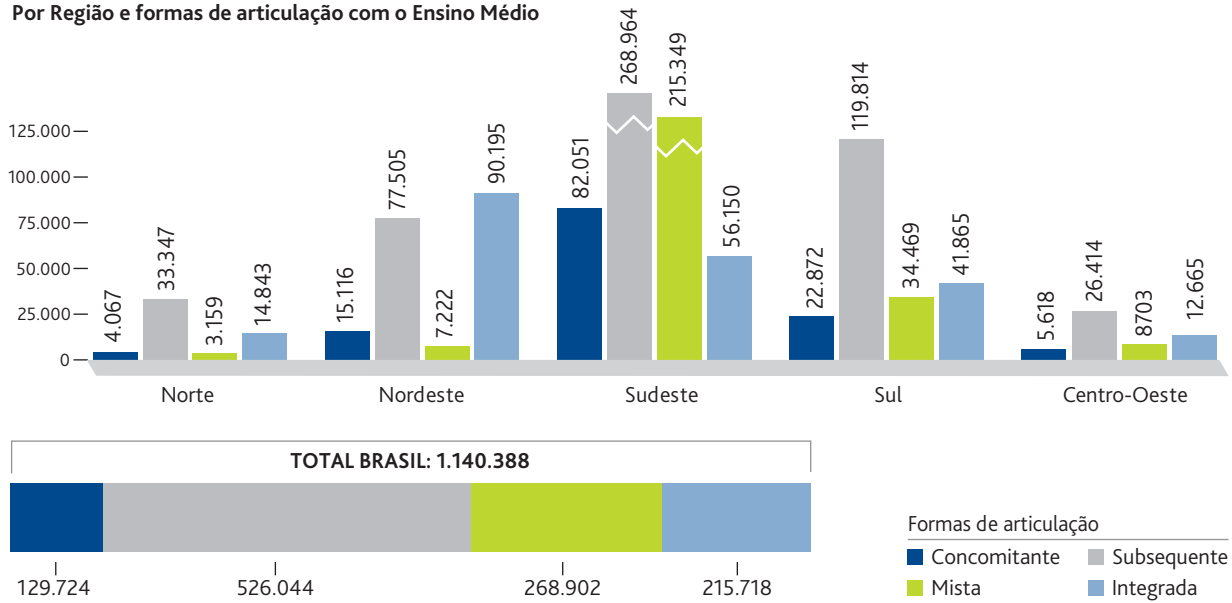
- Federal
- Estadual
- Municipal
- Privada



Escola de gastronomia em Bento Gonçalves (RS)

### Matrículas na Educação Profissional de nível médio (2010)

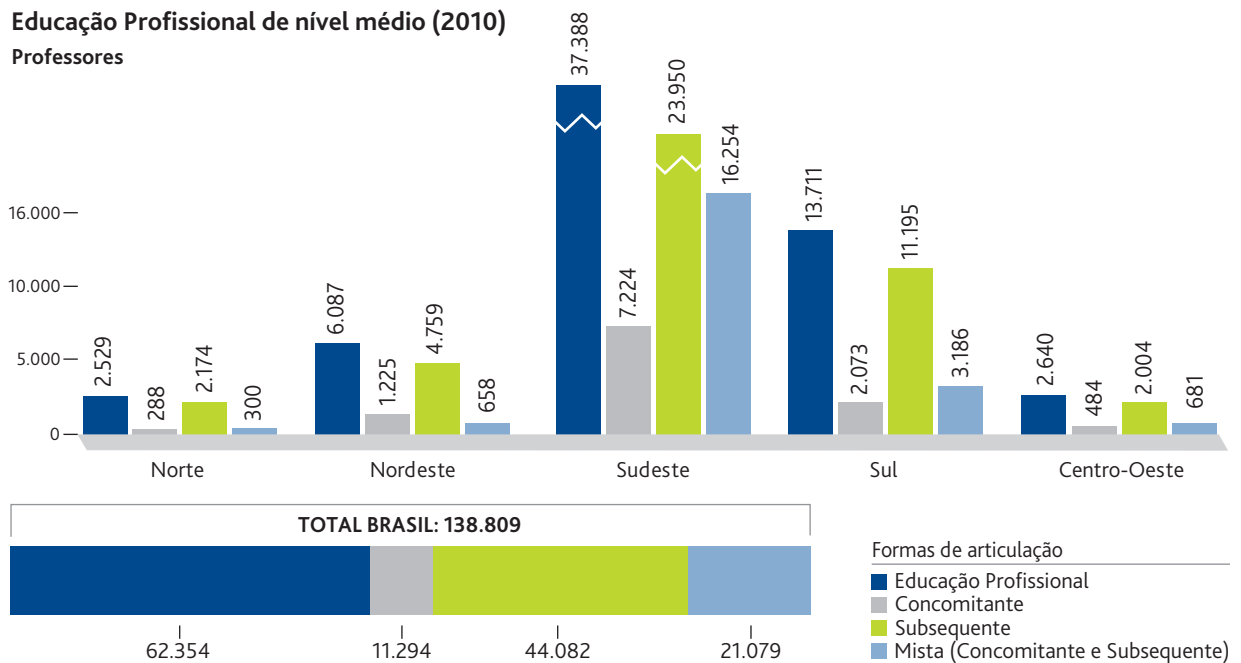
Por Região e formas de articulação com o Ensino Médio



Fonte: MEC/Inep/Deed.

### Educação Profissional de nível médio (2010)

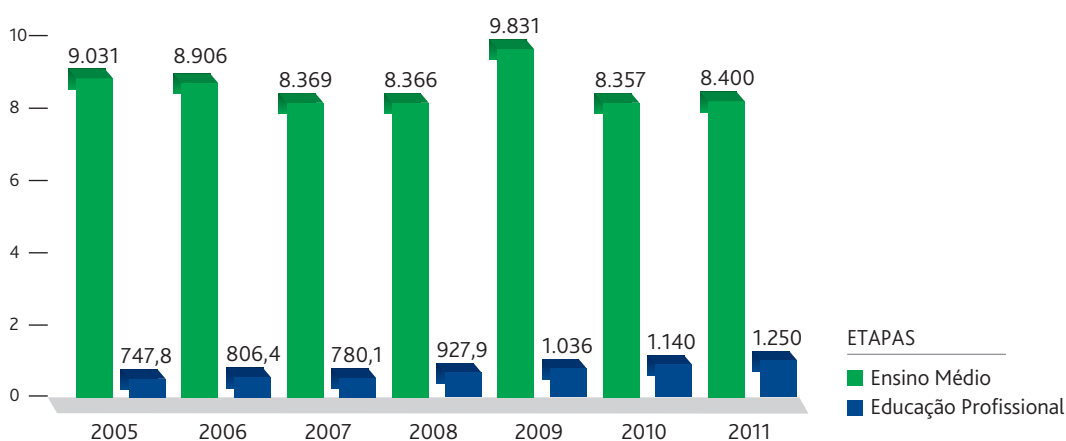
Professores



Fonte: MEC/Inep/Deed.

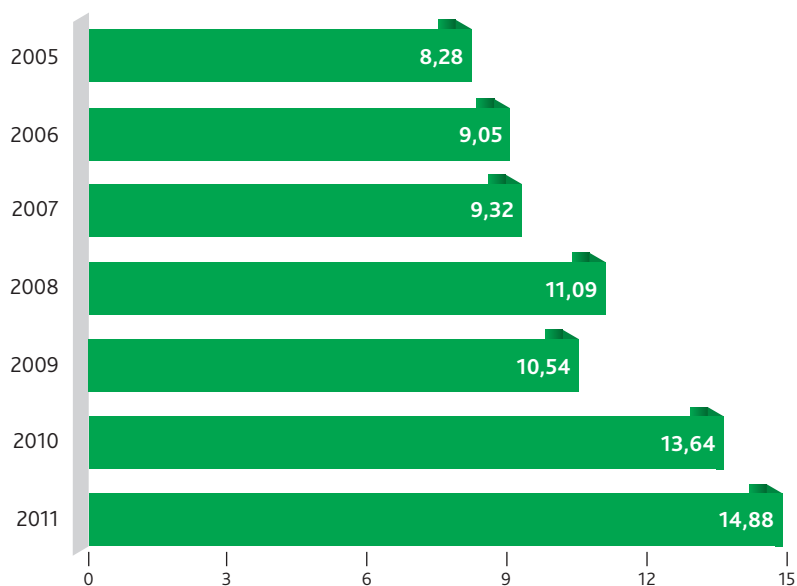
Nota: Há professores que atuam em mais de uma Unidade Federativa (UF).

Evolução das matrículas de Ensino Médio regular e da Educação Profissional - Em mil



Fonte: MEC/Inep/Deed. 2011: dados preliminares do Censo Escolar.

Participação da Educação Profissional no total de matrículas do Ensino Médio - Em %



Fonte: MEC/Inep/Deed. 2011: dados preliminares do Censo Escolar.

Os primeiros números do Censo da Educação Básica de 2011, divulgados no início de 2012, confirmam a tendência de crescimento da participação dos cursos técnicos no total de matrículas do Ensino Médio. Entre 2005 e 2010, a fatia das matrículas em cursos técnicos sobre o total verificado no Ensino Médio regular passou de 8,2% para 13,6%, atingindo 1,1 milhão de alunos. Em 2011, esse percentual chegou a 14,9%.

### O Pronatec

O principal programa do governo federal na área da Educação Profissional atualmente é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado no dia 26 de Outubro de 2011, por meio da Lei nº 12.513/2011. Tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira. Para tanto, prevê uma série de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

Para saber mais:  
<http://pronatecportal.mec.gov.br/index.html>

## EM FRANCO CRESCIMENTO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem apresentado um vigoroso crescimento, especialmente no último quinquênio. O Censo Escolar registra um incremento de 46% entre 2007 e 2010, superando a marca de 1,1 milhão de matrículas em cursos técnicos de nível médio. As matrículas em cursos da EJA integrados com a Educação Profissional, ainda que em número insuficiente diante da demanda nacional, quase triplicaram nesse período. No âmbito da Educação Superior, as matrículas em graduações tecnológicas aumentaram em 64% entre 2007 e 2009, com 680,3 mil matrículas em cursos presenciais e a distância.

Considerando o cenário de desenvolvimento nacional, o interesse por informações estatísticas sobre a EPT tem igualmente se ampliado. Porém, a análise dos resultados requer a compreensão das características dessa modalidade e a observação do que foi considerado na coleta das informações. Fontes distintas podem utilizar diferentes critérios e metodologias, chegando a resultados bastante díspares.

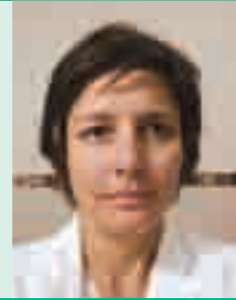
Os cursos da EPT permitem diferentes articulações com a Educação Básica e a Superior e com outras modalidades de ensino. Os cursos técnicos de nível médio podem ter sua oferta organizada administrativamente de distintas formas: integrada, concomitante ou subsequente ao Ensino Médio. Além do mais, os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional possuem inúmeras possibilidades de articulação ou não com um nível educacional e com o mundo do trabalho.

Essa diversidade complexifica a captação de dados quantitativos e sua análise, não somente no que diz respeito ao número de matrículas, mas também de instituições ofertantes e de professores envolvidos.

Os cursos podem ser oferecidos em escolas especializadas ou não e, no caso dos cursos de qualificação profissional, a possibilidade de serem oferecidos por empresas e outras entidades. Essa definição terá impacto sobre o número de matrículas informado e dos professores envolvidos.

A prospecção de cenários para a Educação Profissional, que inclui os novos investimentos governamentais nesse segmento, soma ao déficit histórico as novas demandas dos setores produtivos no país, apontando para a continuidade do crescimento registrado nos últimos anos. Um campo a ser investigado pelos pesquisadores.

No desafio apresentado, este Anuário soma-se aos esforços de ampliação das pesquisas e estudos sobre a EPT e representa uma importante referência para todos os que se interessam pela análise das relações entre Educação e trabalho.



**Caetana Rezende**

Especialista em políticas de Educação Profissional.

***“A prospecção de cenários para a Educação Profissional, que inclui os novos investimentos governamentais nesse segmento, soma ao déficit histórico as novas demandas dos setores produtivos no país, apontando para a continuidade do crescimento registrado nos últimos anos.”***

## EJA - Educação de Jovens e Adultos

Os dados do Ministério da Educação mostram que a oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA) está concentrada na área urbana. No entanto, há uma carência significativa desse tipo de ensino nas zonas rurais. Também segundo o MEC, a taxa de atendimento do EJA Médio no campo é de apenas 2,64%. Além disso, enquanto 9,7% dos brasileiros com 15 anos ou mais não são alfabetizados, esse percentual no campo chega a 23,2%.

**88%**  
das matrículas estão  
na área urbana

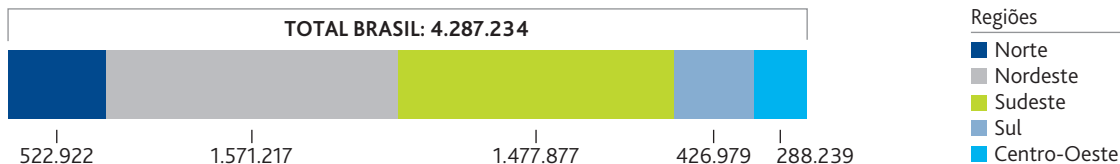


A Educação de Jovens e Adultos (EJA) atende pessoas que não tiveram oportunidade de concluir o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio na idade adequada. Um dos desafios enfrentados para atender esse público são os altos índices de evasão: 42,7% dos 8 milhões de brasileiros que frequentaram classes de EJA até 2006 não concluíram nenhum segmento do curso, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2007.

Sala de aula de Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Cariacica (ES)

### EJA Matrículas (2010)

Ensino Fundamental + Ensino Médio



Fonte: Censo da Educação Básica.

## EJA - Matrículas

### Ensino Fundamental (2010)

	TOTAL	Presencial	Semipresencial	Integrado à Educação Profissional Presencial	Integrado à Educação Profissional Semipresencial
<b>BRASIL</b>	<b>2.860.230</b>	2.626.627	219.477	13.001	1.125
<b>Norte</b>	<b>382.480</b>	362.537	19.180	606	157
<b>Nordeste</b>	<b>1.257.515</b>	1.219.059	30.830	7.151	475
<b>Sudeste</b>	<b>814.844</b>	665.960	146.191	2.291	402
<b>Sul</b>	<b>240.821</b>	215.913	22.167	2.698	43
<b>Centro-Oeste</b>	<b>164.570</b>	163.158	1.109	255	48

Fonte: Censo da Educação Básica.

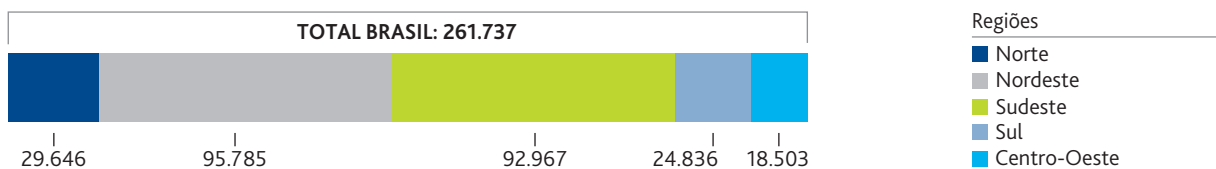
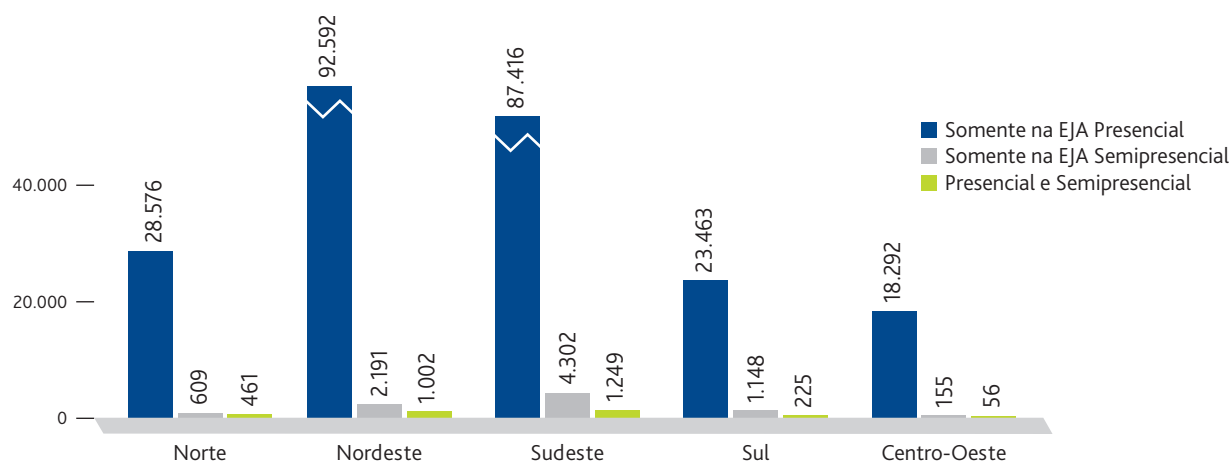
### Ensino Médio (2010)

	TOTAL	Presencial	Semipresencial	Integrado à Educação Profissional Presencial	Integrado à Educação Profissional Semipresencial
<b>BRASIL</b>	<b>1.427.004</b>	1.133.326	255.526	36.365	1.787
<b>Norte</b>	<b>140.442</b>	122.575	14.838	2.935	94
<b>Nordeste</b>	<b>313.702</b>	259.184	43.960	9.698	860
<b>Sudeste</b>	<b>663.033</b>	475.614	168.006	18.717	696
<b>Sul</b>	<b>186.158</b>	157.124	25.487	3.410	137
<b>Centro-Oeste</b>	<b>123.669</b>	118.829	3.235	1.605	0

Fonte: Censo da Educação Básica.

### EJA - Professores (2010)

Número de Professores na Educação de Jovens e Adultos nas formas Presenciais e Semipresenciais, segundo a Região Geográfica



Fonte: Censo da Educação Básica.

## EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O Brasil enfrenta enormes desafios com relação à Educação da sua população jovem e adulta. Embora a simples taxa de analfabetismo seja frequentemente o dado que ganhe mais visibilidade, os que são considerados analfabetos (incluindo-se os chamados analfabetos funcionais) somados aos que não concluíram o ensino fundamental formam uma camada que atinge mais da metade da população acima de 15 anos de idade. Essa camada – que representa a demanda potencial para Educação de Jovens e Adultos (EJA) – é superior ao número total de alunos atualmente atendidos no Ensino Básico regular.

As estatísticas tendem a revelar apenas uma face da EJA – a escolar. Mas a EJA possui outras dimensões igualmente críticas: formação e (re)qualificação para o trabalho, Educação cidadã, Educação ambiental, expressões culturais, Educação para a saúde etc.

É nesse sentido amplo que a Educação prepara as pessoas para a vida e contribui para a empregabilidade e mobilidade social dos cidadãos. Assim, uma EJA considerada importante para a construção de um país moderno e democrático tem sido crescentemente conceituada e implementada na perspectiva da aprendizagem e educação ao longo da vida, sem deixar de contemplar a alfabetização e escolarização básica de jovens e adultos. Essa EJA é concebida como componente estruturante do processo de desenvolvimento atual capaz de fazer frente à desigualdade e discriminação que fazem parte da herança histórica brasileira.

Mesmo que se mostrassem apenas estatísticas da EJA escolar, o atendimento atual não passa dos 10% da demanda potencial, prejudicado ainda por índices de abandono e evasão, bem como por questionamentos quanto à existência de quadros profissionais formados para trabalhar com as especificidades desse campo educacional.

As previsões de crescimento tanto da economia brasileira quanto do papel de liderança mundial de nosso país sugerem a necessidade de se priorizar a EJA nos termos acima conceituados.

Nesse sentido, há, pelo menos, três fatores a serem considerados. Primeiro: estratégias e formatos que mobilizem a população de jovens e adultos, com diminuição do hiato entre a demanda potencial e real da EJA. Segundo: qualidade e relevância social dos programas ofertados – nesse quesito, as universidades já desempenham um papel fundamental na formação de bons educadores, que pode ser incrementado. Terceiro: efetivação de políticas de intersetorialidade que articulem políticas sociais cujos sujeitos são muito parecidos.

Sem um reconhecimento do papel fundamental da EJA nessa perspectiva mais ampla, a capacidade do Brasil crescer e se desenvolver com justiça, igualdade e dignidade para todos e todas será comprometido.



**Timothy D. Ireland**

Universidade Federal da Paraíba - Coordenador da Cátedra da Unesco de Educação de Jovens e Adultos

*“As estatísticas tendem a revelar apenas uma face da EJA – a escolar. Mas a EJA possui outras dimensões igualmente críticas: formação e (re)qualificação para o trabalho, Educação cidadã, Educação ambiental, expressões culturais, Educação para a saúde etc.”*

## Educação no Campo

A questão da Educação no Campo demanda grande atenção, dados os desafios para a oferta de ensino de qualidade nestas regiões. Ao todo, 12,4% dos alunos matriculados estão no campo. Ao mesmo tempo, as taxas de atendimento estão entre as mais baixas – no caso do Ensino Médio, não ultrapassa o índice de 15,5%.

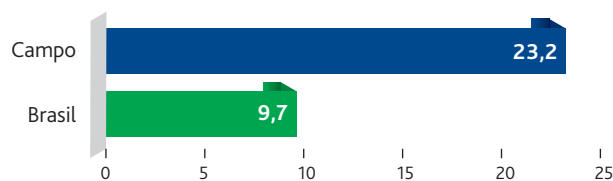
### Taxa de Atendimento

Etapas e Modalidades	%
Educação Infantil - Creche	6,63%
Educação Infantil - Pré-Escola	67,30%
Ensino Fundamental	86,40%
Ensino Médio	15,50%
EJA Fundamental	4,30%
EJA Médio	2,64%

Fonte: Censo Demográfico IBGE/2010 e Censo Escolar Inep/2010.

### Alfabetização - 2010 (%)

Pessoas com 15 anos ou mais não alfabetizados



Fonte: Censo Demográfico e Censo Escolar.

## EDUCAÇÃO NO CAMPO

Entre os desafios do atendimento às populações que vivem fora das cidades está o custo comparativamente mais elevado para a gestão pública. A dispersão geográfica dos habitantes do campo gera a necessidade de construção de um maior número de escolas de pequeno porte e de investimento em transporte escolar.

Em 2012, o governo federal criou o Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo), com recursos para a melhoria da infraestrutura escolar, formação de professores e desenvolvimento de material pedagógico. O programa prevê ainda a construção de 3 mil escolas, bem como a aquisição de 8 mil ônibus, 2 mil lanchas e 180 mil bicicletas. Na modalidade de Educação Profissional, a projeção do governo era de criação de 180 mil vagas exclusivas para os habitantes de áreas rurais.

**12,4%**  
dos alunos  
matriculados  
estão no campo

*A dispersão geográfica no campo gera a necessidade de construção de um maior número de escolas [...] e de investimento em transporte escolar.*



## Educação Indígena

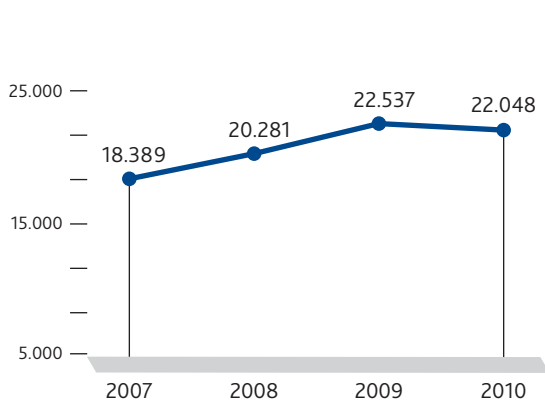
Número de matrículas da Educação Indígena por Etapas e Modalidades de Ensino - Brasil 2007 a 2010

Ano	Matrículas na Educação Básica								
	Total	Ed. Infantil	Ensino Fundamental			Ensino Médio	Ed. Especial	Ed. de Jovens e Adultos	Ed. Profissional
			Total	Anos Iniciais	Anos Finais				
2007	208.205	18.389	151.323	112.673	38.650	14.987	103	23.403	0
2008	205.871	20.281	151.788	112.358	39.430	11.466	203	20.766	1.367
2009	229.945	22.537	164.727	117.119	47.608	19.021	165	23.343	152
2010	246.793	22.048	175.032	119.597	55.435	27.615	80	20.997	1.021

Fonte: MEC/Inep/Deed.

### Matrículas na Educação Infantil de Educação Indígena

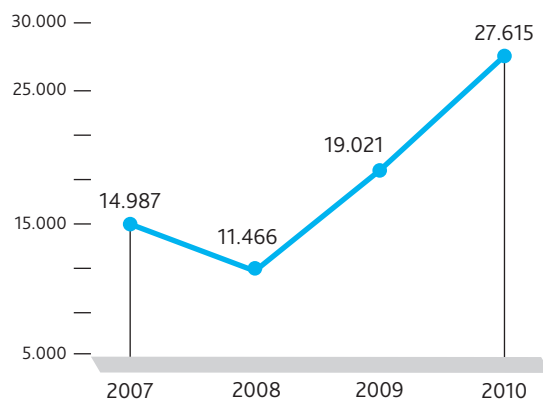
Brasil - 2007-2010



Fonte: MEC/Inep/Deed.

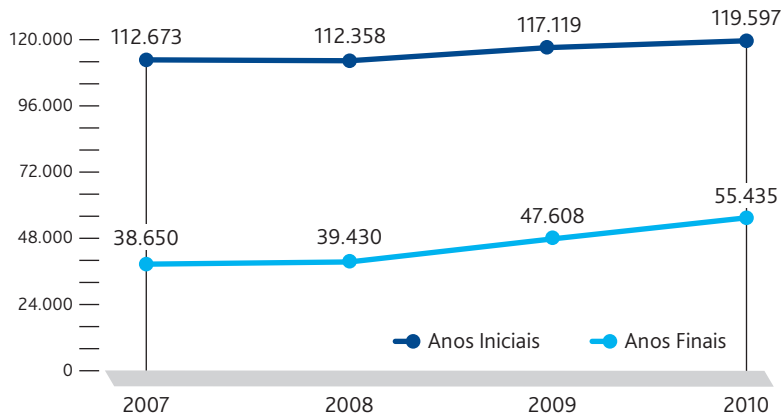
### Matrículas no Ensino Médio de Educação Indígena

Brasil - 2007-2010



### Matrículas no Ensino Fundamental de Educação Indígena

Brasil - 2007-2010



Fonte: MEC/Inep/Deed.

### Territórios Etnoeducacionais

Um dos maiores avanços recentes na Educação Indígena não pode ser medido em números. Trata-se do conceito de Territórios Etnoeducacionais, expresso no decreto 6.861/09, pelo qual há o reconhecimento da unidade dos povos indígenas em seu território e determina o atendimento pelo poder público dos diferentes entes federados envolvidos, com apoio técnico e financeiro da União.

## EDUCAÇÃO INDÍGENA: DIREITO À EDUCAÇÃO PRÓPRIA

O Censo de 2010 registrou 817 mil indígenas (0,4% da população brasileira), sendo que 60% na região Norte do país. Os números ocultam uma complexa diversidade: são 220 povos identificados e 180 línguas, presentes em 24 Estados. As crianças, entre 0 e 14 anos, representam 36,2% da população indígena, a maior proporção em comparação com os demais grupos da população brasileira. Isto significa a reversão de antiga tendência de redução demográfica e um desafio para a garantia do direito à Educação.

Os povos indígenas têm direito à Educação escolar e a desejam. Essa foi uma das conclusões da I Conferência de Educação Escolar Indígena (Coneei), concluída em novembro de 2009 em Brasília.

Em seu documento final, representantes de 210 povos, de 24 secretarias estaduais de Educação, 91 secretarias municipais (dos 179 municípios que mantêm escolas indígenas), 14 instituições indígenas e 80 outras instituições do Estado brasileiro, incluindo o Ministério da Educação e a Funai, apontam a necessidade de que se constitua o Sistema de Educação Indígena articulado ao Sistema Nacional de Educação, mas distinto a fim de garantir um conjunto de características próprias da Educação Indígena.

As deliberações da I Coneei orientam que a Educação seja realizada em língua materna, com material específico e adequado às características culturais daquela população e que a formação de professores atenda a essas mesmas características. A Educação deve ser “específica, diferenciada, comunitária e de qualidade, especialmente no que se refere à questão curricular e ao calendário diferenciado”, assegurando a autonomia pedagógica e gerencial das escolas indígenas, “garantindo às novas gerações a transmissão dos saberes e valores tradicionais indígenas”.

Mas não há Educação Indígena sem a formação de professores nativos e a construção de projetos de futuro pelas próprias comunidades.

Este é um dos maiores desafios: garantir uma ponte entre os saberes tradicionais dos povos e a cultura da “sociedade envolvente”, onde ainda prevalecem preconceitos, discriminação e recusa ao atendimento dos direitos. Essas atitudes estão expressas nos números: a proporção entre matrículas nos anos iniciais e as dos anos finais e entre essas e as de ensino médio atestam o quanto ainda falta para que o direito à educação seja atendido. O cenário atual é melhor do que em 2002, quando para 5,1 estudantes matriculados nos anos iniciais havia 1 nos anos finais e para cada estudante matriculado no ensino médio havia 86,4 nos anos finais.



**André Lázaro**

Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pesquisador da FLACSO/Brasil e ex-secretário nacional da Alfabetização, da Educação Continuada e da Diversidade.

**“Não há Educação Indígena sem a formação de professores nativos e a construção de projetos de futuro pelas próprias comunidades indígenas.”**

## Educação em áreas de quilombos

O desafio do atendimento educacional de qualidade a essas comunidades surge somado às questões da discriminação racial e aos déficits históricos verificados da educação no campo. O número de matrículas vem crescendo progressivamente nas áreas quilombolas, ao longo dos últimos anos, em todas as etapas e modalidades de ensino. Na Educação Básica, o número de alunos inscritos passou de 151,7 mil em 2007 para 210,4 mil em 2010. O maior crescimento proporcional é verificado no Ensino Médio, onde o atendimento quadruplicou, passando de 3,1 mil para 12,1 mil matrículas. Contudo, além de ampliar a oferta e a qualidade de ensino na Educação Básica, é necessário oferecer à população quilombola alternativas de inserção no mercado de trabalho, por exemplo, com maiores oportunidades de Educação Profissional e EJA.

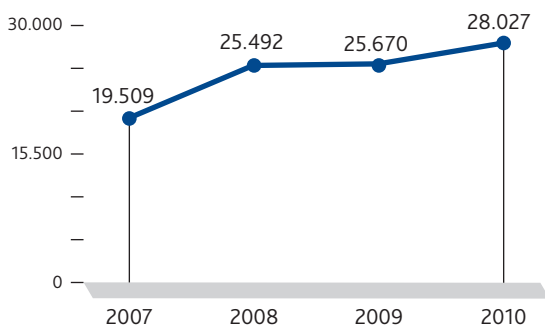
Número de matrículas em escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos - Brasil 2007 a 2010

Ano	Matrículas na Educação Básica								
	Total	Educação Infantil	Ensino Fundamental			Ensino Médio	Educação Especial	Educação de Jovens e Adultos	Educação Profissional
			Total	Anos Iniciais	Anos Finais				
2007	151.782	19.509	110.041	79.698	30.343	3.155	115	18.914	48
2008	196.866	25.492	137.114	88.726	48.388	8.432	102	24.977	749
2009	200.579	25.670	137.656	84.141	53.515	10.601	63	26.055	534
2010	210.485	28.027	145.065	89.074	55.991	12.152	134	25.052	55

Fonte: MEC/Inep/DEED.

### Número de matrículas da Educação Infantil em escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos

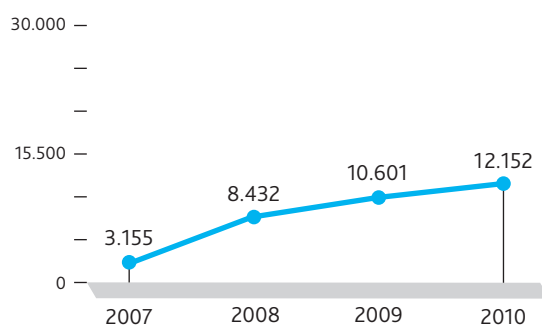
Brasil - 2007-2010



Fonte: Censo Escolar.

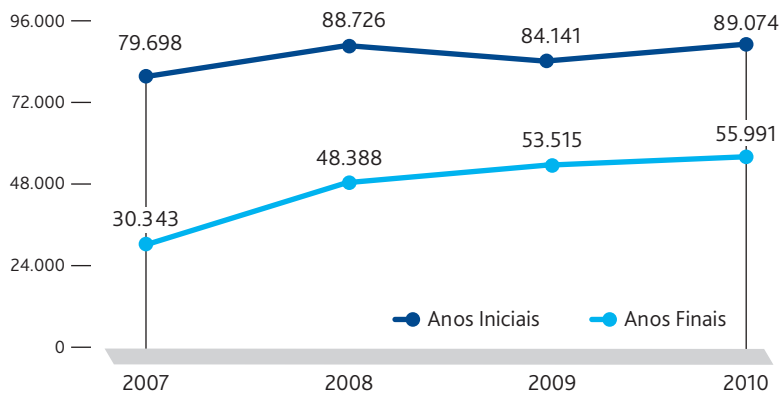
### Número de matrículas de Ensino Médio em escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos

Brasil - 2007-2010



**Número de matrículas de Ensino Fundamental em escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos**

Brasil - 2007-2010



Fonte: MEC/Inep/Deed.

**EDUCAÇÃO EM ÁREAS DE QUILOMBOS**

Existem hoje, no Brasil, aproximadamente 1.200 comunidades quilombolas, a maior parte na Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Pará.

A Educação é fundamental para o desenvolvimento das comunidades quilombolas – das comunidades já consolidadas e das que se encontram em processo de regularização fundiária. Estão em questão temas mais amplos do que a oferta. Entre as especificidades a serem garantidas, em discussão no Conselho Nacional de Educação, estão orientações no sentido de garantir o respeito à identidade cultural das comunidades quilombolas, a preservação das tradições, a superação de práticas de racismo e da oferta de oportunidades profissionais para os jovens que desejam permanecer nas comunidades de origem. A Educação quilombola foi incluída também no Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), lançado em março de 2012 pelo governo federal.

**4 vezes**

**é o crescimento do número de matrículas de Ensino Médio em áreas quilombolas entre 2007 e 2010**

***Além de ampliar a oferta e a qualidade de ensino na Educação Básica, é necessário oferecer à população quilombola alternativas de inserção no mercado de trabalho, por exemplo, com maiores oportunidades de Educação Profissional e EJA.***

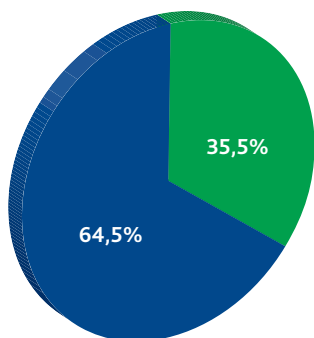
## Professores

A valorização do magistério é condição fundamental para uma Educação de qualidade, com remuneração condigna, formação adequada, com foco na aprendizagem dos alunos, e uma carreira mais atraente. Os números abaixo mostram informações sobre o perfil do professor no país.

**2.005.734** é o total de professores da Educação Básica\*

Na Educação Infantil

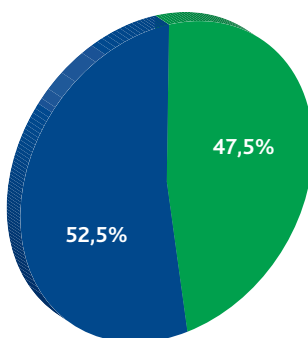
**381.471**



■ Creche  
■ Pré-escola

No Ensino Fundamental

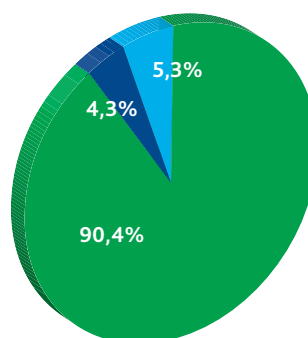
**1.383.966**



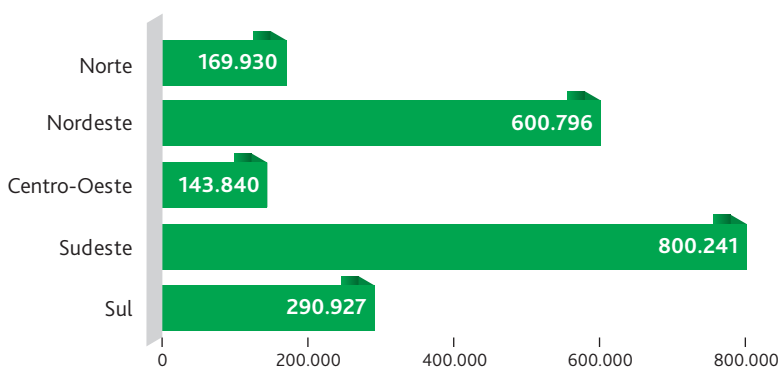
■ Anos iniciais  
■ Anos finais

No Ensino Médio

**477.273**



■ Ensino Médio  
■ Ensino Médio Normal/Magistério  
■ Ensino Médio Integrado



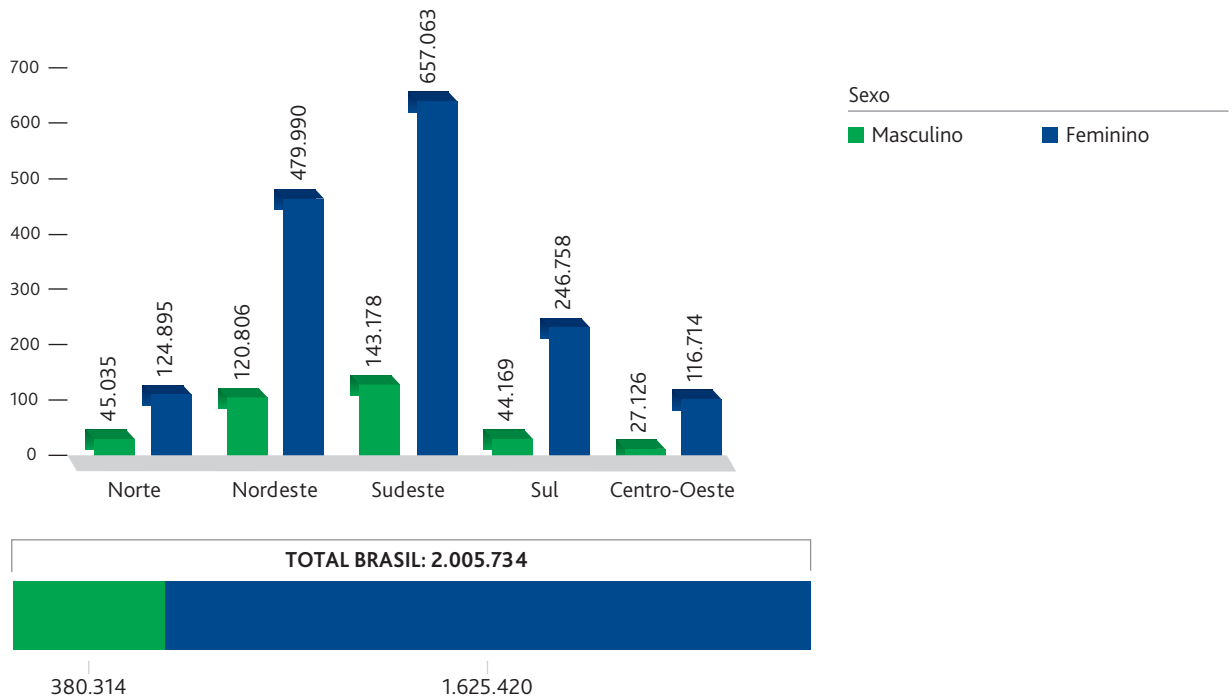
Fonte: Sinopse do Censo Escolar - 2010.

Nota: \*6.216 professores atuam em mais de uma Unidade da Federação, e o total de docentes no Brasil, sem repetição nas UFs, é de 1.999.518.

1.427.613 professores atuam em mais de uma etapa/modalidade de ensino.

**Professores - Educação Básica**

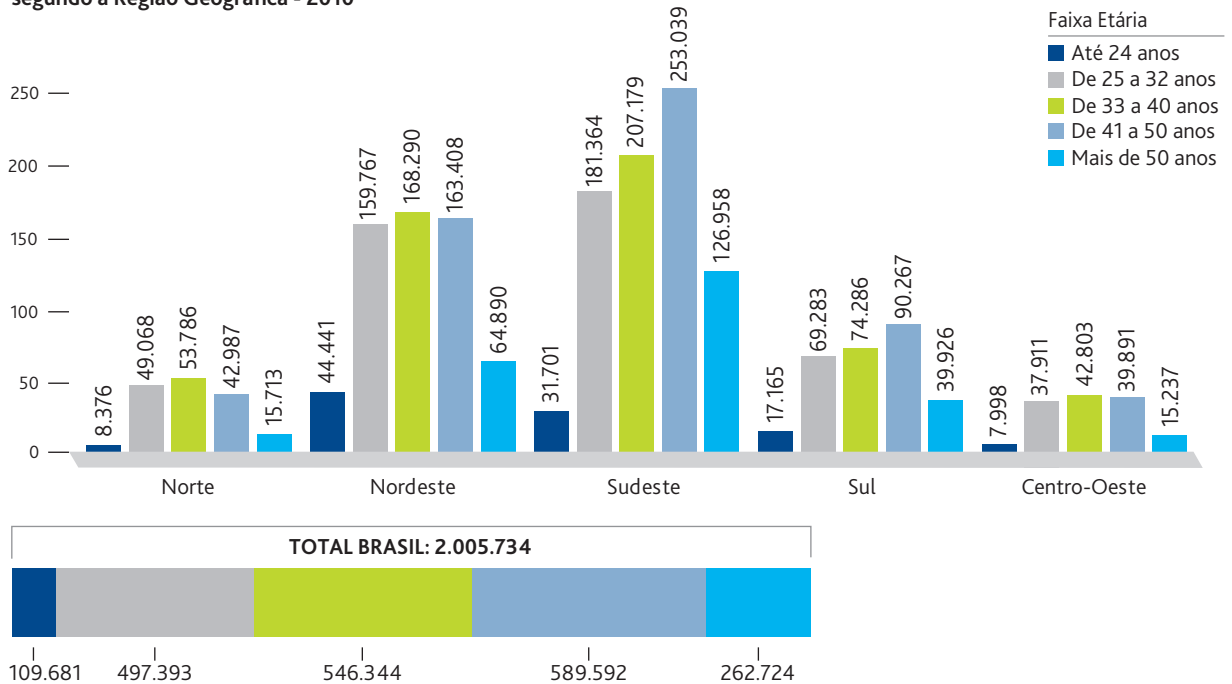
Número de Professores da Educação Básica por Sexo, segundo a Região Geográfica - 2010



Fonte: Sinopse do Censo Escolar - 2010

**Professores - Educação Básica**

Número de Professores da Educação Básica por Faixa Etária, segundo a Região Geográfica - 2010



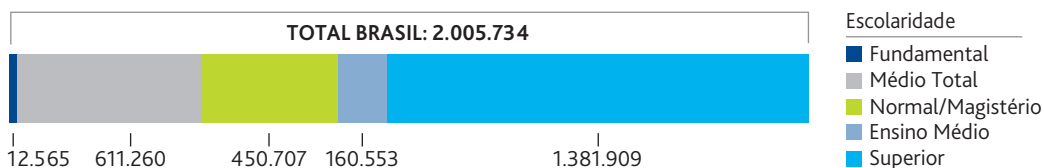
Fonte: Sinopse do Censo Escolar - 2010

## Formação

### Professores - Educação Básica

Número de Professores da Educação Básica por Escolaridade, segundo a Região Geográfica - 2010

Região Geográfica	Professores da Educação Básica					
	Total	Fundamental	Escolaridade			Superior
			Ensino Médio			
			Médio Total	Normal/Magistério	Ensino Médio	
Norte	169.930	1.792	73.029	57.007	16.022	95.109
Nordeste	600.796	6.597	288.748	220.231	68.517	305.451
Sudeste	800.241	1.860	163.503	119.674	43.829	634.878
Sul	290.927	1.574	58.723	39.735	18.988	230.630
Centro-Oeste	143.840	742	27.257	14.060	13.197	115.841
<b>Brasil</b>	<b>2.005.734</b>	<b>12.565</b>	<b>611.260</b>	<b>450.707</b>	<b>160.553</b>	<b>1.381.909</b>



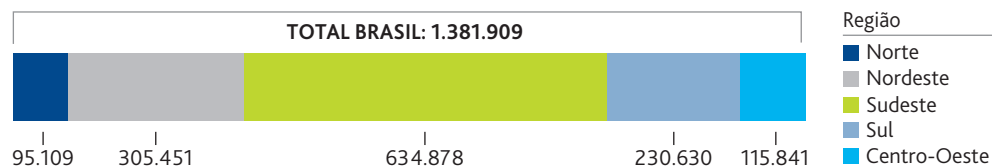
Fonte: Sinopse do Censo Escolar - 2010

## Licenciatura

### Professores - Educação Básica

Número de Professores da Educação Básica com Formação Superior, Licenciados e Não Licenciados, segundo a Região Geográfica - 2010

Região Geográfica	Professores na Educação Básica			
	Total	Situação da Licenciatura		
		Possui curso com Licenciatura	Possui curso sem Licenciatura	Possui cursos com e sem Licenciatura
Norte	95.109	82.831	11.619	659
Nordeste	305.451	287.992	16.560	899
Sudeste	634.878	608.162	16.365	10.351
Sul	230.630	214.566	14.514	1.550
Centro-Oeste	115.841	104.389	4.668	6.784
<b>Brasil</b>	<b>1.381.909</b>	<b>1.297.940</b>	<b>63.726</b>	<b>20.243</b>



Fonte: Sinopse do Censo Escolar - 2010

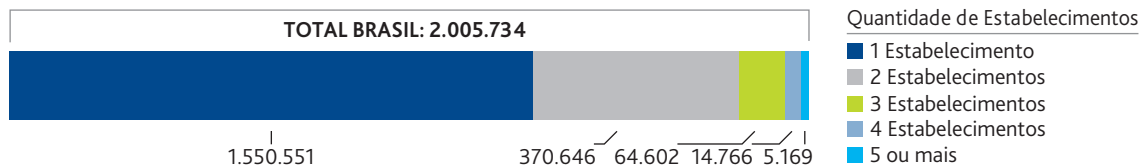
A maioria dos professores da Educação Básica (69%) possui nível de escolaridade superior. Pouco mais de um quarto tem nível Médio de escolaridade. Segundo estimativa do Ministério da Educação, atualmente mais de 350 mil professores em todo o país estão matriculados em instituições de Ensino Superior.

**69%**  
*dos docentes com  
curso superior*

### Professores - Educação Básica

Número de Professores da Educação Básica por Quantidade de Estabelecimentos em que lecionam, segundo a Região Geográfica - 2010

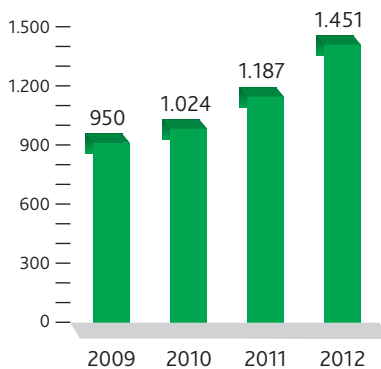
Região Geográfica	Professores da Educação Básica				
	Quantidade de Estabelecimentos				
	1 Estabelecimento	2 Estabelecimentos	3 Estabelecimentos	4 Estabelecimentos	5 ou mais
Norte	137.707	26.198	4.427	1.115	483
Nordeste	486.329	96.519	14.599	2.580	769
Sudeste	594.278	165.162	30.190	7.715	2.896
Sul	215.060	59.900	12.227	2.840	900
Centro-Oeste	117.177	22.867	3.159	516	121
<b>Brasil</b>	<b>1.550.551</b>	<b>370.646</b>	<b>64.602</b>	<b>14.766</b>	<b>5.169</b>



Fonte: Sinopse do Censo Escolar - 2010

### Remuneração (em R\$)

Piso Nacional



Fonte: SE/MEC.

Em 2008, foi sancionada a lei 11.738, conhecida como Lei do Piso, que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica. Em 2012, o Ministério da Educação (MEC) definiu em R\$ 1.451 o valor do piso nacional do magistério, um aumento de 22,22% em relação a 2011.

A maioria dos professores do sexo masculino que estão na Educação Básica dá aulas para turmas dos anos finais do Ensino Fundamental e para jovens no Ensino Médio. As mulheres são maioria no Magistério (81%) e quase a totalidade dos professores que ensinam as crianças matriculadas na Educação Infantil. O quadro se repete em todas as regiões do país.

**81%**  
*dos professores são  
mulheres*





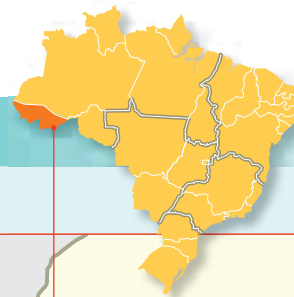
*“A Educação deve visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e ao fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais.”*

Declaração Universal dos Direitos Humanos

# NÚMEROS POR ESTADO

**A**s páginas seguintes trazem indicadores educacionais dos 26 estados e do Distrito Federal, que formam um mosaico para contribuir para a melhor compreensão do quadro nacional do ensino oferecido.

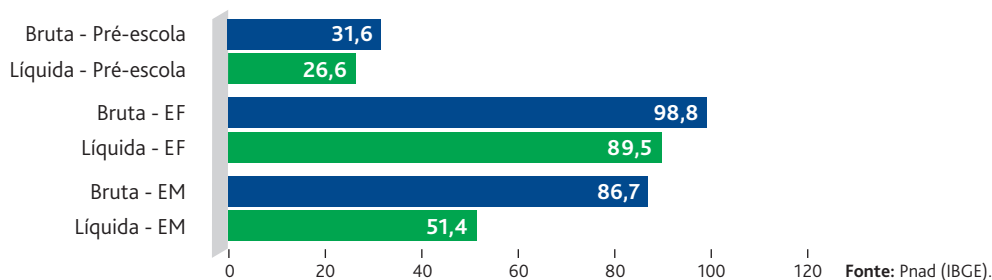
# ACRE



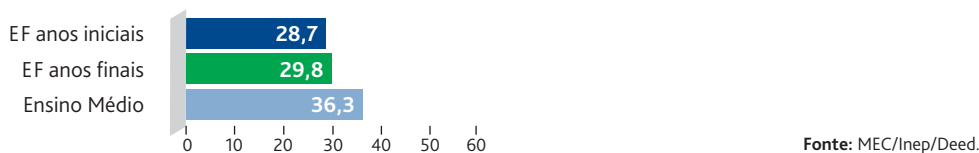
Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Moderno atlas geográfico*. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2011.

Localizado na região Norte, o Acre tem 164 mil km<sup>2</sup> e 22 municípios. Sua capital é Rio Branco.

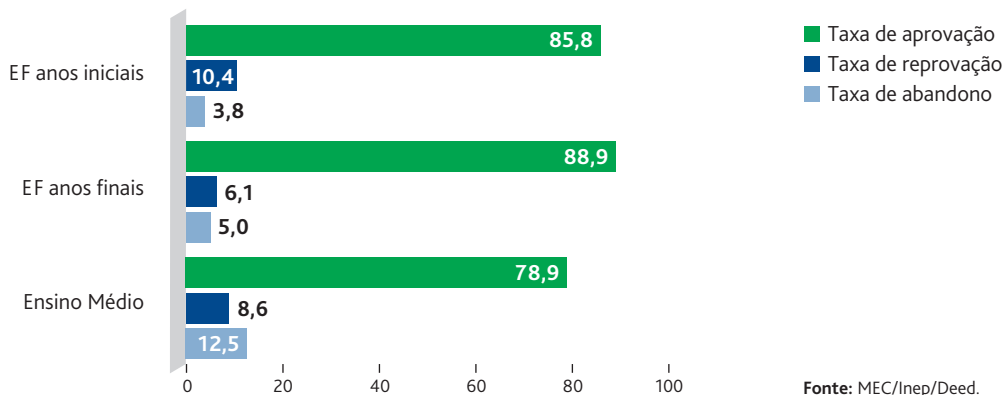
## Taxa de matrícula - 2009 (%)



## Taxa de distorção idade-série - 2010 (%)



## Taxa de rendimento - 2010 (%)



### RAIO X DA EDUCAÇÃO NO ACRE

<b>População</b>	733.559
<b>População em idade escolar</b>	233.761
<b>PIB (R\$ mil)</b>	R\$ 6.730.108,00
<b>Renda média</b>	R\$ 558,97
<b>Taxa de analfabetismo</b> (pessoas com 15 anos ou mais)	16,5%
<b>Escolaridade média em anos de estudo</b> (pessoas de 25 anos ou mais)	6,9
<b>Atendimento</b> (crianças e jovens de 4 a 17 anos que estão na escola)	85%
<b>Matrículas da Educação Básica</b>	256.754
<b>Atraso escolar em crianças de 10 a 14 anos</b> (com mais de dois anos de atraso escolar)	16%

### Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

EF anos iniciais: 4,3  
 EF anos finais: 4,1  
 Ensino Médio: 3,5

### Docentes com curso superior

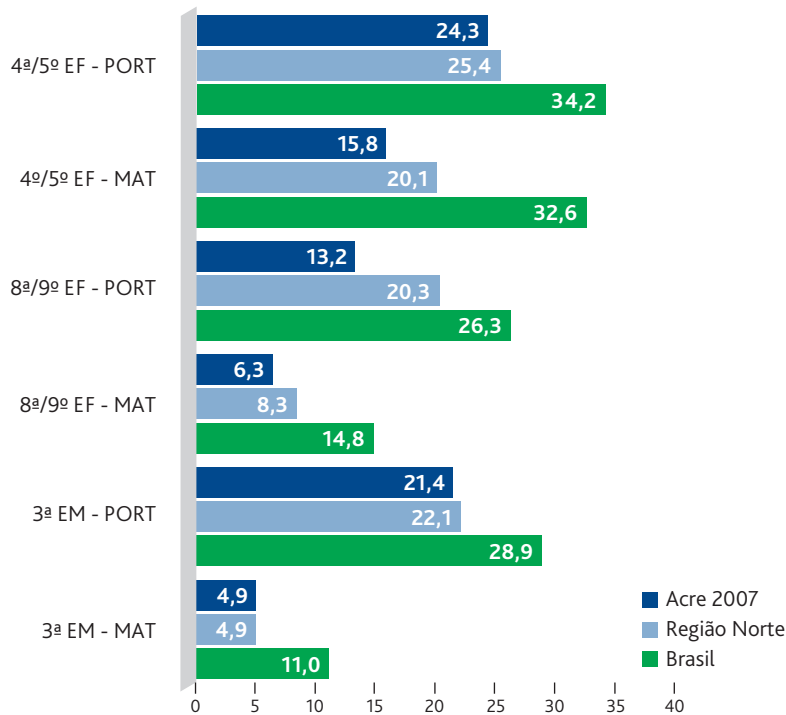
Creche: 34,4%  
 Pré-escola: 31,3%  
 EF anos iniciais: 36,4%  
 EF anos finais: 43,9%  
 Ensino Médio: 86,6%

Fonte: IBGE/MEC/Inep. PIB (2008); Escolaridade média, atraso escolar e Ideb (2009), demais dados (2010).

Nota: A renda média expressa o rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais.

### Desempenho - 2009 (%)

Percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática em cada série/ano



Fonte: Todos Pela Educação.

# 66,9%

é o percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental

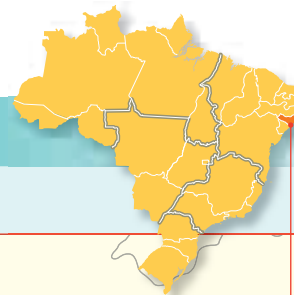
# 35,7%

é o percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio

## ALAGOAS



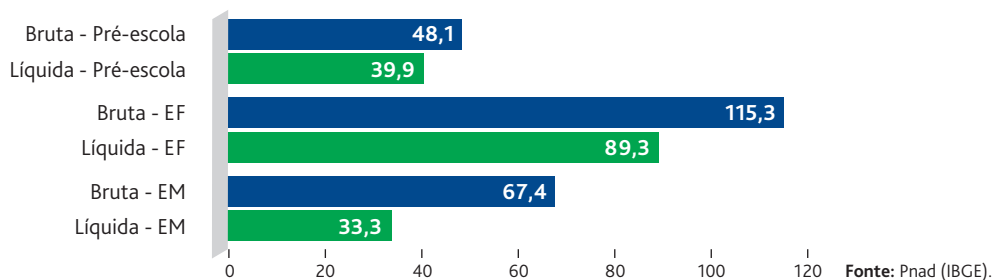
Jangadas na praia de Pajuçara, em Maceió



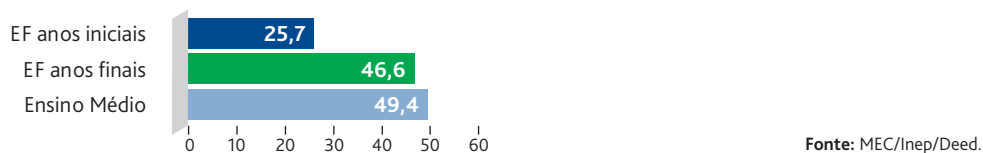
Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Moderno atlas geográfico*. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2011.

Localizado na região Nordeste, Alagoas tem cerca de 28 mil km<sup>2</sup> e 102 municípios. Sua capital é Maceió.

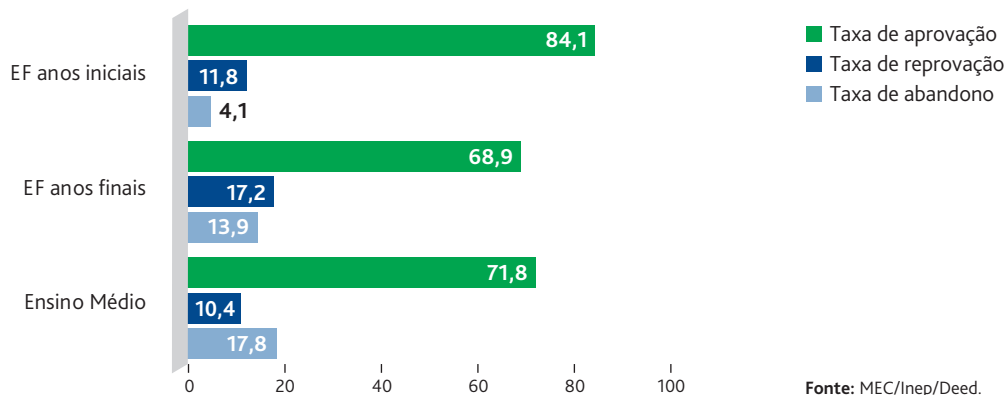
## Taxa de matrícula - 2009 (%)



## Taxa de distorção idade-série - 2010 (%)



## Taxa de rendimento - 2010 (%)



## RAIO X DA EDUCAÇÃO EM ALAGOAS

<b>População</b>	3.120.494
<b>População em idade escolar</b>	889.964
<b>PIB (R\$ mil)</b>	R\$ 19.476.860,00
<b>Renda média</b>	R\$ 436,10
<b>Taxa de analfabetismo</b> (pessoas com 15 anos ou mais)	24,3%
<b>Escolaridade média em anos de estudo</b> (pessoas de 25 anos ou mais)	5
<b>Atendimento</b> (crianças e jovens de 4 a 17 anos que estão na escola)	89,9%
<b>Matrículas da Educação Básica</b>	962.610
<b>Atraso escolar em crianças de 10 a 14 anos</b> (com mais de dois anos de atraso escolar)	25,5%

## Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

EF anos iniciais: 3,7  
EF anos finais: 2,9  
Ensino Médio: 3,1

## Docentes com curso superior

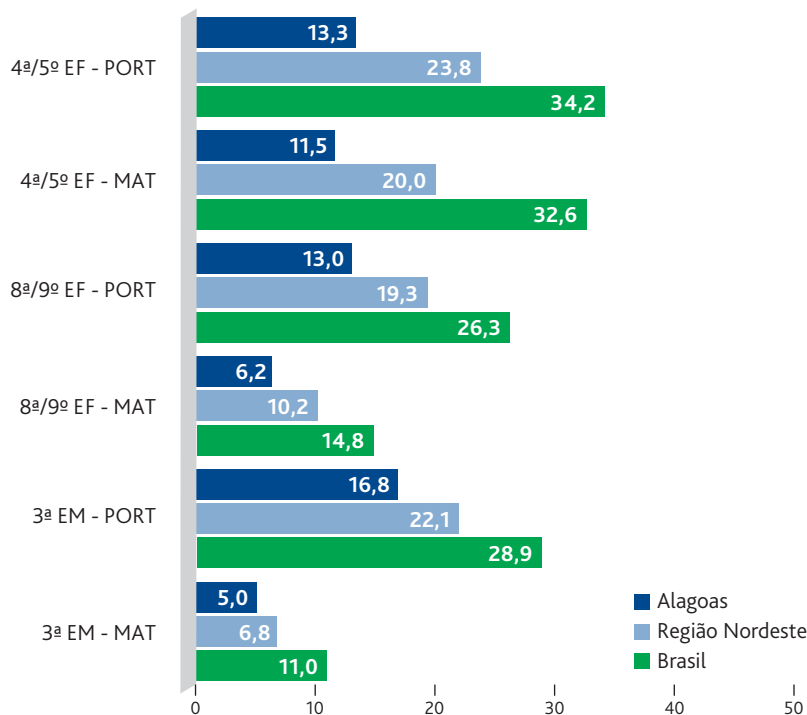
Creche: 20,5%  
Pré-escola: 25,3%  
EF anos iniciais: 35,4%  
EF anos finais: 61,1%  
Ensino Médio: 82%

Fonte: IBGE/MEC/Inep. PIB (2008); Escolaridade média, atraso escolar e Ideb (2009), demais dados (2010).

Nota: A renda média expressa o rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais.

## Desempenho - 2009 (%)

Percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática em cada série/ano



Fonte: Todos Pela Educação.

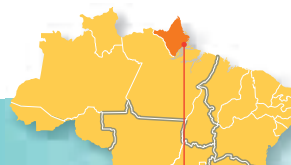
# 36,4%

é o percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental

# 37,3%

é o percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio

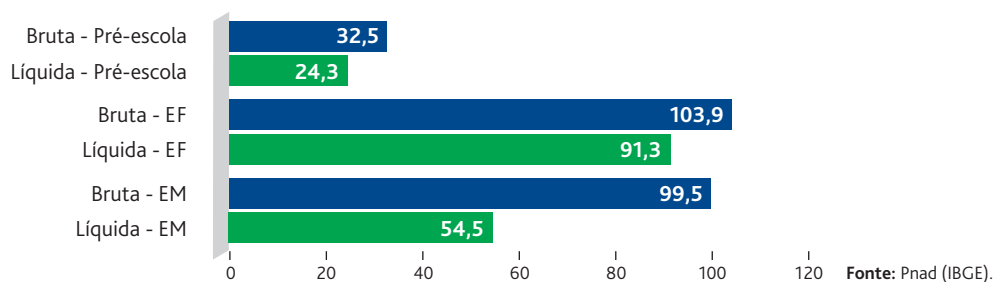
## AMAPÁ



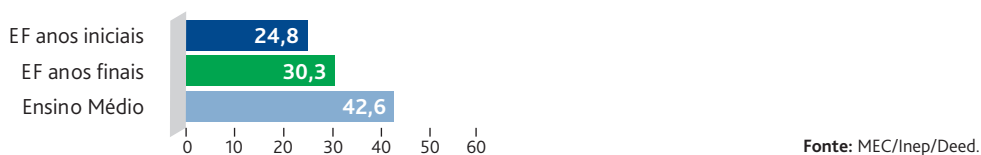
Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Moderno atlas geográfico*. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2011.

Localizado na região Norte, o Amapá tem cerca de 143 mil km<sup>2</sup> e 16 municípios. Sua capital é Macapá.

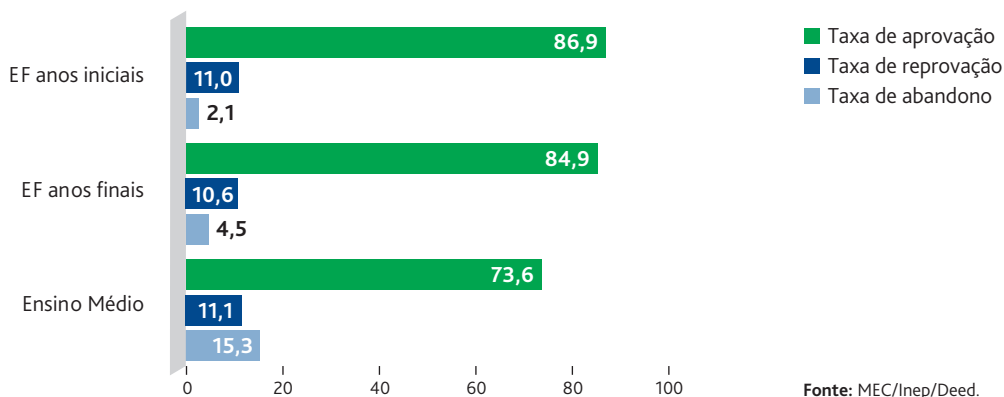
## Taxa de matrícula - 2009 (%)



## Taxa de distorção idade-série - 2010 (%)



## Taxa de rendimento - 2010 (%)



## RAIO X DA EDUCAÇÃO NO AMAPÁ

<b>População</b>	669.526
<b>População em idade escolar</b>	211.453
<b>PIB (R\$ mil)</b>	R\$ 6.764.833,00
<b>Renda média</b>	R\$ 637,88
<b>Taxa de analfabetismo</b> (pessoas com 15 anos ou mais)	8,4%
<b>Escolaridade média em anos de estudo</b> (pessoas de 25 anos ou mais)	8
<b>Atendimento</b> (crianças e jovens de 4 a 17 anos que estão na escola)	88,9%
<b>Matrículas da Educação Básica</b>	229.729
<b>Atraso escolar em crianças de 10 a 14 anos</b> (com mais de dois anos de atraso escolar)	12,1%

## Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

EF anos iniciais: 3,8  
 EF anos finais: 3,6  
 Ensino Médio: 3,1

## Docentes com curso superior

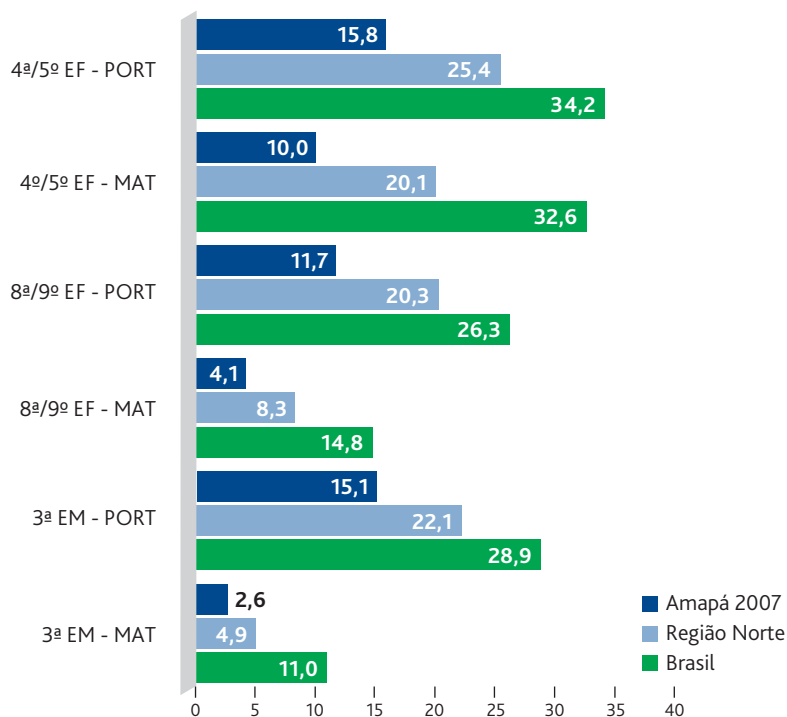
Creche: 18,1%  
 Pré-escola: 13,2%  
 EF anos iniciais: 24,4%  
 EF anos finais: 73,9%  
 Ensino Médio: 93,9%

Fonte: IBGE/MEC/Inep. PIB (2008); Escolaridade média, atraso escolar e Ideb (2009), demais dados (2010).

Nota: A renda média expressa o rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais.

## Desempenho - 2009 (%)

Percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática em cada série/ano



Fonte: Todos Pela Educação.

# 57,3%

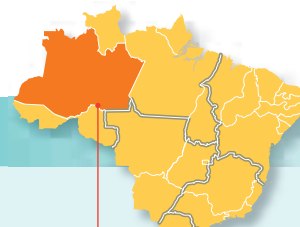
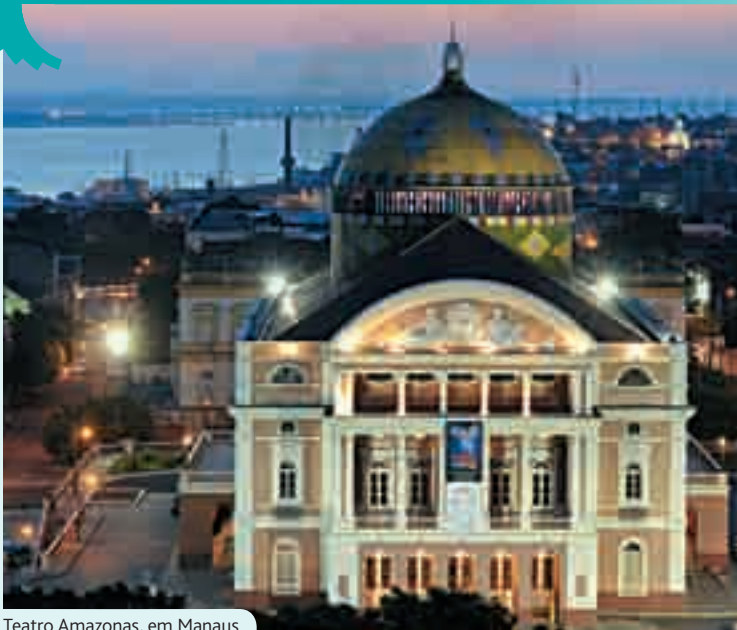
é o percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental

# 38,4%

é o percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio



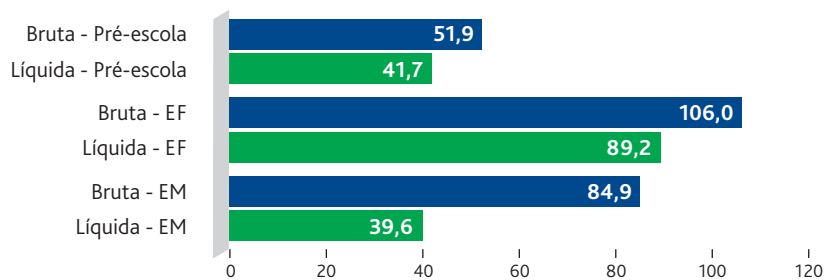
# AMAZONAS



Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Moderno atlas geográfico*. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2011.

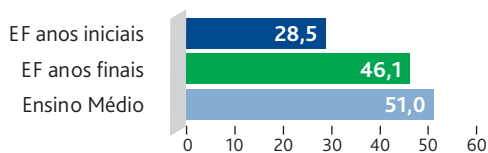
Localizado na região Norte, o Amazonas tem cerca de 1,5 milhão de km<sup>2</sup> e 62 municípios. Sua capital é Manaus.

## Taxa de matrícula - 2009 (%)



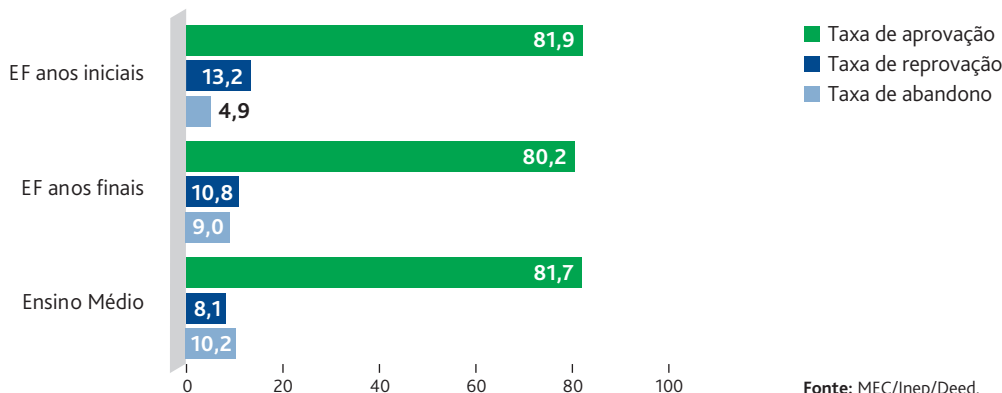
Fonte: Pnad (IBGE).

## Taxa de distorção idade-série - 2010 (%)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

## Taxa de rendimento - 2010 (%)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

## RAIO X DA EDUCAÇÃO NO AMAZONAS

<b>População</b>	3.483.985
<b>População em idade escolar</b>	1.088.463
<b>PIB (R\$ mil)</b>	R\$ 46.822.570,00
<b>Renda média</b>	R\$ 541,67
<b>Taxa de analfabetismo</b> (pessoas com 15 anos ou mais)	9,9%
<b>Escolaridade média em anos de estudo</b> (pessoas de 25 anos ou mais)	7,3
<b>Atendimento</b> (crianças e jovens de 4 a 17 anos que estão na escola)	85,5%
<b>Matrículas da Educação Básica</b>	1.162.346
<b>Atraso escolar em crianças de 10 a 14 anos</b> (com mais de dois anos de atraso escolar)	20,7%

### Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

EF anos iniciais: 3,9  
EF anos finais: 3,5  
Ensino Médio: 3,3

### Docentes com curso superior

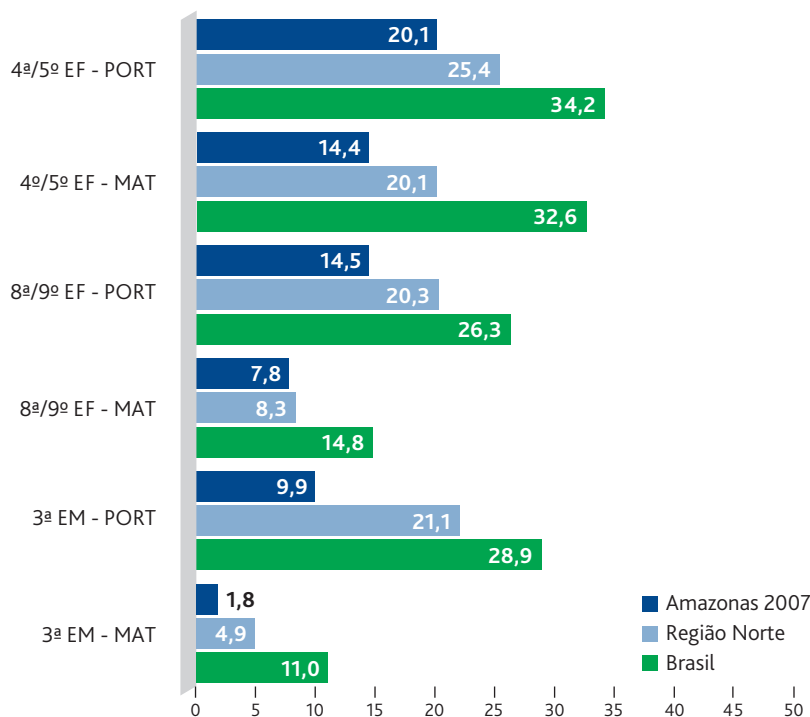
Creche: 40,6%  
Pré-escola: 46,5%  
EF anos iniciais: 58,5%  
EF anos finais: 68,6%  
Ensino Médio: 90%

Fonte: IBGE/MEC/Inep. PIB (2008); Escolaridade média, atraso escolar e Ideb (2009), demais dados (2010).

Nota: A renda média expressa o rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais.

## Desempenho - 2009 (%)

Percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática em cada série/ano



Fonte: Todos Pela Educação.

# 50,3%

é o percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental

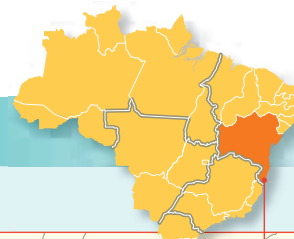
# 35,9%

é o percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio

# BAHIA



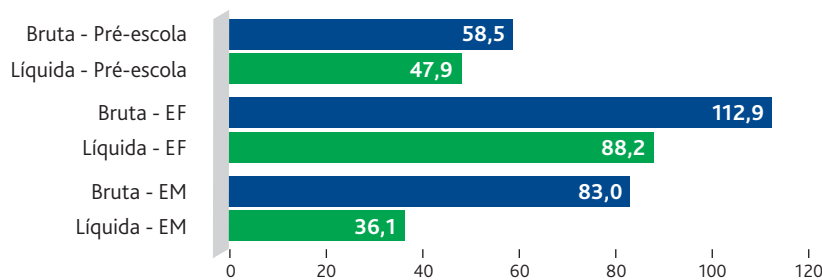
Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, no Pelourinho de Salvador



Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Moderno atlas geográfico*. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2011.

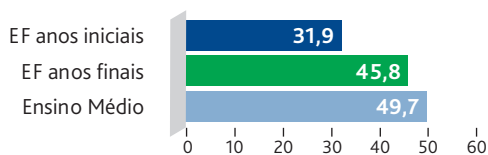
Localizada na região Nordeste, a Bahia tem cerca de 565 mil km<sup>2</sup> e 417 municípios. Sua capital é Salvador.

## Taxa de matrícula - 2009 (%)



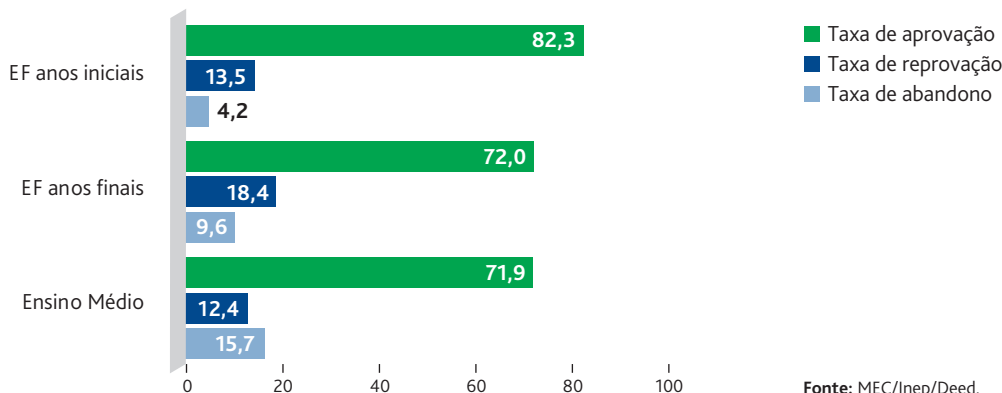
Fonte: Pnad (IBGE).

## Taxa de distorção idade-série - 2010 (%)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

## Taxa de rendimento - 2010 (%)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

## RAIO X DA EDUCAÇÃO NA BAHIA

<b>População</b>	14.016.906
<b>População em idade escolar</b>	3.569.004
<b>PIB (R\$ mil)</b>	R\$ 121.508.474,00
<b>Renda média</b>	R\$ 477,91
<b>Taxa de analfabetismo</b> (pessoas com 15 anos ou mais)	16,6%
<b>Escolaridade média em anos de estudo</b> (pessoas de 25 anos ou mais)	5,9
<b>Atendimento</b> (crianças e jovens de 4 a 17 anos que estão na escola)	92,2%
<b>Matrículas da Educação Básica</b>	3.965.081
<b>Atraso escolar em crianças de 10 a 14 anos</b> (com mais de dois anos de atraso escolar)	19,2%

## Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

EF anos iniciais: 3,8

EF anos finais: 3,1

Ensino Médio: 3,3

## Docentes com curso superior

Creche: 12,6%

Pré-escola: 16,6%

EF anos iniciais: 21,5%

EF anos finais: 41,4%

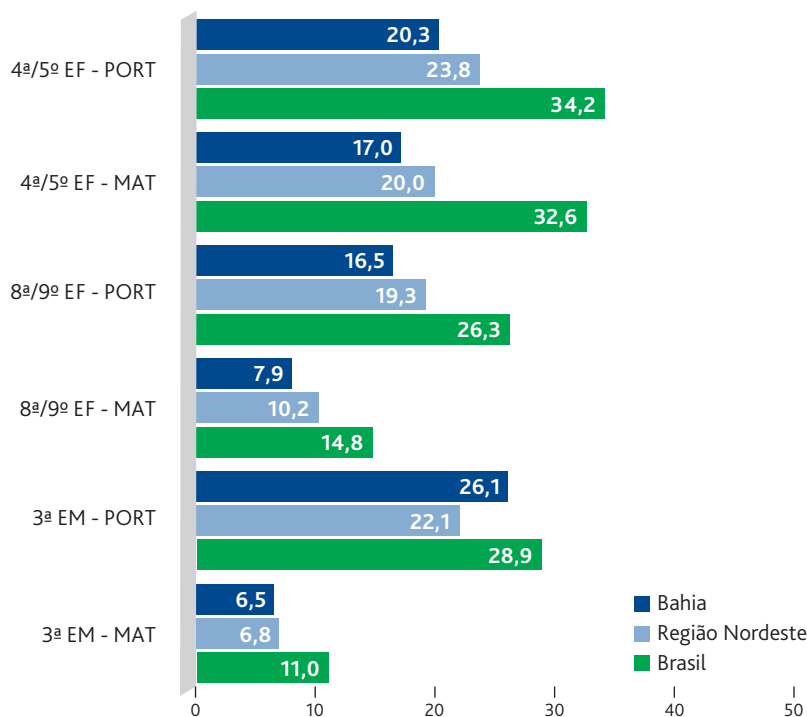
Ensino Médio: 66,4%

Fonte: IBGE/MEC/Inep. PIB (2008); Escolaridade média, atraso escolar e Ideb (2009), demais dados (2010).

Nota: A renda média expressa o rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais.

## Desempenho - 2009 (%)

Percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática em cada série/ano



Fonte: Todos Pela Educação.

43,6%

é o percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental

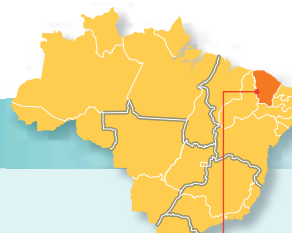
36,9%

é o percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio

# CEARÁ



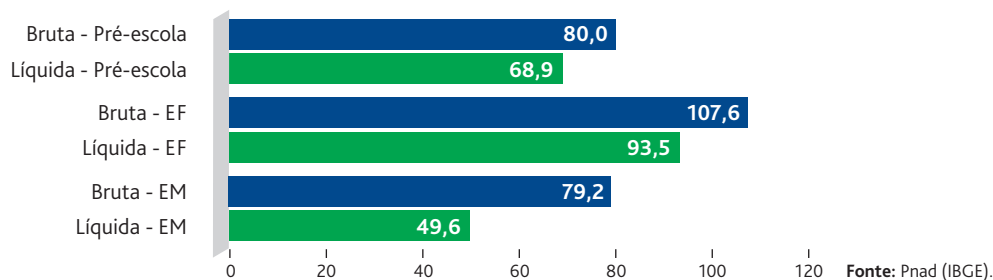
Orla da praia de Iracema, em Fortaleza



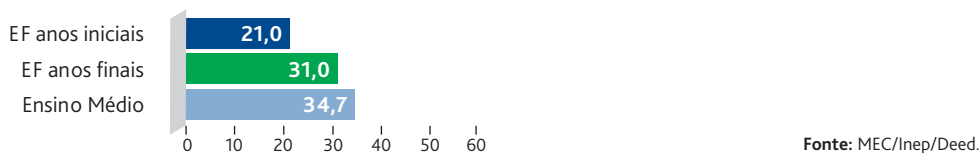
Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Moderno atlas geográfico*. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2011.

Localizado na região Nordeste, o Ceará tem cerca de 149 mil km<sup>2</sup> e 184 municípios. Sua capital é Fortaleza.

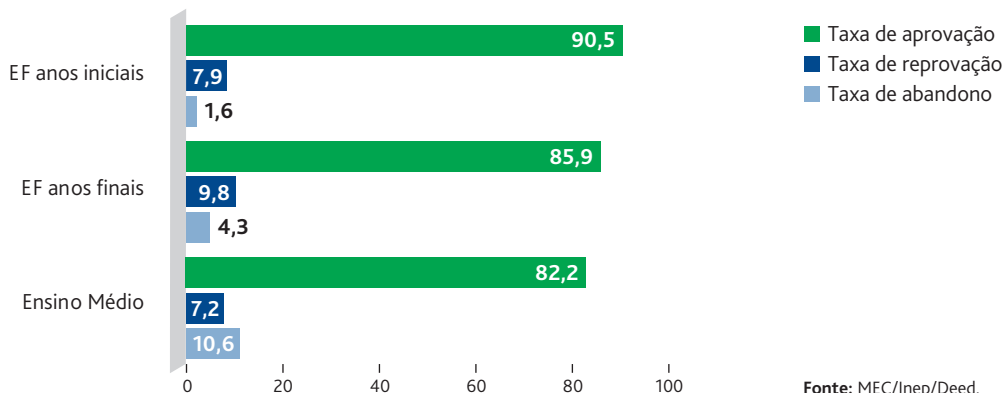
## Taxa de matrícula - 2009 (%)



## Taxa de distorção idade-série - 2010 (%)



## Taxa de rendimento - 2010 (%)



## RAIO X DA EDUCAÇÃO NO CEARÁ

<b>População</b>	8.452.381
<b>População em idade escolar</b>	2.203.334
<b>PIB (R\$ mil)</b>	R\$ 60.098.877,00
<b>Renda média</b>	R\$ 452,58
<b>Taxa de analfabetismo</b> (pessoas com 15 anos ou mais)	18,8%
<b>Escolaridade média em anos de estudo</b> (pessoas de 25 anos ou mais)	5,9
<b>Atendimento</b> (crianças e jovens de 4 a 17 anos que estão na escola)	92,7%
<b>Matrículas da Educação Básica</b>	2.472.942
<b>Atraso escolar em crianças de 10 a 14 anos</b> (com mais de dois anos de atraso escolar)	15%

## Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

EF anos iniciais: **4,4**  
 EF anos finais: **3,9**  
 Ensino Médio: **3,6**

## Docentes com curso superior

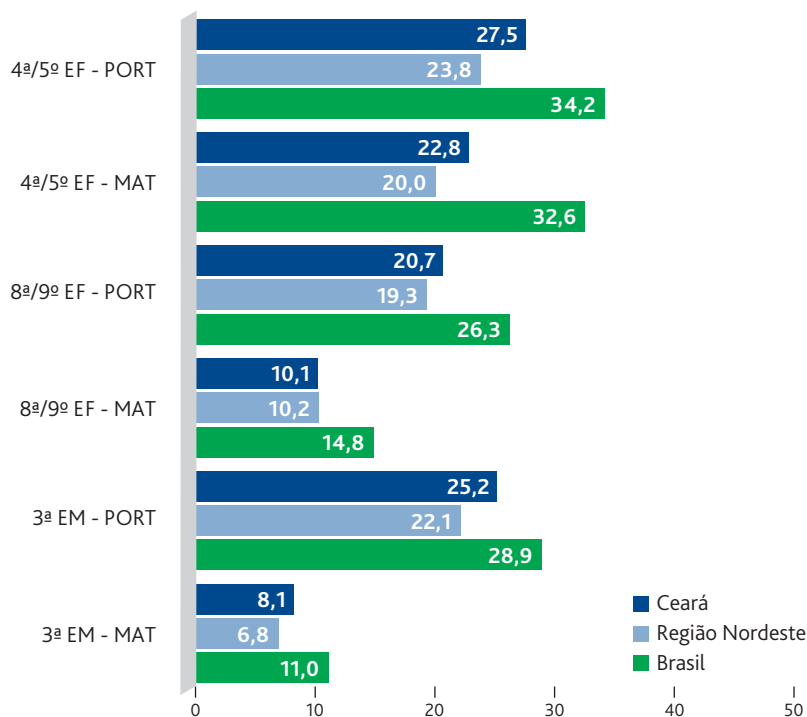
Creche: **40,2%**  
 Pré-escola: **43,9%**  
 EF anos iniciais: **62%**  
 EF anos finais: **73,3%**  
 Ensino Médio: **88,1%**

Fonte: IBGE/MEC/Inep. PIB (2008); Escolaridade média, atraso escolar e Ideb (2009), demais dados (2010).

Nota: A renda média expressa o rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais.

## Desempenho - 2009 (%)

Percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática em cada série/ano



Fonte: Todos Pela Educação.

# 60,6%

é o percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental

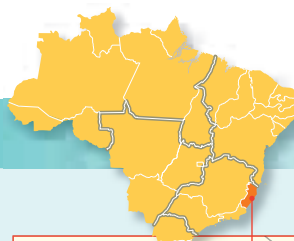
# 41,1%

é o percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio

# ESPÍRITO SANTO



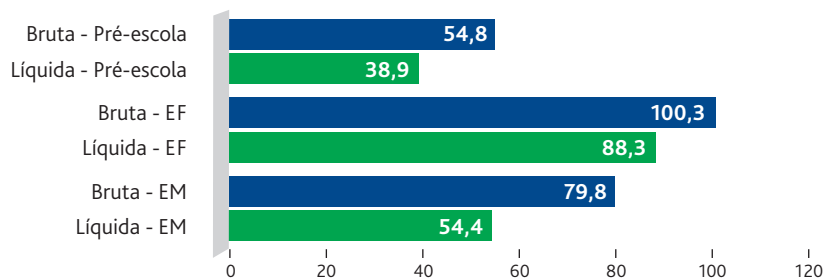
Praia da Costa, em Vila Velha



Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Moderno atlas geográfico*. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2011.

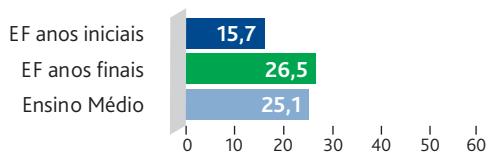
Localizado na região Sudeste, o Espírito Santo tem cerca de 46 mil km<sup>2</sup> e 78 municípios. Sua capital é Vitória.

## Taxa de matrícula - 2009 (%)



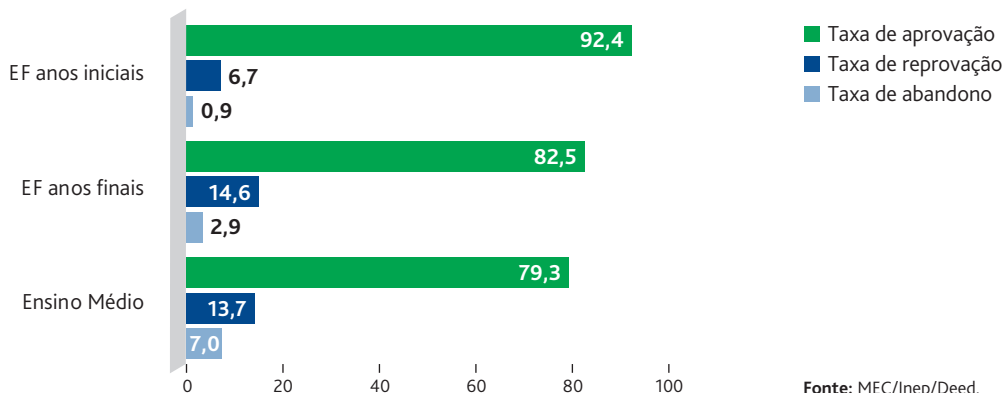
Fonte: Pnad (IBGE).

## Taxa de distorção idade-série - 2010 (%)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

## Taxa de rendimento - 2010 (%)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

## RAIO X DA EDUCAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO

<b>População</b>	3.514.952
<b>População em idade escolar</b>	800.005
<b>PIB (R\$ mil)</b>	R\$ 69.870.221,00
<b>Renda média</b>	R\$ 784,51
<b>Taxa de analfabetismo</b> (pessoas com 15 anos ou mais)	8,1%
<b>Escolaridade média em anos de estudo</b> (pessoas de 25 anos ou mais)	7,2
<b>Atendimento</b> (crianças e jovens de 4 a 17 anos que estão na escola)	91,2%
<b>Matrículas da Educação Básica</b>	910.518
<b>Atraso escolar em crianças de 10 a 14 anos</b> (com mais de dois anos de atraso escolar)	10,3%

## Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

EF anos iniciais: 5,1

EF anos finais: 4,1

Ensino Médio: 3,8

## Docentes com curso superior

Creche: 66,9%

Pré-escola: 71,1%

EF anos iniciais: 75,9%

EF anos finais: 86,3%

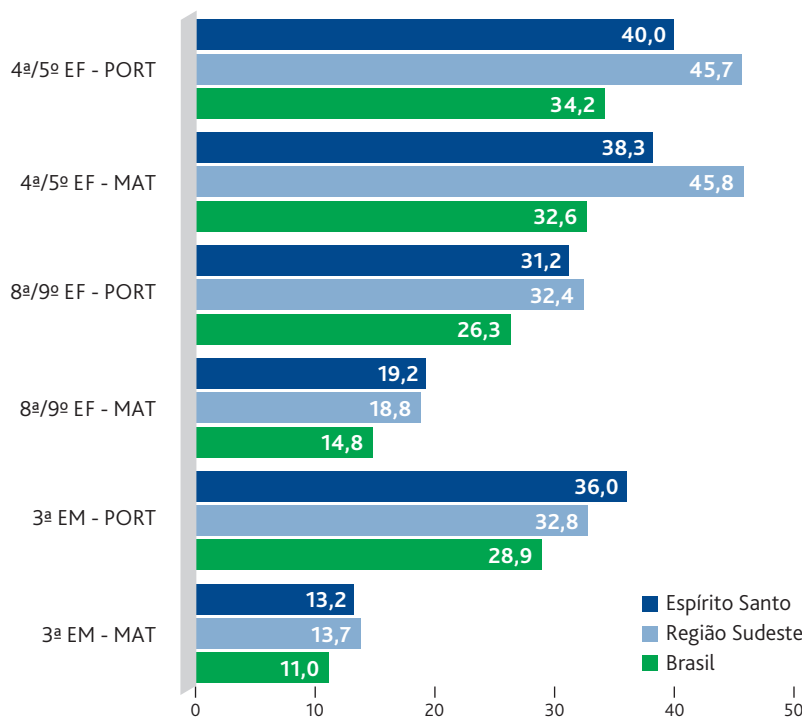
Ensino Médio: 92,1%

Fonte: IBGE/MEC/Inep. PIB (2008); Escolaridade média, atraso escolar e Ideb (2009), demais dados (2010).

Nota: A renda média expressa o rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais.

## Desempenho - 2009 (%)

Percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática em cada série/ano



Fonte: Todos Pela Educação.

70,3%

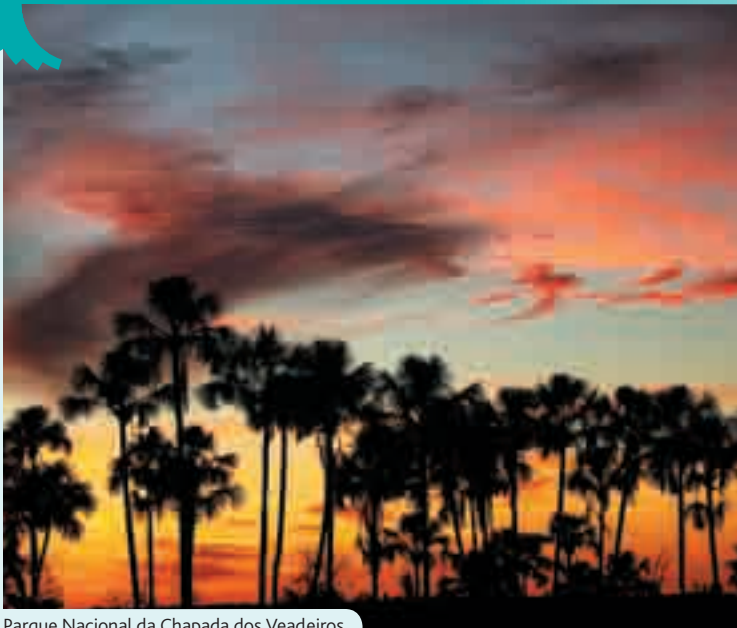
é o percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental

52,1%

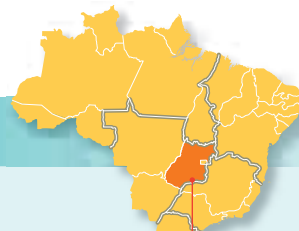
é o percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio



# GOIÁS



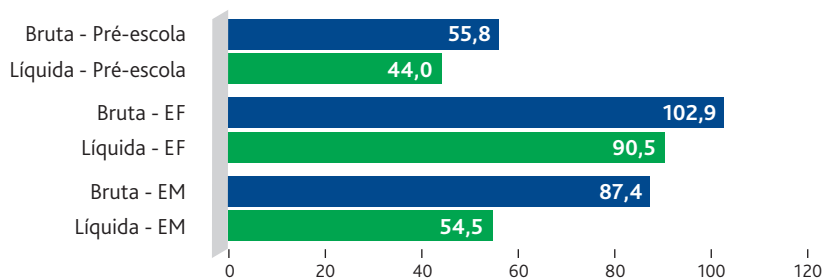
Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros



Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Moderno atlas geográfico*. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2011.

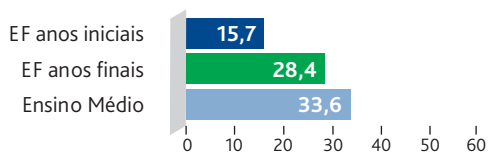
Localizado na região Centro-Oeste, Goiás tem cerca de 340 mil km<sup>2</sup> e 246 municípios. Sua capital é Goiânia.

## Taxa de matrícula - 2009 (%)



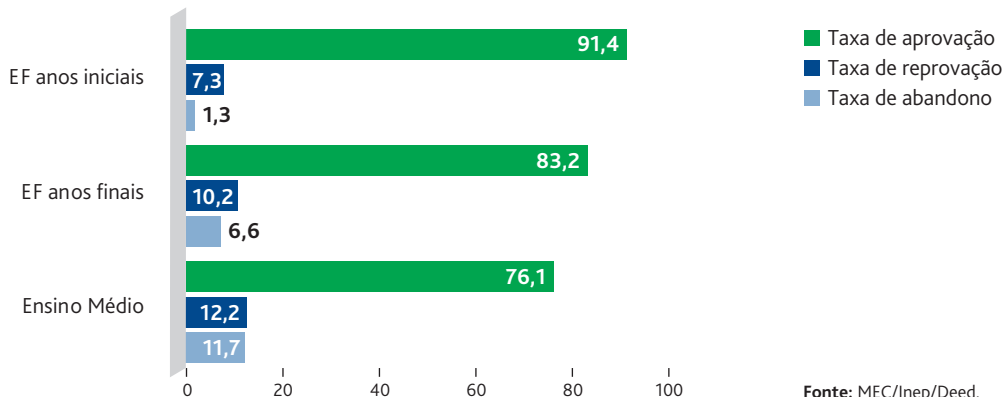
Fonte: Pnad (IBGE).

## Taxa de distorção idade-série - 2010 (%)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

## Taxa de rendimento - 2010 (%)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

## RAIO X DA EDUCAÇÃO EM GOIÁS

<b>População</b>	6.003.788
<b>População em idade escolar</b>	1.418.049
<b>PIB (R\$ mil)</b>	R\$ 75.274.921,00
<b>Renda média</b>	R\$ 784,66
<b>Taxa de analfabetismo</b> (pessoas com 15 anos ou mais)	8%
<b>Escolaridade média em anos de estudo</b> (pessoas de 25 anos ou mais)	7
<b>Atendimento</b> (crianças e jovens de 4 a 17 anos que estão na escola)	89,9%
<b>Matrículas da Educação Básica</b>	1.458.141
<b>Atraso escolar em crianças de 10 a 14 anos</b> (com mais de dois anos de atraso escolar)	8,5%

## Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

EF anos iniciais: **4,9**  
 EF anos finais: **4,0**  
 Ensino Médio: **3,4**

## Docentes com curso superior

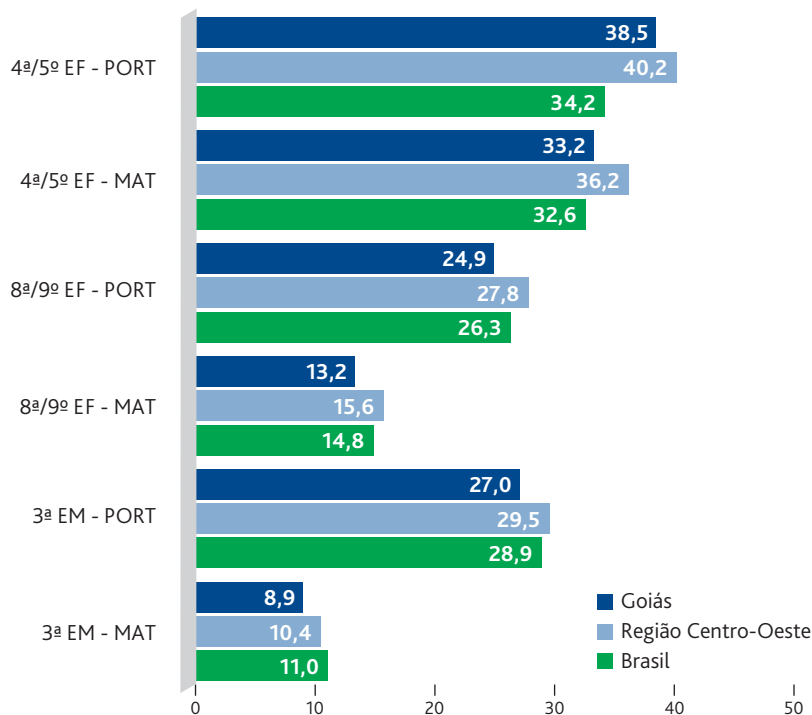
Creche: **51,2%**  
 Pré-escola: **61,5%**  
 EF anos iniciais: **74,2%**  
 EF anos finais: **86,4%**  
 Ensino Médio: **89,5%**

Fonte: IBGE/MEC/Inep. PIB (2008); Escolaridade média, atraso escolar e Ideb (2009), demais dados (2010).

Nota: A renda média expressa o rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais.

## Desempenho - 2009 (%)

Percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática em cada série/ano



Fonte: Todos Pela Educação.

# 71,8%

é o percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental

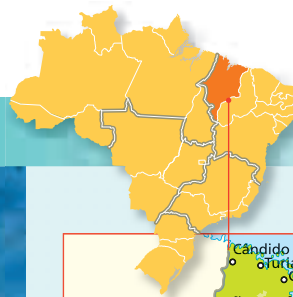
# 46%

é o percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio

# MARANHÃO



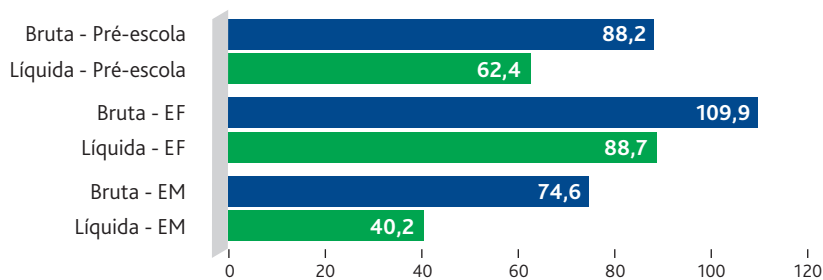
Centro histórico da capital, São Luís



Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Moderno atlas geográfico*. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2011.

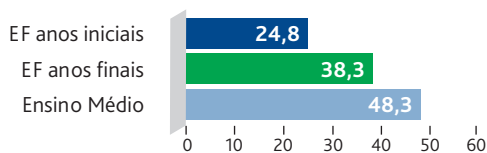
Localizado na região Nordeste, o Maranhão tem cerca de 332 mil km<sup>2</sup> e 217 municípios. Sua capital é São Luís.

## Taxa de matrícula - 2009 (%)



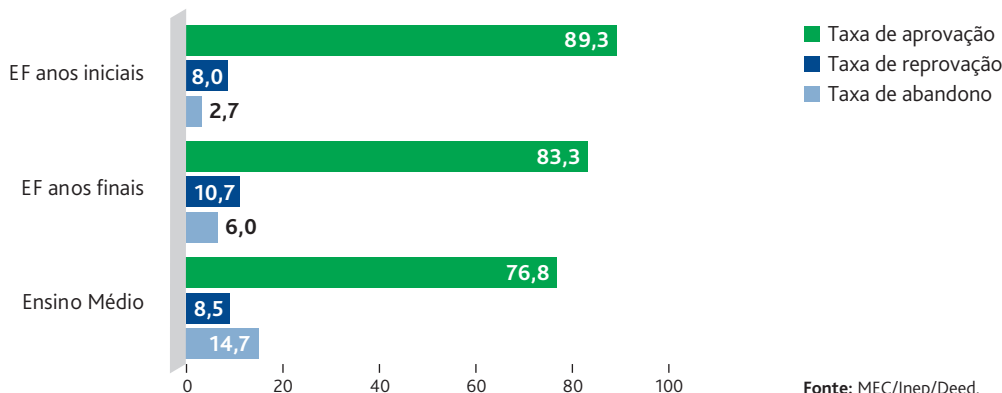
Fonte: Pnad (IBGE).

## Taxa de distorção idade-série - 2010 (%)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

## Taxa de rendimento - 2010 (%)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

## RAIO X DA EDUCAÇÃO NO MARANHÃO

<b>População</b>	6.574.789
<b>População em idade escolar</b>	1.948.505
<b>PIB (R\$ mil)</b>	R\$ 38.486.882,00
<b>Renda média</b>	R\$ 370,30
<b>Taxa de analfabetismo</b> (pessoas com 15 anos ou mais)	20,9%
<b>Escolaridade média em anos de estudo</b> (pessoas de 25 anos ou mais)	5,6
<b>Atendimento</b> (crianças e jovens de 4 a 17 anos que estão na escola)	92,3%
<b>Matrículas da Educação Básica</b>	2.214.116
<b>Atraso escolar em crianças de 10 a 14 anos</b> (com mais de dois anos de atraso escolar)	24,3%

## Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

EF anos iniciais: 3,9  
EF anos finais: 3,6  
Ensino Médio: 3,2

## Docentes com curso superior

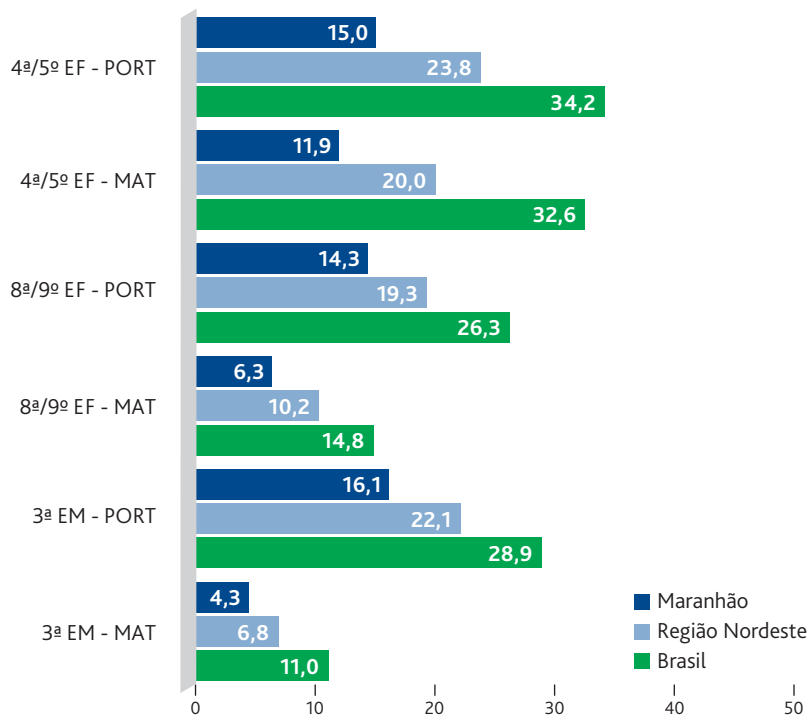
Creche: 16,6%  
Pré-escola: 18,1%  
EF anos iniciais: 27,4%  
EF anos finais: 44,8%  
Ensino Médio: 80,9%

Fonte: IBGE/MEC/Inep. PIB (2008); Escolaridade média, atraso escolar e Ideb (2009), demais dados (2010).

Nota: A renda média expressa o rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais.

## Desempenho - 2009 (%)

Percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática em cada série/ano



Fonte: Todos Pela Educação.

# 55,5%

é o percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental

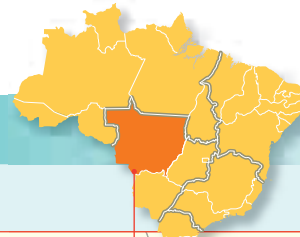
# 34,9%

é o percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio

# MATO GROSSO



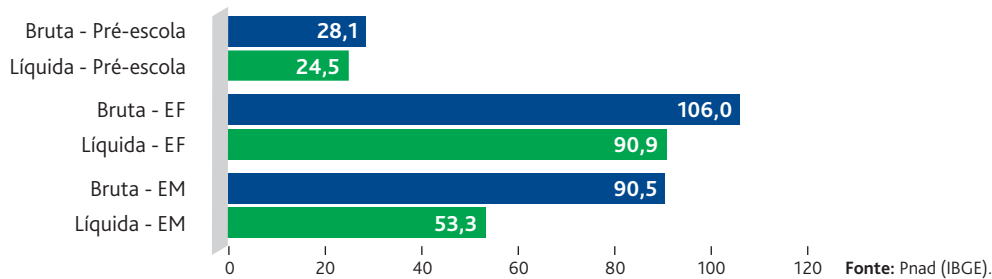
Vista do Pantanal, atração do Estado



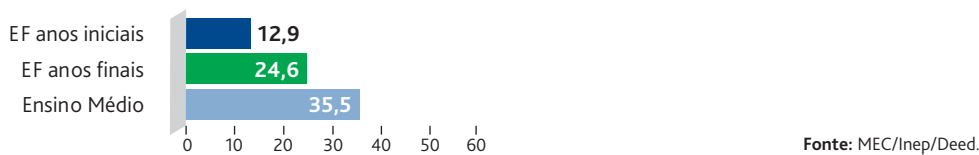
Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Moderno atlas geográfico*. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2011.

Localizado na região Centro-Oeste, o Mato Grosso tem cerca de 903 mil km<sup>2</sup> e 141 municípios. Sua capital é Cuiabá.

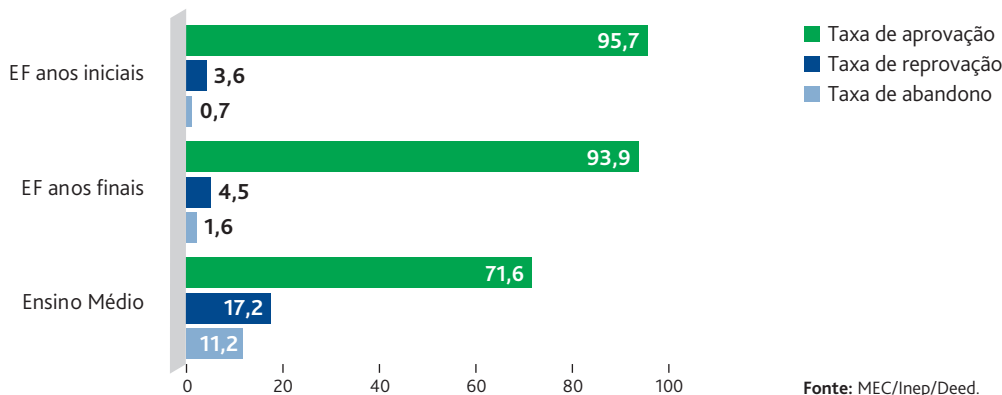
## Taxa de matrícula - 2009 (%)



## Taxa de distorção idade-série - 2010 (%)



## Taxa de rendimento - 2010 (%)



### RAIO X DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO

<b>População</b>	3.035.122
<b>População em idade escolar</b>	761.053
<b>PIB (R\$ mil)</b>	R\$ 53.023.274,00
<b>Renda média</b>	R\$ 748,69
<b>Taxa de analfabetismo</b> (pessoas com 15 anos ou mais)	8,5%
<b>Escolaridade média em anos de estudo</b> (pessoas de 25 anos ou mais)	7
<b>Atendimento</b> (crianças e jovens de 4 a 17 anos que estão na escola)	89,4%
<b>Matrículas da Educação Básica</b>	856.155
<b>Atraso escolar em crianças de 10 a 14 anos</b> (com mais de dois anos de atraso escolar)	9,5%

#### Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

EF anos iniciais: **4,9**  
 EF anos finais: **4,3**  
 Ensino Médio: **3,2**

#### Docentes com curso superior

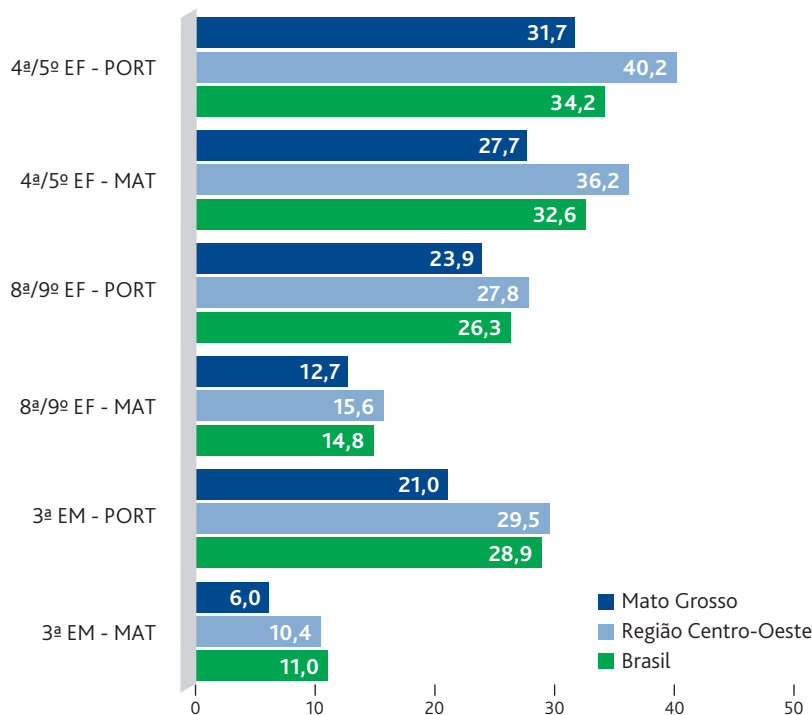
Creche: **58,2%**  
 Pré-escola: **65,1%**  
 EF anos iniciais: **72,8%**  
 EF anos finais: **78,6%**  
 Ensino Médio: **88,1%**

Fonte: IBGE/MEC/Inep. PIB (2008); Escolaridade média, atraso escolar e Ideb (2009), demais dados (2010).

Nota: A renda média expressa o rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais.

### Desempenho - 2009 (%)

Percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática em cada série/ano



Fonte: Todos Pela Educação.

# 66,5%

é o percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental

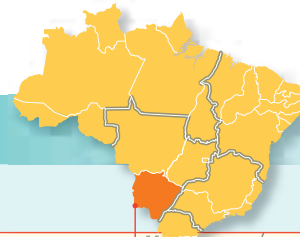
# 43,2%

é o percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio

# MATO GROSSO DO SUL



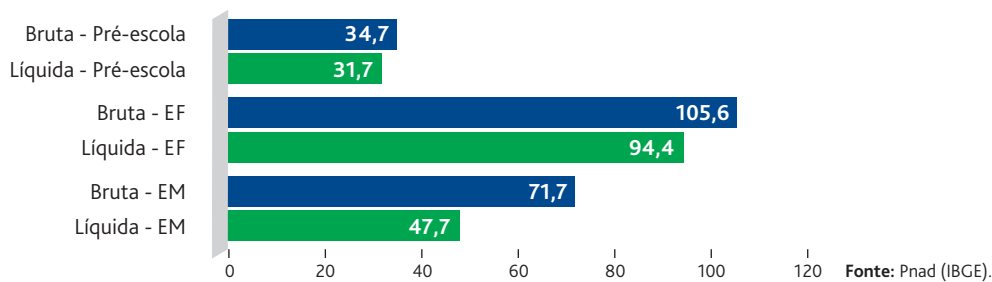
Cachoeira da Estância Mimosa no Rio Mimoso, em Bonito



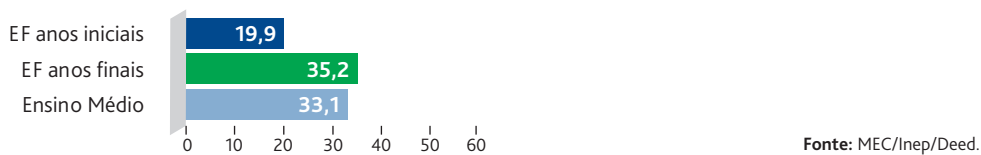
Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Moderno atlas geográfico*. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2011.

Localizado na região Centro-Oeste, o Mato Grosso do Sul tem cerca de 357 mil km<sup>2</sup> e 78 municípios. Sua capital é Campo Grande.

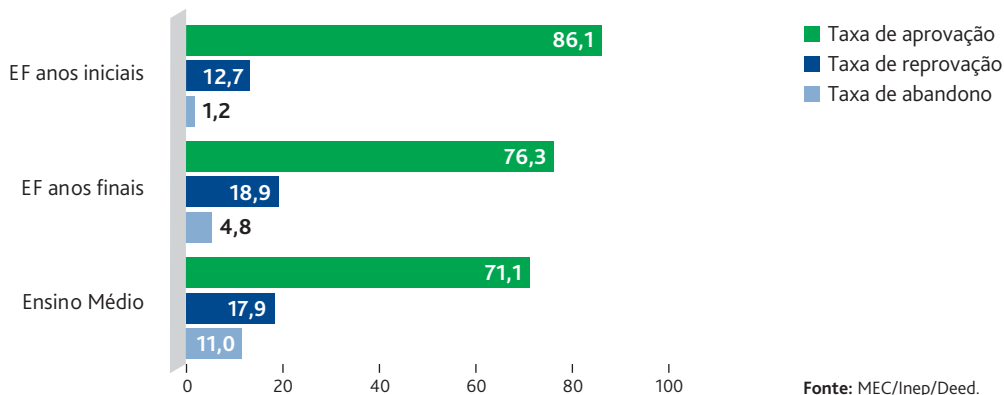
## Taxa de matrícula - 2009 (%)



## Taxa de distorção idade-série - 2010 (%)



## Taxa de rendimento - 2010 (%)



### RAIO X DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO DO SUL

<b>População</b>	2.449.024
<b>População em idade escolar</b>	597.942
<b>PIB (R\$ mil)</b>	R\$ 33.144.944,00
<b>Renda média</b>	R\$ 780,63
<b>Taxa de analfabetismo</b> (pessoas com 15 anos ou mais)	7,7%
<b>Escolaridade média em anos de estudo</b> (pessoas de 25 anos ou mais)	6,9
<b>Atendimento</b> (crianças e jovens de 4 a 17 anos que estão na escola)	89,6%
<b>Matrículas da Educação Básica</b>	677.137
<b>Atraso escolar em crianças de 10 a 14 anos</b> (com mais de dois anos de atraso escolar)	11,1%

#### Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

EF anos iniciais: **4,6**  
 EF anos finais: **4,1**  
 Ensino Médio: **3,8**

#### Docentes com curso superior

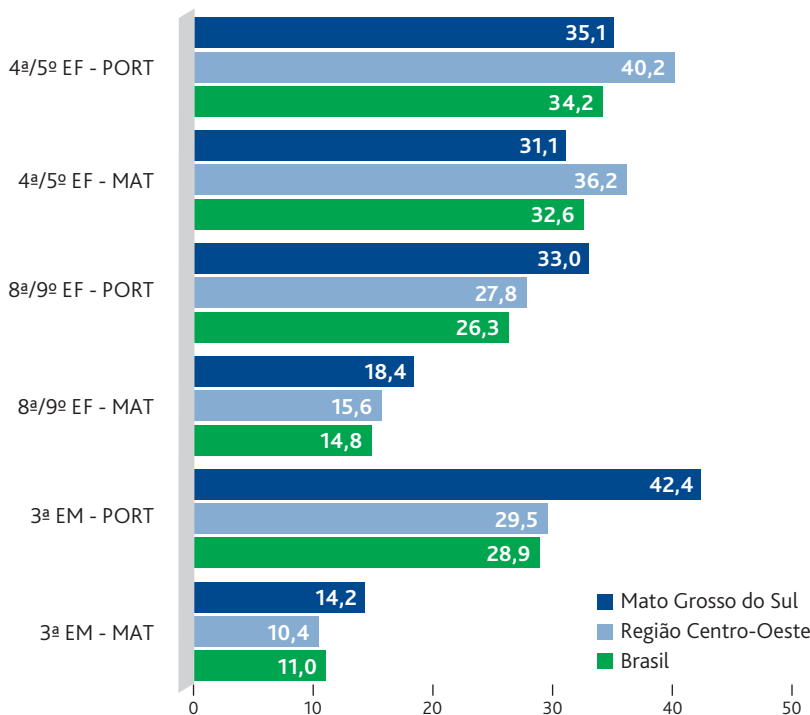
Creche: **72,2%**  
 Pré-escola: **78,5%**  
 EF anos iniciais: **84,2%**  
 EF anos finais: **91,2%**  
 Ensino Médio: **95,2%**

Fonte: IBGE/MEC/Inep. PIB (2008); Escolaridade média, atraso escolar e Ideb (2009), demais dados (2010).

Nota: A renda média expressa o rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais.

### Desempenho - 2009 (%)

Percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática em cada série/ano



Fonte: Todos Pela Educação.

**60,3%**

é o percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental

**48,7%**

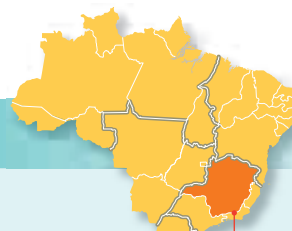
é o percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio



# MINAS GERAIS



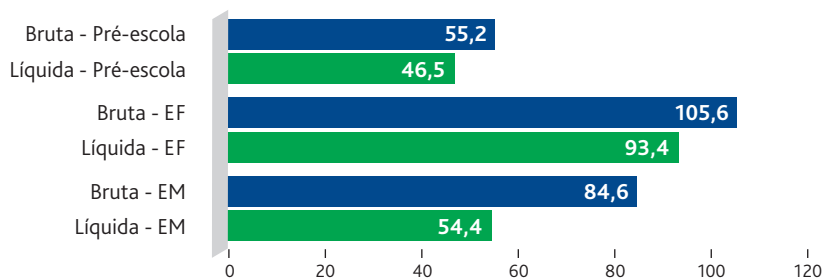
Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto



Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Moderno atlas geográfico*. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2011.

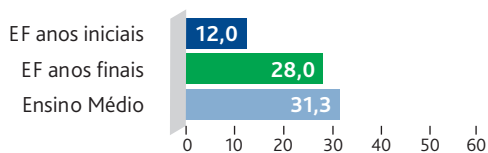
Localizado na região Sudeste, Minas Gerais tem cerca de 586 mil km<sup>2</sup> e 853 municípios. Sua capital é Belo Horizonte.

## Taxa de matrícula - 2009 (%)



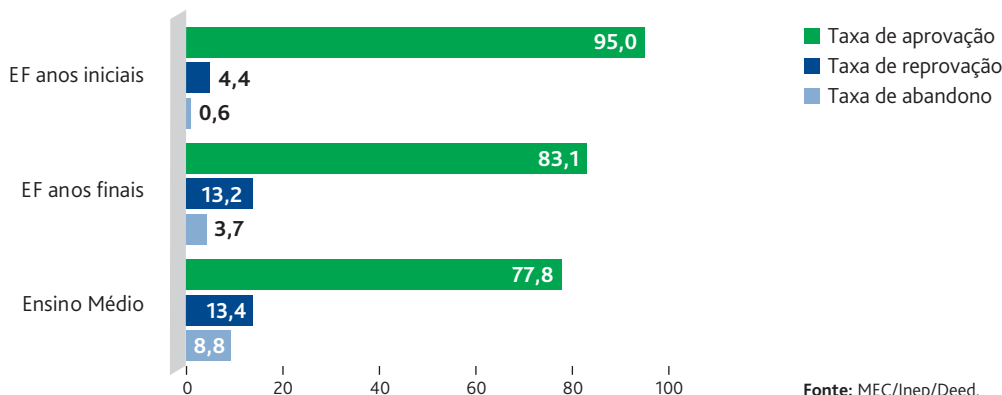
Fonte: Pnad (IBGE).

## Taxa de distorção idade-série - 2010 (%)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

## Taxa de rendimento - 2010 (%)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

### RAIO X DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS

<b>População</b>	19.597.330
<b>População em idade escolar</b>	4.427.128
<b>PIB (R\$ mil)</b>	R\$ 282.522.319,00
<b>Renda média</b>	R\$ 723,86
<b>Taxa de analfabetismo</b> (pessoas com 15 anos ou mais)	8,3%
<b>Escolaridade média em anos de estudo</b> (pessoas de 25 anos ou mais)	6,9
<b>Atendimento</b> (crianças e jovens de 4 a 17 anos que estão na escola)	91,8%
<b>Matrículas da Educação Básica</b>	4.985.864
<b>Atraso escolar em crianças de 10 a 14 anos</b> (com mais de dois anos de atraso escolar)	9,5%

### Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

EF anos iniciais: 5,6  
 EF anos finais: 4,3  
 Ensino Médio: 3,9

### Docentes com curso superior

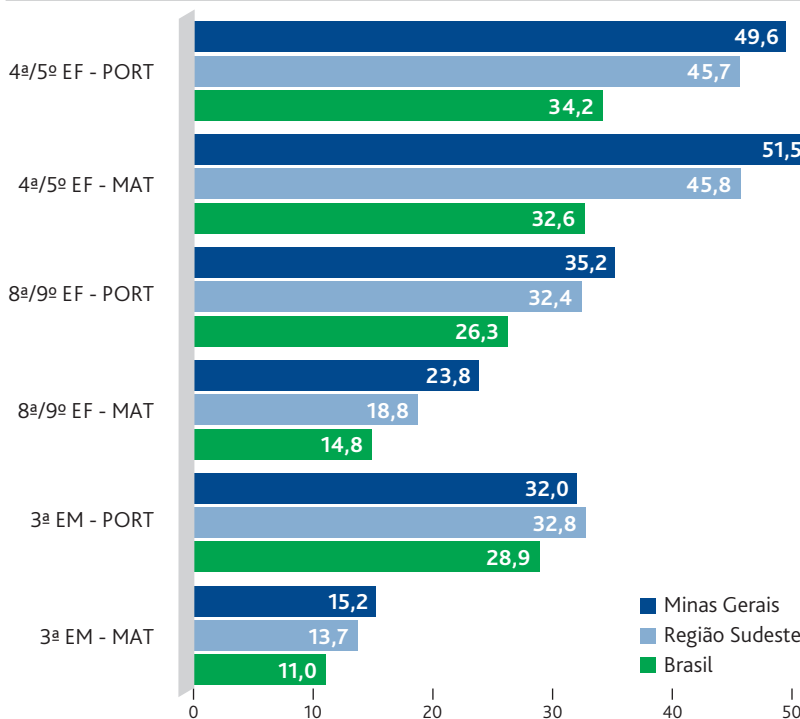
Creche: 44,2%  
 Pré-escola: 61,3%  
 EF anos iniciais: 76,4%  
 EF anos finais: 87,6%  
 Ensino Médio: 92,8%

Fonte: IBGE/MEC/Inep. PIB (2008); Escolaridade média, atraso escolar e Ideb (2009), demais dados (2010).

Nota: A renda média expressa o rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais.

### Desempenho - 2009 (%)

Percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática em cada série/ano



Fonte: Todos Pela Educação.

# 67,9%

é o percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental

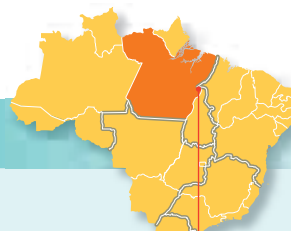
# 48,5%

é o percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio

# PARÁ



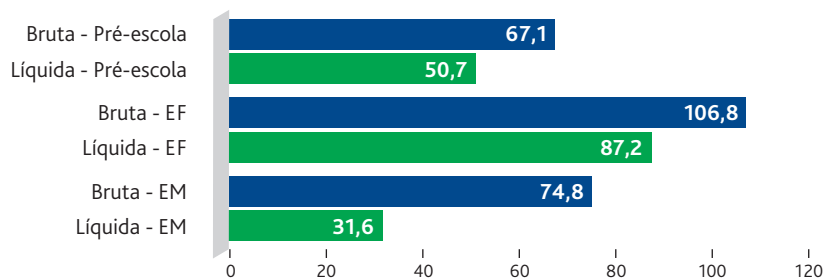
Mercado Ver-o-Peso, em Belém



Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Moderno atlas geográfico*. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2011.

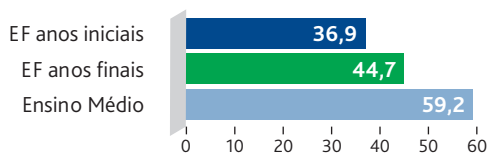
Localizado na região Norte, o Pará tem cerca de 1,2 milhão de km<sup>2</sup> e 143 municípios. Sua capital é Belém.

## Taxa de matrícula - 2009 (%)



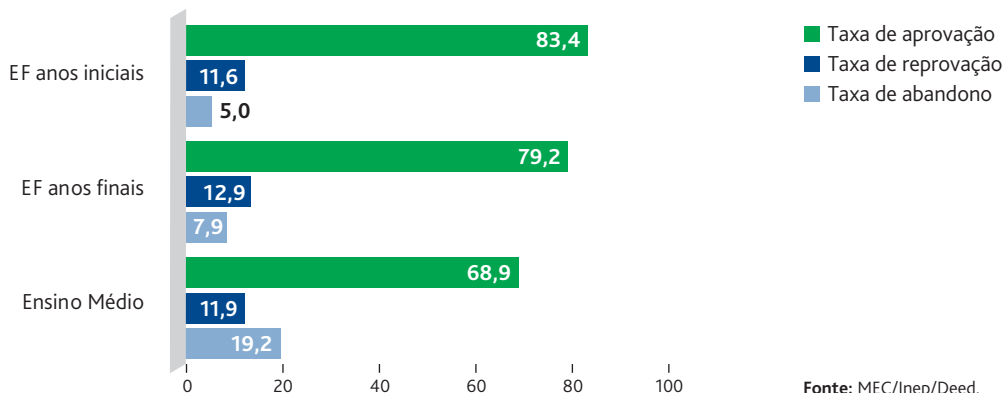
Fonte: Pnad (IBGE).

## Taxa de distorção idade-série - 2010 (%)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

## Taxa de rendimento - 2010 (%)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

## RAIO X DA EDUCAÇÃO NO PARÁ

<b>População</b>	7.581.051
<b>População em idade escolar</b>	2.255.030
<b>PIB (R\$ mil)</b>	R\$ 58.518.571,00
<b>Renda média</b>	R\$ 450,59
<b>Taxa de analfabetismo</b> (pessoas com 15 anos ou mais)	11,7%
<b>Escolaridade média em anos de estudo</b> (pessoas de 25 anos ou mais)	6,3
<b>Atendimento</b> (crianças e jovens de 4 a 17 anos que estão na escola)	88,7%
<b>Matrículas da Educação Básica</b>	2.446.370
<b>Atraso escolar em crianças de 10 a 14 anos</b> (com mais de dois anos de atraso escolar)	23,6%

### Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

EF anos iniciais: **3,6**  
 EF anos finais: **3,4**  
 Ensino Médio: **3,1**

### Docentes com curso superior

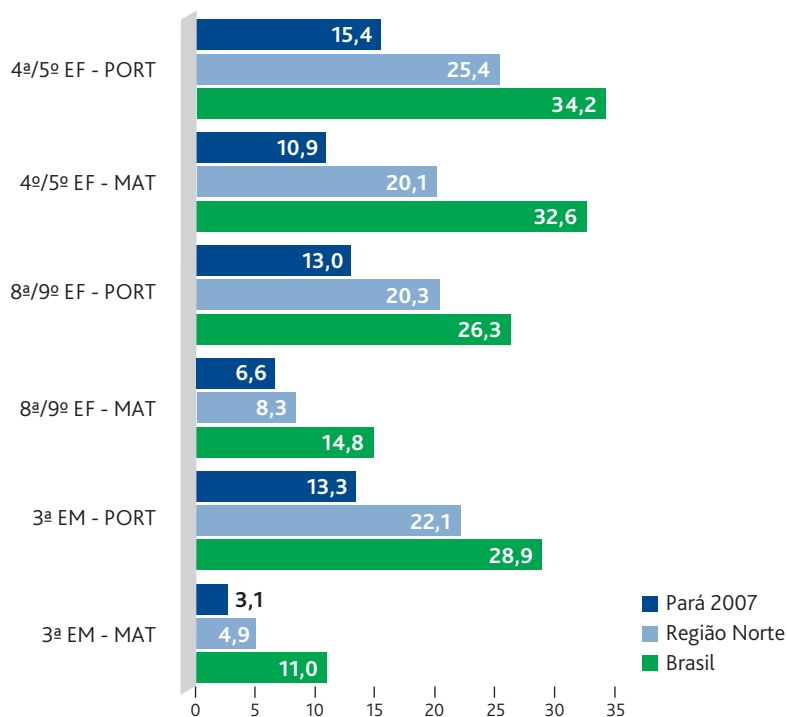
Creche: **18,1%**  
 Pré-escola: **23%**  
 EF anos iniciais: **33,7%**  
 EF anos finais: **50,9%**  
 Ensino Médio: **93,4%**

Fonte: IBGE/MEC/Inep. PIB (2008); Escolaridade média, atraso escolar e Ideb (2009), demais dados (2010).

Nota: A renda média expressa o rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais.

## Desempenho - 2009 (%)

Percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática em cada série/ano



Fonte: Todos Pela Educação.

# 40,5%

é o percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental

# 31,7%

é o percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio

# PARAÍBA



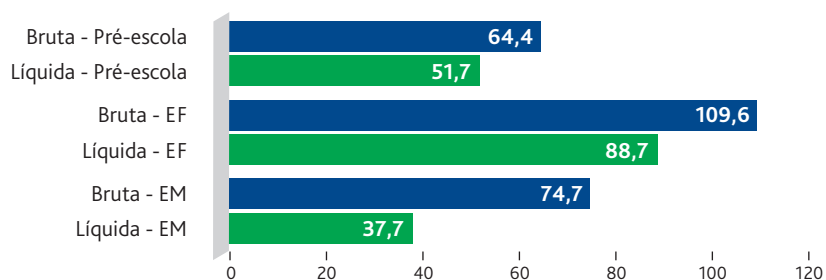
Apresentação de quadrilha na festa junina de Campina Grande



Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Moderno atlas geográfico*. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2011.

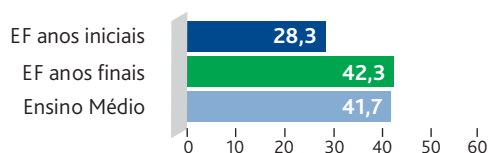
Localizado na região Nordeste, o estado da Paraíba tem 56 mil km<sup>2</sup> e 223 municípios. Sua capital é João Pessoa.

## Taxa de matrícula - 2009 (%)



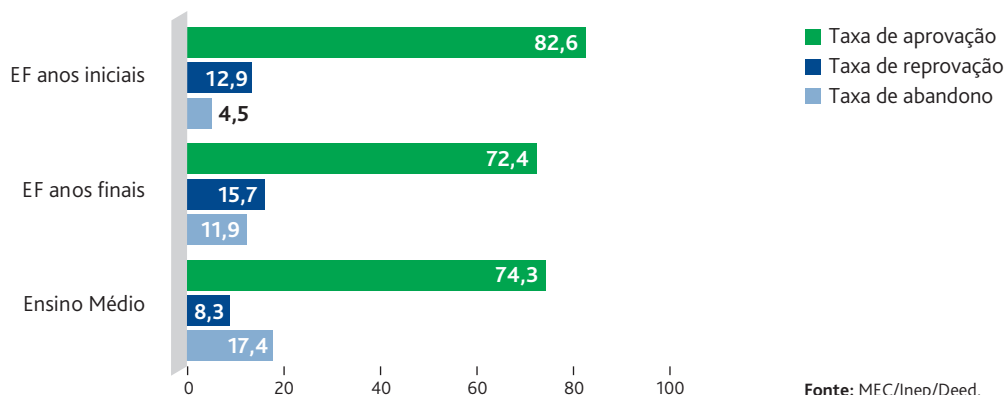
Fonte: Pnad (IBGE).

## Taxa de distorção idade-série - 2010 (%)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

## Taxa de rendimento - 2010 (%)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

## RAIO X DA EDUCAÇÃO NA PARAÍBA

<b>População</b>	3.766.528
<b>População em idade escolar</b>	938.179
<b>PIB (R\$ mil)</b>	R\$ 25.696.641,00
<b>Renda média</b>	R\$ 473,24
<b>Taxa de analfabetismo</b> (pessoas com 15 anos ou mais)	21,9%
<b>Escolaridade média em anos de estudo</b> (pessoas de 25 anos ou mais)	5,6
<b>Atendimento</b> (crianças e jovens de 4 a 17 anos que estão na escola)	92,2%
<b>Matrículas da Educação Básica</b>	1.076.988
<b>Atraso escolar em crianças de 10 a 14 anos</b> (com mais de dois anos de atraso escolar)	21,3%

## Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

EF anos iniciais:	3,9
EF anos finais:	3,2
Ensino Médio:	3,4

## Docentes com curso superior

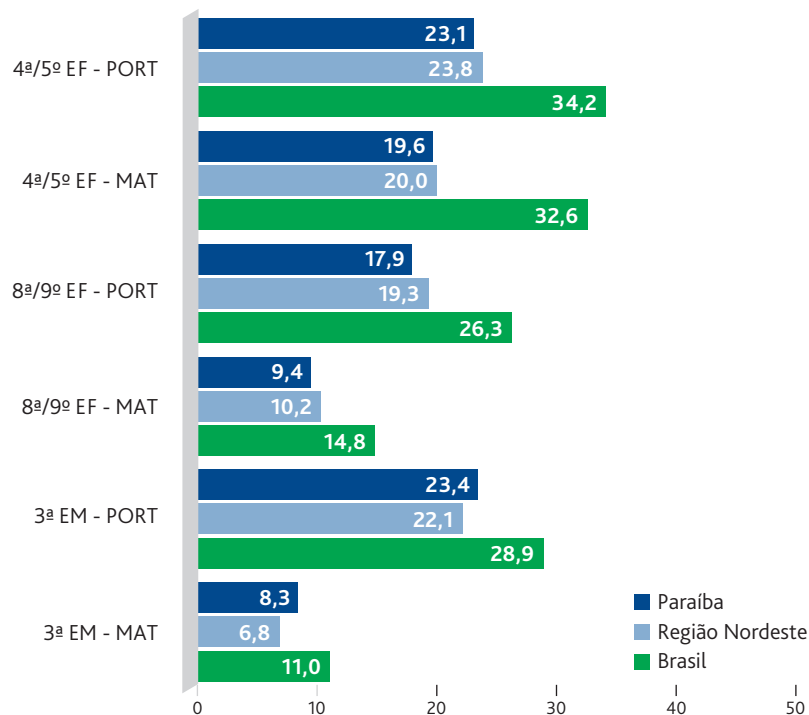
Creche:	34%
Pré-escola:	38,6%
EF anos iniciais:	50,9%
EF anos finais:	70,6%
Ensino Médio:	82,6%

Fonte: IBGE/MEC/Inep. PIB (2008); Escolaridade média, atraso escolar e Ideb (2009), demais dados (2010).

Nota: A renda média expressa o rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais.

## Desempenho - 2009 (%)

Percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática em cada série/ano



Fonte: Todos Pela Educação.

# 46,2%

é o percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental

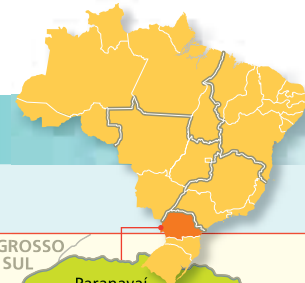
# 30,6%

é o percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio

# PARANÁ



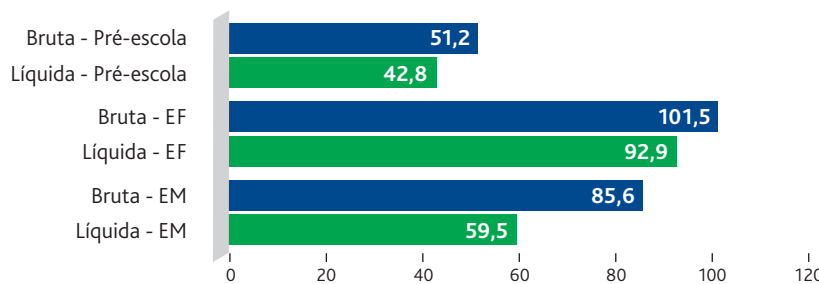
Jardim Botânico, em Curitiba



Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Moderno atlas geográfico*. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2011.

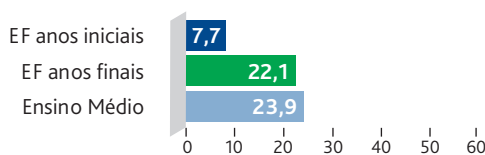
Localizado na região Sul, o Paraná tem cerca de 199 mil km<sup>2</sup> e 399 municípios. Sua capital é Curitiba.

## Taxa de matrícula - 2009 (%)



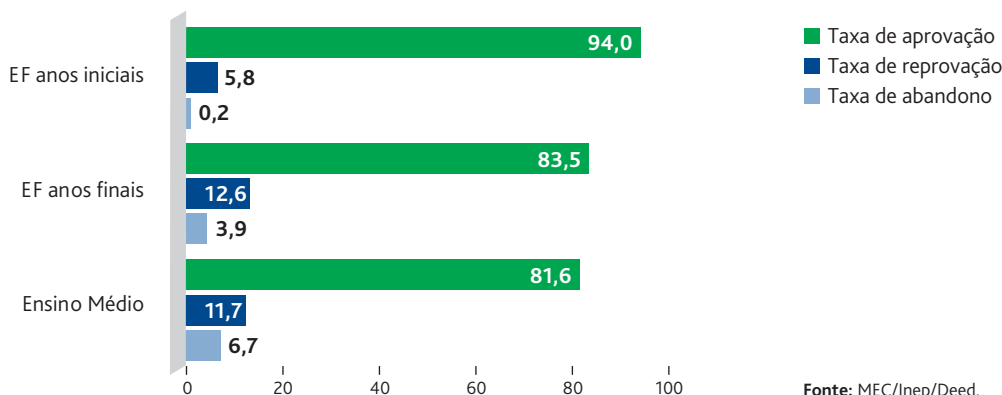
Fonte: Pnad (IBGE).

## Taxa de distorção idade-série - 2010 (%)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

## Taxa de rendimento - 2010 (%)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

## RAIO X DA EDUCAÇÃO NO PARANÁ

<b>População</b>	10.444.526
<b>População em idade escolar</b>	2.392.805
<b>PIB (R\$ mil)</b>	R\$ 179.270.215,00
<b>Renda média</b>	R\$ 851,69
<b>Taxa de analfabetismo</b> (pessoas com 15 anos ou mais)	6,3%
<b>Escolaridade média em anos de estudo</b> (pessoas de 25 anos ou mais)	7,5
<b>Atendimento</b> (crianças e jovens de 4 a 17 anos que estão na escola)	90,5%
<b>Matrículas da Educação Básica</b>	2.687.406
<b>Atraso escolar em crianças de 10 a 14 anos</b> (com mais de dois anos de atraso escolar)	6,4%

### Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

EF anos iniciais: **5,4**

EF anos finais: **4,3**

Ensino Médio: **4,2**

### Docentes com curso superior

Creche: **44,5%**

Pré-escola: **65%**

EF anos iniciais: **80,3%**

EF anos finais: **95,3%**

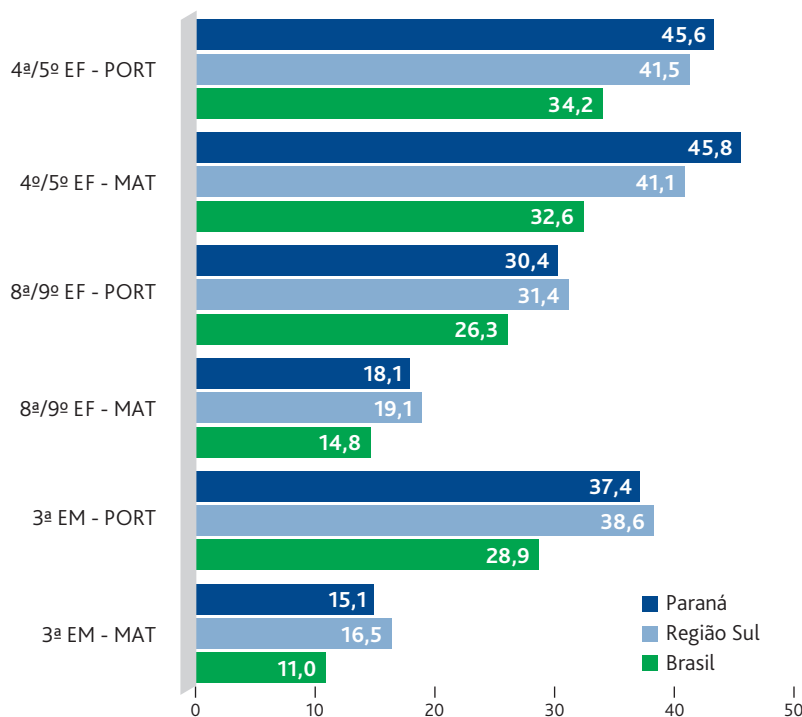
Ensino Médio: **96,9%**

Fonte: IBGE/MEC/Inep. PIB (2008); Escolaridade média, atraso escolar e Ideb (2009), demais dados (2010).

Nota: A renda média expressa o rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais.

## Desempenho - 2009 (%)

Percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática em cada série/ano



Fonte: Todos Pela Educação.

# 76,6%

é o percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental

# 62,4%

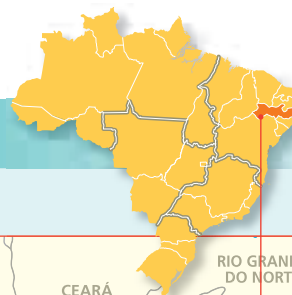
é o percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio



# PERNAMBUCO



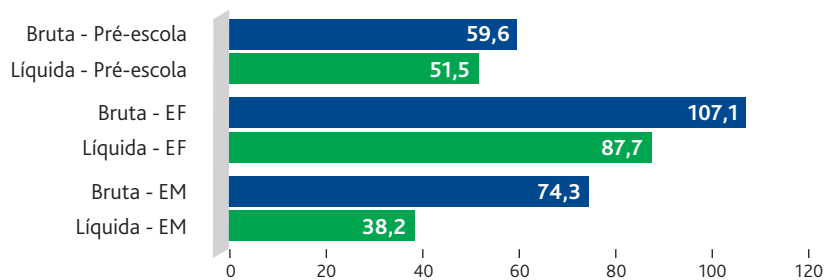
Monastério e Convento de São Francisco, em Olinda



Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Moderno atlas geográfico*. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2011.

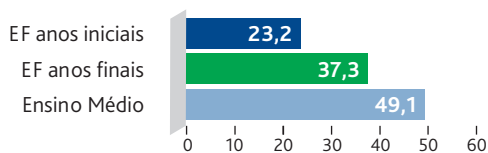
Localizado na região Nordeste, Pernambuco tem 98 mil km<sup>2</sup> e 185 municípios. Sua capital é Recife.

## Taxa de matrícula - 2009 (%)



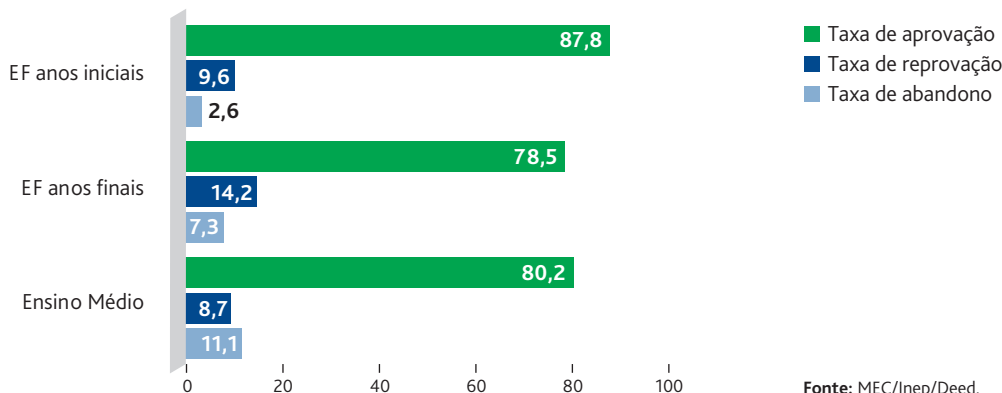
Fonte: Pnad (IBGE).

## Taxa de distorção idade-série - 2010 (%)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

## Taxa de rendimento - 2010 (%)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

## RAIO X DA EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO

<b>População</b>	8.796.448
<b>População em idade escolar</b>	2.215.324
<b>PIB (R\$ mil)</b>	R\$ 70.440.858,00
<b>Renda média</b>	R\$ 501,05
<b>Taxa de analfabetismo</b> (pessoas com 15 anos ou mais)	18,0%
<b>Escolaridade média em anos de estudo</b> (pessoas de 25 anos ou mais)	6,2
<b>Atendimento</b> (crianças e jovens de 4 a 17 anos que estão na escola)	91,5%
<b>Matrículas da Educação Básica</b>	2.500.672
<b>Atraso escolar em crianças de 10 a 14 anos</b> (com mais de dois anos de atraso escolar)	20,1%

## Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

EF anos iniciais: 4,1  
 EF anos finais: 3,4  
 Ensino Médio: 3,3

## Docentes com curso superior

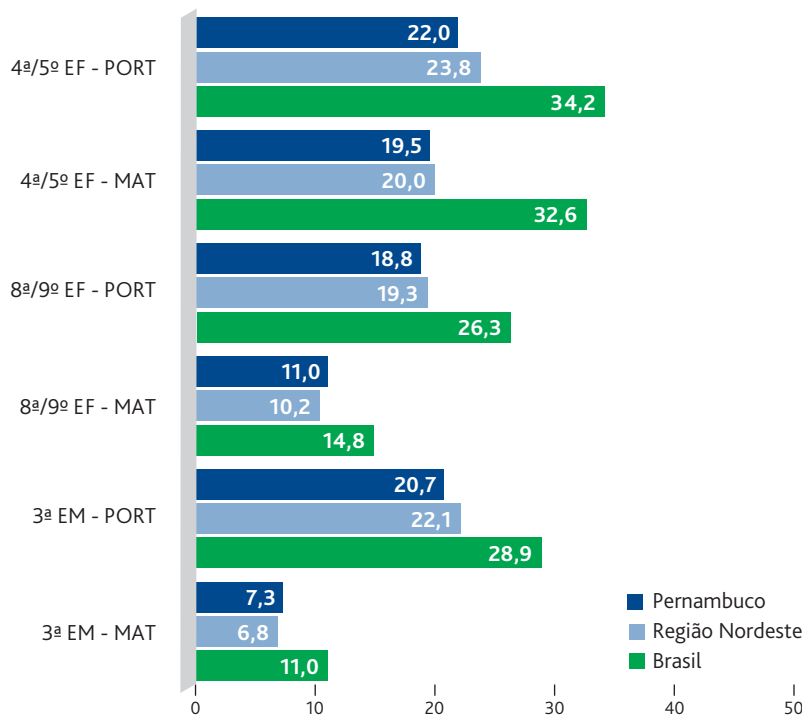
Creche: 26,2%  
 Pré-escola: 28,9%  
 EF anos iniciais: 42,7%  
 EF anos finais: 74,9%  
 Ensino Médio: 92,6%

Fonte: IBGE/MEC/Inep. PIB (2008); Escolaridade média, atraso escolar e Ideb (2009), demais dados (2010).

Nota: A renda média expressa o rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais.

## Desempenho - 2009 (%)

Percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática em cada série/ano



Fonte: Todos Pela Educação.

# 48,2%

é o percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental

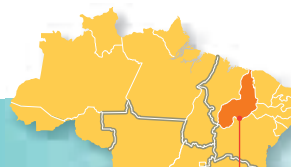
# 40,8%

é o percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio

# PIAUI



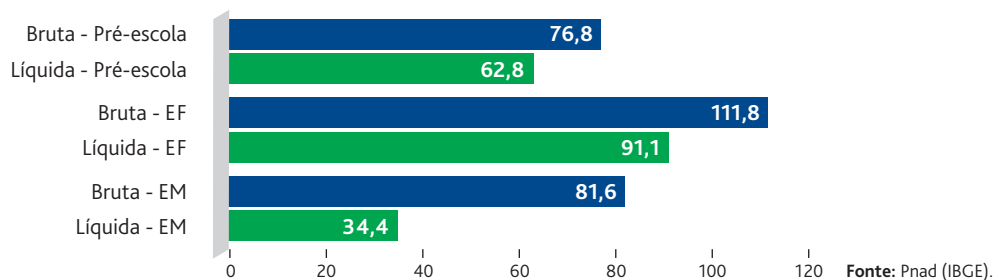
Parque Nacional de Sete Cidades



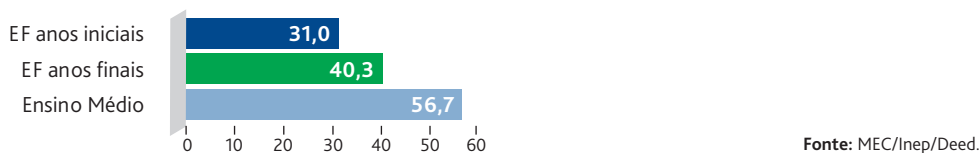
Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Moderno atlas geográfico*. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2011.

Localizado na região Nordeste, o Piauí tem cerca de 251 mil km<sup>2</sup> e 224 municípios. Sua capital é Teresina.

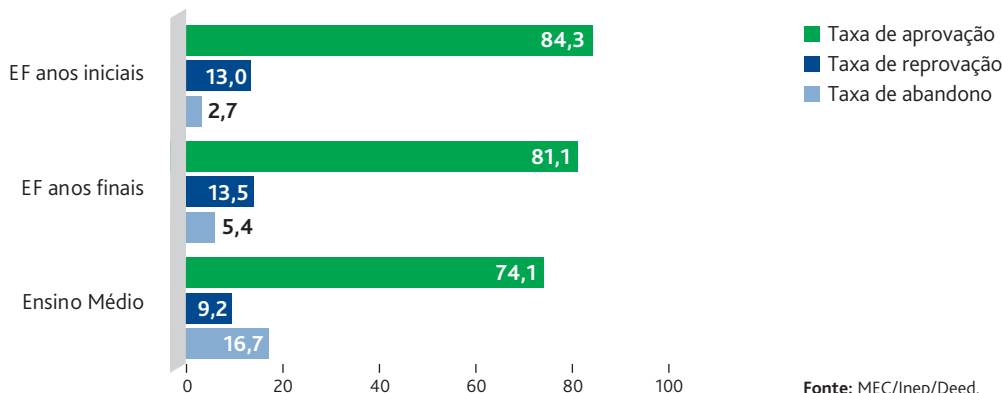
## Taxa de matrícula - 2009 (%)



## Taxa de distorção idade-série - 2010 (%)



## Taxa de rendimento - 2010 (%)



## RAIO X DA EDUCAÇÃO NO PIAUÍ

<b>População</b>	3.118.360
<b>População em idade escolar</b>	819.143
<b>PIB (R\$ mil)</b>	R\$ 16.760.748,00
<b>Renda média</b>	R\$ 422,32
<b>Taxa de analfabetismo</b> (pessoas com 15 anos ou mais)	22,9%
<b>Escolaridade média em anos de estudo</b> (pessoas de 25 anos ou mais)	5,2
<b>Atendimento</b> (crianças e jovens de 4 a 17 anos que estão na escola)	93,8%
<b>Matrículas da Educação Básica</b>	999.199
<b>Atraso escolar em crianças de 10 a 14 anos</b> (com mais de dois anos de atraso escolar)	25,5%

## Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

EF anos iniciais: **4,0**  
 EF anos finais: **3,8**  
 Ensino Médio: **3,0**

## Docentes com curso superior

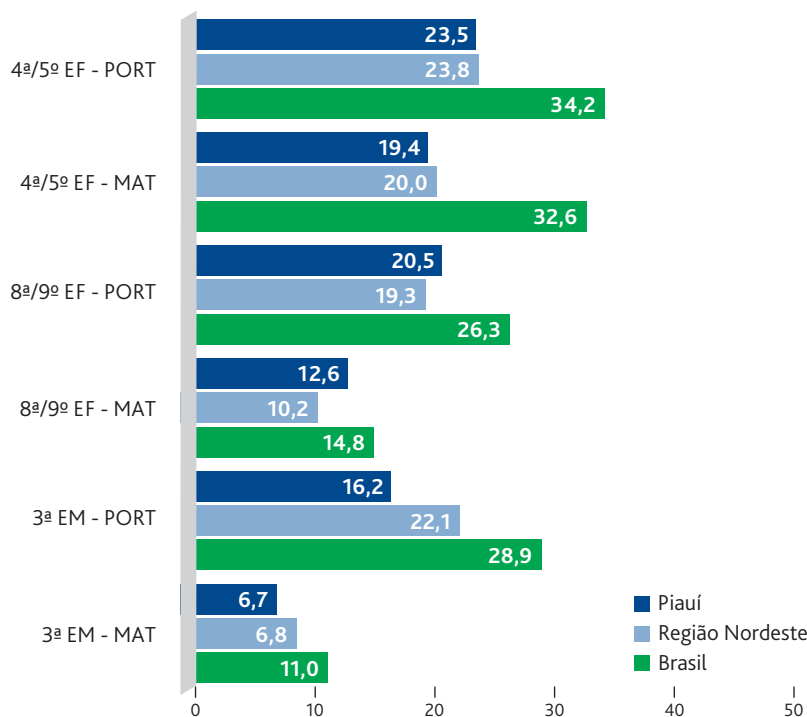
Creche: **28,1%**  
 Pré-escola: **31,1%**  
 EF anos iniciais: **46,3%**  
 EF anos finais: **63,2%**  
 Ensino Médio: **85,3%**

Fonte: IBGE/MEC/Inep. PIB (2008); Escolaridade média, atraso escolar e Ideb (2009), demais dados (2010).

Nota: A renda média expressa o rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais.

## Desempenho - 2009 (%)

Percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática em cada série/ano



Fonte: Todos Pela Educação.

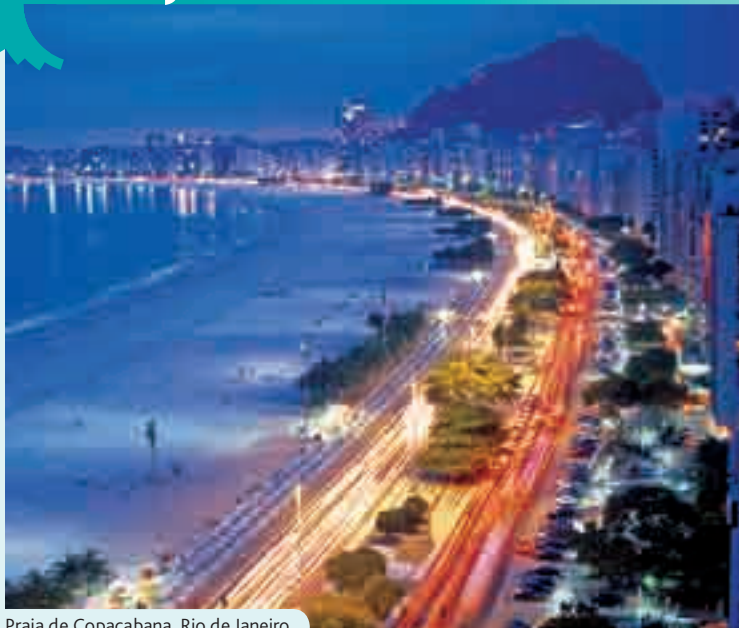
# 40,6%

é o percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental

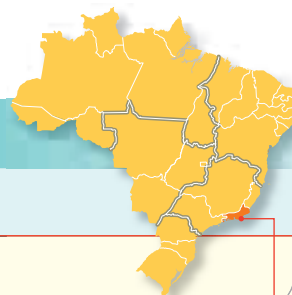
# 34,3%

é o percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio

# RIO DE JANEIRO



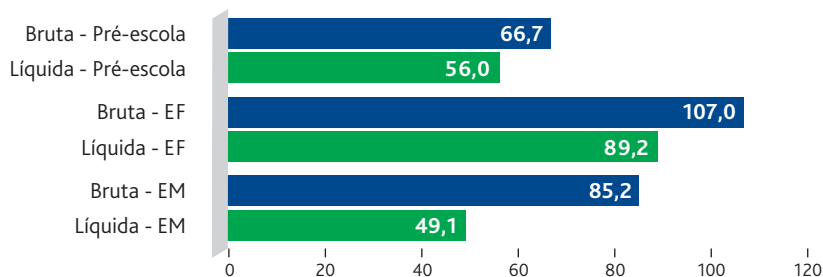
Praia de Copacabana, Rio de Janeiro



Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Moderno atlas geográfico*. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2011.

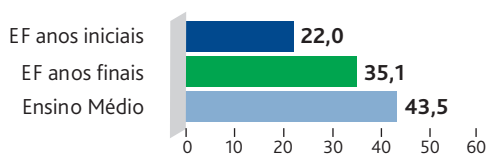
Localizado na região Sudeste, o Rio de Janeiro tem cerca de 44 mil km<sup>2</sup> e 92 municípios. Sua capital é Rio de Janeiro.

## Taxa de matrícula - 2009 (%)



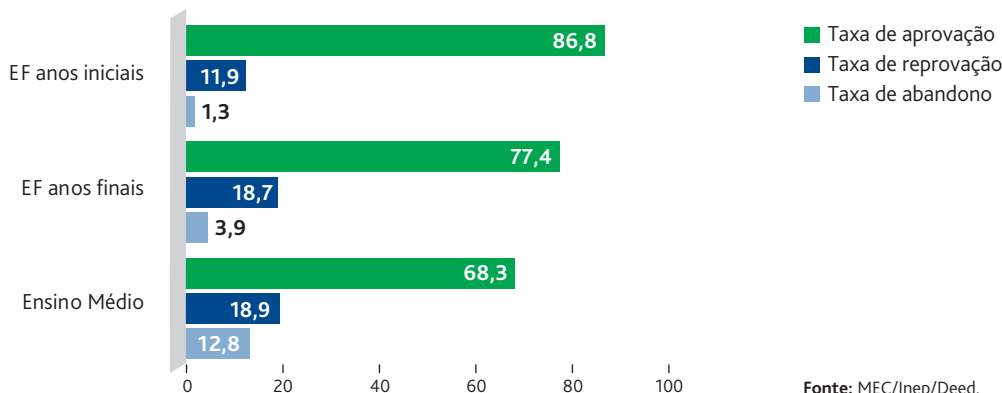
Fonte: Pnad (IBGE).

## Taxa de distorção idade-série - 2010 (%)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

## Taxa de rendimento - 2010 (%)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

### RAIO X DA EDUCAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

<b>População</b>	15.989.929
<b>População em idade escolar</b>	3.375.640
<b>PIB (R\$ mil)</b>	R\$ 343.182.067,00
<b>Renda média</b>	R\$ 949,19
<b>Taxa de analfabetismo</b> (pessoas com 15 anos ou mais)	4,3%
<b>Escolaridade média em anos de estudo</b> (pessoas de 25 anos ou mais)	8,3
<b>Atendimento</b> (crianças e jovens de 4 a 17 anos que estão na escola)	93,2%
<b>Matrículas da Educação Básica</b>	3.928.912
<b>Atraso escolar em crianças de 10 a 14 anos</b> (com mais de dois anos de atraso escolar)	16,3%

### Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

EF anos iniciais: **4,7**  
 EF anos finais: **3,8**  
 Ensino Médio: **3,3**

### Docentes com curso superior

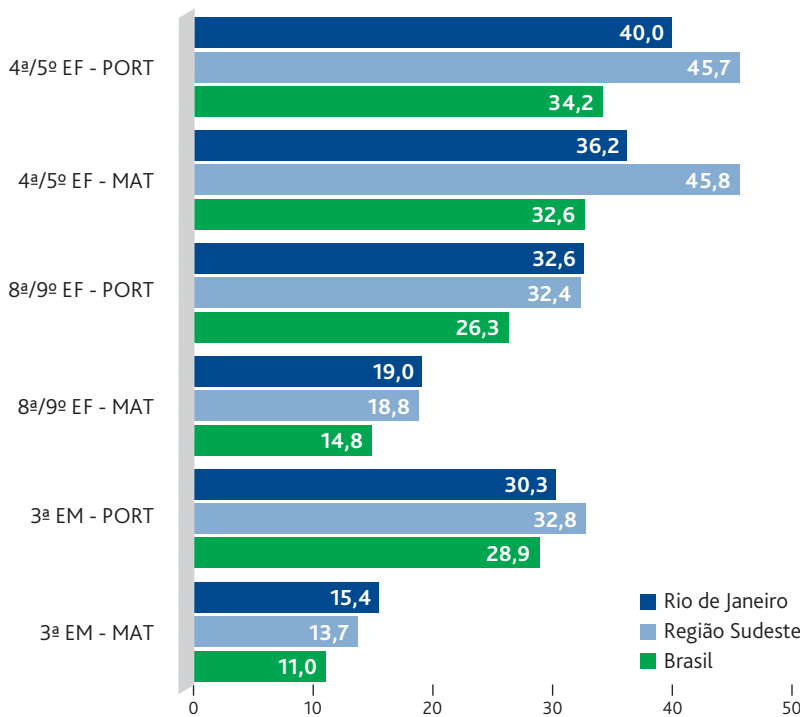
Creche: **30,8%**  
 Pré-escola: **38%**  
 EF anos iniciais: **44,1%**  
 EF anos finais: **92,4%**  
 Ensino Médio: **96,7%**

Fonte: IBGE/MEC/Inep. PIB (2008); Escolaridade média, atraso escolar e Ideb (2009), demais dados (2010).

Nota: A renda média expressa o rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais.

### Desempenho - 2009 (%)

Percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática em cada série/ano



Fonte: Todos Pela Educação.

# 65,5%

é o percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental

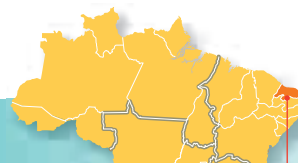
# 54,1%

é o percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio

# RIO GRANDE DO NORTE



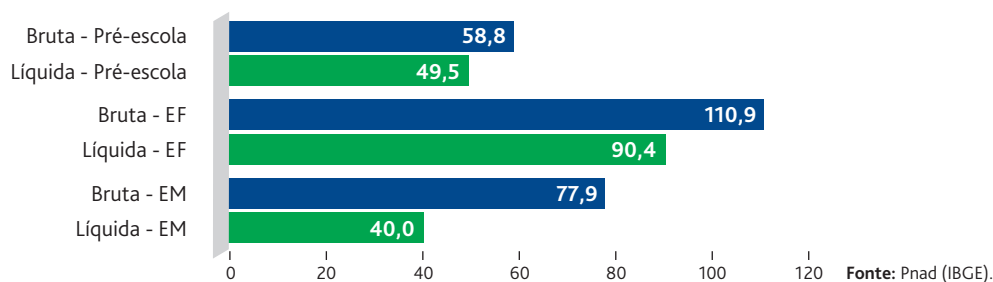
Forte dos Reis Magos e Museu Histórico, em Natal



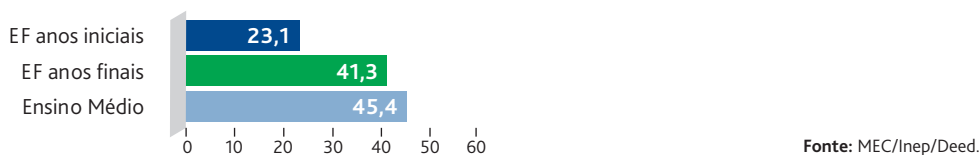
Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Moderno atlas geográfico*. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2011.

Localizado na região Nordeste, o Rio Grande do Norte tem cerca de 53 mil km<sup>2</sup> e 167 municípios. Sua capital é Natal.

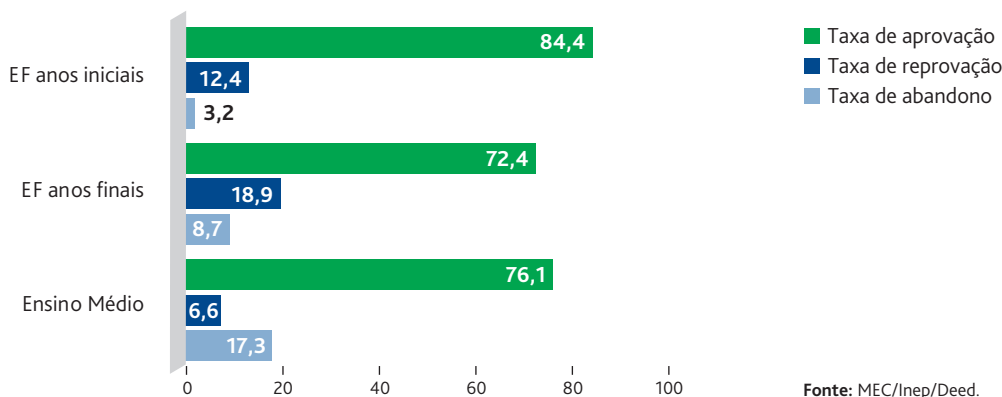
## Taxa de matrícula - 2009 (%)



## Taxa de distorção idade-série - 2010 (%)



## Taxa de rendimento - 2010 (%)



## RAIO X DA EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE

<b>População</b>	3.168.027
<b>População em idade escolar</b>	784.108
<b>PIB (R\$ mil)</b>	R\$ 25.481.448,00
<b>Renda média</b>	R\$ 543,57
<b>Taxa de analfabetismo</b> (pessoas com 15 anos ou mais)	18,5%
<b>Escolaridade média em anos de estudo</b> (pessoas de 25 anos ou mais)	6,1
<b>Atendimento</b> (crianças e jovens de 4 a 17 anos que estão na escola)	92,8%
<b>Matrículas da Educação Básica</b>	929.144
<b>Atraso escolar em crianças de 10 a 14 anos</b> (com mais de dois anos de atraso escolar)	22%

### Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

EF anos iniciais: **3,9**  
 EF anos finais: **3,3**  
 Ensino Médio: **3,1**

### Docentes com curso superior

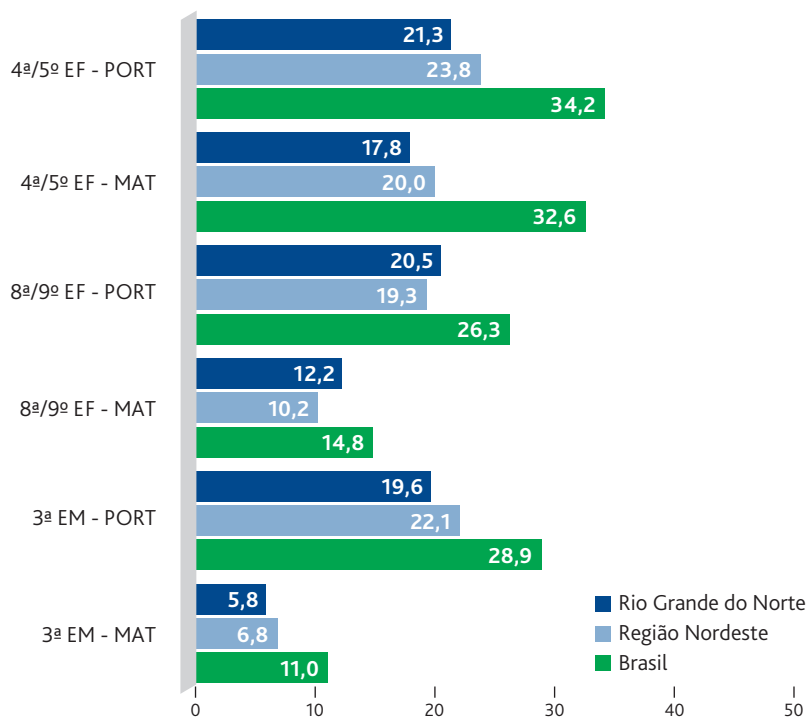
Creche: **34,6%**  
 Pré-escola: **43,7%**  
 EF anos iniciais: **58,3%**  
 EF anos finais: **71,9%**  
 Ensino Médio: **80%**

Fonte: IBGE/MEC/Inep. PIB (2008); Escolaridade média, atraso escolar e Ideb (2009), demais dados (2010).

Nota: A renda média expressa o rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais.

## Desempenho - 2009 (%)

Percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática em cada série/ano



Fonte: Todos Pela Educação.

# 54,7%

é o percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental

# 35,2%

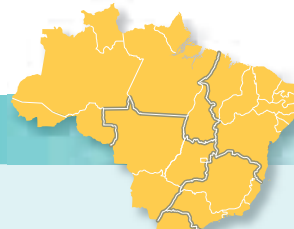
é o percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio



# RIO GRANDE DO SUL



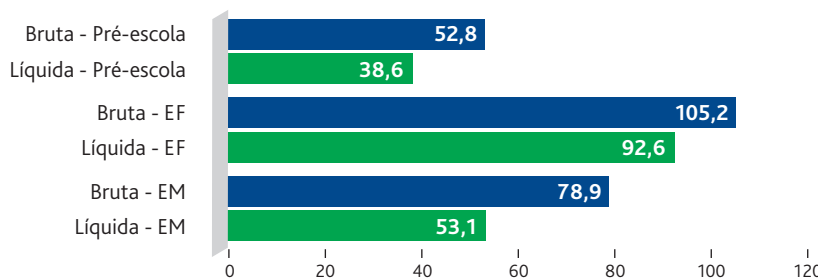
Usina Gasômetro e rio Guaíba, em Porto Alegre



Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Moderno atlas geográfico*. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2011.

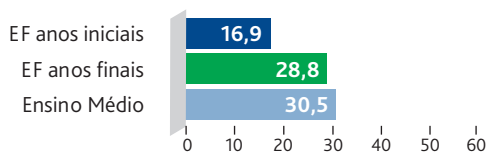
Localizado na região Sul, o Rio Grande do Sul tem cerca de 282 mil km<sup>2</sup> e 496 municípios. Sua capital é Porto Alegre.

## Taxa de matrícula - 2009 (%)



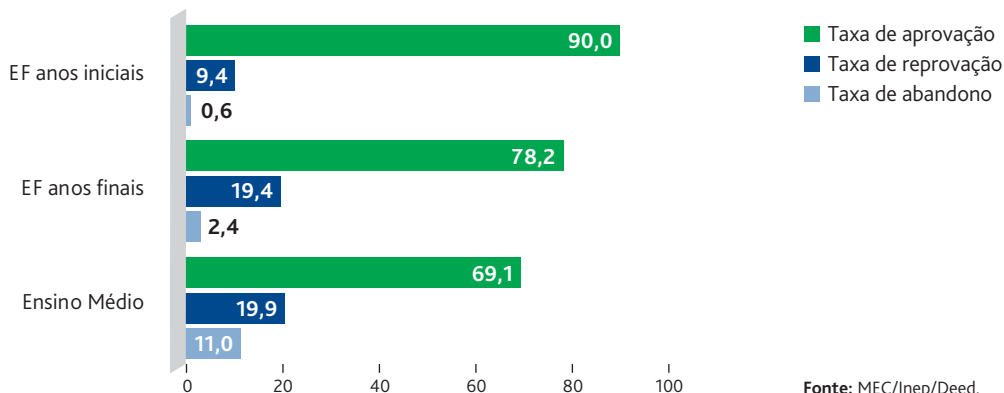
Fonte: Pnad (IBGE).

## Taxa de distorção idade-série - 2010 (%)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

## Taxa de rendimento - 2010 (%)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

### RAIO X DA EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

<b>População</b>	10.693.929
<b>População em idade escolar</b>	2.254.214
<b>PIB (R\$ mil)</b>	R\$ 119.499.011,00
<b>Renda média</b>	R\$ 910,09
<b>Taxa de analfabetismo</b> (pessoas com 15 anos ou mais)	4,5%
<b>Escolaridade média em anos de estudo</b> (pessoas de 25 anos ou mais)	7,5
<b>Atendimento</b> (crianças e jovens de 4 a 17 anos que estão na escola)	89,1%
<b>Matrículas da Educação Básica</b>	2.471.334
<b>Atraso escolar em crianças de 10 a 14 anos</b> (com mais de dois anos de atraso escolar)	6,7%

#### Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

EF anos iniciais: **4,9**  
 EF anos finais: **4,1**  
 Ensino Médio: **3,9**

#### Docentes com curso superior

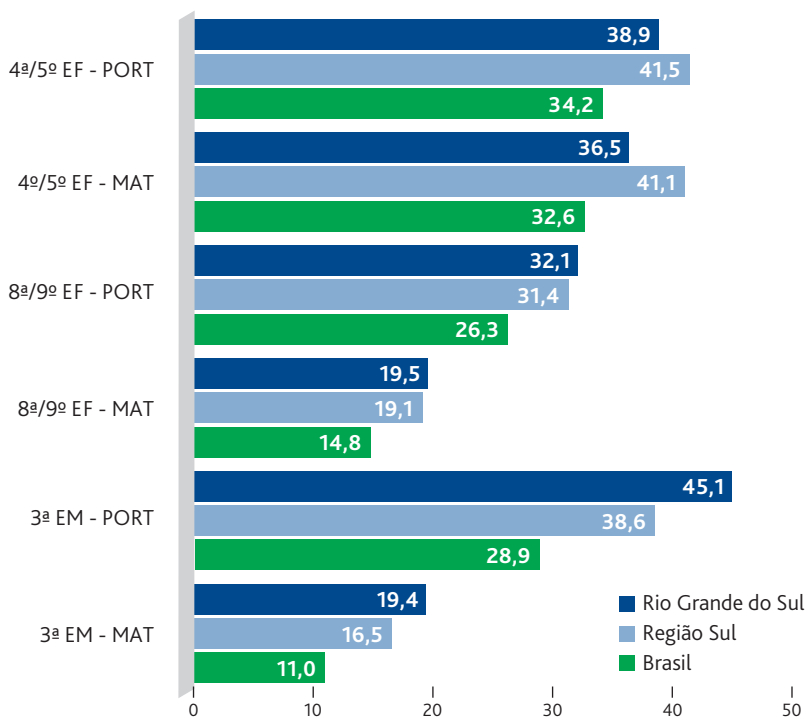
Creche: **31,4%**  
 Pré-escola: **52,4%**  
 EF anos iniciais: **67,2%**  
 EF anos finais: **88%**  
 Ensino Médio: **93,2%**

Fonte: IBGE/MEC/Inep. PIB (2008); Escolaridade média, atraso escolar e Ideb (2009), demais dados (2010).

Nota: A renda média expressa o rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais.

### Desempenho - 2009 (%)

Percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática em cada série/ano



Fonte: Todos Pela Educação.

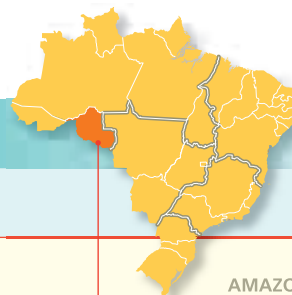
# 64,7%

é o percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental

# 53,1%

é o percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio

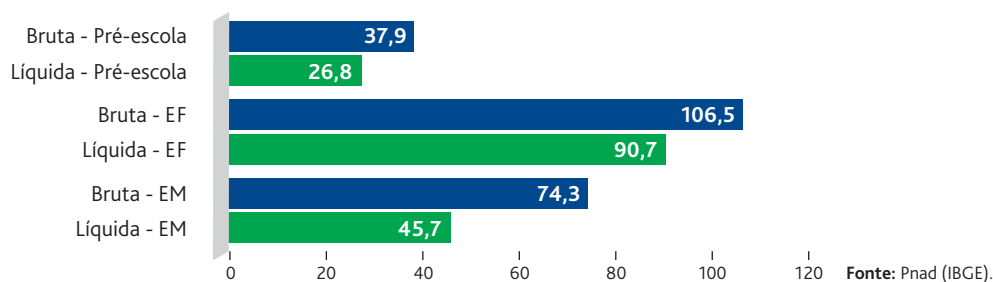
# RONDÔNIA



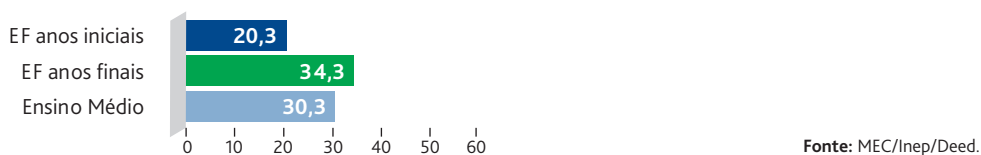
Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Moderno atlas geográfico*. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2011.

Localizado na região Norte, Rondônia tem cerca de 237 mil km<sup>2</sup> e 52 municípios. Sua capital é Porto Velho.

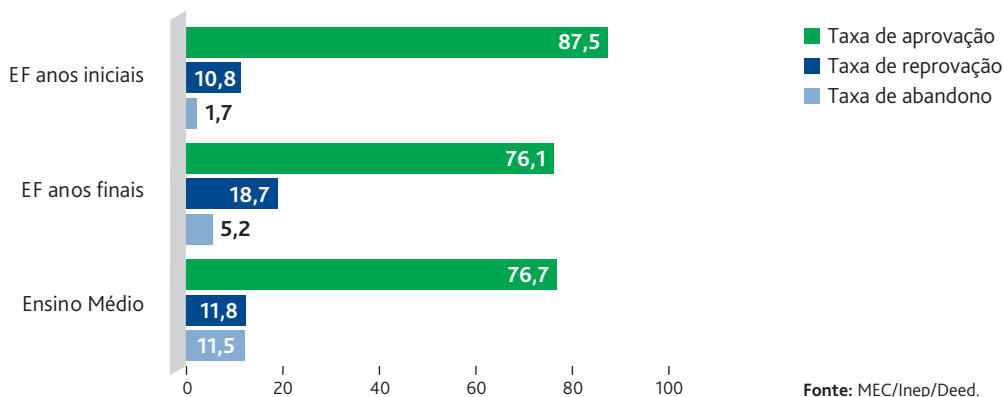
## Taxa de matrícula - 2009 (%)



## Taxa de distorção idade-série - 2010 (%)



## Taxa de rendimento - 2010 (%)



## RAIO X DA EDUCAÇÃO EM RONDÔNIA

<b>População</b>	1.562.409
<b>População em idade escolar</b>	418.840
<b>PIB (R\$ mil)</b>	R\$ 17.888.005,00
<b>Renda média</b>	R\$ 658,30
<b>Taxa de analfabetismo</b> (pessoas com 15 anos ou mais)	8,7%
<b>Escolaridade média em anos de estudo</b> (pessoas de 25 anos ou mais)	6,5
<b>Atendimento</b> (crianças e jovens de 4 a 17 anos que estão na escola)	87,3%
<b>Matrículas da Educação Básica</b>	484.058
<b>Atraso escolar em crianças de 10 a 14 anos</b> (com mais de dois anos de atraso escolar)	13,1%

### Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

EF anos iniciais: **4,3**  
 EF anos finais: **3,5**  
 Ensino Médio: **3,7**

### Docentes com curso superior

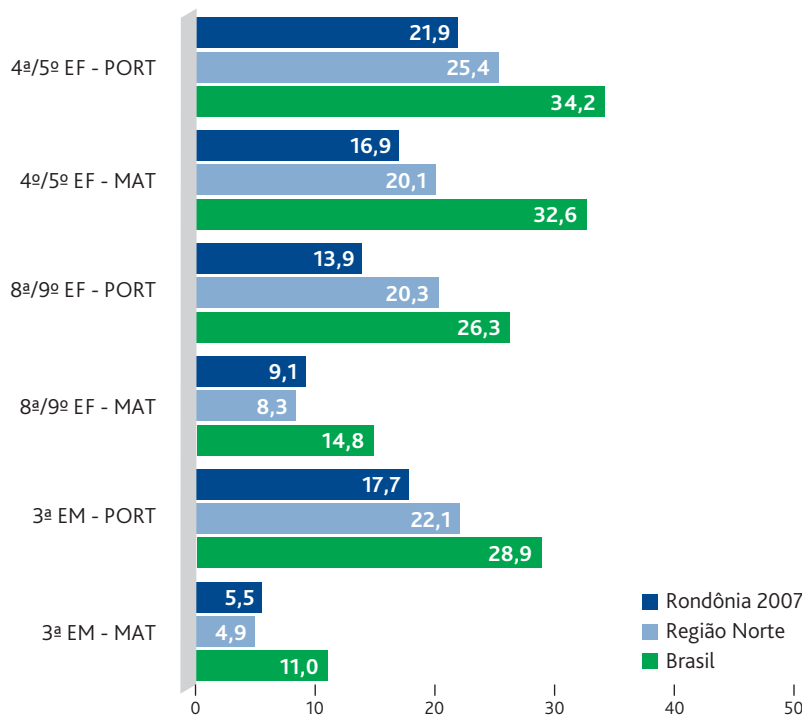
Creche: **39,6%**  
 Pré-escola: **44,1%**  
 EF anos iniciais: **62,4%**  
 EF anos finais: **80,4%**  
 Ensino Médio: **93,7%**

Fonte: IBGE/MEC/Inep. PIB (2008); Escolaridade média, atraso escolar e Ideb (2009), demais dados (2010).

Nota: A renda média expressa o rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais.

### Desempenho - 2009 (%)

Percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática em cada série/ano



Fonte: Todos Pela Educação.

# 63,8%

é o percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental

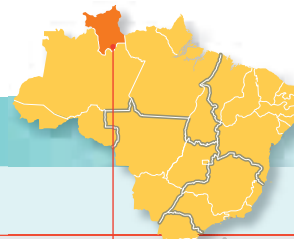
# 45,9%

é o percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio

# RORAIMA



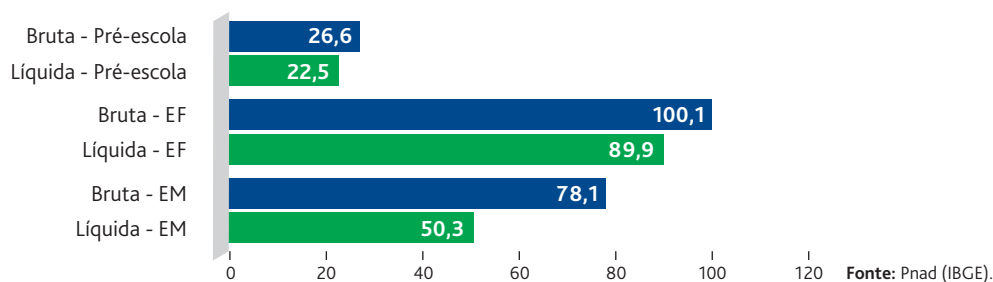
Parque Nacional do Monte Roraima



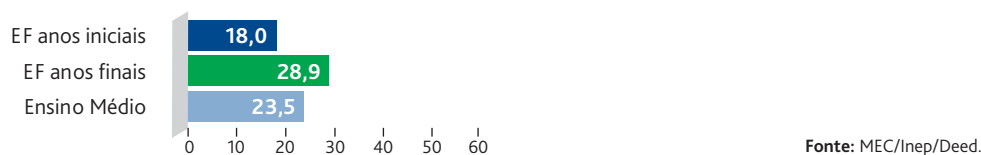
Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Moderno atlas geográfico*. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2011.

Localizado na região Norte, Roraima tem cerca de 224 mil km<sup>2</sup> e 15 municípios. Sua capital é Boa Vista.

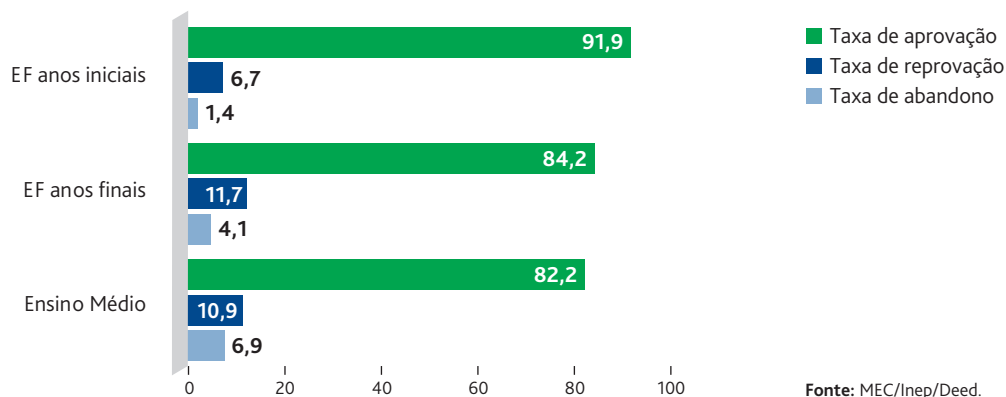
## Taxa de matrícula - 2009 (%)



## Taxa de distorção idade-série - 2010 (%)



## Taxa de rendimento - 2010 (%)



### RAIO X DA EDUCAÇÃO EM RORAIMA

<b>População</b>	450.479
<b>População em idade escolar</b>	139.816
<b>PIB (R\$ mil)</b>	R\$ 4.889.302,00
<b>Renda média</b>	R\$ 635,00
<b>Taxa de analfabetismo</b> (pessoas com 15 anos ou mais)	10,3%
<b>Escolaridade média em anos de estudo</b> (pessoas de 25 anos ou mais)	7,8
<b>Atendimento</b> (crianças e jovens de 4 a 17 anos que estão na escola)	86,9%
<b>Matrículas da Educação Básica</b>	141.348
<b>Atraso escolar em crianças de 10 a 14 anos</b> (com mais de dois anos de atraso escolar)	7,5%

### Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

EF anos iniciais: **4,3**  
 EF anos finais: **3,7**  
 Ensino Médio: **3,4**

### Docentes com curso superior

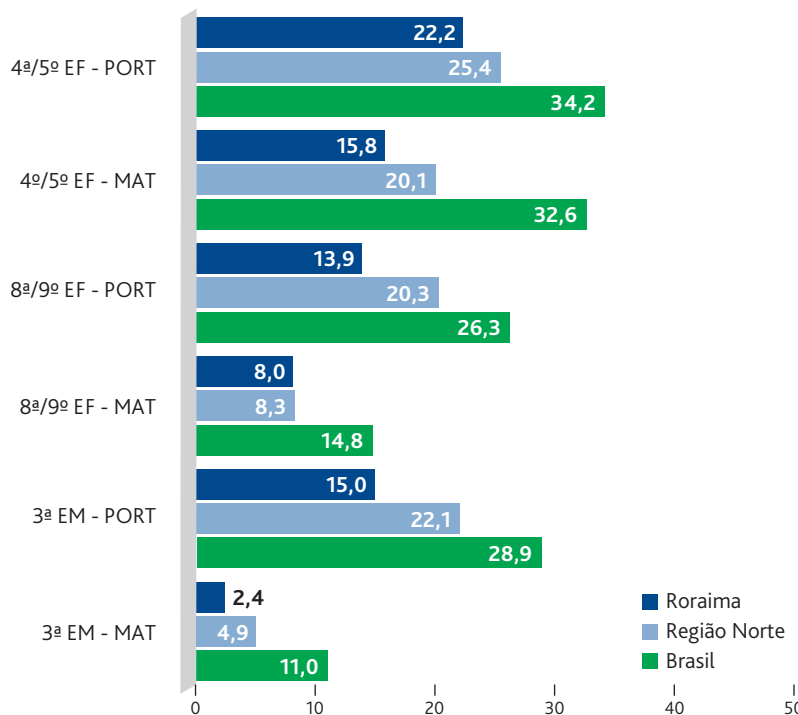
Creche: **22,4%**  
 Pré-escola: **23,0%**  
 EF anos iniciais: **29,7%**  
 EF anos finais: **50,9%**  
 Ensino Médio: **72,4%**

Fonte: IBGE/MEC/Inep. PIB (2008); Escolaridade média, atraso escolar e Ideb (2009), demais dados (2010).

Nota: A renda média expressa o rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais.

### Desempenho - 2009 (%)

Percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática em cada série/ano



Fonte: Todos Pela Educação.

# 66,7%

é o percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental

# 56,7%

é o percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio

# SANTA CATARINA



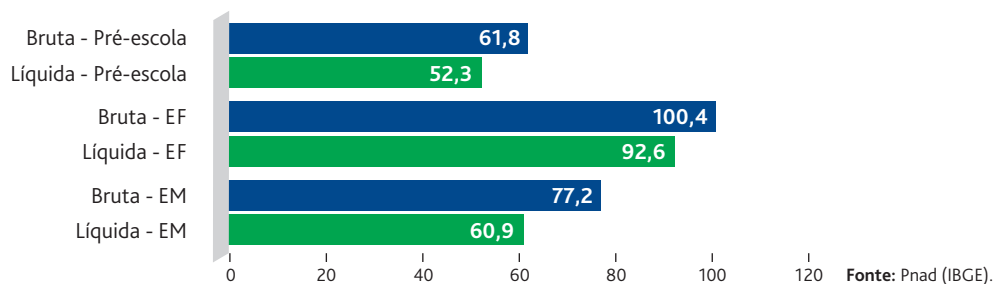
Avenida Beira Rio, em Blumenau, ao anoitecer



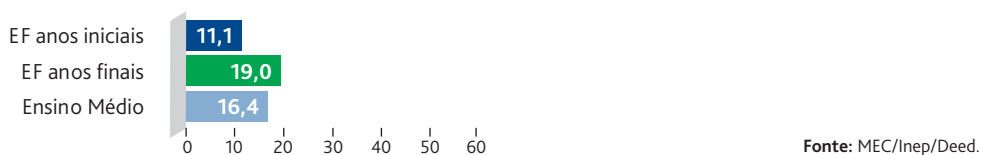
Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Moderno atlas geográfico*. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2011.

Localizado na região Sul, Santa Catarina tem cerca de 96 mil km<sup>2</sup> e 293 municípios. Sua capital é Florianópolis.

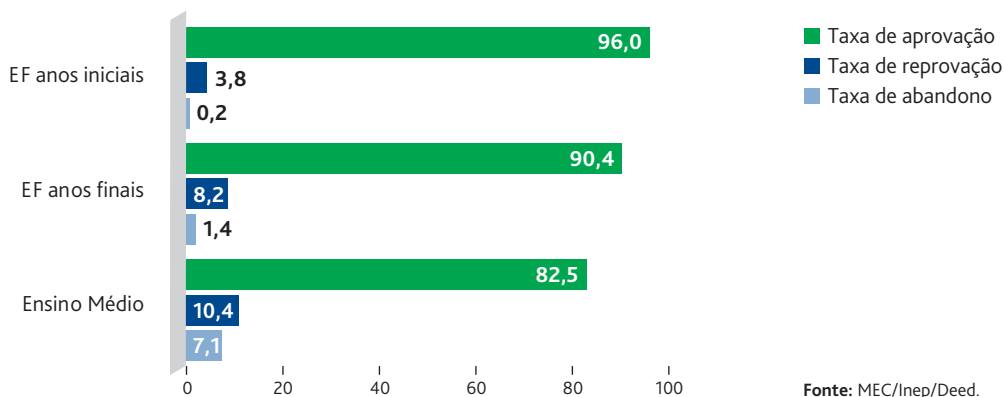
## Taxa de matrícula - 2009 (%)



## Taxa de distorção idade-série - 2010 (%)



## Taxa de rendimento - 2010 (%)



## RAIO X DA EDUCAÇÃO EM SANTA CATARINA

<b>População</b>	6.248.436
<b>População em idade escolar</b>	1.367.703
<b>PIB (R\$ mil)</b>	R\$ 123.282.981,00
<b>Renda média</b>	R\$ 958,46
<b>Taxa de analfabetismo</b> (pessoas com 15 anos ou mais)	4,1%
<b>Escolaridade média em anos de estudo</b> (pessoas de 25 anos ou mais)	7,8
<b>Atendimento</b> (crianças e jovens de 4 a 17 anos que estão na escola)	91,4%
<b>Matrículas da Educação Básica</b>	1.541.364
<b>Atraso escolar em crianças de 10 a 14 anos</b> (com mais de dois anos de atraso escolar)	4,6%

### Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

EF anos iniciais: **5,2**

EF anos finais: **4,5**

Ensino Médio: **4,1**

### Docentes com curso superior

Creche: **60,9%**

Pré-escola: **71,7%**

EF anos iniciais: **81%**

EF anos finais: **86,9%**

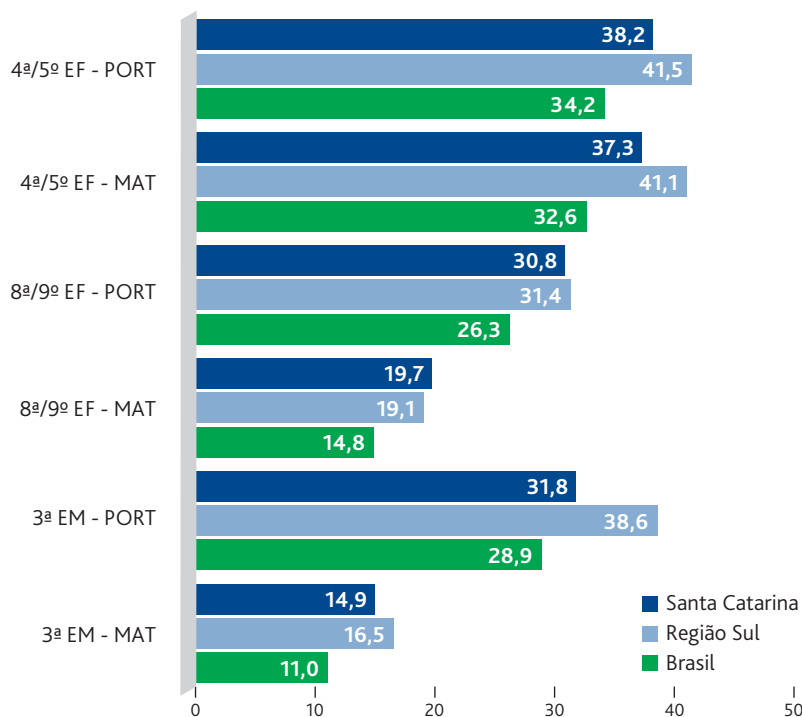
Ensino Médio: **90,7%**

Fonte: IBGE/MEC/Inep. PIB (2008); Escolaridade média, atraso escolar e Ideb (2009), demais dados (2010).

Nota: A renda média expressa o rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais.

## Desempenho - 2009 (%)

Percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática em cada série/ano



Fonte: Todos Pela Educação.

# 79%

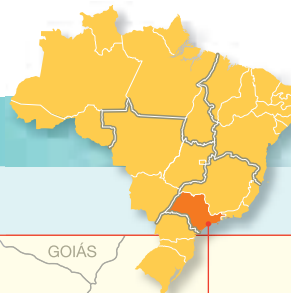
é o percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental

# 69,1%

é o percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio



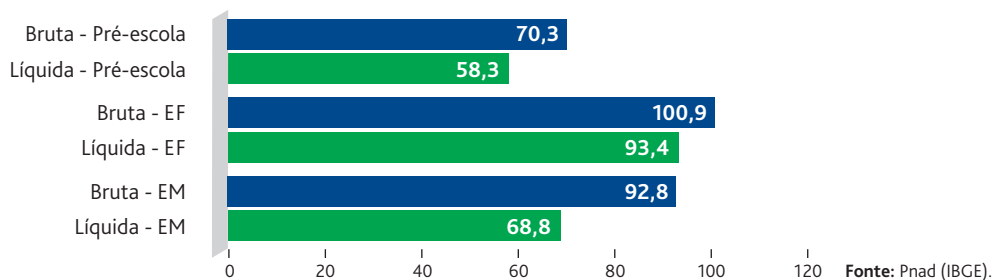
# SÃO PAULO



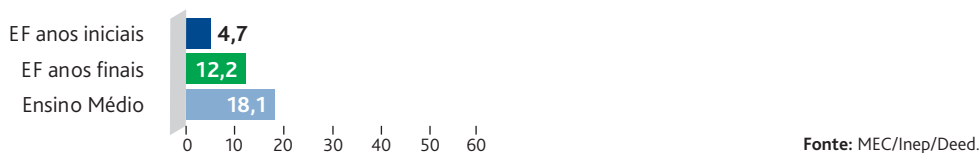
Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Moderno atlas geográfico*. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2011.

Localizado na região Sudeste, São Paulo tem cerca de 248 mil km<sup>2</sup> e 645 municípios. Sua capital é São Paulo.

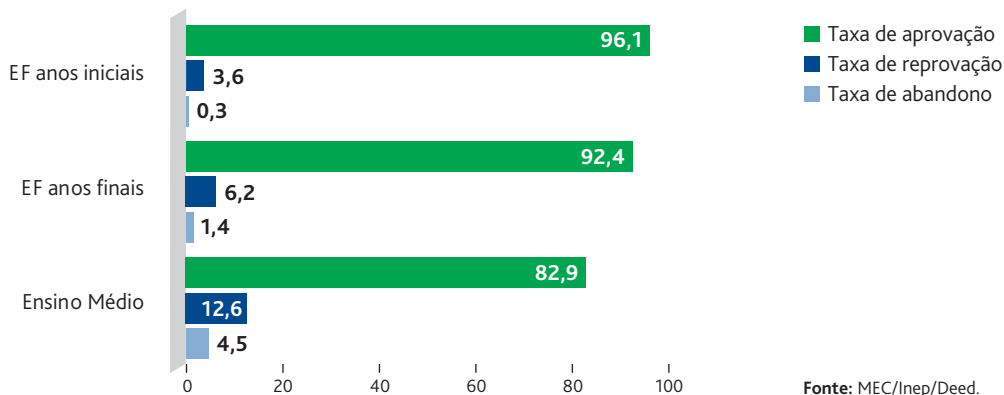
## Taxa de matrícula - 2009 (%)



## Taxa de distorção idade-série - 2010 (%)



## Taxa de rendimento - 2010 (%)



### RAIO X DA EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO

<b>População</b>	41.262.199
<b>População em idade escolar</b>	8.730.160
<b>PIB (R\$ mil)</b>	R\$ 1.003.015.757,00
<b>Renda média</b>	R\$ 986,23
<b>Taxa de analfabetismo</b> (pessoas com 15 anos ou mais)	4,3 %
<b>Escolaridade média em anos de estudo</b> (pessoas de 25 anos ou mais)	8,2
<b>Atendimento</b> (crianças e jovens de 4 a 17 anos que estão na escola)	93%
<b>Matrículas da Educação Básica</b>	10.509.006
<b>Atraso escolar em crianças de 10 a 14 anos</b> (com mais de dois anos de atraso escolar)	4,5%

### Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

EF anos iniciais: 5,5  
 EF anos finais: 4,5  
 Ensino Médio: 3,9

### Docentes com curso superior

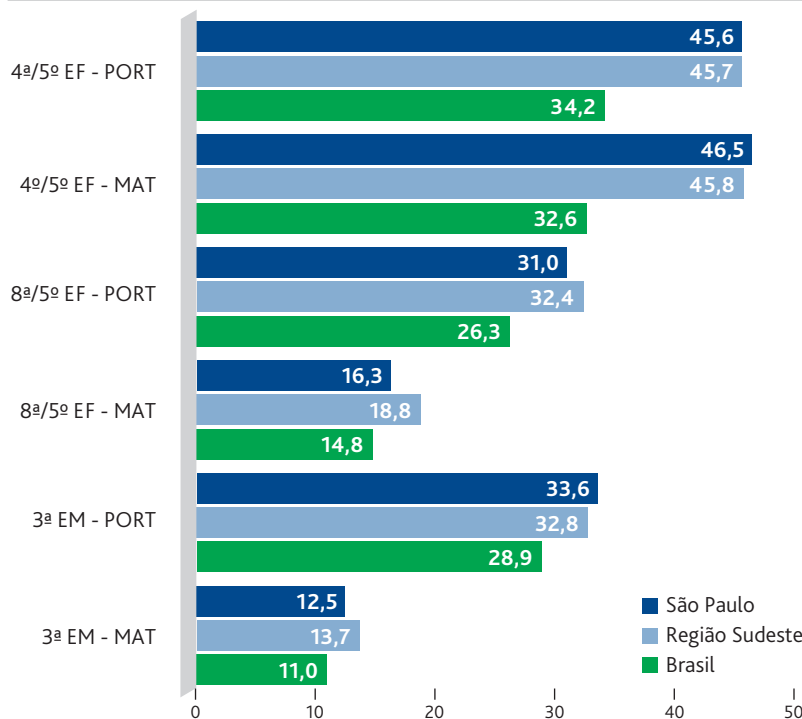
Creche: 58,8%  
 Pré-escola: 73,2%  
 EF anos iniciais: 81,1%  
 EF anos finais: 97,5%  
 Ensino Médio: 98%

Fonte: IBGE/MEC/Inep. PIB (2008); Escolaridade média, atraso escolar e Ideb (2009), demais dados (2010).

Nota: A renda média expressa o rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais.

### Desempenho - 2009 (%)

Percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática em cada série/ano



Fonte: Todos Pela Educação.

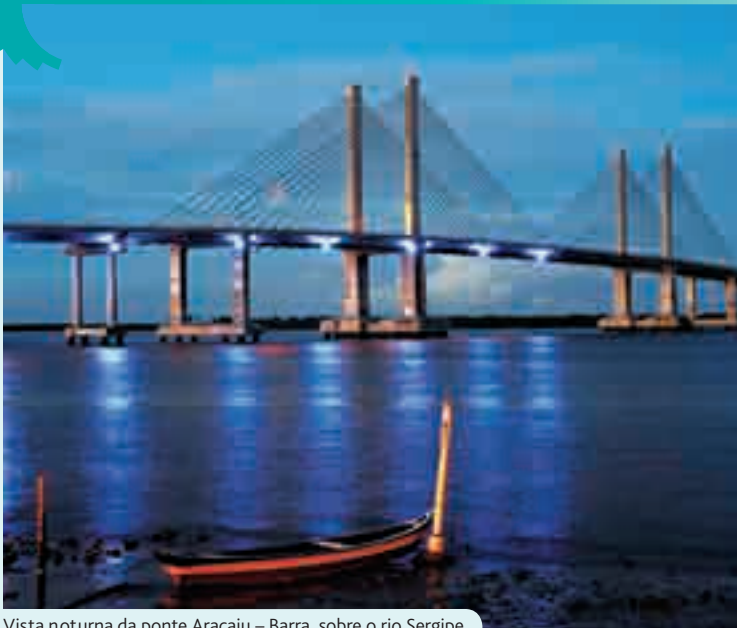
# 79,6%

é o percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental

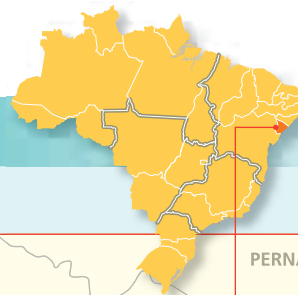
# 68,3%

é o percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio

# SERGIPE



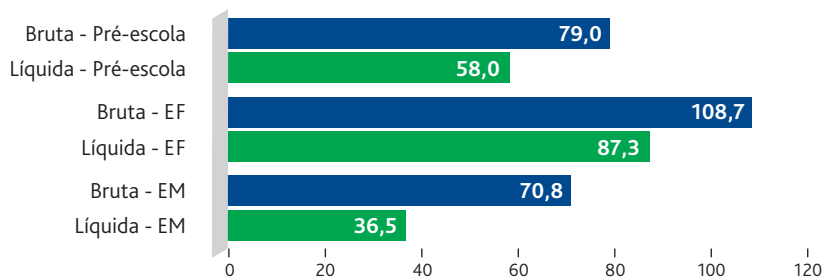
Vista noturna da ponte Aracaju – Barra, sobre o rio Sergipe



Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Moderno atlas geográfico*. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2011.

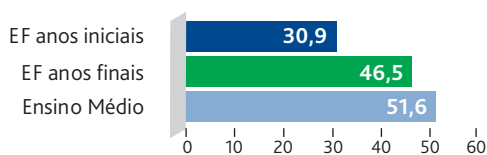
Localizado na região Nordeste, Sergipe tem cerca de 22 mil km<sup>2</sup> e 75 municípios. Sua capital é Aracaju.

## Taxa de matrícula - 2009 (%)



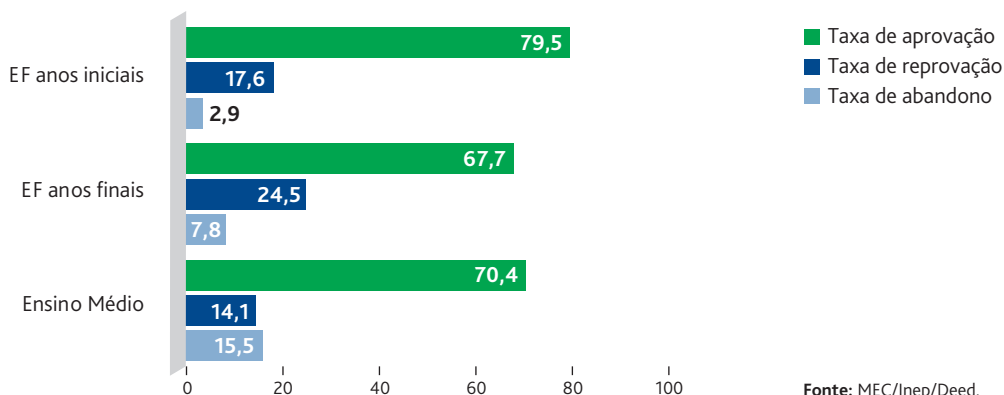
Fonte: Pnad (IBGE).

## Taxa de distorção idade-série - 2010 (%)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

## Taxa de rendimento - 2010 (%)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

### RAIO X DA EDUCAÇÃO EM SERGIPE

<b>População</b>	2.068.017
<b>População em idade escolar</b>	547.625
<b>PIB (R\$ mil)</b>	R\$ 19.551.802,00
<b>Renda média</b>	R\$ 521,57
<b>Taxa de analfabetismo</b> (pessoas com 15 anos ou mais)	18,4%
<b>Escolaridade média em anos de estudo</b> (pessoas de 25 anos ou mais)	6,3
<b>Atendimento</b> (crianças e jovens de 4 a 17 anos que estão na escola)	93,2%
<b>Matrículas da Educação Básica</b>	589.109
<b>Atraso escolar em crianças de 10 a 14 anos</b> (com mais de dois anos de atraso escolar)	25,9%

### Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

EF anos iniciais: **3,8**  
 EF anos finais: **3,2**  
 Ensino Médio: **3,2**

### Docentes com curso superior

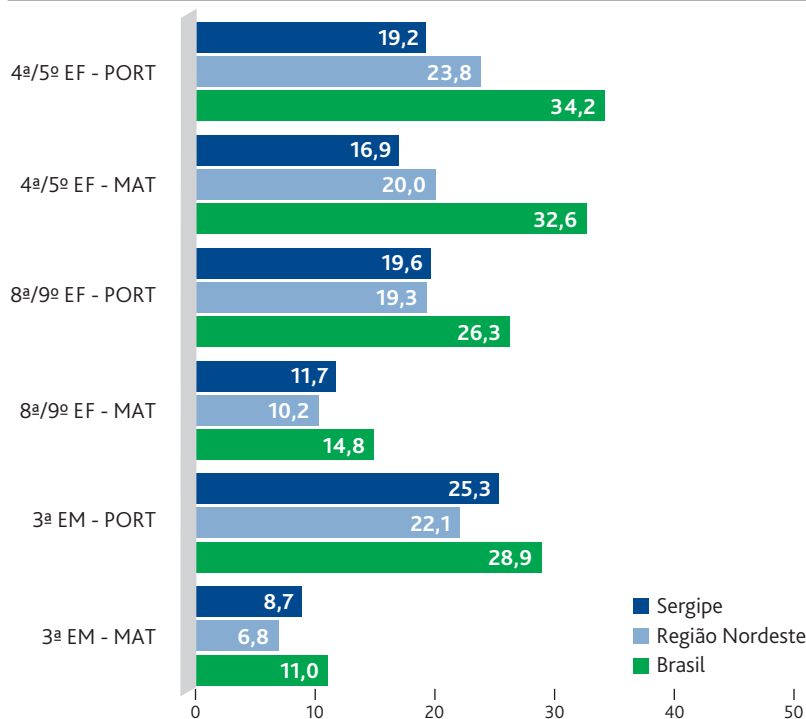
Creche: **26,8%**  
 Pré-escola: **46,4%**  
 EF anos iniciais: **61,3%**  
 EF anos finais: **77%**  
 Ensino Médio: **89,3%**

Fonte: IBGE/MEC/Inep. PIB (2008); Escolaridade média, atraso escolar e Ideb (2009), demais dados (2010).

Nota: A renda média expressa o rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais.

### Desempenho - 2009 (%)

Percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática em cada série/ano



Fonte: Todos Pela Educação.

**53,3%**

é o percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental

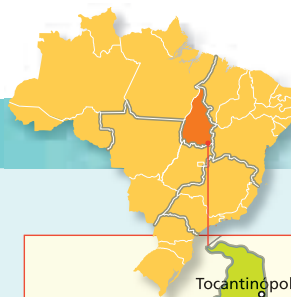
**32,4%**

é o percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio

# TOCANTINS



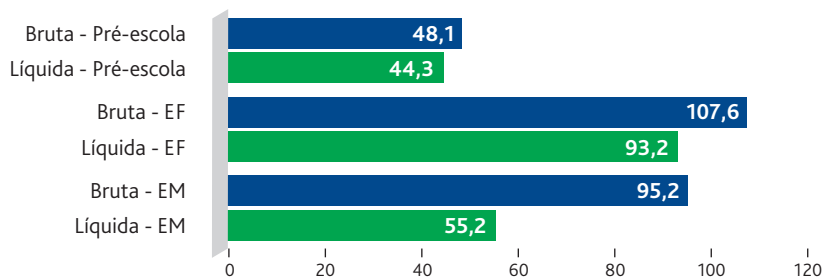
Parque Estadual do Jalapão



Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Moderno atlas geográfico*. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2011.

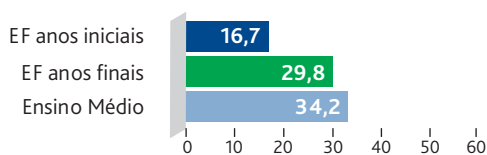
Localizado na região Norte, o Tocantins tem cerca de 277 mil km<sup>2</sup> e 139 municípios. Sua capital é Palmas.

## Taxa de matrícula - 2009 (%)



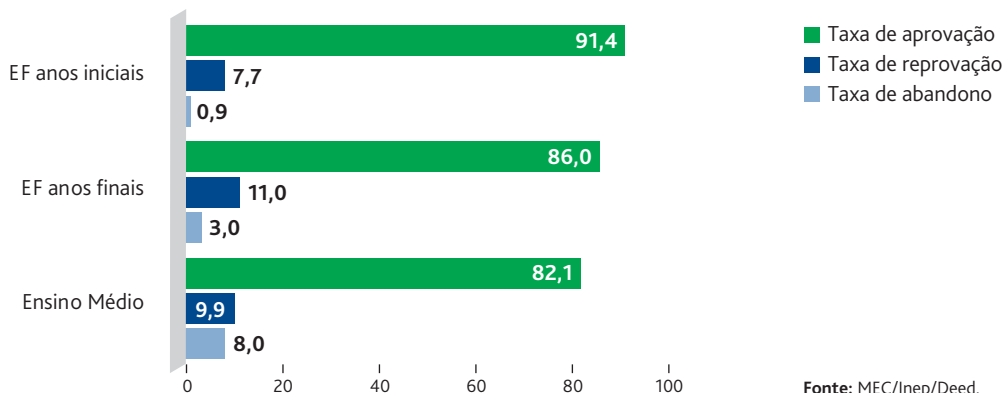
Fonte: Pnad (IBGE).

## Taxa de distorção idade-série - 2010 (%)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

## Taxa de rendimento - 2010 (%)



Fonte: MEC/Inep/Deed.

### RAIO X DA EDUCAÇÃO EM TOCANTINS

<b>População</b>	1.383.445
<b>População em idade escolar</b>	386.809
<b>PIB (R\$ mil)</b>	R\$ 13.090.836,00
<b>Renda média</b>	R\$ 599,90
<b>Taxa de analfabetismo</b> (pessoas com 15 anos ou mais)	13,1%
<b>Escolaridade média em anos de estudo</b> (pessoas de 25 anos ou mais)	6,7
<b>Atendimento</b> (crianças e jovens de 4 a 17 anos que estão na escola)	90,8%
<b>Matrículas da Educação Básica</b>	414.355
<b>Atraso escolar em crianças de 10 a 14 anos</b> (com mais de dois anos de atraso escolar)	12,7%

### Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

EF anos iniciais: **4,5**  
 EF anos finais: **3,9**  
 Ensino Médio: **3,4**

### Docentes com curso superior

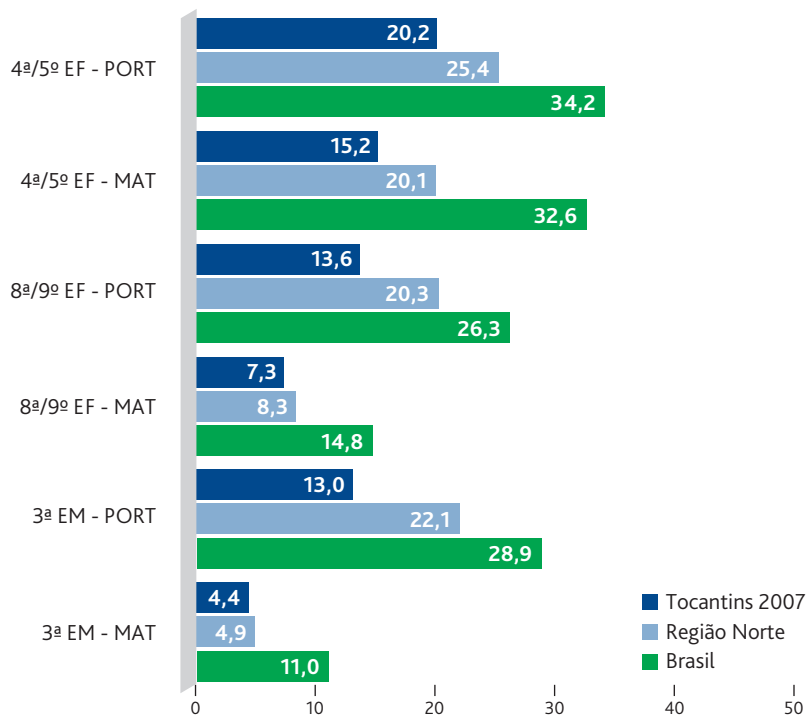
Creche: **44,5%**  
 Pré-escola: **50,7%**  
 EF anos iniciais: **66,2%**  
 EF anos finais: **76,1%**  
 Ensino Médio: **95,5%**

Fonte: IBGE/MEC/Inep. PIB (2008); Escolaridade média, atraso escolar e Ideb (2009), demais dados (2010).

Nota: A renda média expressa o rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais.

### Desempenho - 2009 (%)

Percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática em cada série/ano



Fonte: Todos Pela Educação.

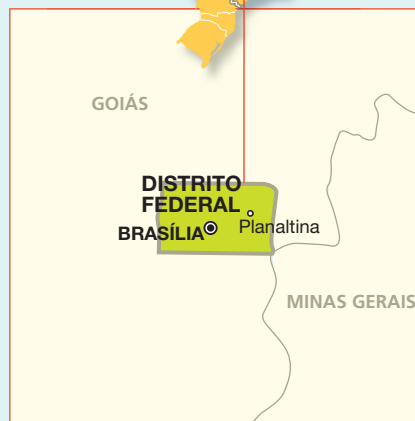
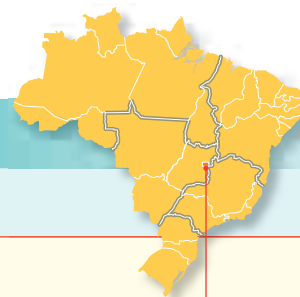
# 64,6%

é o percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental

# 49,5%

é o percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio

# DISTRITO FEDERAL

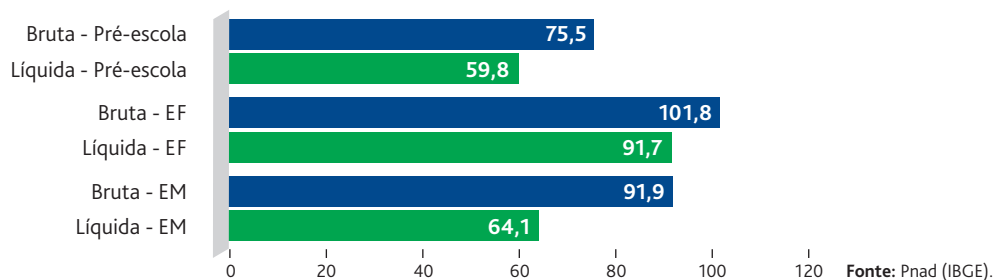


Praça dos Três Poderes, em Brasília

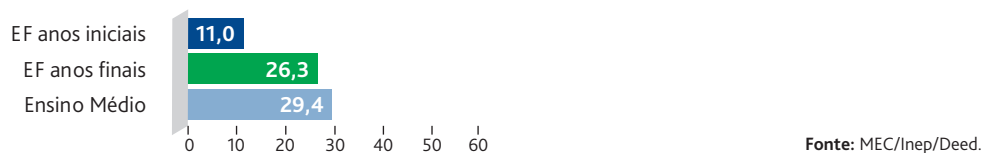
Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Moderno atlas geográfico*. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2011.

Localizado na região Centro-Oeste, o Distrito Federal tem cerca de 6 mil km<sup>2</sup>. No DF, fica a capital do país, Brasília.

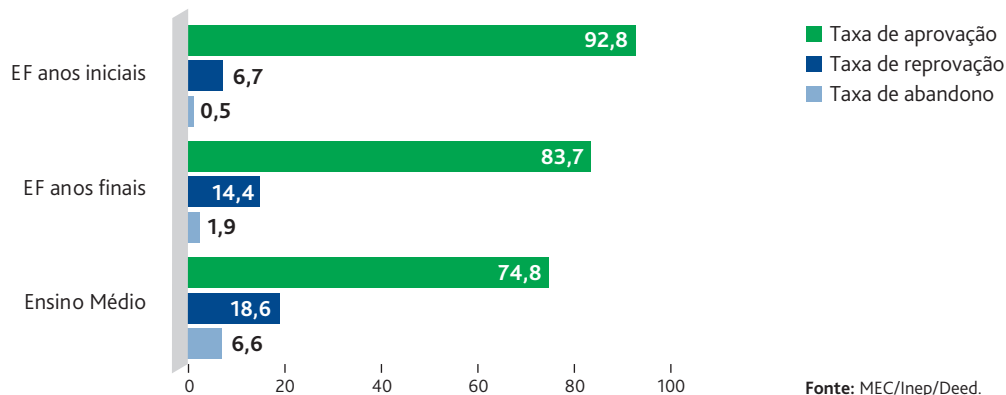
## Taxa de matrícula - 2009 (%)



## Taxa de distorção idade-série - 2010 (%)



## Taxa de rendimento - 2010 (%)



## RAIO X DA EDUCAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

<b>População</b>	2.570.160
<b>População em idade escolar</b>	590.219
<b>PIB (R\$ mil)</b>	R\$ 117.571.951,00
<b>Renda média</b>	R\$ 1.608,84
<b>Taxa de analfabetismo</b> (pessoas com 15 anos ou mais)	3,5%
<b>Escolaridade média em anos de estudo</b> (pessoas de 25 anos ou mais)	9,6
<b>Atendimento</b> (crianças e jovens de 4 a 17 anos que estão na escola)	93,2%
<b>Matrículas da Educação Básica</b>	679.241
<b>Atraso escolar em crianças de 10 a 14 anos</b> (com mais de dois anos de atraso escolar)	9,3%

## Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

EF anos iniciais: 5,6  
EF anos finais: 4,4  
Ensino Médio: 3,8

## Docentes com curso superior

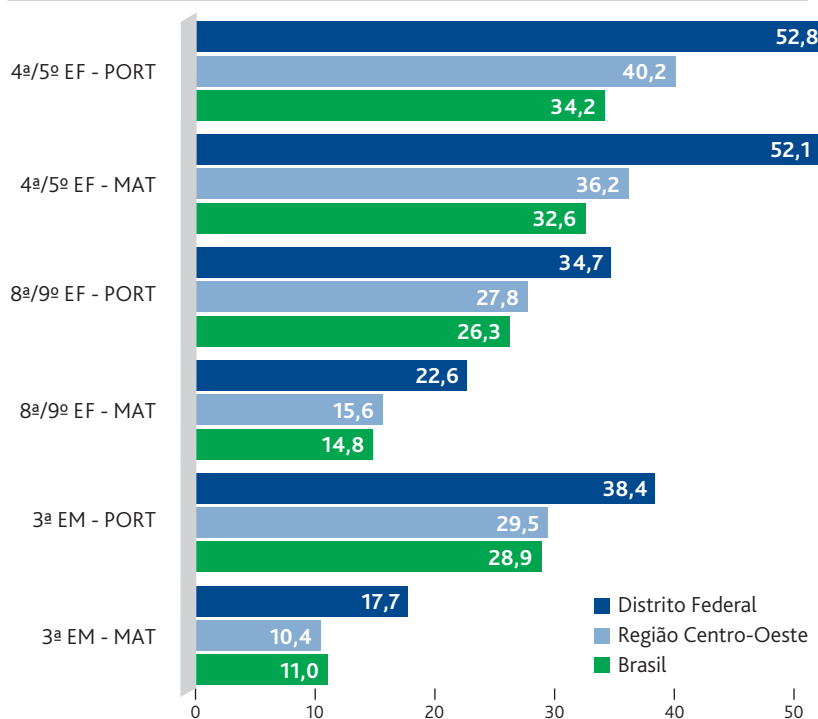
Creche: 47,2%  
Pré-escola: 63,1%  
EF anos iniciais: 73,4%  
EF anos finais: 94,3%  
Ensino Médio: 93,6%

Fonte: IBGE/MEC/Inep. PIB (2008); Escolaridade média, atraso escolar e Ideb (2009), demais dados (2010).

Nota: A renda média expressa o rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais.

## Desempenho - 2009 (%)

Percentual de alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática em cada série/ano



Fonte: Todos Pela Educação.


# 82,2%

é o percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental

# 64,7%

é o percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio

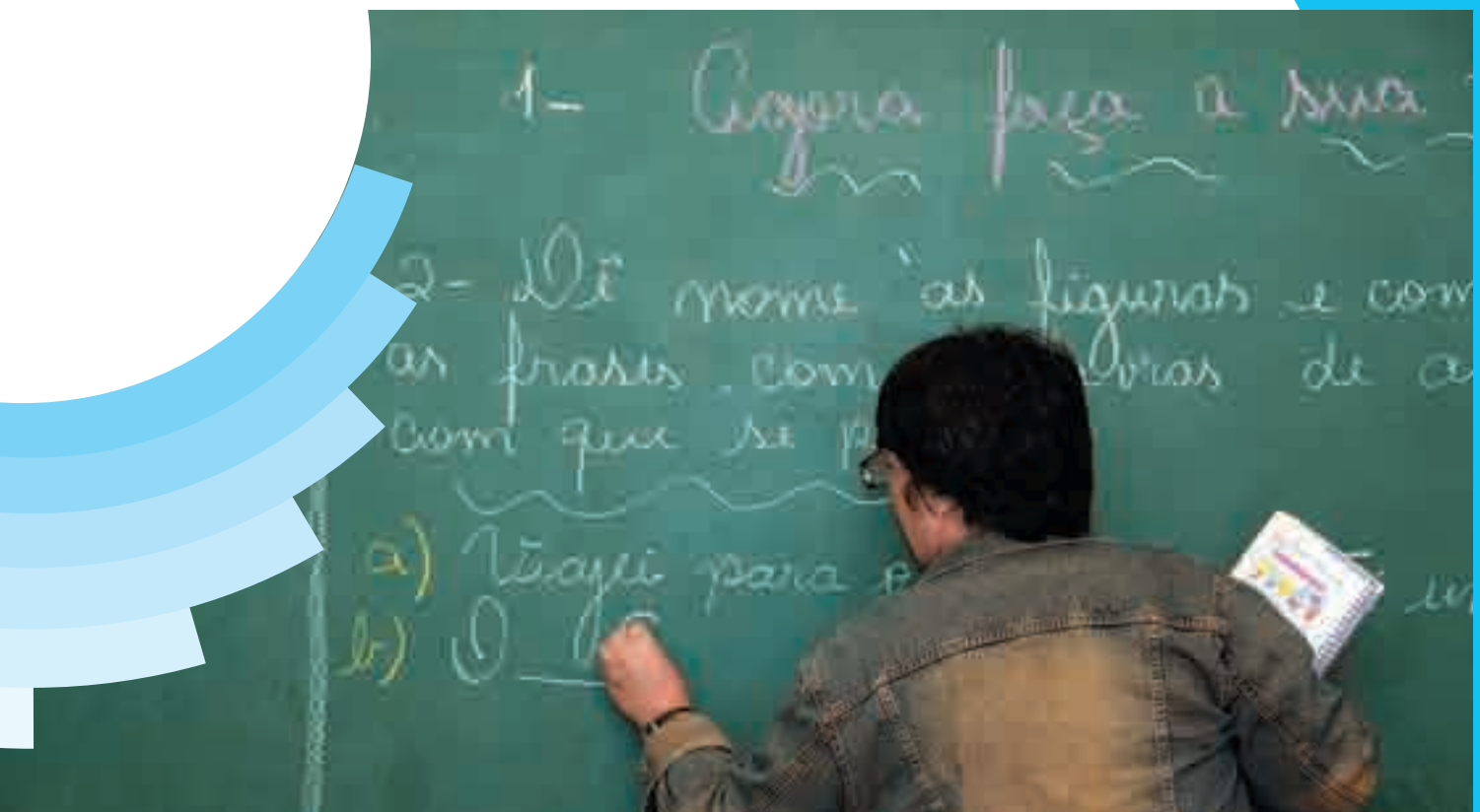




*“Feliz aquele que transfere  
o que sabe e aprende  
o que ensina.”*

Cora Coralina, poetisa e contista

# LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA E FINANCIAMENTO



**A** Educação é tratada pela Constituição Federal em 35 de seus artigos, e esse é o ponto de partida para quem quer explorar a legislação sobre o tema, compreender como o sistema de ensino está estruturado e como se dá seu financiamento. Não é tarefa fácil. Mas se trata de um conhecimento que enriquece qualquer discussão sobre o presente e o futuro da Educação brasileira.

## A LEGISLAÇÃO

Por *Francisco Aparecido Cordão*

Na hierarquia das Leis e Normas que organizam a Educação Brasileira temos, em primeiro plano, a Constituição Federal, que é a Carta Magna da Nação. Esta não pode ser contrariada por nenhuma Constituição Estadual ou Lei Orgânica Municipal, ou mesmo Lei Complementar ou Ordinária, definidas em quaisquer dos níveis da organização político-administrativa das Unidades ou Entes Federados que compõem a grande nação brasileira.

A Constituição de 1988 é uma Constituição federativa, que assume como entes federados autônomos, atuando em regime de colaboração: a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Os estados organizam-se e regem-se pelas respectivas Constituições Estaduais que adotarem, observados os princípios da Constituição Federal. A mesma orientação vale para o Distrito Federal.

Os municípios regem-se pela respectiva Lei Orgânica, votada em dois turnos e aprovada por dois terços dos membros da respectiva Câmara Municipal, devidamente promulgada, respeitados os princípios estabelecidos pela Constituição Federal e pela Constituição do respectivo Estado.

A atual Constituição Federal contempla a Educação em 35 dos seus artigos, contando os quatro das Disposições Constitucionais



**Francisco Aparecido Cordão**

Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

## LINHA DO TEMPO

A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, durante o primeiro governo Vargas, marca um momento crucial da organização da educação brasileira. Antes disso, a área era responsabilidade do Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça.

1931

Decreto de 11 de abril cria o Conselho Nacional de Educação (CNE).

1937

Primeira iniciativa de elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) na gestão do ministro de Educação e Saúde, Gustavo Capanema. O trabalho foi interrompido pelo fechamento da Câmara dos Deputados, com o advento do Estado Novo, em 1937.

1930

1940

1950

1932

Divulgado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Capiteado por Anísio Teixeira, um grupo de educadores lança as bases de um "plano de reconstrução" que daria origem a uma nova política educacional. De forma inovadora, o manifesto trata de "escola para todos".



Transitórias. Esses dispositivos constitucionais sobre Educação por si só já consagram um sólido mandamento de Diretrizes e Bases para a organização da Educação nacional.

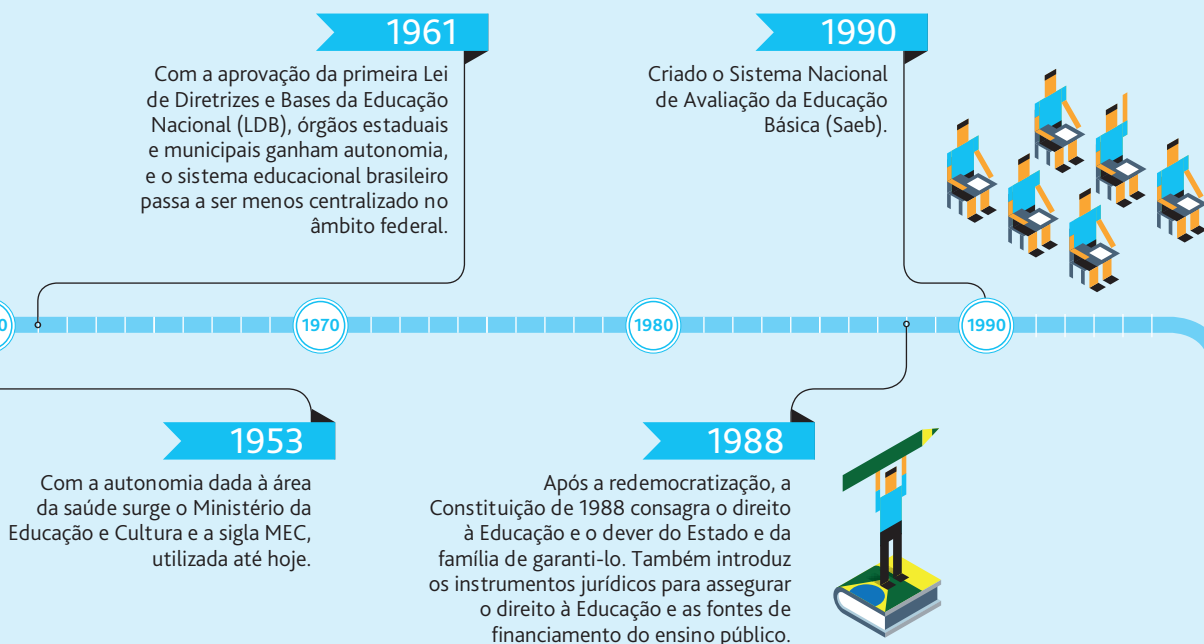
Em termos de hierarquia das Leis, o Artigo 59 da Constituição Federal estabelece para o processo legislativo a aprovação de Emendas Constitucionais, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Leis Delegadas, Medidas Provisórias, Decretos Legislativos e Resoluções Legislativas. A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – embora tecnicamente não seja considerada uma Lei Complementar, uma vez que não está prevista na Constituição Federal como tal, assume um status próprio, uma vez que está listada expressamente entre as matérias que são de competência privativa da União legislar.

No campo educacional, a LDB é a norma superior, ao lado do Plano Nacional de Educação, de duração decenal, previsto no Artigo 214 da Constituição Federal, “com o objetivo de articular o sistema nacional de educação, em regime de colaboração, e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades, por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas (...)”.

### Papel dos Conselhos de Educação

O Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividades permanentes, tem sua existência pre-

*De 1988 até o final de 2011, 68 projetos de emenda constitucional aprovados pelo Congresso modificaram a Constituição.*



vista no § 1º do Artigo 9º da LDB, e foi criado pela Lei nº 9.131/1995, a qual alterou dispositivos não revogados da Lei nº 4.024/1961.

O Conselho Nacional de Educação é composto por duas Câmaras, uma de Educação Básica (CEB) e uma de Educação Superior (CES). Os assuntos de interesse comum, tanto da Educação Básica quanto da Educação Superior, são tratados no âmbito do Conselho Pleno (CP).

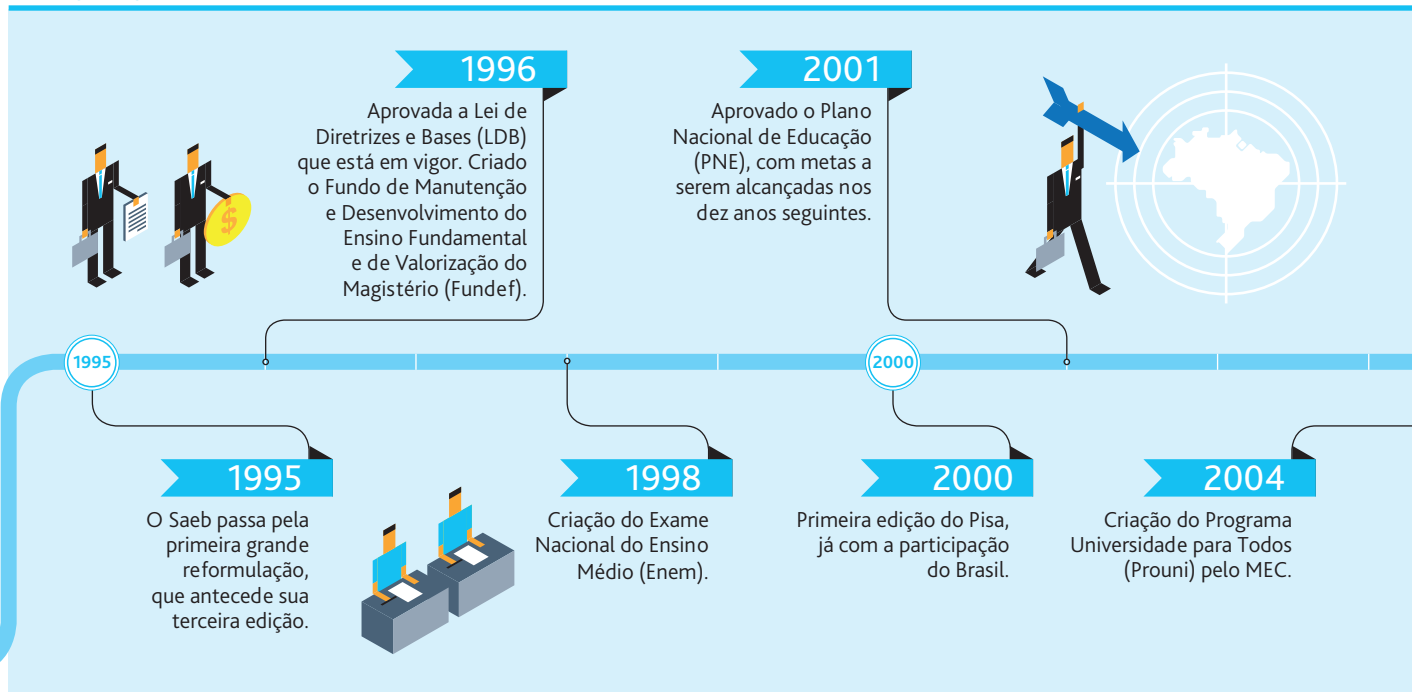
As Resoluções ou Deliberações dos Conselhos de Educação são Atos Normativos decorrentes de Pareceres, destinados a estabelecer normas a serem observadas pelos Sistemas de Ensino sobre matéria de competência do respectivo Conselho de Educação, bem como pelos correspondentes Estabelecimentos de Ensino, de todos os níveis, etapas, modalidades e formas de oferta de Educação e ensino.

Existem, também, as Diretrizes Operacionais, tais como as que se referem aos planos de carreira e remuneração dos profissionais de Educação ou sobre a implantação e supervisão das atividades de estágio dos estudantes em situações reais de trabalho, assumidos como atos educativos das instituições educacionais, em regime de parceria com as organizações concedentes de oportunidades de estágios práticos aos estudantes.

Além destas, existem, também, outras Resoluções ou Deliberações Normativas que definem procedimentos e orientações aos Sistemas de Ensino, às Instituições de Ensino, bem como aos respectivos profissionais da Educação. Todas essas Resoluções ou Deliberações estão fundamentadas em Pareceres do Órgão

## *A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB, define e regula o sistema educacional brasileiro*

### LINHA DO TEMPO

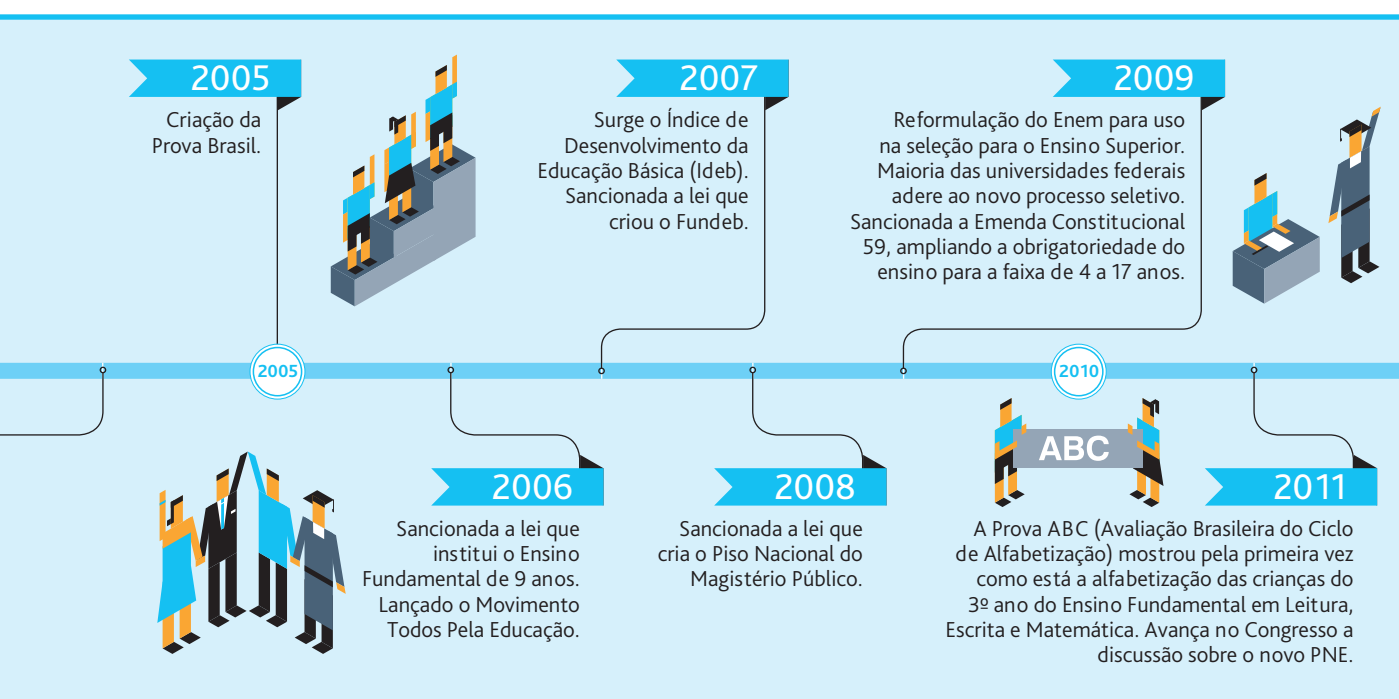


Colegiado de Estado, que é o ato pelo qual o Conselho Pleno ou qualquer das suas Câmaras ou Comissões Especiais se pronuncia oficialmente sobre matéria de sua competência.

Além dessas Resoluções e Pareceres, a organização da Educação Brasileira conta, ainda, com as Portarias Ministeriais ou as Portarias dos respectivos Secretários de Educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, as quais disciplinam a aplicação de dispositivos de Leis e Decretos, bem como de Resoluções ou Deliberações dos respectivos Órgãos Normativos dos seus correspondentes Sistemas de Ensino. Tais atos normativos disciplinam o funcionamento dos órgãos específicos do seu Sistema de Ensino e dos Estabelecimentos de Ensino a ele vinculados, de modo especial, dos estabelecimentos educacionais de sua rede de ensino.

Finalmente, os comunicados objetivam informar sobre providências a serem adotadas no funcionamento dos órgãos específicos de cada sistema de ensino, seja da União, dos estados, Distrito Federal, ou dos municípios. Os comunicados orientam os integrantes de um determinado Sistema de Ensino em relação aos procedimentos administrativos que devem ser adotados para o seu adequado funcionamento.

Os Conselhos de Educação contam, ainda, com as indicações, que são atos propositivos, subscritos por um ou mais Conselheiros, contendo sugestão justificada de estudo sobre qualquer matéria de interesse do respectivo Conselho de Educação. Quando uma indicação é aprovada em sessão plenária do colegiado, in-





Sede do Conselho Nacional de Educação (CNE), em Brasília

dependentemente do mérito da proposição, será designada uma Comissão Especial para efetivação de estudo da matéria e consequente elaboração do correspondente Parecer.

### **Os Órgãos Colegiados de Estado**

Os Órgãos Colegiados de estado, nos níveis da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, aos quais a Lei garante liberdade de organização dos respectivos Sistemas de Ensino, para o exercício de funções normativas, redistributivas e supletivas em relação às demais instâncias educacionais, devem se orientar pelo princípio constitucional, também consagrado na atual LDB, do regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, a partir do Plano Nacional de Educação.

Tanto na Constituição Federal quanto nas várias Constituições Estaduais e até mesmo nas diferentes Leis de criação dos respectivos Conselhos de Educação ou nas correspondentes Leis Orgânicas Municipais, configura-se a complexa natureza jurídica desses Conselhos de Educação, em decorrência, sobretudo, de suas funções simultaneamente normativas, deliberativas e consultivas.

Esta tríplice natureza é fonte permanente de colisões, explícitas ou não, com o Poder Legislativo, com o Poder Executivo e, ultimamente, até mesmo com o Poder Judiciário, sem contar eventuais desencontros com as expectativas da própria comunidade educacional em face do Órgão Normativo, Deliberativo e Consultivo, o qual, em última instância, acaba sendo, também, um Órgão de recurso administrativo no âmbito do respectivo Sistema de Ensino.

Para fugir ao risco de cristalizar sua imagem como a de um tribunal de pequenas causas, cabe aos Conselhos de Educação, em todos os níveis da estrutura educacional brasileira, a construção

de uma identidade que o torne capaz de responder aos desafios educacionais contemporâneos, seguindo diferentes caminhos.

Tal pauta pode ser definida, em primeiro lugar, por ações esclarecedoras de sua natureza e função, que visem não apenas à população, mas também às autoridades e ao magistério, orientando a comunidade, sugerindo, acompanhando e avaliando políticas, descentralizando decisões; enfim, atuando com um nível de autonomia que favoreça a descentralização educacional e fixando, por meio de Pareceres e de Indicações, os princípios e os parâmetros educacionais que definam os objetivos que devem balizar a elaboração de Resoluções e Deliberações e orientar a execução de Planos de Educação, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

No Brasil, de um modo geral, como já lembrava o saudoso Conselheiro José Mário Pires Azanha, no Conselho Estadual de Educação de São Paulo, há excesso de legislação sobre Educação e ensino.

A rigor, os dispositivos constitucionais, como já afirmamos, por si só, constituem um conjunto sólido de Diretrizes que servem de Base para a organização da Educação Nacional e para a implantação dos sistemas de ensino da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, com autonomia, mas em regime de colaboração. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tem uma inegável vocação regimental, o que, de certa maneira, não é muito aconselhável.

Muitas das emendas da LDB posteriormente aprovadas pelo Congresso Nacional acabaram engessando parte da liberdade de organização curricular prevista no texto original da LDB. Nessas condições, o Conselho de Educação deve abster-se o máximo possível de expedir novas normas ou de modificar as normas vigentes, se não houver fortes razões para que isso aconteça.

Deve também vigiar-se para vencer a tentação de regulamentar aquilo que não precisaria de nova regulamentação, quando poderia e deveria apenas orientar os sistemas e estabelecimentos de ensino de seu sistema.

Na inevitabilidade da regulamentação, convém ter sempre presentes os ensinamentos de educadores do porte de Anísio Teixeira e de José Mario Pires Azanha, no sentido de que não se deve esquecer que, na aplicação de normas, sempre podem aparecer situações imprevisíveis no momento de sua elaboração. Daí a importância de que a própria norma seja redigida no “grau adequado” ou no “ponto certo”.

*Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.*

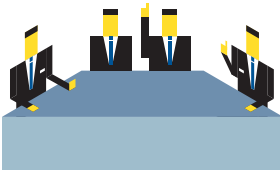
***Muitas das emendas da LDB aprovadas acabaram engessando parte da liberdade de organização curricular prevista no texto original***



## O CAMINHO DE UM PROJETO

### DA CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA O SENADO

(pode ocorrer o caminho oposto)



**1.** Projeto é proposto pelos deputados, senadores, Poder Executivo, Procuradoria Geral da República, STF ou por grupos de cidadãos.

**2.** Texto é analisado por comissões ou por uma comissão especial. Em regime de urgência, vai para votação em plenário. Na tramitação regular, é analisado pelas comissões. Se aprovado nas comissões segue para o Senado (ou Câmara, se iniciou no Senado), ou a partir de requisitos de parlamentares pode seguir para plenário.

**3.** Aprovado pelo plenário, projeto segue para o Senado (ou Câmara).

### Projetos de iniciativa popular

Há dois caminhos para que os cidadãos apresentem seus projetos:

#### 1. Abaixo-assinado

É preciso reunir assinaturas de 1% dos eleitores do País, cerca de 1,3 milhão de pessoas, em 2011. As assinaturas devem vir de pelo menos cinco Estados, reunindo o mínimo de 0,3% do eleitorado de cada Estado.

A Lei da Ficha Limpa, que impede a candidatura de políticos condenados por crimes graves, nasceu de um projeto de iniciativa popular que chegou à Câmara dos Deputados em 2009, subscrito por 1,3 milhão de eleitores, o mínimo da época.

#### 2. Entidades Cívicas

Associações comunitárias, ONGs, órgãos de classe, sindicatos e outras entidades cívicas podem enviar propostas de leis para a Comissão de Legislação Participativa (CLP). As propostas aprovadas são transformadas em projetos de lei que são apresentados pela CLP à mesa diretora da Câmara.

A CLP detalha os requisitos para que entidades enviem propostas em seu *site*, <[www.camara.gov.br/clp](http://www.camara.gov.br/clp)>. Modelos para redigir propostas também estão disponíveis lá.

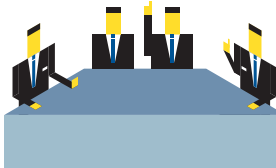
## O EXEMPLO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE) é um exemplo da importância das comissões especiais. Na Câmara dos Deputados, a previsão inicial era que o PNE fosse apreciado pelas comissões de Educação e Cultura, Finanças e Tributação e Constituição

e Justiça e de Cidadania. Uma vez criada a comissão especial (em março de 2011), ela passou a ser a única instância de análise.

Outro aspecto a ser observado: cada vez mais as comissões, temáticas ou especiais, exercem seu poder terminativo, ou seja, uma vez um

### APROVAÇÃO NO SENADO



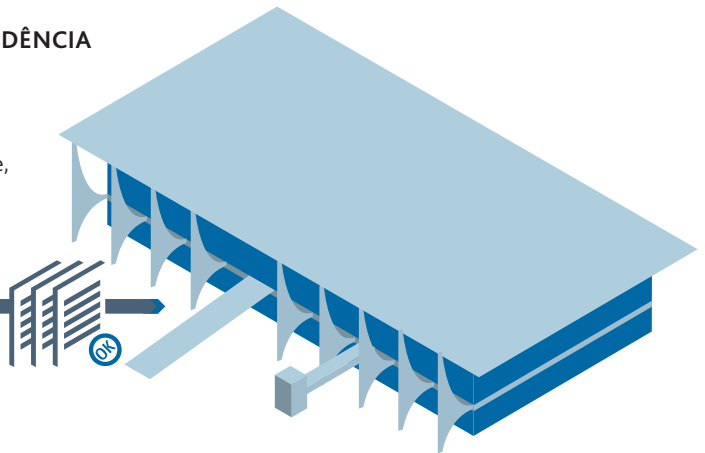
4. Texto passa por comissões do Senado (ou Câmara).

5. Pode ser aprovado em votação terminativa nas comissões e, se não houver mudanças, seguir para sanção presidencial, ou ser submetido a votação no plenário.

6. Caso os senadores façam alterações, texto volta para análise da Câmara, que aceita ou rejeita as mudanças.

### SANÇÃO DA PRESIDÊNCIA

7. Após aprovação no plenário no Senado (ou Câmara), projeto segue para o presidente, que pode sancionar, vetar parcial ou integralmente.



### Votos para aprovação no Congresso



**Projetos de lei**  
maioria simples de deputados e senadores, em um turno.



**Medidas provisórias**  
maioria simples de parlamentares, em um turno.



**Emenda à Constituição**  
3/5 de deputados e senadores, em dois turnos.

projeto aprovado em caráter terminativo em uma comissão, não precisa ir a plenário. Se isso acontecer em uma comissão da Câmara, o projeto vai direto ao Senado; ou vice-versa. A previsão é que o PNE seja aprovado em caráter terminativo. O PNE foi apresentado pelo

MEC ao Congresso e é composto por 20 metas que deverão guiar as ações dos governos municipais, estaduais e federal na próxima década. Na primeira fase de discussões, recebeu quase 3 mil emendas, sugeridas principalmente por grupos e entidades ligadas à Educação.

## Estrutura

O artigo 211 da Constituição de 1988 é o ponto de partida para a estruturação da Educação brasileira. “A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino”, estabelece o texto constitucional. Em seguida, deixa claro que à União cabe financiar as instituições de ensino públicas federais (como as universidades federais) e exercer, “em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade”. Os municípios, por sua vez, devem atuar prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil, enquanto Estados e Distrito Federal cuidam, como prioridade, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Para dar conta dessas atribuições, o governo federal conta com o Ministério da Educação (MEC), enquanto estados e municípios possuem suas secretarias de educação. A Educação Infantil atende as crianças de 0 a 5 anos, sendo que de 0 a 3 anos nas Creches e, depois, na Pré-escola. O Ensino Fundamental, recentemente ampliado para nove anos, é obrigatório e está organizado em Anos Iniciais (1º ao 5º) e Anos Finais (6º ao 9º). O Ensino Médio é a última etapa da Educação Básica e a idade adequada para cursá-lo vai de 15 a 17 anos.

Assim, se os papéis, no que é essencial, estão claros, ainda não há consenso sobre o regime de colaboração que aparece nas primeiras linhas do artigo 211 da CF. Ainda é um desafio definir a forma como estados, municípios e governo federal devem cooperar entre si para a oferta dos serviços educacionais, assim como demarcar responsabilidades e desenvolver um sistema eficaz de divisão dos recursos financeiros disponíveis.

### O exemplo do livro didático

O governo federal possui várias ações e programas de apoio e complementação do Ensino Fundamental e Médio, ainda que essas sejam área de atuação de municípios e estados.



Vista aérea do eixo Monumental e Congresso Nacional

Um dos mais importantes é o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), centrado na distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da Educação Básica.

Após a avaliação das obras, o Ministério da Educação (MEC) publica o Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. O guia é encaminhado às escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político pedagógico. A abrangência do PNLD é ampla e inclui alunos atendidos pela Educação Especial.

### **Arranjos de Desenvolvimento da Educação: um caminho**

No final de 2011, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou parecer, homologado em seguida pelo então ministro da Educação Fernando Haddad, sobre a criação de Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs), como estratégia para promover a colaboração entre municípios.

Os arranjos educacionais são formas de gestão pública de trabalho em rede para estimular a colaboração entre prefeituras na oferta de Educação de qualidade.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC



### Órgãos vinculados

- FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CNE - Conselho Nacional de Educação
- Conaes - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
- IBC - Instituto Benjamin Constant
- Ines - Instituto Nacional de Educação de Surdos
- Fundaj - Fundação Joaquim Nabuco
- Colégio Pedro II

..... Vinculação  
 Subordinação

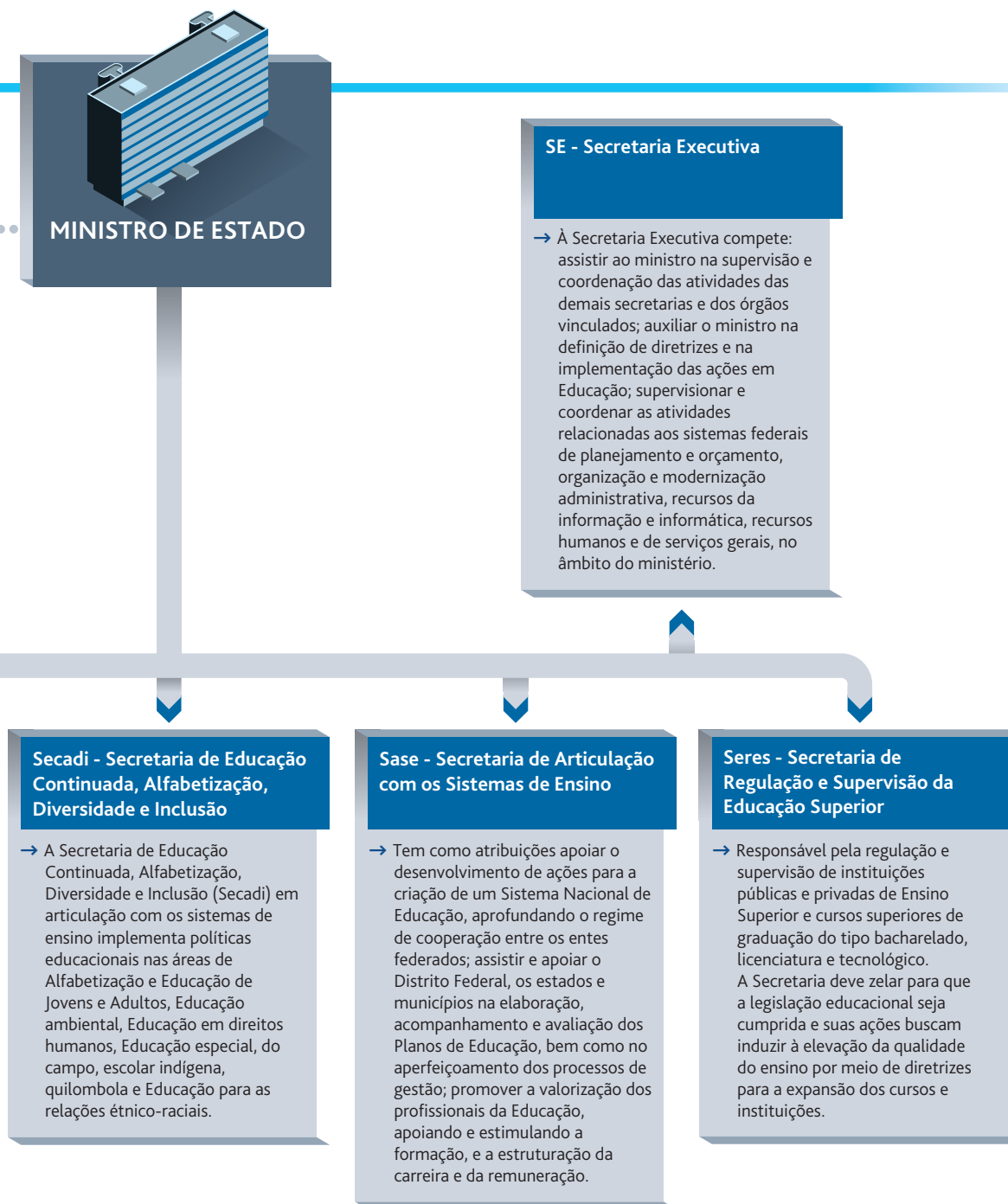


## ENTENDA A ESTRUTURA DO MEC

Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, que só foi ganhar sua sigla atual em 1953. Suas atividades iniciais incluíam saúde, esporte, educação e meio ambiente. Antes da criação do ministério, a Educação era responsabilidade do Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça. O MEC atualmente está organizado funda-

mentalmente com base em suas secretarias, por meio das quais exerce suas funções primordiais previstas na Constituição de 1988.

A Secretaria de Educação Básica (SEB) atua em relação à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, principalmente no que diz respeito a políticas públicas orientadoras.



Na outra ponta, a Secretaria de Educação Superior (Sesu) é responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior. A manutenção, supervisão e desenvolvimento das instituições públicas federais de ensino superior (Ifes) e a supervisão das ins-

tuições privadas também são de responsabilidade da Sesu. Destacam-se ainda órgãos vinculados ao MEC, como Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

## Financiamento

Dois indicadores são fundamentais quando se trata de analisar o financiamento da Educação: o percentual do investimento público direto em Educação por nível de ensino em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e o investimento por aluno.

A partir desses parâmetros, trava-se na sociedade brasileira um intenso debate sobre qual o percentual ideal de investimentos na Educação. Em 2011, essa discussão se deu com mais força no âmbito da tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE) no Congresso. Uma das metas do PNE deve ser a definição do percentual do PIB a ser destinado para a Educação na próxima década.

A Meta 5 do Todos Pela Educação estabelece que, até 2010, o investimento público em Educação Básica deveria ter sido de 5% ou mais do PIB. Em 2009, o investimento atingiu 4,2%, ou seja, 0,8 ponto percentual abaixo do proposto pelo movimento. Em 2010, houve um pequeno avanço e esse percentual passou para 4,3%, segundo informou, em janeiro, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ainda assim, abaixo da meta de 5%.

Também em 2010, a Educação Superior recebeu 0,8% do PIB e, portanto, o investimento público direto em todas as etapas de ensino foi de 5,1% do PIB.

O investimento público total em Educação, que inclui as transferências do setor público para o setor privado, em programas como o Financiamento Estudantil (Fies) ou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), entre outros, foi de 4,9% para a Educação Básica e 0,9% para o Ensino Superior.

---

Trava-se na sociedade brasileira um debate sobre qual o percentual ideal de investimentos na Educação. Em 2011, essa discussão se deu com mais força no âmbito da tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE).

**5,1%** do PIB  
*foi o investimento  
público direto em  
Educação em 2010*

**Estimativa do Percentual do Investimento Público Direto em Educação por nível de ensino em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) – Brasil 2000-2009**

Níveis de Ensino							
Ano	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Básica	Educação Superior	Total
		De 1ª a 4ª Total Séries ou Anos Iniciais	De 5ª a 8ª Séries ou Anos Finais				
2000	0,3	1,3	1,1	0,5	3,2	0,7	3,9
2001	0,3	1,3	1,1	0,6	3,3	0,7	4,0
2002	0,3	1,5	1,1	0,4	3,3	0,8	4,1
2003	0,3	1,3	1,0	0,5	3,2	0,7	3,9
2004	0,3	1,3	1,1	0,5	3,2	0,7	3,9
2005	0,3	1,4	1,1	0,4	3,2	0,7	3,9
2006	0,3	1,4	1,3	0,6	3,6	0,7	4,3
2007	0,4	1,5	1,4	0,6	3,8	0,7	4,5
2008	0,4	1,5	1,5	0,7	4,0	0,7	4,7
2009	0,4	1,6	1,6	0,7	4,2	0,7	5,0

Fonte: Inep/MEC.

**Estimativa do Investimento Público Direto em Educação em R\$ por estudante, por nível de ensino, com valores corrigidos para 2009 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e proporção do investimento por estudante da Educação Superior sobre o Estudante da Educação Básica – Brasil 2000-2009\***

Investimento Público Direto por Estudante (R\$)								
Níveis de Ensino								
Ano	Total	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Básica	Educação Superior	Razão entre o custo por aluno do Ensino Superior e o da Educação Básica
			Anos Iniciais	Anos Finais				
2000	1.739	1.656	1.424	1.453	1.381	1.448	16.002	11,1
2001	1.801	1.495	1.407	1.583	1.571	1.501	15.815	10,5
2002	1.796	1.408	1.643	1.526	1.106	1.487	14.994	10,1
2003	1.799	1.620	1.592	1.512	1.269	1.511	13.137	8,7
2004	1.903	1.726	1.709	1.728	1.181	1.615	13.299	8,2
2005	2.023	1.634	1.912	1.821	1.195	1.714	13.524	7,9
2006	2.356	1.769	2.106	2.312	1.635	2.046	13.640	6,7
2007	2.725	2.159	2.512	2.617	1.916	2.390	14.459	6,1
2008	3.124	2.302	2.880	3.073	2.214	2.746	15.399	5,6
2009	3.381	2.276	3.204	3.342	2.336	2.972	15.582	5,2

Fonte: Inep/MEC.

\* Para detalhes sobre o cálculo do Investimento Público Direto por Estudante: [http://portal.inep.gov.br/estatisticas-gastoseeducacao-despesas\\_publicas-p.a.\\_paridade.htm](http://portal.inep.gov.br/estatisticas-gastoseeducacao-despesas_publicas-p.a._paridade.htm)



É possível observar a redução da distância entre os gastos por aluno da Educação Superior em relação à Educação Básica, sem que isso signifique menos recursos para as universidades. Em 2009, um estudante do Ensino Superior público representava 5,2 vezes o investimento em um aluno da Educação Básica. Em 2000, era de 11,1 vezes.

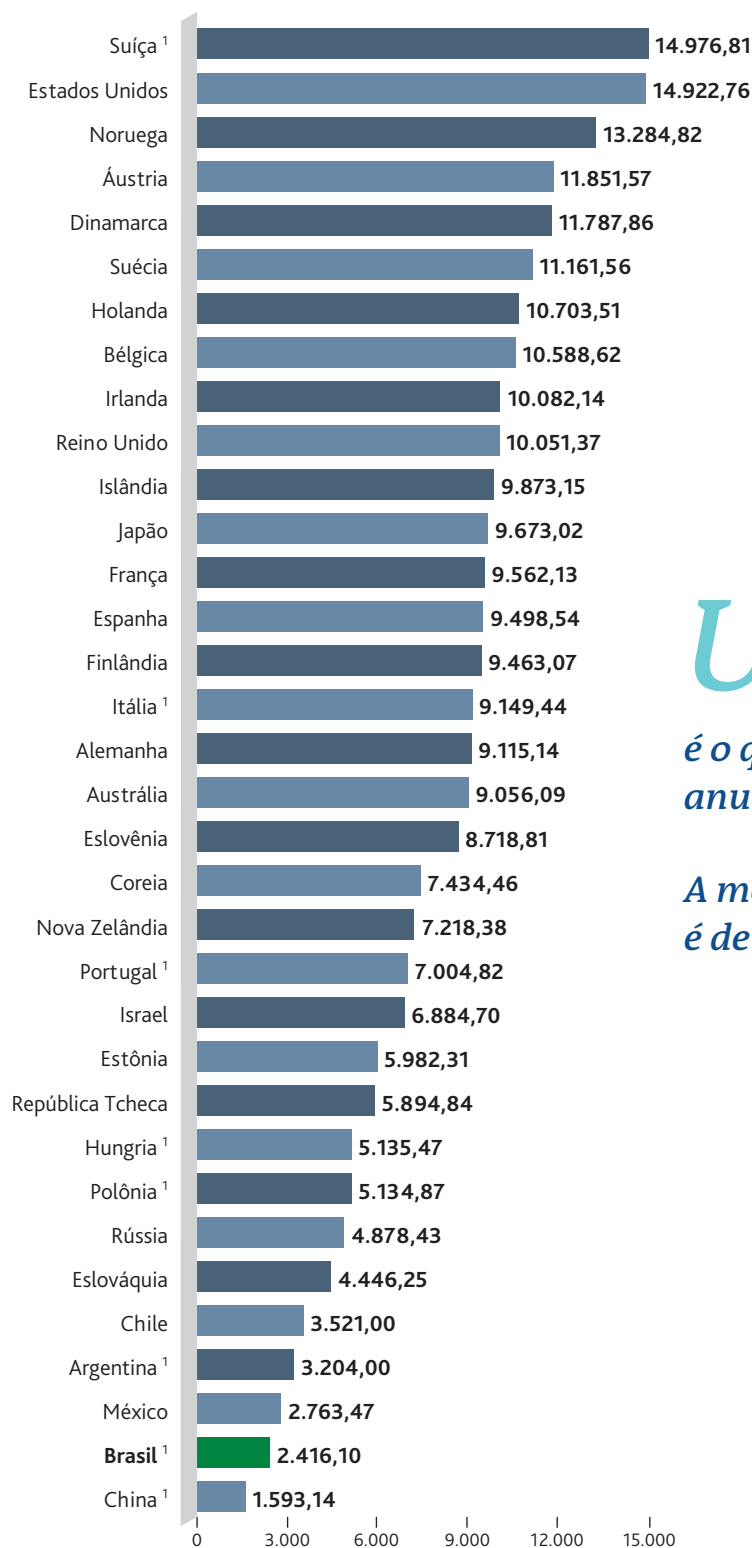
### **Comparação internacional**

Na comparação com outros países, a partir do relatório *Education at a Glance 2011*, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE), em 2008, o investimento médio por aluno no Brasil só era maior que o da China. Em média, por aluno, o país investe US\$ 2.416,10 por ano. A Suíça, que dispõe do maior investimento, contabiliza US\$ 14.976,81 por aluno por ano, ou seja, 6,2 vezes o montante brasileiro.

Investimentos aumentam e se traduzem em infraestrutura, como nesta biblioteca do Parque Manguinhos, no Rio de Janeiro



**Gastos anuais por estudante, do Ensino Fundamental ao Superior - 2008. (Em US\$)**



**US\$ 2.416**

*é o que o Brasil gasta  
anualmente por aluno.*

*A média dos países da OCDE  
é de US\$ 8.961.*

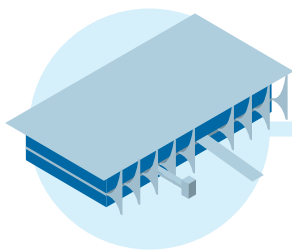
Fonte: Education at a Glance 2011 – OCDE.

1: Somente instituições públicas

## FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

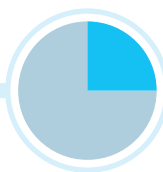
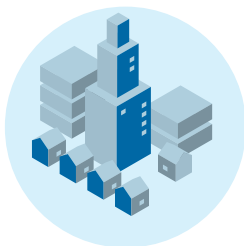
### De onde saem os recursos

Impostos e o salário-educação alimentam os grandes fundos governamentais que financiam o sistema de ensino público.



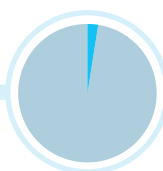
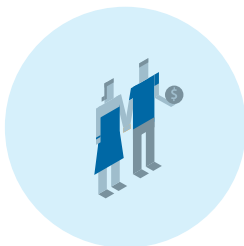
#### Impostos federais

**18%** dos impostos como IR e IPI são destinados ao **Ensino Superior**, a programas educacionais e para complementar os investimentos em **Educação Básica** de estados sem arrecadação suficiente.



#### Impostos estaduais e municipais

Pelo menos **25%** dos recursos arrecadados com impostos municipais e estaduais como IPTU e ICMS, somando-se os repasses federais, são destinados à **Educação Básica**.



#### Salário-educação

**2,5%** do recebimento de todos os empregados é destinado ao salário-educação, valor dividido entre União e Estados.

### PARA ENTENDER MELHOR

O primeiro passo para acompanhar como se dá o financiamento do ensino público no país é conhecer o que diz a Constituição, que trata do tema no artigo 212: a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, com-

preendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Além de estabelecer percentuais mínimos de investimento na Educação, o texto constitucional introduz um conceito muito importante: as ações de “manutenção e desenvolvimento do ensino”. Encaixam-se nesse

## Para onde vão os recursos

### O Fundeb

Cada unidade da Federação tem seu Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, para onde vai 20% da receita estadual vinculada à Educação e 20% das receitas municipais de uma cesta de fontes. No mínimo 60% do Fundeb vai para o pagamento do magistério e o restante financia as atividades das escolas. Quando o Fundo não tem o suficiente para garantir o investimento mínimo por aluno, ele é complementado pela União.

### O FNDE

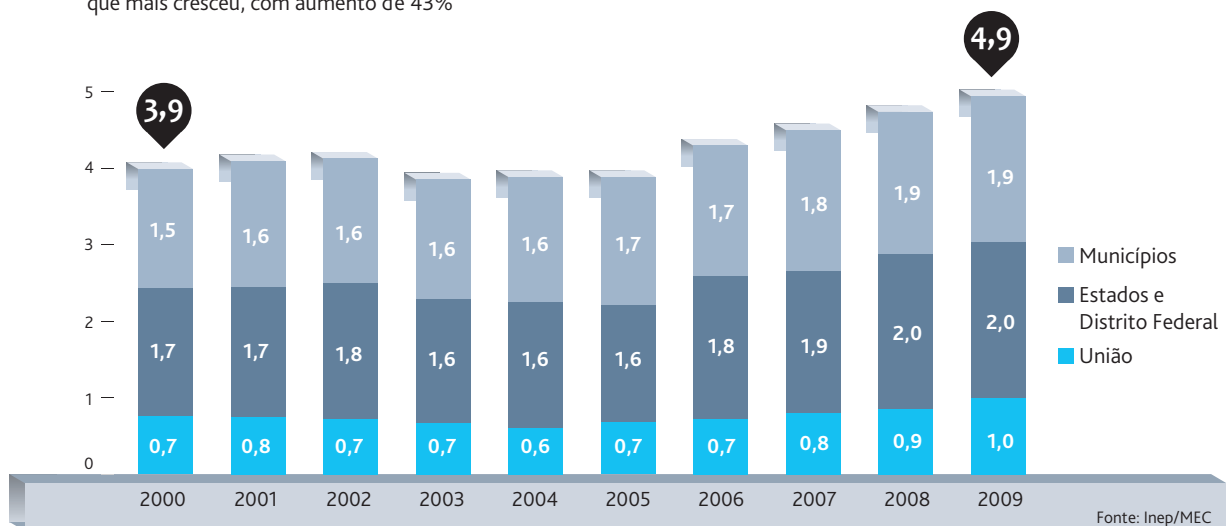
O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação financia programas como Dinheiro Direto na Escola, Livro Didático e Transporte Escolar.

### 2011 marcou fim da DRU na Educação

A DRU (Desvinculação das Receitas da União) é o mecanismo que permite que o governo utilize livremente 20% das receitas vinculadas a áreas específicas pela Constituição. Uma emenda aprovada em 2009 estabeleceu o fim gradual da incidência da DRU nos recursos destinados à Educação cujo fim se completou este ano, representando um adicional de cerca de R\$ 7 bilhões no investimento anual em ensino público.

## Investimento Público Direto em Educação por esfera de governo, em % do PIB

Nesses 10 anos, a porcentagem do PIB aplicado no ensino aumentou 25%. A parte da União foi a que mais cresceu, com aumento de 43%



conceito, por exemplo, as despesas relacionadas à manutenção e ao funcionamento das escolas, à remuneração e ao aperfeiçoamento dos profissionais da Educação e à aquisição de material didático. Não fazem parte, no entanto, programas de alimentação, como a merenda escolar, e de assistência médica.

No esforço de garantir recursos para a Educação, o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) é uma conquista relevante por ter a função de somar e redistribuir, da forma mais equânime possível, entre os estados e os municípios, parte significativa dos recursos destinados ao ensino.



*“O livro, bem sabemos,  
é o tijolo com que se  
constrói o espírito.  
Fazê-lo acessível é  
multiplicar tanto os  
herdeiros quanto os  
enriquecedores do  
patrimônio literário,  
científico e humanístico,  
que é, talvez, o bem maior  
da cultura humana.”*

Darcy Ribeiro, antropólogo,  
escritor e político

# GLOSSÁRIO

**A** Educação brasileira vem passando por grandes mudanças ao longo das últimas duas décadas. Assim, para compreender melhor os números aqui apresentados, é importante conhecer o significado dos principais termos utilizados. Conceitos como rendimento escolar, analfabetismo funcional, Ideb, Saeb, Prouni, Provinha Brasil, entre outros, fazem parte do contexto atual. Este *Glossário* não tem a finalidade de ser exaustivo, mas sim de apoiar o entendimento das informações contidas neste *Anuário Brasileiro da Educação Básica*.

**ABANDONO**

Condição do aluno que deixa de frequentar a escola durante o andamento de determinado ano letivo.

**ADMITIDO**

Aluno recebido por uma escola, por meio de transferência, em determinado ano letivo, após o Dia Nacional do Censo Escolar (última quarta-feira do mês de maio).

**ALUNO**

Pessoa matriculada que frequenta a escola no Dia Nacional do Censo Escolar (última quarta-feira do mês de maio). O mesmo que educando.

**ALUNOS NO TURNO NOTURNO (%)**

Percentual de alunos matriculados no turno noturno, cujo horário de início é a partir das 17 horas.

**ANALFABETISMO**

Estado ou condição de analfabeto, por falta de instrução elementar. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e com o Censo Demográfico decenal, são consideradas analfabetas as pessoas incapazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecem; aquelas que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram; as que apenas assinam o próprio nome; e aquelas que se declaram “sem instrução” ou que declaram possuir menos de um ano de instrução.

**ALFABETISMO FUNCIONAL**

O Inaf – Indicador de Alfabetismo Funcional – é um indicador que revela os níveis de alfabetismo funcional da população adulta brasileira. O principal objetivo do Inaf é oferecer informações qualificadas sobre as habilidades e práticas de leitura, escrita e matemática dos brasileiros entre 15 e 64 anos de idade, de modo a fomentar o debate público, estimular iniciativas da sociedade civil, subsidiar a formulação de políticas públicas nas áreas de educação e cultura, além de colaborar para o monitoramento de seu desempenho.

**APROVADO**

Aluno que concluiu, com sucesso, determinada série no final do ano letivo, apresentando os requisitos mínimos, previstos em lei, de aproveitamento e frequência para cursar no ano seguinte a série imediatamente posterior.

**ÁREA RURAL**

Aquela que se localiza fora dos limites definidos legalmente como área urbana.

**ÁREA URBANA**

Área interna ao perímetro urbano de uma cidade, vila ou área urbana isolada, definida por lei.

**CRITÉRIOS DE ALFABETISMO**

Criado nos Estados Unidos, na década de 1930, o conceito de alfabetismo funcional originalmente indicava a capacidade de entendimento de instruções escritas necessárias para a realização de tarefas militares. Modernamente, o termo designa a capacidade de utilizar a leitura e a escrita para fins pragmáticos, em contextos cotidianos. Segundo o Instituto Paulo Montenegro, que calcula o Índice Nacional de Alfabetismo Funcional (Inaf), é considerada alfabetizada funcionalmente a pessoa capaz de utilizar a leitura e escrita e habilidades matemáticas para fazer frente às demandas de seu contexto social e utilizá-las para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida.

## ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Atividades de livre escolha de cada escola que se enquadram como complementares ao currículo obrigatório, tais como atividades recreativas, artesanais, artísticas, de esporte, lazer, culturais, de acompanhamento e reforço ao conteúdo escolar, aulas de informática, línguas estrangeiras, educação para a cidadania e direitos humanos.

## CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

Capacidade de um estabelecimento de ensino, em termos de instalações, material e pessoal, para acolher um determinado número de alunos.

## CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DA ESCOLA

Infraestrutura do estabelecimento de ensino, incluindo o perfil físico (número de salas e capacidade de atendimento, existência ou não de biblioteca, laboratórios, salas com TV/vídeo, microcomputadores, conexão à internet, quadras de esportes, etc.), bem como dados sobre abastecimento de água, energia elétrica, esgoto sanitário, entre outros. O mesmo que “infraestrutura da escola”.

## CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Pesquisa educacional, em caráter censitário, que levanta informações estatístico-educacionais sobre a Educação Básica brasileira; realizada anualmente pelo Inep em parceria com as Secretarias de Educação estaduais e municipais, coleta dados sobre infraestrutura da escola, pessoal docente, matrículas, jornada escolar, rendimento e movimento escolar, por nível, etapa e modalidade de ensino, e é aplicada diretamente em todos os estabelecimentos de ensino públicos e privados do país por meio de questionário padronizado. Até o ano de 2006, a unidade básica de pesquisa do Censo era a escola. A partir de 2007, o Censo adota o aluno como unidade básica de coleta, incluindo, além dos dados gerais sobre a escola, informações específicas sobre cada aluno, cada professor regente e cada turma; adota ainda o Sistema Educacenso como instrumento de coleta via internet. O mesmo que “Censo Escolar” e “Censo da Educação Básica”.

As informações coletadas pelo Censo Escolar servem de base para a formulação de políticas públicas e para a distribuição de recursos públicos (merenda e transporte escolar, livros didáticos e uniformes, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, programa Dinheiro Direto na Escola e Fundeb, entre outros). São utilizadas também por outros ministérios, como Saúde e Esporte, por organismos internacionais, como a Unesco e o Unicef, por pesquisadores e estudantes, em nível nacional e internacional.

## CICLOS

Organização das turmas por faixa etária ou desenvolvimento biopsicossocial dos alunos, e maior flexibilidade quanto ao tempo necessário à aprendizagem em cada ciclo constituído por mais de um ano letivo.

## INFRAESTRUTURA

Os dados oficiais indicam que 74% das escolas de Ensino Médio possuem quadra de esportes. Quanto aos laboratórios, 87% possuem um de informática, mas apenas 48% possuem um de ciências (veja página 29).



**CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO (CA)**

Conjunto de alunos que são reunidos em sala de aula para aprendizagem da leitura e da escrita, durante um semestre ou um ano letivo; formalmente as CAs não pertencem nem à Educação Infantil nem ao Ensino Fundamental e encontram-se em fase de extinção.

**CNE – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

Órgão normativo da educação nacional, com atos (pareceres e resoluções), que podem ou não ser homologados pelo Ministro da Educação.

**COMPETÊNCIA**

Expressa em habilidades, conhecimentos e atitudes do sujeito. Uma habilidade pode ser traduzida pela aplicação dos conhecimentos adquiridos. As habilidades podem ser físicas e/ou mentais, conforme exigir a situação-problema. O conhecimento é a seleção de informações “que propiciem intervenções e julgamentos práticos, como, por exemplo, o entendimento de equipamentos e de procedimentos técnicos, a obtenção e análise de informações, a avaliação de riscos e benefícios em processos tecnológicos” etc., dando condições ao indivíduo para articular “uma visão de mundo natural e social”, mais atualizada. Cabe ainda, no desenvolvimento das competências, observar as atitudes do sujeito, ou seja, o “modo de proceder ou de agir e representa o saber ser e o saber conviver. Tais atitudes são observadas por meio do comportamento adotado pelo indivíduo diante das situações da vida, garantindo um compromisso social e profissional harmônico”. Retirado do livro *Letramento para o Ensino Médio*.

**CONCLUINTE**

Aluno que finaliza determinado nível de ensino, estando habilitado a receber diploma/certificado de conclusão do curso e, conseqüentemente, apto ao prosseguimento dos estudos em nível de ensino posterior ao concluído.

**CONCLUSÃO**

Término de determinado nível de ensino formalizado pela expedição de diploma/certificado de conclusão do curso que habilita o estudante ao prosseguimento dos estudos em nível de ensino posterior ao concluído.

**CONSED – CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO**

Entidade nacional que representa as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal.

**CORREÇÃO DE FLUXO**

Medidas, estratégias ou programas que objetivam a recuperação dos atrasos escolares, decorrentes, em geral, da repetência e da evasão, tendo em vista a adequação do aluno à série/ano recomendada à sua idade.

**COMPOSIÇÃO DO CNE**

O Conselho Nacional de Educação é composto por duas Câmaras, uma de Educação Básica (CEB) e uma de Educação Superior (CES). Os assuntos de interesse comum, tanto da Educação Básica, quanto da Educação Superior, são tratados no âmbito do Conselho Pleno (CP) (veja mais sobre o CNE na pág. 123).

**CRECHE**

Etapa da Educação Infantil que presta atendimento a crianças de até 3 anos de idade.

**DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA**

Instância administrativa à qual a escola está subordinada, na esfera federal, estadual, municipal ou privada. O agrupamento das escolas de uma mesma esfera denomina-se rede. O agrupamento das dependências administrativas das esferas federais, estaduais e municipais denomina-se rede pública.

**DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE**

Condição do aluno que cursa determinada série com idade superior à recomendada. Considera-se que o aluno está atrasado se ele tem dois anos a mais que a idade adequada para a série. O mesmo que “defasagem idade-série”.

**DOCENTES COM FORMAÇÃO SUPERIOR (%)**

Indicador que expressa o percentual de docentes em exercício com escolaridade em nível superior.

**EAD – EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

Educação a distância é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, por meio do qual formadores e alunos, fisicamente separados, desenvolvem atividades educativas. Entre as tecnologias mais frequentemente utilizadas estão, atualmente, a internet e a televisão. Contudo, a EAD tem uma longa história, da qual fazem parte o correio, o rádio e outras tecnologias.

**EDUCAÇÃO BÁSICA**

Primeiro nível da Educação escolar regular que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, e tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. A Educação Básica pode organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, tendo por base a idade, a competência e outros critérios, ou de forma diversa, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

**EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Modalidade de educação escolar oferecida para educandos portadores de necessidades especiais, na rede regular de ensino ou em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (LDB, art. 58, §§ 1º e 2º).

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Atendimento das pessoas com deficiência no sistema educacional regular, a partir do reconhecimento das diferenças e da reestrutu-

**FORMAÇÃO DOS PROFESSORES**

A maioria dos professores da Educação Básica (69%) possui nível de escolaridade superior. Pouco mais de um quarto tem nível médio de escolaridade. Segundo estimativa do Ministério da Educação, atualmente mais de 350 mil professores em todo o país estão matriculados em instituições de ensino superior (veja págs. 60 e 61).

ração da cultura, práticas pedagógicas e metodologias de ensino, de forma a atender as necessidades de todas as crianças e jovens. Forma de educação especial, a qual inclui também classes e escolas especiais, e a integração com apoio especializado. No ensino integrado, o aluno com deficiência se adapta, com auxílio da equipe escolar, aos demais estudantes. Por exemplo, um aluno com dificuldades auditivas, integrado numa escola regular, pode usar um aparelho auditivo e geralmente espera-se que aprenda a falar de forma a poder pertencer ao grupo. Na concepção da educação inclusiva, espera-se que os professores e as outras crianças aprendam a língua de sinais; escolas e sistemas de educação precisam ser transformados para atender às necessidades individuais de todos os educandos, com ou sem deficiência ou necessidade especial. (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, 2006, adotada pelo Brasil em 2007).

### EDUCAÇÃO INFANTIL

Primeira etapa da Educação Básica regular, oferecida em creche e pré-escola, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação Infantil atende crianças de até 6 anos de idade, mas, com a publicação da Lei n.º 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, a Educação Infantil passa a atender crianças de até 5 anos de idade.

### EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Oferecida em articulação com o ensino regular ou por educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho, em cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional. A Educação Profissional pode ser de nível médio, de graduação e pós-graduação (LDB, arts. 39, § 2º, e 40).

### EDUCAÇÃO SUPERIOR

Abrange a graduação e a pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e outros.

### EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Modalidade de educação escolar para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria, em cursos ou exames, habilitando o aluno/candidato ao prosseguimento de estudos em caráter regular (LDB, art. 37).

### ENEM – EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO

Criado em 1998, é uma avaliação voluntária do desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica e dos que concluíram o Ensino Médio em anos anteriores. Utilizado como critério de seleção à bolsa do Prouni e por universidades como critério de seleção para o ingresso no ensino superior, complementando ou substituindo

#### ENEM: MILHÕES DE INSCRITOS

Em 2011, cerca de 5,4 milhões de jovens e adultos em todo o país se inscreveram para fazer o Exame Nacional do Ensino Médio. As provas, realizadas nos dias 22 e 23 de outubro, ocorreram em 12 mil locais e 140 mil salas de aula, em 1.599 municípios e mais de 6 mil escolas (veja mais sobre o Enem na pág. 41).

o vestibular. Desde 2009, reformulado pelo MEC e utilizado como prova de seleção unificada nos processos seletivos das instituições públicas de educação superior.

### ENSINO DE TEMPO INTEGRAL

Ensino Fundamental ou Médio regular ministrado em turmas com jornada escolar igual ou superior a sete horas diárias, incluídas nessa jornada tanto as atividades relativas ao currículo obrigatório, como aquelas referentes aos temas transversais e a outras atividades complementares.

### ENSINO FUNDAMENTAL

Nível de ensino da Educação Básica regular, obrigatório e gratuito na escola pública, que tem por objetivo a formação básica do cidadão. De acordo com a LDB, o Ensino Fundamental tem duração de 8 (oito) anos, sendo ofertado para a faixa etária de 7 a 14 anos de idade. Entretanto, mediante a redação dada pela Lei n.º 11.274/2006, passa a ter duração de 9 (nove) anos e é ofertado para a faixa etária de 6 a 14 anos de idade.

### ENSINO MÉDIO

Nível final da Educação Básica regular, com duração mínima de três anos. Tem por finalidades a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de adaptar-se com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

### ENSINO REGULAR

Modalidade da Educação Básica oferecida sistematicamente e conforme a legislação vigente pelos sistemas de ensino nos diferentes níveis/etapas (Infantil, Fundamental e Médio), não abarcando as modalidades que requerem um tratamento pedagógico específico (Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos).

### ESCOLARIDADE MÉDIA EM ANOS DE ESTUDO

Escolaridade média (em anos) da população com mais de 10 anos de idade; é calculada com base apenas nas séries e níveis concluídos com aprovação, desconsiderando-se as reprovações.

### ESTABELECIMENTO DE ENSINO

Unidade organizacional que, sob uma única dependência administrativa e uma única direção, ministra ensino coletivo sistematicamente, podendo ocupar um ou mais prédios e funcionar em um ou mais turnos. O mesmo que “escola”, “estabelecimento escolar”, “unidade de ensino” e “unidade escolar”.

### ESCOLARIDADE BRASILEIRA

O brasileiro com 25 anos ou mais possui, em média, 7,2 anos de estudo (veja pág. 25).

**EVASÃO**

Condição do aluno que, matriculado em determinada série, em determinado ano letivo, não se matricula na escola no ano seguinte, independentemente de sua condição de rendimento escolar ter sido de aprovado ou de reprovado.

**FLUXO ESCOLAR**

Progressão dos alunos entre anos letivos consecutivos, em determinado nível de ensino de um sistema seriado. Em relação ao fluxo escolar, o aluno pode assumir as condições de promovido, repetente ou evadido.

**FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**

Autarquia federal vinculada ao MEC, responsável pela gestão do Fundeb e dos programas de apoio à Educação Básica.

**FUNDEB – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

Criado pela EC 53/06, em substituição ao Fundef, com vigência para o período 2007-2020, com implantação gradativa entre 2007 e 2009, quanto aos novos recursos e matrículas. Regulamentado pela Lei 11.494/2007 e Decreto 6.253/2007. Entre suas características, estão: natureza contábil e âmbito estadual, complementação da União às UFs com valor por aluno/ano inferior ao mínimo nacional, e subvinculação de no mínimo 60% de cada Fundo ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. Diferenças em relação ao Fundef: 1ª) além dos impostos e transferências originais do Fundef (FPE/FPM, ICMS, IPI-Exp, Lei Kandir), outras receitas (ITR, IPVA, ITCM), excluídos apenas IRRF, IPTU, ISS e ITBI; 2ª) redistribuição dos recursos do Fundo entre o governo estadual e os de seus Municípios, na proporção do número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública presencial, de acordo com (17 diferentes) ponderações quanto ao valor por aluno/ano entre etapas e modalidades da educação básica, enquanto no Fundef considerava-se a matrícula do ensino fundamental, diferenciada somente em anos iniciais e finais, urbano e rural.

**FUNDEF – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO**

Criado pela EC 14/96 e vigente entre 1998 e 2006, regulamentado pela Lei 9.424/96 e Decreto nº 2.264/97. Três modificações no financiamento da educação básica pública: 1ª) subvinculou ao financiamento do Ensino Fundamental 60% dos 25% de MDE ou (15% do total) dos Estados, DF e municípios; 2ª) criou um fundo de natureza contábil, com automaticidade nos repasses dos recursos, de âmbito estadual (um fundo por Estado e DF, num total de 27 fundos), constituído pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados Proporcional às Exportações (IPI-Exp) e Lei Kandir, promovendo a redistribuição dos recursos do Fundef no interior de cada Unidade

**LIVRO DIDÁTICO**

O Programa Nacional do Livro Didático é uma das principais ações do FNDE. O PNLD é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano o FNDE adquire e distribui livros para todos os alunos de determinada etapa de ensino, que pode ser: anos iniciais do Ensino Fundamental, anos finais do Ensino Fundamental ou Ensino Médio. Em 2012, o orçamento previsto para o PNLD é de R\$ 1,48 bilhão.

Federada entre os governo estadual e os municipais, de acordo com o número de alunos atendidos em cada rede de ensino; e 3ª) subvinculou no mínimo 60% das receitas do Fundo em cada ente federado à remuneração dos profissionais do magistério no exercício de suas atividades. Assegurou Complementação financeira da União aos Estados com valor por aluno/ano inferior ao mínimo fixado nacionalmente.

### GASTO MÉDIO POR ALUNO

Investimento médio em Educação por aluno no sistema educacional, em determinado nível de ensino.

### GASTO PÚBLICO COMO PORCENTAGEM DO PIB

Investimento direto realizado em Educação em relação ao Produto Interno Bruto.

### GESTÃO DEMOCRÁTICA

Participação dos profissionais da Educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, assim como das comunidades escolares e locais em conselhos escolares ou equivalentes.

### IDADE MEDIANA DE CONCLUSÃO DAS SÉRIES/CURSOS

Idade de referência que divide o total de concluintes, em determinado nível de ensino, em dois grupos de igual tamanho. A idade mediana de conclusão é calculada determinando-se, a partir da série ordenada das idades dos alunos concluintes, em qual idade obtém-se 50% das matrículas desses alunos.

### IDEB – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Criado em 2007, é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep no Saeb, para as unidades da federação e para o país, e na Prova Brasil, para os municípios.

### IDH – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Índice que sintetiza informações de renda (PIB per capita), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e Educação (índice de analfabetismo e taxa de matrícula em todos os níveis de ensino). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um.

### IDI – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Indicador desenvolvido pelo Unicef, que incorpora variáveis como oferta de serviços de saúde; oferta de serviços de educação e cuidado e proteção que a família deve proporcionar à criança nos primeiros anos. O índice é calculado a partir dos seguintes indicadores: escolaridade da mãe e do pai, matrícula de crianças de 4 a 6 anos na pré-escola e acesso a serviços de saúde (pré-natal e vacinação).

### INTERVALO DE CONFIANÇA

O intervalo de confiança é necessário quando se trabalha com dados amostrais. Como a amostra não representa perfeitamente toda a população de interesse, os indicadores baseados em amostras apresentam erro. É possível obter um intervalo dentro do qual o

### POSIÇÃO DO BRASIL NO IDH

O Brasil ocupa a 84ª posição entre 187 países avaliados pelo índice. O IDH do país em 2011 ficou em 0,718. O país com mais alto IDH no ano passado foi a Noruega, que alcançou a marca de 0,943. Os cinco primeiros colocados do ranking são, pela ordem, Noruega, Austrália, Holanda, Estados Unidos e Nova Zelândia.

verdadeiro valor do indicador se encontra. Normalmente calcula-se esse intervalo de modo que ele contenha o verdadeiro valor (o de toda a população desejada) com 95% de chance.

### ITEM

Denominação adotada para as questões que compõem as provas das avaliações educacionais no país, como a Prova Brasil. Essa nomenclatura deve-se ao entendimento de que o termo item refere-se a questões que abordam com preponderância uma única dimensão do conhecimento.

### JORNADA ESCOLAR

Tempo diário de permanência do aluno na escola.

### MATRÍCULA

Registro formal da inscrição do aluno em um estabelecimento de ensino em determinado nível/etapa de uma modalidade de ensino.

### MATRÍCULA INICIAL

Total de alunos matriculados e efetivamente frequentando a escola, em uma dada série de um determinado ano letivo, no Dia Nacional do Censo Escolar.

### MATRÍCULA POR IDADE

Total de alunos matriculados e efetivamente frequentando a escola no Dia Nacional do Censo Escolar, segundo a idade. O conceito de idade utilizado pelo Inep refere-se à idade que o aluno completa no ano de realização da pesquisa. O mesmo que “Matrícula na idade”.

### MATRÍCULA TOTAL

Balço do total de alunos matriculados ao fim de um determinado ano letivo, considerando-se os movimentos escolares ocorridos no decorrer do referido ano, em função de transferências, admissões, reclassificações, abandonos e falecimentos.

### MÉDIA DE HORAS-AULA DIÁRIA

Tempo médio diário de permanência dos alunos na escola, por série, grupos de séries e nível de ensino, considerando-se a matrícula no Dia Nacional do Censo Escolar e o início e o final da jornada escolar.

### NÚMERO MÉDIO DE ALUNOS POR TURMA

Tamanho médio das turmas.

### NÚMERO MÉDIO ESPERADO DE SÉRIES CONCLUÍDAS

Número médio de séries que um aluno conclui com aprovação, considerando-se as taxas de fluxo escolar (promoção, repetência e evasão) vigentes para determinado nível de ensino.

### OBJETOS EDUCACIONAIS DIGITAIS

Designa diferentes recursos digitais que possam ser usados para apoiar e estimular a aprendizagem, o que inclui vídeos, animações,

### O QUE É HORA-AULA

Parâmetro de duração de uma aula, geralmente com duração inferior a 60 minutos (por exemplo, 50 minutos). Também serve para o cálculo de salários. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) prevê 800 horas em 200 dias de ano letivo que podem ser cumpridas também atividades educacionais fora da sala de aula. A LDB, porém, refere-se à chamada hora relógio e não à hora-aula.

sites, programas. Têm como característica o fato de serem utilizáveis em diferentes contextos de ensino.

## OFERTA ESCOLAR

Total de vagas oferecidas por estabelecimentos de ensino.

## PAR – PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), introduzido pelo Ministério da Educação em 2007, colocou à disposição dos estados, municípios e Distrito Federal, instrumentos de avaliação e de implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação, sobretudo da educação básica pública, como o Plano de Ações Articuladas – PAR. A partir da adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, um programa estratégico do PDE, instituído pelo Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007, os Estados, os municípios e o Distrito Federal passaram à elaboração de seus respectivos Planos de Ações Articuladas (PAR), um novo diagnóstico da situação educacional local com um planejamento de investimento em melhorias.

## PDDE – PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA

Criado em 1995, hoje regulado pela Lei 11.947/09. É o programa que coordena o repasse de recursos financeiros, em caráter suplementar, às escolas públicas e privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, de acordo com o número de alunos do Censo Escolar do ano anterior. Até 2008, apenas escolas de Ensino Fundamental podiam receber os recursos; a partir de 2009, também escolas de Ensino Médio e Educação Infantil passaram a recebê-los. Tem como objetivos de melhora da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático.

## PISA – PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES

Programa internacional de avaliação comparada, desenvolvido e coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e aplicado a estudantes da faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países; aplicado a cada três anos, desde 2000, em Leitura, Matemática e Ciências, a cada edição, com uma ênfase; cada país com a responsabilidade de participação na prova do Pisa de 80% dos estudantes da amostra. Em 2009, entre 61 países, o Brasil ficou em 53ª posição em Leitura e Ciências e 54ª em Matemática.

### O BRASIL NO PISA

Entre 2000 e 2009, o Brasil evoluiu 33 pontos no PISA, atingindo 401 pontos na média de Leitura, Matemática e Ciências, mas ainda está atrás de outros países latino-americanos.

## PNAE - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Criado em 1995, garante merenda aos alunos das escolas públicas e filantrópicas. Desde 2010, o valor repassado pela União de R\$ 0,30 por dia para a Pré-Escola, Ensino Fundamental e Médio e EJA; para creches, Escolas Indígenas e Quilombolas, R\$ 0,60; para escolas com Ensino Integral pelo programa Mais Educação, R\$ 0,90 por dia.



**PNATE – PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR**

Criado em 2004, em substituição ao PNTE de 1993. Originalmente (Lei 10.880/04), para alunos do ensino fundamental público, hoje (Lei 11.947/09), para alunos da educação básica pública, residentes em áreas rurais. Promove a transferência legal de recursos financeiros para despesas com reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber, da embarcação utilizada para o transporte escolar; também pagamento de serviços contratados. Repasses em nove parcelas anuais, de março a novembro, calculadas com base no número de alunos da zona rural transportados informados no Censo Escolar do ano anterior. Estados podem autorizar o repasse do valor correspondente aos alunos da rede estadual cujo transporte escolar é executado pelas prefeituras diretamente aos respectivos municípios; o governo do RS autorizou esse repasse direto em 2007.

**PNBE – PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA**

Criado em 1997, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), promove o acesso à cultura e o incentivo à leitura por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. O atendimento é feito em anos alternados: em um ano são contempladas as escolas de educação infantil, de ensino fundamental (anos iniciais) e de educação de jovens e adultos. Já no ano seguinte são atendidas as escolas de ensino fundamental (anos finais) e de ensino médio. Hoje, o programa atende de forma universal e gratuita todas as escolas públicas de educação básica cadastradas no Censo Escolar.

**PNE – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

Previsto na Constituição Federal (art. 214), fixado por lei, é um plano de duração decenal. O primeiro PNE (Lei 10.172/01) teve vigência na década de janeiro de 2001 a janeiro de 2011. O segundo PNE está em elaboração no Congresso Nacional (PL 8.035/10, do Poder Executivo).

**TRAMITAÇÃO DO PNE**

Uma comissão especial da Câmara dos Deputados discute a proposta do governo para o PNE. São 20 metas que deverão guiar as ações dos governos municipais, estaduais e federal na próxima década.

**PNLD – PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO**

Criado em 1929, passou por diferentes denominações e formas de execução. Por exemplo, em 1993/94 foram definidos critérios para avaliação dos livros didáticos; a partir de 1995/96 a distribuição do livro no Ensino Fundamental voltou a ser universalizada, contempladas todas as disciplinas do currículo escolar e elaborado o “Guia de Livros Didáticos” para orientar a escolha dos professores; em 2000/01, foi introduzida a distribuição de dicionários e livros didáticos em Braille; e a partir de 2006/07, o programa foi estendido ao ensino médio. Hoje, atende às escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio com livros didáticos, dicionários e obras complementares. Atende também aos alunos da EJA das redes públicas de ensino e das entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado. Executado em ciclos trienais alternados – a cada ano são adquiridos e distribuídos livros para todos os alunos de um segmento, anos iniciais ou anos finais do Ensino Fundamental ou Ensino Médio. À exceção dos livros

consumíveis, os livros distribuídos deverão ser conservados e devolvidos para utilização por outros alunos nos anos subsequentes. Cada escola escolhe, entre os livros constantes no Guia do PNLD, aquele que deseja utilizar, segundo seu planejamento pedagógico. São distribuídas também versões acessíveis (áudio, Braille e MecDaisy).

### **PROINFÂNCIA – PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A REDE ESCOLAR PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Foi criado em 2007, para transferir recursos financeiros, em caráter suplementar, ao DF e Municípios visando à construção e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas.

### **PROINFO INTEGRADO – PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM TECNOLOGIA EDUCACIONAL**

O ProInfo Integrado é um programa de formação voltada para o uso didático-pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no cotidiano escolar, articulado à distribuição dos equipamentos tecnológicos nas escolas e à oferta de conteúdos e recursos multimídia e digitais oferecidos pelo Portal do Professor, pela TV Escola e DVD Escola, pelo Domínio Público e pelo Banco Internacional de Objetos Educacionais.

### **PSE – PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA**

Programa que visa desenvolver atividades de educação e saúde em territórios definidos segundo a área de abrangência da Estratégia Saúde da Família (Ministério da Saúde), por meio da articulação entre escola e unidade básica de saúde, com ações de avaliação das condições de saúde dos alunos da escola pública, de prevenção e promoção da saúde, de educação permanente e capacitação dos profissionais da educação e da saúde e de jovens. Desenvolvido por adesão do município, por meio de projeto.

### **POPULAÇÃO**

Número de pessoas que habitam determinada localidade.

Em termos estatísticos, define-se população – ou universo de onde são obtidos os dados desejados – como sendo o conjunto dos elementos que têm alguma característica em comum que possa ser contada, medida, pesada ou ordenada de algum modo.

### **POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR**

Número de pessoas em idade escolar (4 a 17 anos), matriculadas ou não em um estabelecimento de ensino. Nota: o Todos Pela Educação adota como população em idade escolar a faixa etária de 4 a 17 anos.

### **POPULAÇÃO ESCOLAR/POPULAÇÃO TOTAL**

Percentual de pessoas da população total que têm entre 4 e 17 anos.

### **PRÉ-ESCOLA**

Etapa da Educação Infantil que presta atendimento a crianças de 4 a 5 anos de idade, segundo a Lei n.º 11.274, de 6/2/2006, que altera

### **CRIANÇAS ATENDIDAS**

Nos últimos dez anos, a taxa de atendimento das crianças de 4 e 5 anos cresceu 55,8%. Em 2000, pouco mais da metade (51,4%) da população nessa faixa etária tinha acesso à Educação, patamar que chegou a 80,1% em 2010. Ainda assim, 1,1 milhão de crianças entre 4 e 5 anos não frequentam a escola.

a LDB. Antes, o atendimento na pré-escola ocorreria na faixa etária de 4 a 6 anos.

### PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

A soma de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região.

### PROFESSOR LEIGO

Aquele que leciona sem ter a escolaridade que o habilita ao exercício do magistério no nível de ensino em que atua.

### PROGRESSÃO CONTINUADA

Restrita ao Ensino Fundamental, é a passagem do aluno à série seguinte, com atendimento diversificado e reforço aos que apresentam dificuldades de aprendizagem; no Ensino Fundamental pode ser adotada na passagem do 1º para o 3º ano, constituindo-se um ciclo de alfabetização.

### PROGRESSÃO PARCIAL

Passagem do aluno para a série seguinte, com aprovação em parte dos componentes curriculares da série anterior, de acordo com o regimento escolar; antiga dependência.

### PROVA ABC

Avaliação Brasileira do Ciclo de Alfabetização. Avaliação inédita da alfabetização de crianças concluintes do 3º ano/2ª série do ensino fundamental em Leitura, Matemática e Escrita, realizada pelo Todos Pela Educação, em parceria com o Instituto Paulo Montenegro/Ibope, Fundação Cesgranrio e Inep, aplicada pela primeira vez no primeiro semestre de 2011 a cerca de 6 mil alunos de escolas municipais, estaduais e particulares de todas as capitais do País, com resultados divulgados em 25/8/11.

### PROVA NACIONAL DE CONCURSO PARA O INGRESSO NA CARREIRA DOCENTE

Criada em 2011, esta prova anual teve de ser aplicada em 2012 de forma descentralizada em todo o País para subsidiar estados, DF e municípios nos concursos públicos ao ingresso na carreira docente das redes de educação básica. Cada ente federativo poderá decidir pela adesão e pela forma de utilização dos resultados como única prova, seguida da análise de títulos, ou como primeira prova, seguida de uma prova adicional do próprio município. Prova baseada numa matriz nacional e que tem como ponto de partida o perfil desejado para um ingressante na carreira docente no Brasil.

### PROVA BRASIL

Avaliação diagnóstica aplicada a cada dois anos pelo Inep aos alunos de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental da rede pública de ensino, tem como foco a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro. É aplicada de forma censitária no Ensino Fundamental público, nas redes estaduais, municipais e federais,

### PROVA BRASIL

Os resultados da Prova Brasil compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

de área rural e urbana, em escolas com no mínimo 20 alunos matriculados na série avaliada. Oferece resultados por escola, município, UF e País, e utilizados no cálculo do Ideb.

### PROVINHA BRASIL

Criada em 2008, avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no 2º ano de escolarização das escolas públicas. Em duas etapas, uma no início e a outra ao término do ano letivo. Elaborada pelo Inep, e distribuída pelo MEC/FNDE a todas as secretarias de educação municipais, estaduais e do DF.

### PROUNI – PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

Criado em 2004, institucionalizado pela Lei 11.096/05. Oferece bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior às quais, em contrapartida, recebem isenção de alguns tributos federais. Contempla estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou particular com renda *per capita* familiar máxima de três salários mínimos. Possui sistema de seleção informatizado e impessoal, pelas notas obtidas pelos candidatos no Enem.

### QUILOMBOLAS

Ao contrário do que o senso comum pode imaginar, comunidades quilombolas não significam apenas antigos redutos de escravos foragidos. Antes, segundo a Antropologia, designam contemporaneamente todos os grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar, tais como ocorre nas comunidades de descendentes dos escravos.

### RECLASSIFICADO

Aluno que, durante o andamento de determinado ano letivo, é promovido da série que frequenta para outra mais avançada, após o Dia Nacional do Censo Escolar, com base em critérios pedagógicos de avaliação, observadas as normas curriculares gerais.

### REDE

Termo utilizado para designar o agrupamento das dependências administrativas em pública (federal, estadual e municipal) ou privada.

### RENDA MÉDIA

Expressa o rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade.

### RENDIMENTO ESCOLAR

Condição do aluno ao final de um ano letivo em relação aos requisitos de aproveitamento e frequência; em relação ao rendimento escolar, o aluno pode assumir a condição de aprovado, reprovado ou afastado por abandono.

### RENDA E GÊNERO

Em 2011, o rendimento médio dos homens era de R\$ 1.857,63. As mulheres ganharam em média R\$ 1.343,81, apesar de terem mais escolaridade. Segundo o IBGE, o rendimento médio da mulher brasileira equivale a 72,3% da renda média dos homens, ou seja, o salário das mulheres permanece 28% inferior ao dos homens.

**REPETENTE**

Aluno que, em determinado ano letivo, encontra-se matriculado na mesma série em que esteve matriculado no ano letivo anterior.

**REPROVADO**

Aluno que, ao final de um ano letivo, não apresenta os requisitos mínimos, previstos em lei, de aproveitamento e frequência para ser promovido à série posterior.

**SAEB – SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Avaliação, em caráter amostral, com foco na qualidade dos sistemas educacionais do Brasil como um todo, das regiões geográficas e das unidades federadas (estados e Distrito Federal); é aplicada pelo Inep a cada dois anos a uma amostra representativa dos alunos regularmente matriculados no 5º e 9º anos do Ensino Fundamental de nove anos e do 3º ano do Ensino Médio, de escolas públicas e privadas, localizadas em área urbana ou rural.

**SALÁRIO-EDUCAÇÃO**

Contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para o financiamento antes somente do Ensino Fundamental e, após a EC 53/06, de toda a Educação básica pública. Criado em 1964 e inserido na Constituição Federal de 1988 (212, § 5º), regulamentado pelas Leis 9.424/96, 9.766/98, Decreto nº 6003/2006 e Lei nº 11.494/2007. Corresponde a 2,5% sobre o valor total das remunerações pagas ou creditadas pelas empresas, a qualquer título, aos segurados empregados, ressalvadas as exceções legais, e é arrecadado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda (RFB/MF). Dividido em quota federal correspondente a um terço do montante de recursos, e a quota estadual e municipal, correspondente a dois terços, integralmente redistribuída entre o estado e seus municípios de forma proporcional ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino, conforme apurado pelo Censo Escolar realizado pelo MEC.

**SÉRIES**

Organização das turmas com base no conhecimento dos alunos dos conteúdos curriculares, independentemente de suas idades, e avaliação da aprendizagem para aprovação ou reprovação ao fim do ano letivo.

**SISTEMA DE ENSINO**

Conjunto de órgãos, instituições e atividades de Educação e ensino organizado de acordo com normas legalmente estabelecidas.

**SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

Sistema integrado pelos sistemas de ensino federal, estaduais, distrital e municipais, com normas comuns fixadas na CF, leis federais e atos normativos do CNE, cabendo à União a coordenação da política nacional de educação, a articulação dos níveis e sistemas de ensino e as funções normativas, redistributiva e supletiva (CF, art. 214, caput, redação da EC 59/09, e LDB, art. 8º, § 1º).

**SÉRIES CONCLUÍDAS**

Dados de 2005 indicam que o número médio de séries concluídas estava em 7,4 para a faixa etária dos 4 aos 17 anos. No Ensino Fundamental, eram 6,3 séries, e no Ensino Médio, 2,3 séries.

**TAXA DE ABANDONO**

Percentual de alunos da matrícula total que, numa dada série, deixam de frequentar a escola durante o ano letivo.

**TAXA DE ANALFABETISMO**

Percentual de pessoas analfabetas em determinada faixa etária em uma dada região ou no país; usualmente o analfabetismo é avaliado considerando-se a faixa etária de 15 anos ou mais, ou seja, acima da faixa etária em que a escolaridade é obrigatória por lei.

**TAXA DE APROVAÇÃO**

Percentual de alunos da matrícula total que, ao fim do ano letivo, concluíram, com sucesso, determinada série, apresentando os requisitos mínimos, previstos em lei, de aproveitamento e frequência para cursar, no ano seguinte, a série imediatamente posterior.

**TAXA DE ATENDIMENTO ESCOLAR**

Percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada na escola no Dia Nacional do Censo Escolar; é calculada para as faixas etárias de 0 a 3 anos; 4 a 6 anos; 7 a 14 anos; e 15 a 17 anos.

**TAXA DE CONCLUSÃO**

Percentual de alunos que ingressam na série inicial de determinado nível de ensino e que, independentemente do tempo despendido para a conclusão, conseguem finalizá-lo, estando aptos ao prosseguimento dos estudos em nível de ensino posterior ao concluído.

**TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-CONCLUSÃO**

Percentual de alunos que concluem determinado nível de ensino com idade superior à recomendada, considerando-se, no sistema educacional brasileiro, a idade de 15 anos para a conclusão do Ensino Fundamental, e a de 18 anos para a conclusão do Ensino Médio.

**TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE**

Percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada para aquela série, considerando-se, no sistema educacional brasileiro, a idade de 7 anos como a recomendada para o ingresso no Ensino Fundamental de oito anos, e de 6 anos no caso do Ensino Fundamental de nove anos, e a de 15 anos para o ingresso no Ensino Médio.

**TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA**

Percentual da população matriculada em determinado nível de ensino, em relação à população total que se encontra na faixa etária recomendada para esse nível de ensino.

**TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA**

Percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino recomendado a essa faixa etária; é calculada para as faixas etárias de 0 a 3 anos; 4 e 5 anos; 6 a 14 anos; e 15 a 17 anos, que correspondem, respectivamente, a creche, pré-escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

**A TAXA NA PNAD**

A taxa de analfabetismo é levantada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Sobre os moradores de um domicílio, pergunta-se se sabem ler e escrever, além de outros itens relativos à Educação. Ou seja, a alfabetização é declaratória: o entrevistado fala de si próprio e das demais pessoas da casa.

**TAXA DE EVASÃO**

Percentual de alunos da matrícula total de uma dada série, de um determinado ano letivo que, no ano seguinte, não se matriculam na escola.

**TAXAS DE FLUXO ESCOLAR**

Grupo de taxas que avaliam a progressão dos alunos entre anos letivos consecutivos; é constituído pelas taxas de promoção, de repetência e de evasão.

**TAXA DE FREQUÊNCIA ESCOLAR BRUTA**

Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequentam a escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

**TAXA DE FREQUÊNCIA ESCOLAR LÍQUIDA**

Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequentam a escola na série adequada, conforme a adequação série-idade do sistema educacional brasileiro, em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

**TAXA DE PROMOÇÃO**

Percentual de alunos da matrícula total, de uma dada série, de um determinado ano letivo, que, no ano seguinte, se matriculam na série posterior.

**TAXAS DE RENDIMENTO ESCOLAR**

Grupo de taxas que avaliam o aluno quanto ao preenchimento ou não dos requisitos de aproveitamento e frequência ao final de um ano letivo; é composto pelas taxas de aprovação, de reprovação e de abandono.

**TAXA DE REPETÊNCIA**

Percentual de alunos da matrícula total, de uma dada série, de um determinado ano letivo, que, no ano seguinte, se matriculam na mesma série do ano anterior.

**TAXA DE REPROVAÇÃO**

Percentual de alunos da matrícula total que, numa dada série, ao fim do ano letivo, não apresentam os requisitos mínimos, previstos em lei, de aproveitamento e frequência para serem promovidos à série posterior.

**TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)**

O termo TICs refere-se a tecnologias digitais que se constituem em meios de acesso, de transformação, de produção e de comunicação de informação e de novos conhecimentos. As TICs representam, na visão dos especialistas, uma linguagem de comunicação cujo domínio pelos alunos é essencial, para que não se crie uma nova fonte de desigualdade – os incluídos e os excluídos digitais.

**TEMPO MÉDIO ESPERADO DE PERMANÊNCIA NO SISTEMA**

É o tempo médio esperado que um aluno permaneça no sistema educacional, considerando-se as taxas de fluxo escolar (promoção, repetência e evasão) vigentes para determinado nível de ensino.

**TAXA DE EVASÃO**

A taxa de evasão nos anos finais do Ensino Fundamental chegou a 10% em 2010, segundo o Ministério da Educação. Nos anos iniciais desse mesmo nível de ensino, a evasão é bem menor: 3,6% (veja pág. 36).

## TEMPO MÉDIO ESPERADO PARA A CONCLUSÃO

Tempo médio esperado que um aluno deve levar para concluir um nível de ensino, considerando-se as taxas de fluxo escolar (promoção, repetência e evasão) vigentes para determinado nível de ensino.

## TRANSFERIDO

Aluno que muda de um estabelecimento de ensino para outro, após o Dia Nacional do Censo Escolar, em conformidade com a regulamentação dos sistemas de ensinos.

## TRI – TEORIA DE RESPOSTA AO ITEM

Segundo o Inep, a TRI é uma modelagem estatística criada nos anos 50 para mensurar características que não podem ser medidas diretamente por meio de instrumentos físicos apropriados. Como não há nenhum aparelho que possa medir, por exemplo, a proficiência de um estudante em matemática ou a intensidade da depressão de uma pessoa, foram criadas formas de avaliação indireta. Estas características são chamadas de traço latente ou construto. A medida indireta se dá a partir de respostas apresentadas a um conjunto de itens, elaborados de modo a formar um instrumento de medida que possa permitir sua quantificação de modo fidedigno. Em provas elaboradas dentro da TRI, o traço latente (proficiência) pode ser inferido com maior precisão.

### A TRI

A TRI é utilizada nos sistemas de avaliação educacionais no Brasil, como a Prova Brasil. É reconhecida internacionalmente.

## TURMA

Grupo de alunos reunidos em uma sala de aula, que podem receber mesmo conteúdo (turma comum a uma série, ciclo ou disciplina) ou conteúdos distintos (turma multisseriada).

## TURMA MULTIETAPA

Turma que reúne alunos de diferentes etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, com alunos da Pré-escola e do Ensino Fundamental.

## TURNO

Cada uma das divisões do horário de funcionamento da jornada escolar, que podem ser agrupadas a partir do horário de início de funcionamento: turno diurno (início antes das 17h); turno noturno (início a partir das 17h); turno matutino (início antes das 12h) e turno vespertino (início a partir das 12h). Eventualmente, a escola oferece turnos intermediários entre os turnos usuais.

## UNDIME – UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Entidade nacional que congrega os dirigentes municipais de educação, com seções nos Estados.

## VAGA

Disponibilidade de matrícula em um estabelecimento de ensino para ingresso de aluno.



## Fontes importantes de consulta:

**Inep:** <http://www.inep.gov.br/>

**MEC:** <http://www.mec.gov.br/>

**IBGE:** <http://www.ibge.gov.br>

**Todos Pela Educação:** <http://www.todospelaeducacao.org.br/>

## Créditos das fotos:

- Pág. 6** David Sacks/The Image Bank/Getty Images  
**Pág. 8** Léo Dummond/Nitro Images  
**Pág. 10** Steven Errico/Digital Vision/Getty Images  
**Pág. 11** José Cruz/Agência Brasil  
**Pág. 16** Delfim Martins/Pulsar Imagens  
**Pág. 19** Mermet/Opção Brasil Imagens  
**Pág. 31** Acervo pessoal  
**Pág. 35** Acervo pessoal  
**Pág. 37** Rogério Assis  
**Pág. 39** Rubens Chaves/Pulsar Imagens  
**Pág. 47** Acervo pessoal  
**Pág. 49** Cris Berger/Olhar Imagem  
**Pág. 51** Acervo pessoal  
**Pág. 52** Leo Drummond/Nitro  
**Pág. 54** Acervo pessoal  
**Pág. 57** Acervo pessoal  
**Pág. 64** Léo Dummond/Nitro Images  
**Pág. 66** J.L.Bulcão/Pulsar Imagens  
**Pág. 68** Marcos André/Opção Brasil Imagens  
**Pág. 70** Dorival Moreira/Sambaphoto  
**Pág. 72** Ricardo Azoury/Pulsar Imagens  
**Pág. 74** Zig Koch/Olhar Imagem  
**Pág. 76** Ricardo Azoury/Pulsar Imagens  
**Pág. 78** Zig Koch/Olhar Imagem  
**Pág. 80** Fabio Colombini  
**Pág. 82** Rogerio Reis/Tyba  
**Pág. 84** Andrea D'Amato/Sambaphoto/Getty Images  
**Pág. 86** Paulo Fridman/Pulsar Imagens  
**Pág. 88** Yadid Levy/Alamy/Other Images  
**Pág. 90** Dorival Moreira/Pulsar Imagens  
**Pág. 92** Rubens Chaves/Pulsar Imagens  
**Pág. 94** Giancarlo Liguori/Shutterstock  
**Pág. 96** David Parker/Alamy/Other Images  
**Pág. 98** Adriano Gambarini/Olhar Imagem  
**Pág. 100** Peter Adams/JAI/Corbis/Latinstock  
**Pág. 102** Stefan Kolumban/Pulsar Imagens  
**Pág. 104** Cris Berger/Olhar Imagem  
**Pág. 106** Dorival Moreira/Pulsar Imagens  
**Pág. 108** Renato Soares/Pulsar Imagens  
**Pág. 110** Ricardo Ribas/Tyba  
**Pág. 112** G. Evangelista/Opção Brasil Imagens  
**Pág. 114** Ricardo Azoury/Tyba  
**Pág. 116** Adriano Gambarini/Olhar Imagem  
**Pág. 118** J. L. Bulcão/Pulsar Imagens  
**Pág. 121** Paulo Fridman/SambaPhoto  
**Pág. 122** Acervo pessoal  
**Pág. 126** Marcello Casal Jr/Agência Brasil  
**Pág. 131** Paulo Fridman/SambaPhoto  
**Pág. 136** Rogério Reis/Olhar Imagem  
**Pág. 140** Rogério Reis/Pulsar Imagens



**E**ste *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2012* é uma importante ferramenta de consulta para jornalistas, pesquisadores, gestores de políticas públicas e todos os que desejam compreender melhor o universo do ensino público e privado no Brasil. A partir de estatísticas oficiais, a publicação reúne e analisa os principais indicadores da Educação Básica no País, com artigos de especialistas nas diversas modalidades de ensino. Também explica as formas de financiamento público e as leis vigentes, dando um amplo panorama sobre a situação educacional brasileira. É uma obra de referência para contribuir com as discussões em prol da melhoria da qualidade da Educação.



**TODOS PELA EDUCAÇÃO**



**MODERNA**